

Albuquerque

REVISTA DE HISTÓRIA
UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL

A stylized, dark grey outline map of the state of Mato Grosso do Sul, Brazil, positioned to the right of the journal title. The map's outline is thick and has a slightly irregular, hand-drawn appearance.

ISSN 1983-9472



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO SUL**

Reitora:

Célia Maria Silva Correa Oliveira

Vice-Reitor:

João Ricardo Filgueiras Tognini

Câmara Editorial

Coordenador – Carlos Martins Junior. (Campus de Aquidauana - UFMS); Secretário - Valmir Batista Corrêa (UFMS); Alexandre Pierozan (Campus de Nova Andradina – UFMS); Eduardo Gerson de Saboya Filho (Campus de Corumbá – UFMS); Emilia Mariko Kashimoto (Museu de Arqueologia – UFMS); Ezio Luiz da Rocha Bittencourt (Campus de Nova Andradina – UFMS); Gilson Rodolfo Martins (Museu de Arqueologia – UFMS); Jérry Roberto Marin (Campus de Campo Grande - UFMS); Lupericio Antônio Pereira (Universidade Estadual de Maringá-UJEM); Vitor Wagner Neto de Oliveira (Campus de Três Lagoas - UFMS).

Conselho Científico

Adelina Pusineri (Museo Andrés Barbero – Asunción/Paraguay); Adhemar Lourenço da Silva Jr (Universidade Federal de Pelotas - UFPel); Adriano Luiz Duarte (Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC); Albana Xavier Nogueira (Universidade para o desenvolvimento do Pantanal – Uniderp); Aldrin Armstrong Silva Castellucci (Universidade do Estado da Bahia – UNEB); Ana Paula Squinelo (Campus de Campo Grande – UFMS); Carla Villamaina Centeno (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal - UNIDERP); Eudes Fernando Leite (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Fernando Teixeira da Silva (Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP); Francisco Alves da Silva (Universidade Paulista - UNIP); Francisco Alambert (Universidade de São Paulo - USP); Gilberto Luiz Alves (Universidade para o Desenvolvimento do Pantanal – UNIDERP); Lúcia Salsa Corrêa (UFMS); Maria Celma Borges (Campus de Três Lagoas – UFMS); Ney Iared Reynaldo (Universidade Federal de Mato Grosso); Otávio Canavarros (Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT); Paulo Roberto Cimó Queiroz (Universidade Federal da Grande Dourados – UFGD); Paulo Roberto de Almeida (Universidade Federal de Uberlândia - UFU); Paulo Roberto Ribeiro Fontes (Fundação Getúlio Vargas - CPDOC); Ricardo Luis Vicente Pavetti (Universidad Nacional de Asunción – Paraguay); Robert W. Wilcox (Northern Kentucky University); Sílvia Regina Ferraz Petersen (Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS); Tito Carlos Machado de Oliveira (Campus de Aquidauana – UFMS).

Revisão: A revisão gramatical é de responsabilidade dos(as) autores(as)

Capa: Marília Leite e Lennon Godoi

Ilustração da capa: Nelson Chaves dos Santos. Natural de Paranaíba, MS (1945-2014). Banido em 1971, fez parte, junto com seu irmão Pedro Chaves dos Santos, do grupo dos 70, que foi trocado pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher.

Revista Albuquerque

Revista de História da UFMS

Responsabilidade: Base de Pesquisas Históricas e Culturais das Bacias dos Rios Aquidauana e Miranda/BPRAM/DHI/CPAQ/UFMS

Endereço eletrônico: revistaalbuquerque@gmail.com

Coordenação de Editora e Gráfica – PROPP/UFMS

Endereço eletrônico: conselho@editora.ufms.br

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenação de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

Albuquerque : revista de história / Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.
– v. 1, n. 1 (2009) - . Campo Grande, MS : A Universidade, 2009- .
v. ; 21 cm.

Semestral
ISSN 1983-9472

1. História - Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.

CDD (22) 905

Sumário

APRESENTAÇÃO

FERNÁNDEZ, Jorge Christian

5

DOSSIÊ

O golpe de 1964: reflexos, desdobramentos e olhares cinquenta anos depois

GALLO, Carlos Artur

Comissões da Verdade em perspectiva comparada: notas sobre a experiência Uruguaia, Chilena e Argentina

17

NOGUEIRA, Jefferson Gomes

História, imprensa e a construção da realidade durante o regime militar no Brasil (1964/1985)

35

DIAS, Cristiane Medianeira Ávila

O terrorismo de estado (TDE) no Rio Grande do Sul: perseguição, prisão e tortura de militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

65

PADRÓS, Enrique Serra

A guerra contra as crianças: práticas de sequestro, desaparecimento e apropriação de identidade no século XX

89

FERNANDES, Ananda Simões ; SIMÕES, Sílvia

Apontamentos acerca da conexão repressiva entre as ditaduras brasileira e chilena

121

BAUER, Caroline Silveira

Um passado que não passa: a persistência do crime de tortura na democracia brasileira

153

WASSERMAN, Claudia <i>Democracia e ditadura no Brasil e na Argentina: o papel dos intelectuais</i>	189
AYALA, Mario <i>Los exiliados argentinos en Venezuela ante el inicio de la transición a la democracia en la Argentina</i>	215
ALMEIDA, Monica Piccolo <i>Agentes e agências no ocaso da ditadura empresarial militar e a reedição do “Milagre”</i>	231
CADERNO ESPECIAL	
CORRÊA, Valmir Batista <i>Réquiem de um Guerreiro</i>	267

Apresentação

O Golpe de 1964: Reflexos, Desdobramentos e Olhares Cinquenta Anos Depois

*Jorge Christian Fernández**

O ano de 1964 mal havia se iniciado e, no seu horizonte, já se avisavam nuvens pouco alvissareiras. No ocaso de um mês de Março especialmente conturbado, um Golpe de Estado abalou a jovem república brasileira. Seus autores e mentores, militares e civis, representavam um vasto espectro das forças da direita no Brasil, desde os setores mais conservadores das forças armadas, da igreja e do latifúndio, até os grupos empresariais mais modernos e dinâmicos, da indústria, comércio ou mídia, frequentemente vinculados a interesses e capitais estrangeiros.

O Golpe, produto final de uma longa gestação conspiratória, mesmo que desordenada, e, cuja justificação era dada em termos de “defesa” da democracia contra o comunismo, foi desferido, paradoxalmente, contra um governo democraticamente eleito, mas cujo projeto econômico, político e social de cunho nacionalista, moderado e reformista não mais correspondiam aos anseios e interesses das elites dominantes.

* Doutor em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e Professor de História da América do Curso de História (Campus Campo Grande/MS) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). intbrig@yahoo.com.br

Mais do que isso, o Golpe no Brasil também sinalizava aos países vizinhos que os modelos de desenvolvimento pautados na participação do Estado na economia, na substituição de importações e baseados no pacto social se encontravam à beira do colapso. No particular contexto histórico da Guerra Fria, tais governos se encontraram assimetricamente imprensados: pelo alto, sob a agressiva investida dos imperialismos, especialmente o estadunidense, no marco de ascensão de um novo regime de acumulação integral de capital; e, pela base, com a radicalização dos movimentos sociais contestatários inspirados nas recentes experiências revolucionárias, anti-imperialistas e de libertação nacional do mundo periférico. E conviria destacar, em especial, o caso de Cuba que, destarte o seu reduzido espaço geográfico e limitado poder ofensivo real, foi superdimensionada como uma ameaça ao poderio econômico-militar de Washington em todo o continente por tornar-se um exemplo de ousadia e resistência frente aos Estados Unidos e, cuja experiência revolucionária poderia ser, em tese, emulada em qualquer país latino-americano, desde a fronteira do Rio Grande, ao norte, até os confins patagônicos.

Neste ano de 2014, completa-se exatamente cinquenta anos do Golpe de Estado de 31 de Março/01 de Abril de 1964. Os remanescentes e herdeiros ideológicos da ditadura ainda continuam a bradara desgastada cantilena de que o Golpe de 1964 foi uma “ação democrática” para “salvar o país” de uma pretensa ameaça do comunismo. Porém, tais acepções sobre o ocorrido em 1964 não recebem, nos dias de hoje, um eco similar ao que eles outrora receberam da sociedade em geral. Durante o seu longo período de duração, a ditadura brasileira (em especial) conseguiu forjar uma representação bastante positiva no imaginário social e político, apesar do emprego sistemático da violência institucional e das repetidas violações aos direitos humanos cometidos ao longo desses vinte e um anos (com intensidade variada, conforme necessidades conjunturais). Evidentemente que tal percepção “benévola” encontrava arraigo nos setores favorecidos com o regime, especialmente nas classes alta e média, mas não somente.

Apesar de suas particularidades nacionais, as Ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul utilizaram (em graus distintos) a lógica binária da

“mão que bate é a mão que afaga” e empregaram o terror Estatal buscando combinar medo generalizado e terror pontual com recompensa material para ampliar uma base de apoio em determinados grupos sociais. Assim, os governos equacionaram o Terrorismo de Estado (simultaneamente seletivo e indiscriminado, o que lhe garante um efeito de irradiação social) com mecanismos de criação de consenso social. Consenso este que seria obtido, em parte, mediante concessões de benefícios materiais a setores da população. Mas, além disso, não podemos esquecer o peso exercido pela propaganda maciça exercida desde e para o Estado, por seus agentes, mas também por seus colaboradores (mídia, personalidades artísticas, lideranças civis, etc.), em combinação com instrumentos tais como a censura, a repressão, a desqualificação, a criminalização, a demonização e, em alguns casos, até o extermínio físico daqueles tidos como opositores mais perigosos.

A combinação e interação desses fatores não somente possibilitou a hegemonia do poder, como também delineou o nível de sucesso ou aceitação dos regimes ditatoriais do Cone Sul que aplicaram o terror de Estado, moldando o *teor positivo ou negativo* da sua imagem e garantindo a permanência desta construção tanto no plano subjetivo quanto na memória coletiva. Especificamente no caso brasileiro, não era incomum ouvirmos (e até ouvimos ainda!) em expressões orais e escritas do *senso comum* (ecoa até mesmo em meios acadêmicos), a percepção de que, apesar da violência, dos abusos e da corrupção da ditadura, o saldo do regime militar foi *positivo*, seja porque possuía um projeto de desenvolvimento que deixou um “legado” ao país, ou porque teve um relativo sucesso em matéria econômica, ou porque havia mais “ordem e segurança”...

Em outras palavras, pode se dizer que, em determinados grupos sociais se exerceu (e se exerce ainda) uma clara relativização do emprego sistemático do terror, das arbitrariedades e dos crimes cometidos pela ditadura, e nessa relativização (que ora beira a banalização, de tão grosseira), que se traduz em um mero “balanço” entre os crimes e as benesses do regime, os segundos terminam geralmente ofuscando os primeiros, de modo a gerar uma hierarquia um tanto inversa. Aqui no Brasil, o terror e o

“milagre econômico” foram instrumentos de dominação e cooptação, em tese opostos, mas utilizados de modo complementar. Todavia, ao contrário de outros países vizinhos, o terror foi administrado de forma mais específica e aplicado com precisão quase cirúrgica, principalmente se comparado com a extensão e a profundidade do terror estatal aplicado na Argentina.

Ao contrário da ditadura argentina, a ditadura brasileira soube focalizar precisamente na sua mira os sujeitos considerados alvos da repressão e, assim, direcionar verticalmente a aplicação dos mecanismos do terror. Entretanto, esse caráter pontual da violência repressiva no Brasil não significa que o regime tenha sido “brando”, se comparado aos outros regimes ditatoriais e, por extensão, “melhor” que eles. Se a ditadura brasileira torturou, assassinou e ocultou os cadáveres de seus oponentes em *menor proporção* do que a ditadura vizinha foi porque considerou que não havia *necessidade* concreta de fazê-lo em grande escala.

Assim sendo, independente das comparações “estatísticas” de contagem de mortos e/ou desaparecidos que possam ser efetuadas entre as ditaduras de Segurança Nacional para medir um suposto grau de brutalidade de tal ou qual regime, o que deve ser observado, em tais regimes, são características estruturais, tais como a sistematização e aplicação da tortura em grande escala, a racionalidade da repressão, a metodologia “científica” do terror, suas justificativas políticas e o arcabouço ideológico empregado foram muito similares em todas as ditaduras do Cone Sul.

Passados cinquenta anos, não se pode negar que o nosso país (em similar sintonia com o nosso subcontinente) passou por consideráveis mudanças históricas e que estas contribuíram para modificar a percepção da atual sociedade brasileira sobre aqueles tempos passados. No plano político-institucional, e especialmente nos últimos anos, com a assunção de governos mais identificados com as questões sociais e historicamente vinculados àqueles setores progressistas ou de esquerda e que participaram ativamente do polarizado cenário político dos anos 1960 e 1970 se reacendeu o debate sobre o incômodo passado recente, um debate postergado e ofuscado no imediato pós-ditadura. Em novembro de 2011, foi criada a Comissão Nacional da

Verdade (CNV)¹, após anos de embates políticos entre militares e civis para definir alcances e limites de atuação que essa Comissão teria. Tal iniciativa, mesmo que tardia, exemplifica esse olhar atual do Poder Executivo com relação a medidas vinculadas à questão da memória e a busca da verdade histórica, em nome de uma reconciliação nacional efetiva.

No entanto, em função da condenação do Brasil na Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), no final de 2010, as ações do Estado brasileiro nesse sentido deveriam ser mais aprofundadas. No entendimento da CIDH, não basta apenas à criação da CNV ou facilitar o acesso à documentação repressiva pelas vítimas, seus familiares e também a pesquisadores em busca de informação antes proibida. O que é fundamental é que o Estado brasileiro remova todos os obstáculos jurídicos para poder “conduzir eficazmente a investigação penal dos fatos do presente caso, a fim de esclarecê-los, determinar as correspondentes responsabilidades penais e aplicar efetivamente as sanções e consequências que a lei disponha”². E isto significa, segundo especialistas da área jurídica, começar pela anulação da Lei de Anistia de 1979³.

Cabe recordar que, ao longo da década de 1980, o Estado brasileiro advindo “democrático” procurou colocar uma “pedra” sobre os crimes da ditadura. Certamente que a assimétrica Lei de Anistia, duramente negociada entre a ditadura (ainda na posse das rédeas do poder) e alguns setores da “elite” da oposição, no marco de um progressivo descontentamento geral da população com o regime (especialmente após evidenciar os limites do “milagre”) não deixava margem de manobra para tais discussões, o que redundou em “perdão incondicional” aos agentes da repressão e uma incontestável vitória dos setores da “linha dura” militar, que permaneceram impunes.

¹ Lei 12.528/2011. A CNV iniciou os seus trabalhos em maio de 2012.

² CIDH, Caso Gomes Lund e outros (“Guerrilha do Araguaia”) Vs. Brasil, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas, sentença de 24 de novembro de 2010, Série C, nº 219, parágrafo 256. Citado por GOMES, Luis F. disponível em: <http://www.conjur.com.br/2011-mar-10/coluna-lfg-lei-anistia-viola-convencoes-direitos-humanos>

³ Lei nº 6.683, de 28 de agosto de 1979.

Por outro lado, deve se apontar que, sob a justificativa de não atrapalhar o processo de transição para um Estado democrático de direito, os governos civis evitaram enfrentar o poderio militar, bem como tocar no problema da sujeição das Forças Armadas às regras do jogo democrático. Por fim, não se pode obliterar que parte considerável da elite (em especial os políticos e empresários) e da classe média brasileira era também comprometida, direta ou indiretamente, e em maior ou menor grau, com o regime ditatorial progressivo, o que explicaria seu interesse em “esquecer” determinadas ações e alianças do passado que não lhe seriam adequadas nem favoráveis naquele ambiente de devir “democrático”. Nesse sentido, a “amnésia histórica” converteu-se em prática oportuna e corrente de distintos setores sociais.

Nos dias atuais, é possível evidenciar que o Estado brasileiro, pelo menos na figura do poder executivo, efetuou “um passo a frente” no sentido de responder às históricas demandas pelo direito à memória e à verdade. Mas, haverá por parte das outras instâncias do Estado um “segundo passo”? Isto é, como enfrentar a demanda por justiça? Esta questão primordial ainda carece de resposta efetiva. O poder judiciário, até o momento, tem recuado diante desta problemática, especialmente no que tange a revisão da Lei de Anistia, pois o Superior Tribunal Federal continua a ratificá-la, à revelia de instância jurídica internacional e em claro desrespeito aos Tratados Internacionais de Direitos Humanos dos quais o Brasil é signatário.

Neste sentido, porém, a demanda por justiça tem lugar na pauta da atual agenda das novas gerações que participam dos movimentos sociais. Se durante décadas as reclamações pelos crimes da ditadura se restringiram a círculos de vítimas e seus familiares, ex-presos políticos, militantes ou a organizações de direitos humanos, esta questão agora transcende este núcleo inicial, impregnando e polarizando o debate nos distintos âmbitos do tecido social. E neste contexto favorável à memória, não estranhamente, surgem as outrora silenciadas “memórias subterrâneas” dos sobreviventes desse passado traumático e que hoje encontram eco, tanto com a juventude, interessada em conhecer um passado que lhes foi “negado”, quanto com

os historiadores (e outros pesquisadores das áreas humanas) interessados em produzir conhecimento sobre esses temas em meio a esse processo de emergência de antigas questões e revalorização das experiências daquele tempo passado. Ou seja, preocupados em compreender por que esse passado não elaborado “teima em passar”, aflorando em determinados contextos e nos relembrando permanentemente da sua vigência.

Ao encontro deste momento histórico tão significativo, a *Revista Albuquerque* dedica este Número 11 a temática das **Ditaduras de Segurança Nacional no Brasil e Cone Sul**, com o Dossiê intitulado: **O Golpe de 1964: Reflexos, Desdobramentos e Olhares Cinquenta Anos Depois**. Embora inicialmente focado na experiência ditatorial brasileira, em virtude da data a ser rememorada, este Dossiê pretende abordar a temática desde uma perspectivamais abrangente. Não somente em termos de expressar a diversidade de olhares e enfoques possíveis sobre as ditaduras partindo de prismas teóricos e metodológicos distintos. Mas especialmente em termos de ampliar o recorte geográfico ao incluir pesquisas históricas sobre/ou os “nossos vizinhos” da região, por entender que existem interconexões, elementos em comum que, independente de particularidades, vinculam as distintas experiências ditatoriais do Cone Sul entre as décadas de 1960 e 1980.

O presente Dossiê inicia com o texto de Carlos Artur Gallo “**Comissões da Verdade em Perspectiva: notas sobre a experiência uruguaia, chilena e argentina**”, em que o autor, após historicizar sobre o período autoritário na Argentina (1976-1983), no Chile (1973-1990) e no Uruguai (1973-1985) nos estabelece, em escala comparativa, uma análise concisa sobre as distintas formas que os países do Cone Sul enfrentaram a problemática que encerra a trinômia memória, verdade e justiça, nos seus respectivos processos de democratização, na tentativa de fazer face aos problemas do “legado” do passado ditatorial.

O artigo de Jefferson Gomes Nogueira, “**História, imprensa e a construção da realidade durante o regime militar no Brasil (1964/1985)**”, aproxima-nos mediante o estudo da produção histórica sobre a imprensa e o regime militar no Brasil, dos mecanismos e agentes utilizados (censura,

propaganda, censores, jornalistas, etc.) tanto pelo aparato estatal repressor, quanto pelos seus colaboradores privados para construir uma “realidade” parcial e conveniente que lhe possibilitasse atingir a hegemonia e o controle social pretendido.

Desde uma perspectiva estadual, Cristina Medianeira Ávila Dias, discorre sobre **“O terrorismo de Estado (TDE) no Rio Grande do Sul: perseguição, prisão e tortura de militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)”**, utilizando como ponto de partida, o surgimento de um grupo armado de esquerda, no extremo sul do Brasil, e estabelecendo a relação deste com o desenvolvimento e a consolidação da estrutura repressiva montada pelos órgãos de segurança para combater as atividades das forças que resistiam ao regime, bem como aborda a metodologia empregada pelo aparato repressivo.

Já Enrique Serra Padrós nos apresenta, em seu artigo, uma reflexão sobre um tema delicado e pouco abordado, aqui no Brasil em particular: “A guerra contra as crianças: práticas de sequestro, desaparecimento e apropriação de identidade no século XX”. Nesse artigo, focaliza as experiências do sequestro de crianças durante as ditaduras de Segurança Nacional da Argentina e do Uruguai, ocorridas entre as décadas de 1970 e 1980, uma das mais brutais práticas do Terrorismo de Estado platino inserido na lógica da captura do “butim de guerra” e vinculado aos projetos de “refundação” social trazidas no bojo ideológico de tais ditaduras. Além disso, Padrós contextualiza e estabelece uma relação desta prática criminosacom outras experiências correlatas (na Europa ocupada pelo nazismo, na Espanha de Franco e nos recentes conflitos armados da África), no transcorrer do século XX e início do XXI, apontando a persistência destes mecanismos de opressão social, os profundos traumas por eles gerados e como tais crimes se projetam ao longo do tempo, incidindo sobre diversas gerações.

O artigo de Ananda Simões Fernandes e Silvia Simões, **“Apontamentos acerca da conexão repressiva entre as ditaduras brasileira e chilena”**, perscruta a multifacetada e complexa rede de conexão repressiva entre as ditaduras brasileira e chilena, chancelada após a vitória do golpe de Estado chi-

leno, em 11 de setembro de 1973. A pesquisa das autoras, baseada em fontes primárias, centra sua análise na atuação combinada de organismos brasileiros e chilenos nos mais diversos âmbitos (policiais, diplomáticos, etc.) em sua colaboração na luta contra a “subversão”, e como essa conexão se consolidou em direção à formalização de uma rede orgânica e transnacional de repressão extraterritorial, que envolveria o conjunto das ditaduras do Cone Sul, e que passaria para a história da região como a “Operação Condor”.

A autora Caroline Silveira Bauer, no texto **“Um passado que não passa: a persistência do crime de tortura na democracia brasileira”**, diseca uma das ferramentas mais amplas e intensamente utilizadas pelo Estado terrorista brasileiro, a tortura. No entanto, o trabalho não se restringe sua análise ao período ditatorial somente, pois a autora excede os limites temporais da ditadura e incursiona sobre a permanência de tal prática abjeta até os dias de hoje. Um tema que nos leva a refletir duplamente. Por um lado, sobre as continuidades das práticas dos regimes ditatoriais sob o manto democrático e, por outro, sobre o próprio caráter e o alcance da nossa democracia.

Seguindo na dinâmica dos processos de transição das ditaduras para os regimes democráticos, Claudia Wasserman nos apresenta **“Democracia e ditadura no Brasil e na Argentina: o papel dos Intelectuais”**. A autora, cuja densa narrativa nos transporta até a década de 1980, foca seu olhar nos intelectuais brasileiros e argentinos, comparando e analisando o papel representado por estes, enquanto sujeitos políticos, sociais e históricos, no contexto da chamada redemocratização. Um período promissor em termos de efervescência social e cultural permeado pela retomada da discussão política e pela possibilidade de retorno daqueles que haviam padecido o exílio; mas que também foi uma era impregnada pela “cultura do medo”, pela desconfiança mútua entre os que haviam permanecido e aqueles que haviam partido ou obrigados a partir, bem como profundamente marcada pelas então recentes cicatrizes provocadas pelas experiências autoritárias.

Mario Hugo Ayala, em **“Los exiliados argentinos en Venezuela ante el inicio de latransición a la democracia en la Argentina”**, também efetua seu recorte temporal no período da transição, porém, desde outra inter-

-relação geográfica e transnacional: Argentina e Venezuela. Ele aborda especificamente o fenômeno do exílio dos argentinos (um dos mais numerosos exílios da região) perante às questões surgidas com a volta da democracia e os dilemas que esta apresentava, por exemplo, a possibilidade do regresso ao país, mas também o leque de problemas políticos, grupais e subjetivos que o “retorno” (ou *desexilio*) paradoxalmente gerava. O artigo de Ayala está embasado em ampla documentação, utilizando-se de testemunhos publicados e, principalmente, de materiais inéditos oriundos de fontes orais.

Encerra o nosso Dossiê a obra de Monica Piccolo Almeida, “**Agentes e Agências no Ocaso da Ditadura Empresarial Militar e a Reedição do ‘Milagre’**”. Nesse texto, a autora propôs-se a analisar as diretrizes que guiaram a política econômica da ditadura brasileira em sua derradeira etapa, o governo de João B. Figueiredo, utilizando como hipótese central que os intentos aplicados em matéria de política econômica pretendiam recuperar os níveis de crescimento da década anterior, buscando o ressurgimento do “milagre econômico”. No entanto, tais tentativas estiveram perpassadas por contradições inerentes ao próprio sistema capitalista e pelas formas que este adquiriu nas regiões periféricas e dependentes, bem como por disputas, em virtude de interesses diversos, dentre os grupos da classe dominante mediante a ação de agentes específicos, públicos e privados, inseridos diretamente ou não no seio do aparato estatal.

Desse modo, e seguindo uma perspectiva acadêmica plural e democrática, bem representada por esta diversidade e riqueza temática, assim como pelas distintas aproximações e análises do passado apresentadas pelos autores neste Dossiê (cada um partindo de abordagens teóricas e metodológicas diferenciadas), procuramos contribuir com a reflexão crítica e o debate histórico sobre o nosso passado recente e compartilhado aqui na região sul da América do Sul, promovendo o avanço do saber (dentro e fora da academia), bem como da produção historiográfica. Esperamos que o resultado final, este Dossiê Número 11 da *Revista Albuquerque*, agrade aos nossos leitores exigentes.



Dossiê

O golpe de 1964: reflexos,
desdobramentos e olhares
cinquenta anos depois

Comissões da Verdade em Perspectiva comparada: Notas sobre a experiência Uruguaia, Chilena e Argentina*

Carlos Artur Gallo**

Dividida em duas partes, a exposição abrange, inicialmente, uma breve análise sobre o período autoritário na Argentina (1976-1983), no Chile (1973-1990) e no Uruguai (1973-1985). Na sequência, verificam-se quais foram as principais políticas desenvolvidas em cada um dos países para, após a transição à democracia, tratar do tema da memória da repressão política, focando-se no trabalho das Comissões da Verdade.

Palavras-chave: Comissões da Verdade – Ditaduras Cívico-Militares na América Latina – Direitos Humanos – Memória da Repressão Política.

Introdução

Durante a Guerra Fria, em um contexto político internacional marcado pela polarização ideológica que potencializou a oposição direta dos modelos de Estado capitalista e socialista, ou, em outros termos, do Ocidente contra o Oriente, a política interna de diversos países latino-americanos foi reconfigurada, ocorrendo uma série

* Uma versão preliminar deste estudo foi apresentada na Mesa sobre “As transições para a democracia na América Latina”, realizada durante o VI Congresso Latinoamericano de Ciência Política e promovido pela Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP) em Quito, no Equador, em junho de 2012.

** Doutorando em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), galloadv@gmail.com

Organized into two parts, this study realizes, first, a little analysis about the authoritarian period in Argentina (1976-1983), Chile (1973-1990) and Uruguay (1973-1985). After, looking for the most important politics developed to deal, after the transition to democracy, with the memories

on the political repression, this study focus at the work of the Truth Commissions.

Keywords: Truth Commissions – Civil-Military Dictatorships in Latin America – Human Rights – Memory on the Political Repression.

de golpes de Estado, sendo instauradas ditaduras civis-militares no Brasil, no Uruguai, no Chile, e na Argentina. Dentre outros fatores, é possível referir que a reconfiguração do cenário político interno desses países deu-se, basicamente, com vistas ao alinhamento dos mercados nacionais aos novos padrões de expansão da economia capitalista internacional e no combate à suposta expansão do comunismo, que teria sido potencializada com a Revolução Cubana, em 1959¹

Com a chegada da 3ª Onda de Democratizações² à América Latina e o final dessas ditaduras, que, entretanto, não significou o final das violações aos direitos humanos no continente, parece interessante observar e analisar as diferentes formas como cada um dos países que viveu regimes autoritários foi trabalhando a memória das violações ocorridas. Em um sentido amplo, o presente estudo analisa as principais políticas públicas que, no período pós-ditatorial na Argentina, no Chile e no Uruguai, foram elaboradas com vistas ao tratamento da memória da repressão política praticada. Especificamente, o foco da análise detém-se no trabalho desenvolvido pelas Comissões da Verdade que funcionaram nos três países referidos.

¹ Conforme: ACUÑA, Carlos H.; SMULOVITZ, Catalina. O ajuste das Forças Armadas à democracia: sucessos, fracassos e ambigüidades no Cone Sul. In: JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (Org.). Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina. São Paulo: EDUSP/NEV, 2006; MARTINS, Luciano. A “liberalização” do regime autoritário no Brasil. In: O’DONNELL, Guillermo; SCHMITTER, Philippe C.; WHITEHEAD, Laurence (Org.). Transições do regime autoritário: América Latina. São Paulo: Vértice / Revista dos Tribunais, 1988; MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Em guarda contra o perigo vermelho: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva/Fapesp, 2002.

² HUNTINGTON, Samuel P. A terceira onda: democratização no final do século XX. São Paulo: Ática, 1994.

Dividida em duas partes, a exposição inicia com uma breve apresentação dos fatos mais marcantes do período autoritário argentino, chileno e uruguaio. Na sequência, são identificadas as principais políticas existentes em cada caso para tratar do tema das violações perpetradas pelo aparato repressivo. Com base nos dados e discussões apresentados procede-se, nas considerações finais, a uma breve comparação dos resultados decorrentes do trabalho das Comissões da Verdade.

As Ditaduras de Segurança Nacional no Uruguai, no Chile e na Argentina

Conforme estudo de Enrique Serra Padrós e Ananda Simões Fernandes³:

Com a chegada à presidência de Jorge Pacheco Areco, em dezembro de 1967, iniciou-se um crescente autoritarismo no Uruguai, com a utilização constante de medidas de exceção, técnicas repressivas e violência política. Durante o período da escalada autoritária neste país – que se estende até o golpe de Estado, em 1973 –, começaram a se manifestar os elementos que posteriormente seriam utilizados pela ditadura, e que a caracterizam como um regime baseado na promoção do Terrorismo de Estado.

Se desde 1890 as Forças Armadas uruguaias não intervinham diretamente na política interna do país, quando se deu o golpe de Estado no Uruguai, em 1973, a situação foi diversa⁴. Decorrente de uma crise política que teria sido iniciada em 1967, quando, no governo de Jorge Pacheco Areco (1967-1972), movimentos sociais e grupos de esquerda teriam se radicalizado, em 27 de junho de 1973 o presidente civil Juan María Bordaberry, apoiado pelas Forças Armadas, deu um “auto-Golpe de Estado” no

³ PADRÓS, Enrique Serra; FERNANDES, Ananda Simões. A gestação do Golpe no Uruguai: o governo Bordaberry e o papel dos militares (1972-1973). Estudos Ibero-Americanos, PUCRS, v.38, n.1, jan./jun. 2012, p. 28.

⁴ VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. Uruguai: autoritarismo e ditadura. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: Corag, 2006. p. 23.

país, fechou o Congresso e criou um Conselho de Estado para assumir as funções legislativas.

De acordo com o historiador Enrique Serra Padrós⁵, estudos sobre a ditadura uruguaia costumam apontar para a existência de três fases de desenvolvimento do regime autoritário. A primeira fase, que vai de 1973 até 1976, é marcada pela consolidação do Golpe e o aprofundamento das práticas repressivas, e culmina com o momento no qual o projeto político de Bordaberry entra em confronto com interesses das Forças Armadas, e estas lhe tomam o poder. A segunda fase, que se estende de 1976 até 1980, é marcada pela tentativa de subordinação da população uruguaia à Doutrina de Segurança Nacional (DSN), e se encerra justamente no momento em que as Forças Armadas organizam e perdem um plebiscito que propunha a elaboração de uma nova Constituição, essencialmente comprometida com a DSN. Após perderem o plebiscito, inicia-se a terceira e última fase da ditadura uruguaia, que vai de 1980 até 1985, e compreende o período em que ocorre a transição à democracia no país.

O processo de transição no Uruguai começou a ser posto em prática em julho de 1981, basicamente em virtude da deterioração do prestígio dos militares junto à sociedade. Nessa ocasião, as Forças Armadas apresentaram para alguns dirigentes políticos uma proposta de abertura política organizada em quatro pontos: 1º) ela seria realizada em três anos e contando com a participação de membros partidários em um Conselho de Estado; 2º) seria organizado um estatuto para criação de partidos políticos; 3º) haveria uma reforma constitucional; 4º) seriam realizadas eleições diretas⁶. Em 1984, quando foi concretizado o 4º item referido, iniciou-se o último ato da ditadura uruguaia, que se encerraria em 1985, com a posse do presidente eleito, Juan María Sanguinetti, do Partido Colorado.

⁵ PADRÓS, Enrique Serra. Uruguai: ditadura de segurança nacional e terror de Estado. In: _____ (Org.). Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente. Porto Alegre: Evangraf / UFRGS, 2013. p. 84.

⁶ VILLALOBOS, Marco Antônio Vargas. *Op. cit.* p. 29.

O golpe no Chile, embora também tenha sido levado a cabo no mesmo contexto internacional que os demais, se deu em um ambiente político-institucional diferente dos casos até agora analisados, uma vez que neste país já existia um sistema partidário consolidado pelo menos desde a década de 1930, quando havia sido estabelecido um “Estado de Compromisso” que garantia a estabilidade governamental⁷. O golpe foi possível, contudo, porque a partir de 1964, quando a Democracia Cristã chilena obteve ampla maioria, o pacto político que vinha sendo respeitado desde 1932 começou a ser deteriorado e, com a eleição do socialista Salvador Allende, em 1970, a crise se agravou.

No que diz respeito à transição chilena, a mesma se deu de forma organizada. A realização de eleições presidenciais, que ocorreriam em 1989, foi prevista na Constituição Federal promulgada em 1980. Em 1988, em um plebiscito que, também previsto na nova Constituição, seria realizado para que o povo decidisse se o ditador-presidente Augusto Pinochet continuaria no poder por mais 8 anos, votaram pelo “não”, e, no ano seguinte, elegeram seu novo presidente.

Sobre a transição no Chile, Francisco Rojas Aravena⁸ salienta que:

Após o triunfo do “não”, iniciou-se um processo de transição que partiu de um ponto muito diferente daquele de outras transições latino-americanas. No caso chileno, as Forças Armadas não foram derrotadas militarmente. Não estavam divididas e mantinham parcelas significativas de poder e autonomia. O projeto e o contexto constitucional não foi negado, apenas sofreu ajustes parciais. Finalmente, uma questão muito importante, as Forças Armadas deixavam o poder com uma auto-estima muito elevada. Além disso, cabe lembrar, a coalizão militar-civil que governou o país até 1990 obteve 43% dos votos no plebiscito.

O cenário sócio-político que tornou possível golpe civil-militar ocorrido na Argentina em 1976 está intimamente relacionado ao contexto polí-

⁷ ACUÑA, Carlos H.; SMULOVITZ, Catalina. *Op. cit.* p. 54-55.

⁸ ROJAS ARAVENA, Francisco. A detenção do general Pinochet e as relações civis-militares. In: D’ARAÚJO, Maria Celina; CASTRO, Celso (Org.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000. p. 133-134.

tico vivenciado no país a partir de 1955, no qual, e até 1972, militares não permitiam que políticos peronistas fossem eleitos para cargos importantes⁹. Em 1972, após grande pressão popular pela realização de eleições livres, os militares cederam, e foi eleito para Presidência da República Héctor José Cámpora, candidato peronista. Em 1973, Juan Domingo Perón, ex-presidente e líder popular argentino é reeleito para um terceiro mandato, assume o cargo e morre, deixando como sucessora a vice-presidente eleita (e sua esposa) María Estela Martínez (popularmente conhecida como Isabel Perón).

O período compreendido entre 1973 e 1976, que parecia despontar como uma fase promissora para a política argentina:

[...] foi marcado por disputas violentas entre os setores antagônicos do peronismo, tradicional movimento político. Nessa clivagem, os grupos vinculados ao espectro da esquerda passaram a ser caçados pelos extremistas de direita. Logo a sociedade encontrou-se submersa em um clima de pânico e insegurança, onde um cotidiano de atentados, sequestros e morte balizou a prática política nas ruas. À beira do colapso político e afundado numa vertiginosa crise econômica, o país deixava de ser um lugar “habitável”¹⁰.

Assim, em 24 de março de 1976, em meio à crise, e conjungando fatores como a existência das guerrilhas com a falta de controle estatal sobre os sindicatos e os problemas decorrentes de uma economia semifechada, as Forças Armadas argentinas concretizaram o sexto golpe de Estado ocorrido na história do país no século XX.

No início da década de 1980, o apoio civil que possibilitava a continuação dos militares no poder inicia sua derrocada. Somada à falta de apoio

⁹ ACUÑA, Carlos H.; SMULOVITZ, Catalina. *Op. cit.*; CAVAROZZI, Marcelo. Autoritarismo y democracia (1955-1983). Buenos Aires: Editores de America Latina, 1996; FERNÁNDEZ, Jorge Christian. Argentina 1976-1983: extermínio organizado de uma nação. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul*. Porto Alegre: Corag, 2006.

¹⁰ FERNÁNDEZ, Jorge Christian. O exílio argentino no Sul do Brasil e a conexão binacional repressiva entre Argentina e Brasil. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *Cone Sul em tempos de ditadura: reflexões e debates sobre a História Recente*. Porto Alegre: Evangraf / UFRGS, 2013. p. 205.

devido à intensidade da repressão e ao mau desempenho das políticas econômicas postas em prática pelo regime, a ditadura argentina ficou visivelmente abalada com a derrota na Guerra das Malvinas. A partir de então, a grande tensão existente faz com que a autoridade dos militares seja cada vez mais rapidamente reduzida, e, entre o final de 1982 e outubro de 1983 ocorra a transição, encerrada com a eleição de Raúl Alfonsín para Presidência.

Ainda que o período autoritário e o cenário transicional vivenciado nos países referidos tenha particularidades, no que se refere aos artifícios utilizados para consolidação desses regimes, contudo, vê-se que a neutralização dos opositores políticos foi obtida mediante a aplicação-consolidação da DSN¹¹. Neste sentido, a perseguição, a prisão, a tortura, a morte e/ou o desaparecimento de todas as pessoas que pudessem ser identificados como contrárias à manutenção dos regimes autoritários no poder, foram bastante utilizadas, tendo ocorrido, inclusive, a formação de uma conexão repressiva internacional, a “Operação Condor”, entre Argentina, Brasil, Chile, Uruguai e Paraguai.

Memória política, políticas de memória e Comissões da Verdade

Segundo Manuel Antonio Garretón¹², com o final da repressão política que era praticada pelo regime autoritário, a causa dos direitos humanos passa por um processo de realinhamento, que faz com que as políticas de direitos humanos também sejam pensadas de forma retrospectiva, isto é, com foco nas violações ocorridas. Cada país que passa por experiências traumáticas

¹¹ PADRÓS, Enrique Serra. Elementos constitutivos do Terror de Estado implementado pelas Ditaduras Cívico-Militares de Segurança Nacional latino-americanas. In: _____ (Org.). As ditaduras de Segurança Nacional: Brasil e Cone Sul. Porto Alegre: Corag, 2006; _____. Repressão e violência: segurança nacional e terror de Estado nas ditaduras latino-americanas. In: FICO, Carlos; et al. (Org.). Ditadura e democracia na América Latina: balanço histórico e perspectivas. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

¹² GARRETÓN, Manuel Antonio. Os direitos humanos nos processos de democratização. In: JELIN, Elizabeth; HERSHBERG, Eric (Org.). Construindo a democracia: direitos humanos, cidadania e sociedade na América Latina. São Paulo: EDUSP / NEV, 2006.

como as que foram vivenciadas durante as ditaduras de Segurança Nacional no Cone Sul elabora políticas públicas que tratam, de alguma forma, do saldo da repressão, dos legados autoritários que se mantêm nas novas democracias e, para resumir em uma palavra, das memórias do período.

Começando pelas políticas de memória formuladas e implementadas no Uruguai após a transição à democracia, parece importante destacar, inicialmente, que:

En el caso de las experiencias de violaciones sistemáticas desarrolladas durante la dictadura uruguaya, esta lucha por la memoria fue un largo proceso que lentamente rompió los cercos de las experiencias privadas de las víctimas, sus familiares y compañeros de militancia. En primer término se debió superar la indiferencia o negación mayoritaria de la sociedad uruguaya, hasta constituir, con el advenimiento de los compañeros de las víctimas al gobierno, un discurso también oficial pero que pretende consagrar una visión posible de los hechos. El periplo histórico uruguayo referido a las violaciones sistemáticas de los derechos humanos perpetrados por los agentes del Estado muestra un conflicto pretendido de historias oficiales o puntos finales que procuran de algún modo establecer de manera totalizadora una verdad definitiva sobre los hechos¹³.

Embora o processo de rememoração-resgate-reflexão possa ser referido como lento, note-se que, no Uruguai, políticas da memória começaram a ser realizadas logo após o final do período autoritário¹⁴. Ainda em 1985, foi criada a “Comissão Investigadora sobre a Situação de Pessoas Desaparecidas e Fatos que a Motivaram”. Passados seis meses desde o início dos seus trabalhos, a Comissão apresentou um relatório à Suprema Corte uruguaia, relatando que 160 pessoas haviam morrido devido à violência estatal perpetrada durante a ditadura. O alcance do relatório, embora tenha se tratado

¹³ MIRANDA, Javier (Coord.). Itinerários de los derechos humanos en el Uruguay 1985-2007: temas, actors y visibilidad pública. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer-Stiftung / CLAEH, 2009. p. 25.

¹⁴ BRASIL. Habeas corpus: que se apresente o corpo. Brasília: SDH/PR, 2010. p. 49-52; GALAIN PALERMO, Pablo. Justicia de transición: informes nacionales (Uruguay). In: AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela (Edit.). Justicia de Transición: con informes de América Latina, Alemania, Italia y España. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer-Stiftung, 2009. p. 391-414.

de uma política implementada em âmbito nacional, foi pequeno, visto que os trabalhos realizados por seus membros dedicaram-se exclusivamente à questão da identificação de desaparecidos políticos.

Posteriormente, duas leis foram editadas para tratar das violações ocorridas no Uruguai: a Lei de Anistia (Lei nº 15.737 de 1985) e a Lei de Caducidade (Lei nº 15.848 de 1986). A anistia uruguaia anistiara todos militantes envolvidos em crimes políticos, comuns e militares cometidos no país a partir de 1962. A Lei de Caducidade, destinada aos setores que sustentaram o golpe, e, dentre eles, dos agentes da repressão, declarou que, em nome da transição e da ordem, caducara o direito de punir estas pessoas. Duas tentativas de revogar esta Lei foram implementadas, sem sucesso, em 1986 e 2009. Apesar de não terem sido vitoriosos com os plebiscitos de 1986 e 2009, os setores que eram favoráveis à punição dos responsáveis pela repressão têm obtido certo êxito no Poder Judiciário uruguaio, onde, como consequência da absorção da normativa internacional de proteção aos direitos humanos, têm sido recentemente julgados e condenados alguns dos seus ex-ditadores.

Em 2000, outra medida implementada e que parece despontar como ponto de inflexão no tratamento do tema no Uruguai foi a criação, pelo presidente Jorge Batlle, de uma Comissão da Verdade chamada oficialmente de “Comissão para a Paz”. Vindo na esteira das tentativas do Governo Batlle esclarecer as circunstâncias do caso “Gelman”¹⁵, a Comissão foi criada através de um decreto no qual se estabeleceu que:

¹⁵ O caso “Gelman” relaciona-se ao processamento, junto à Corte Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), do caso de sequestro, morte e desaparecimento da militante política argentina María Claudia García de Gelman, nora do poeta argentino Juan Gelman, falecido em janeiro de 2014. Sequestrada nos marcos da Operação Condor em Buenos Aires em 1976 e grávida de sete meses, María Claudia foi levada para Montevideu, onde teve a filha María Macarena, e, pouco tempo depois de dar à luz à criança, desapareceu. Sua filha, María Macarena foi adotada ilegalmente e criada por uma família de oficiais uruguaio, tendo sua verdadeira identidade restabelecida somente no ano 2000. Em março de 2011 a CIDH condenou o Estado uruguaio a esclarecer as circunstâncias da morte e desaparecimento dos pais de María Macarena e a atribuir as devidas responsabilidades aos oficiais envolvidos no crime. Em março de 2012, o presidente do Uruguai, José Mujica, em cumprimento à determinação da sentença da CIDH reconheceu publicamente a responsabilidade do Estado uruguaio e pediu desculpas oficiais pelos crimes cometidos contra a família de María Macarena.

Se entende necesario para consolidar la pacificación nacional y sellar para siempre la paz entre los uruguayos, dar los pasos posibles para determinar la situación de los detenidos desaparecidos durante el régimen de facto, así como de los menores desaparecidos en similares condiciones¹⁶.

Com duração inicialmente prevista para atuar durante o período de 120 dias, a Comissão teve seu prazo de funcionamento ampliado. Quando chegou ao final do seu mandato, em abril de 2003, seus membros realizaram um novo e detalhado relatório sobre os casos de presos desaparecidos no país e nele sugeriram ao governo que revisasse sua legislação de forma que os crimes de tortura, genocídio e desaparecimento forçado fossem integrados à legislação nacional uruguaia¹⁷. Ainda que estas medidas possam ter sido identificadas como saldo positivo da atuação da Comissão uruguaia, é possível, contudo, apontar limitações atinentes aos resultados por ela produzidos.

Nesse sentido, ao tentar avaliar os resultados dos mecanismos adotados no Uruguai para tratar da questão da violência praticada durante e em nome do regime autoritário, Pablo Galain Palermo¹⁸ constata que:

Con la creación de la Comisión para la Paz [...] se procura “la paz del alma” y se pretende ofrecer información verídica y oficial a las víctimas para cumplir con los principios del derecho a la verdad y a la reparación, así como reconstruir la memoria colectiva. Sin embargo, esa información se limitó a los casos de desapariciones forzadas y no hizo referencia a los sistemáticos crímenes de tortura practicados indiscriminadamente a todos los detenidos durante la dictadura. Además, la Comisión para la Paz no tuvo potestades para determinar responsabilidades ni para investigar, por lo que la *verdad oficial* recabada es parcial y no tiene por ende capacidad para cerrar la transición.

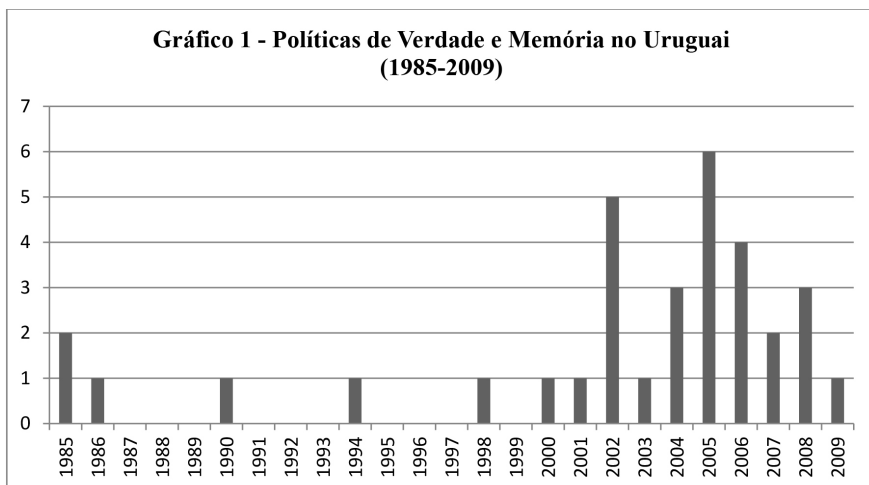
A despeito das limitações apontadas no trabalho da Comissão da Verdade, entre 1985 e 2009, o país teve 33 políticas (em âmbito nacional e local) voltadas à preservação-recuperação da memória e da verdade – ver

¹⁶ “Decreto que crea la Comisión para la Paz en Uruguay” *apud* MIRANDA, Javier. *Op. cit.* p. 33.

¹⁷ BRASIL. *Op. cit.* p. 50-51.

¹⁸ GALAIN PALERMO, Pablo. *Op. cit.* p. 411.

“Gráfico 1”. Com a sua implementação, foi possível: a) criar instituições vinculadas à proteção e proteção dos direitos humanos e das vítimas da repressão; b) difundir os acontecimentos do período autoritário, promovendo uma espécie de “pedagogia da memória”, que incentiva a produção de conhecimento sobre o tema; c) potencializar a gestão de documentos e arquivos; d) estabelecer data para rememorar pública e coletivamente os fatos ocorridos no país (“El día del Nunca Más”, fixado em 19 de junho); e) criar 4 espaços para memória; f) reconhecer publicamente casos de abusos cometidos pelo aparato repressivo; g) redefinir o uso e/ou alterar o nome de espaços públicos que tenham sido usados para violação aos direitos humanos e/ou cujo nome homenageasse pessoas que promoveram a violência política no Uruguai¹⁹.



Fonte: GARRETÓN KREFT; GONZÁLEZ LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 98.

A ditadura chilena terminou em março de 1990. Em abril, quando foi criada a “Comissão Nacional de Verdade e Reconciliação”, começou a ser trilhado o caminho das políticas da memória naquele país²⁰, fato este que

¹⁹ GARRETÓN KREFT, Francisca; GONZÁLEZ LE SAUX, Marianne; LAUZÁN, Silvana. Políticas públicas de verdad y memoria em 7 países de América Latina: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Paraguai, Perú y Uruguay. Santiago de Chile: Programa Derechos Humanos y Democracia / Facultad de Derecho / Universidad de Chile, 2011. p. 90-100.

²⁰ BRASIL. *Op. cit.* p. 44-49; GUZMÁN DALBORA, José Luis. Justicia de transición: Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 6 n. 11 p. 17-34, jan./jun. 2014

permite, portanto, que se diga que falar nos caminhos do Direito à Memória e à Verdade no Chile é falar sobre os resultados do trabalho da Comissão da Verdade. Também conhecida como “Comissão Rettig”, por ter sido presidida pelo advogado Raúl Rettig Guissen, a Comissão da Verdade chilena produziu um relatório sobre as maiores violações aos direitos humanos ocorridas entre 1973 e 1990 no Chile, e teve uma vigência de nove meses. Como decorrência desta primeira política de larga escala para recomposição-enfrentamento da memória do período autoritário chileno, encontra-se, em 1992, a criação da “Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação”.

Desde a sua criação, a Comissão Nacional de Reparação e Reconciliação reparou familiares de mortos e desaparecidos políticos, realizou programas de apoio social e legal à estas famílias; organizou centros de documentação sobre o período; promoveu a busca dos cadáveres das vítimas do aparato repressivo estatal; além de ter empreendido uma série de políticas educacionais voltadas para a consolidação do respeito aos direitos humanos. A partir de 2003, uma nova comissão (“Comissão Nacional sobre Prisão Política e Tortura”) também passou a reparar pessoas que foram presas e/ou torturadas pela ditadura. Quando o relatório produzido na primeira etapa de trabalhos desta nova comissão estava para ser publicado, em novembro de 2004, o Comandante-Chefe das Forças Armadas chilenas reconheceu publicamente a responsabilidade das Forças Armadas pelos crimes cometidos no passado autoritário.

Sobre a atuação das Comissões chilenas José Luis Guzmán Dalbora²¹ faz a seguinte avaliação:

Tanto la Comisión Nacional de Verdad y Reconciliación como la Comisión Nacional sobre Prisión Política y Tortura dieron cima a sus informes con un conjunto de propuestas de reparación, reconciliación y prevención. No todas, ni siquiera la mayoría, se han incorporado formalmente al ordenamiento jurídico. Las leyes aprobadas hasta el mo-

informes nacionales (Chile). In: AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel; ELSNER, Gisela (Edit.). Justicia de Transición: con informes de América Latina, Alemania, Italia y España. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer-Stiftung, 2009. p. 201-234.

²¹ GUZMÁN DALBORA, José Luis. *Op. cit.* p. 219.

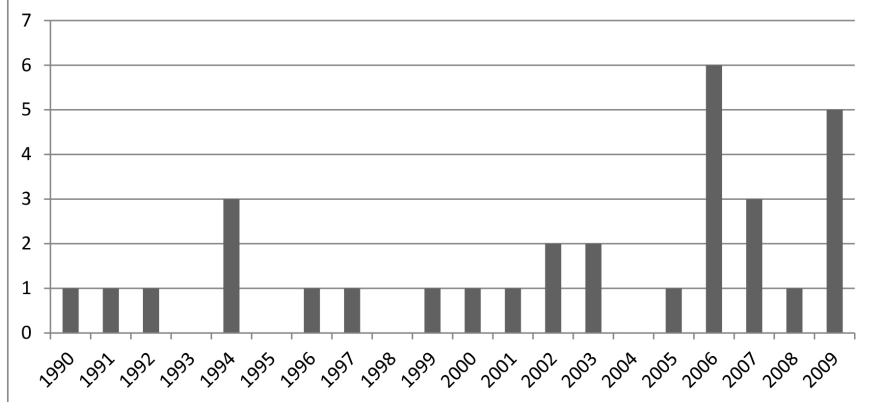
mento tratan del asunto más urgente, la reparación de las víctimas y sus familias. En cambio, no se divisan aún las modificaciones que demanda el ordenamiento jurídico para adecuarlo al derecho internacional de los derechos fundamentales, imprimir en el entero aparato público las valoraciones resultantes y sancionar convenientemente los atentados más graves contra los bienes jurídicos respectivos.

Apesar dessas críticas e, ainda, apesar de a Lei de Anistia chilena não ter sido revogada ou revista até a atualidade, processos judiciais baseados na normativa internacional, e que compreendem os crimes de tortura, morte e desaparecimento de pessoas como crimes contra a humanidade, têm permitido que alguns agentes sejam levados aos tribunais. O ditador Augusto Pinochet, entretanto, faleceu em 2006, sem ter sido definitivamente julgado em nenhum dos mais de 200 processos que tramitavam contra ele na Justiça chilena.

Entre 1990 e 2009, o Chile teve 31 políticas (todas em âmbito nacional) voltadas à preservação-recuperação da memória e da verdade – ver “Gráfico 2”. Com a implementação dessas políticas foi possível: a) criar instituições vinculadas à proteção e proteção dos direitos humanos e das vítimas da repressão; b) difundir os acontecimentos do período autoritário, promovendo uma espécie de “pedagogia da memória”, que incentiva a produção de conhecimento sobre o tema; c) potencializar a gestão de documentos e arquivos; d) criar 16 espaços para memória; e) criar datas alusivas à memória do período (“Día del Detenido Desaparecido”, “Día del Ejecutado Político”, e “Día Nacional contra la Tortura”) e suprimir o feriado pela “Unidad Nacional” (11 de setembro); f) reconhecer publicamente casos de abusos cometidos pelo aparato repressivo²².

²² GARRETÓN KREFT, Francisca; GONZÁLEZ LE SAUX, Marianne; LAUZÁN, Silvana. *Op. cit.* p. 61-69.

Gráfico 2 - Políticas de Verdade e Memória no Chile (1990-2009)



Fonte: GARRETÓN KREFT; GONZÁLEZ LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 67.

No que se relaciona às políticas de memória na Argentina, verifica-se que, de modo semelhante ao ocorrido no Chile e no Uruguai, estas também começaram a ser levadas em consideração e formatadas logo após o final do período de exceção²³. No processo de enfrentamento do passado autoritário argentino, contudo, é possível distinguir quatro fases distintas: 1ª) da Verdade e da Justiça; 2ª) da Impunidade; 3ª) da busca alternativa pela verdade; 4ª) do retorno à Justiça²⁴.

A primeira fase, “da Verdade e da Justiça”, inicia no final de 1983, quando o presidente Raúl Alfonsín edita os Decretos nº 157 e 158, que ordenava que líderes de organizações guerrilheiras e integrantes das juntas militares que governaram o país fossem julgados, e, além disto, criou a Comissão da Verdade argentina, denominada “Comissão Nacional sobre o Desaparecimento de Pessoas” (CONADEP). É neste período que, entre os

²³ BRASIL. *Op. cit.* p. 36-43; PARENTI; Pablo F.; PELLEGRINI, Lisandro. Justicia de transición: informes nacionales (Argentina). In: AMBOS, Kai; MALARINO, Ezequiel; EL-SNER, Gisela (Edit.). Justicia de Transición: con informes de América Latina, Alemania, Italia y España. Montevideo: Fundación Konrad-Adenauer-Stiftung, 2009. p. 133-152.

²⁴ CELS – Centro de Estudios Legales y Sociales. Derechos humanos en Argentina: informe 2010. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010. p. 62-65.

anos de 1983 e 1984, a CONADEP organiza um minucioso relatório dos casos de violações aos direitos humanos cometidos pela repressão argentina, relatório este, que, também conhecido como “Relatório Sábado” (por ter sido encabeçado pelo escritor Ernesto Sabato), foi publicado com o título “Nunca Más”. A repercussão da publicação foi muito grande na região, sendo a expressão “Nunca Más” exportada para todos os países que vivenciaram situações semelhantes às praticadas nas casas de detenção ilegal espalhadas pela Argentina.

Após essa primeira etapa de enfrentamento do tema das violações, a partir de 1987 a Argentina vivencia um retrocesso – a “Fase da Impunidade” – quando, ainda durante o Governo Alfonsín, são promulgadas as Leis de “Ponto Final” e “Obediência Devida”, e, posteriormente, sobrevém a concessão de indultos aos agentes da repressão por parte do presidente Carlos Menem. Paralelamente a esta “Fase da Impunidade”, a busca de outras formas de recompor a verdade dos fatos ocorridos no período autoritário fez com que se desenvolvesse a chamada “Fase da busca alternativa pela verdade”, na qual inúmeros processos judiciais que não buscavam a perseguição penal dos envolvidos nas violações foram movidos.

De um modo geral, e, como saldo do processo argentino, além do reconhecimento público das violações ocorridas, da concessão de reparação aos familiares de desaparecidos ou de pessoas que sofreram lesões graves decorrentes de tortura, da ampla divulgação dos fatos para que ninguém mais pudesse contestar a ocorrência destes crimes durante a ditadura, é de se notar que, entre avanços e retrocessos, a Argentina foi o primeiro dos países analisados a levar a julgamento e condenar seus ex-ditadores.

Para aprofundar os ganhos obtidos nesta área, contudo, foi necessária muita luta dos interessados até que, nos anos de 2003 e 2005, respectivamente, o Parlamento e a Suprema Corte argentinos declarassem inconstitucionais as leis que, posteriores aos decretos referidos, haviam suspenso a punibilidade dos agentes da repressão (as referidas Leis de “Ponto Final” e de “Obediência Devida”), dando início à quarta fase referida, “do retorno à Justiça”. No mesmo sentido, a partir de 2003 o presidente Ernesto Kirchner

revogou indultos concedidos pelo ex-presidente Menem a 277 violadores dos direitos humanos, permitindo, com base no direito internacional, a sua extradição para julgamentos.

Entre 1983 e 2009, a Argentina teve 50 políticas (em âmbito nacional, regional e local) voltadas à preservação-recuperação da memória e da verdade – ver “Gráfico 3”. Com a implementação dessas políticas foi possível: a) criar instituições vinculadas à proteção e proteção dos direitos humanos e das vítimas da repressão; b) difundir os acontecimentos do período autoritário, promovendo uma espécie de “pedagogia da memória”, que incentiva a produção de conhecimento sobre o tema; c) potencializar a gestão de documentos e arquivos; d) estabelecer datas para rememorar pública e coletivamente os fatos ocorridos no país (dia 24 de março, por exemplo, é celebrado nacionalmente o “Día de la Memoria por la Verdad y la Justicia”); e) criar 9 espaços para memória; f) reconhecer publicamente casos de abusos cometidos pelo aparato repressivo; g) redefinir o uso e/ou alterar o nome de espaços públicos que tenham sido usados para violação aos direitos humanos e/ou cujo nome homenageasse pessoas que promoveram o Terror de Estado na Argentina²⁵.



Fonte: GARRETÓN KREFT; GONZÁLEZ LE SAUX; LAUZÁN, 2011, p. 35.

²⁵ GARRETÓN KREFT, Francisca; GONZÁLEZ LE SAUX, Marianne; LAUZÁN, Silvana. *Op. cit.* p. 26-37.

Considerações finais

Os mecanismos implementados pelos países analisados ao enfrentarem o seu passado autoritário foram, conforme visto, tão variados quanto as experiências vivenciadas por cada um deles na vigência da repressão política. No que se relaciona às diferenças quanto ao contexto em que se deram os golpes de Estado na Argentina, no Uruguai e no Chile, e também como foi analisado, verifica-se facilmente que, a despeito delas, algo semelhante nos três casos escolhidos para o presente estudo foi o uso contínuo e deliberado da violência política com vistas à neutralização de todos aqueles que pudessem ser considerados opositores dos regimes civis-militares.

Comparando-se as políticas da memória implementadas em cada um dos países referidos, verifica-se também a existência de uma convergência no que diz respeito ao momento em que começaram a ser formuladas-implementadas políticas com vistas ao enfrentamento do tema da repressão. Nos três países, medidas de âmbito nacional foram formuladas e implementadas, com maior ou menor êxito, ainda no primeiro ano após a saída dos militares das estruturas de poder. Se, na sequência, problemas interpretativos atinentes às anistias (ou leis de impunidade) dos agentes da repressão junto ao Judiciário desses países pareceria despontar como outra constante nos casos analisados, esta questão, no entanto, parece ter sido solucionada de uma vez por todas unicamente na Argentina. Lá, a Suprema Corte declarou inconstitucionais as normas que impediam a responsabilização dos ex-ditadores pelos crimes cometidos em nome do regime civil-militar.

Ademais, como foi possível observar nos Gráficos apresentados, políticas públicas com vistas ao tratamento do “saldo” da repressão foram constantemente elaboradas nos países analisados. Se, por um lado, observa-se que há uma maior presença dessas políticas a partir do ano 2000, ou seja, num contexto onde a democracia se encontra aparentemente mais consolidada, convém notar, entretanto, que estas políticas elaboradas na primeira década do novo milênio parecem ter sido possíveis porque uma política mais ampla, as “Comissões da Verdade”, haviam sido criadas logo após o final da ditadura.

No que se relaciona especificamente às Comissões da Verdade analisadas, e, mesmo que alguns dos seus resultados obtidos sejam passíveis de crítica devido às limitações que os mesmos impuseram e/ou impõem ao aprofundamento das políticas existentes, talvez o mais importante a destacar seja que com a criação e funcionamento dessas estruturas: 1º) não sobreveio prejuízo à estabilidade política dos países que as assistiram; 2º) com a elaboração dos seus relatórios foi possível estabelecer pontos centrais que auxiliaram na formulação de novas políticas públicas destinadas à causa dos familiares de desaparecidos ou outras vítimas da repressão; 3º) auxilia-se a sociedade que vivenciou tais experiências bastante traumáticas a refletir coletivamente sobre o que se passou, visto que as Comissões serviram como complemento e/ou como impulso à utilização de outros mecanismos que, conjuntamente, resgatam fatos da história que haviam sido adulterados ou obscurecidos.

Dito isso, e, para finalizar, salienta-se que a presente exposição buscou, basicamente, realizar uma breve sistematização de dados sobre as formas como países que passaram por situações políticas semelhantes – e em períodos próximos, têm tratado do tema da memória da repressão. Neste momento é constatável que, entre avanços e retrocessos, conquistas importantes têm sido angariadas por aqueles que se engajaram, muitas vezes durante a repressão, na luta pelos direitos humanos na América Latina, posteriormente, acredita-se que estudos aprofundados com vistas à identificação das condicionantes dessas políticas merecem ser objeto de análises futuras.

Outras fontes:

URUGUAY. *Informe Final de la Comisión para la Paz*. Disponível em: <http://www.presidencia.gub.uy/noticias/archivo/2003/abril/Informe_fi-nal.doc>. Acesso em 2 de agosto de 2013.

História, imprensa e a construção da realidade durante o regime militar no Brasil (1964/1985)

*Jefferson Gomes Nogueira**

Durante quase todo o período do Regime Militar no Brasil (1964/1985) os meios de comunicação foram censurados e/ou utilizados pelo aparato estatal repressor, como eficiente mecanismo de controle social. A ação dos censores não se limitava a coibir a publicação de notícias contrárias ao regime, mas se destinava, também, a divulgar fatos que fossem úteis na construção da realidade que convinha ao Sistema. Através da análise da produção histórica sobre a imprensa e o regime militar no Brasil, objetivamos demonstrar como a imprensa escrita foi utilizada nesse processo da “construção da realidade” durante os longos 21 anos de regime militar no Brasil.

Palavras – chave: Regime militar – imprensa – censura.

During the whole period of the military regime in Brazil (1964/1985) the media were

A produção histórica sobre a imprensa e o regime militar no Brasil

Os efeitos da mídia eram considerados relevantes nos anos 30, devido à Depressão e ao fato de que a situação política que determinou a guerra criava um terreno fértil para a produção de um certo tipo de efeitos. Do mesmo modo, a tranquilidade

* Mestre em História Social das Relações Políticas. Mestrando em Educação/ Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. historiasocial2009@yahoo.com.br

censored and / or used by the repressive state apparatus, as an efficient mechanism of social control. The action of the censors did not just restrain the publication of news contrary to the scheme, but was also intended to disclose facts that were useful in the construction of reality that suited the system. Through analysis of historical pro-

duction on the press and the military regime in Brazil, we aimed to demonstrate how the printing press was used in the process of “construction of reality” during the 21 long years of military rule in Brazil.

Keywords: Military regime - media - censorship.

dos anos 50 e 60 conduzia a um modelo de efeitos limitados. Ao final dos anos 60, um período de conflitos, tensões políticas e crise econômica contribuiu para tornar a estrutura social fundamentalmente vulnerável e permeável à comunicação dos meios de massa¹

A ditadura militar implantada no Brasil em março/abril 1964, através de um golpe civil/militar², mergulhou a sociedade brasileira num contexto histórico marcado por perseguições políticas, incertezas, medos e abusos de autoridade e poder de toda ordem. Os atores políticos envolvidos naquele episódio histórico, principalmente os militares de alta patente, dão suas versões sobre os fatos através de depoimentos e publicações próprias, tentando justificar a necessidade de se chegar ao extremo que foi a tomada do poder através de um golpe.

A produção histórica sobre acontecimentos posteriores ao golpe civil/militar de 1964 marca uma nova fase de estudos sobre aquele período e possui suas peculiaridades. Essa produção historiográfica está inserida no contexto da chegada da chamada *Nova História* ao país, o que “[...] não viria a ser uma produção fortemente influenciada pelo marxismo ou pela segunda fase dos *Annales*”³.⁴

¹ Carey, 1978, *apud*. Wolf, 2003, p.49.

² O termo Golpe civil/militar é utilizado pelo historiador Carlos Fico devido coalizão de forças, civis e militares, que culminou com a derrubada do Presidente João Goulart.

³ A revista dos *Annales* foi fundada em 1929, através de um movimento surgido na França tendo como principais mentores Marc Bloch e Lucian Febvre.

⁴ FICO, Carlos. As controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 24, n. 47, 2004, p. 40.

Abandonando explicações fundadas em conceitos como os de ‘classe social’, ‘modo de produção’, ‘estrutura econômica’ ou ‘estrutura social’, os historiadores do que se convencionou chamar de “Nova História” buscavam uma estratégia cognitiva (mais do que uma perspectiva teórico-conceitual) que enfatizasse o indivíduo, seu cotidiano, suas emoções, sua ‘mentalidade’, sua ‘trajetória de vida’ etc., opções que, obviamente, não incidiram apenas sobre os estudos relativos à ditadura militar, mas sobre todo o escopo de estudos históricos aqui e alhures.⁵

Apesar de se tratar de uma história muito recente, que tem muitos pormenores ainda não esclarecidos devido à falta de acesso às fontes documentais que poderiam elucidar melhor muitos acontecimentos daquele período⁶, principalmente os ligados aos grupos de guerrilha que aderiram à luta armada como forma de oposição ao regime militar, há uma vasta produção histórica sobre o golpe de 1964 e o regime autoritário implantado e consolidado através dos diversos Atos Institucionais (AI). Segundo levantamento do Grupo de Estudos sobre a Ditadura Militar (GEDM) da Universidade Federal do Rio de Janeiro, entre os anos de 1971 e 2000, foram produzidos diversos trabalhos acadêmicos, sendo que destes “[...] 214 teses de doutorados e dissertações de mestrados sobre a história da ditadura militar, 205 delas no Brasil e as restantes no exterior”⁷.

Toda essa produção está relacionada ao interesse e ao fascínio que o tema suscita, pois quanto mais se pesquisa e estuda o regime militar, mais se percebe que há muito a ser esclarecido. O crescimento dos estudos que tomaram a temática da ditadura militar, da luta armada e do pensamento militar brasileiro, abrange focos de diferentes interesses:

[...] os principais focos de interesses foram os movimentos sociais urbanos (27 trabalhos), os temas da arte e da cultura (também com 27 trabalhos), a economia (25) e os assuntos relacionados à esquerda e à

⁵ *Idem*.

⁶ Espera-se que com os trabalhos da Comissão Nacional da Verdade possam ser disponibilizados documentos e depoimentos mais elucidativos sobre o que aconteceu naquele período histórico.

⁷ FICO, Carlos. *Op. cit.*, p. 40-41.

oposição em geral (20 teses e dissertações). Em seguida vem a imprensa (15), a censura (13), a crônica dos diversos governos (11), o movimento estudantil (8) e o estudo do próprio golpe (6), entre outros temas⁸.

Carlos Fico destaca que a grande presença de teses e dissertações sobre os movimentos sociais urbanos talvez indique a transição entre o antigo predomínio acadêmico do marxismo e a voga em torno da *Nova História*. “Nas teses sobre o movimento operário a partir do ano de 2000, apresentam abordagens típicas da “Nova História”, como a memória e as práticas culturais ou o recurso a fontes não convencionais como a charge”⁹.

Em *Versões e Ficções: o Sequestro da História*¹⁰, temos o relato de autores que participaram ativamente da luta armada, numa versão crítica da idéia do romantismo revolucionário que está contida em alguns livros e filmes, como é o caso de “O que é isso companheiro?”, do Deputado Federal e jornalista Fernando Gabeira. Segundo João Quartim de Moraes, esse livro constitui um “antídoto contra a banalização e pasteurização da resistência revolucionária à ditadura militar”.

Na história contata pela esquerda, Carlos Fico destaca que depoimentos como os de Fernando Gabeira e Alfredo Sirkis contribuíram para a mitificação da figura do ex-guerrilheiro, por vezes tido como romântico ou tresloucado, diluído no contexto cultural de rebeldia típico dos anos 60, algo que não condiz com as efetivas motivações da assim chamada “luta armada”.

Com a obra *Combate nas trevas. A esquerda Brasileira: Das ilusões perdidas à luta armada*, Jacob Gorender¹¹ sempre procurou fazer o que muitos militantes marxistas brasileiros pregavam mas não conseguiam, que

⁸ *Idem*, p. 41.

⁹ *Idem*.

¹⁰ VERSÕES E FICÇÕES: o Sequestro da História reúne textos sobre a ditadura militar no Brasil, de autores que acompanharam os fatos históricos referentes aquele período, dentre eles, alguns participaram de ações armadas, como o sequestro do embaixador norte-americano em 1969. Editora Fundação Perseu Abramo, 1997, 2ª ed. SP.

¹¹ Importante militante do Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro (PCB). Fundador do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário. (PCBR), em 1968, juntamente com Mário Alves e Apolônio de Carvalho. Morreu aos 90 anos, no dia 11 de junho de 2013.

era aliar a formação política à prática. Considerado por muitos como um dos mais importantes historiadores marxistas do Brasil, Gorender escrevia com a autoridade de quem conheceu os porões da ditadura, foi preso e torturado pelo regime militar.

[...] A análise marxista mais conhecida sobre o golpe de 1964 provém de Jacob Gorender. *Combate nas Trevas*, livro divulgado em 1987, tinha por objetivo central o estudo da esquerda em geral e da luta armada em particular. Gorender enfatizou a “ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo” que representava a “luta armada” no Brasil.¹²

Gorender, ao contrário de muitos autores considerados de esquerda, que preferem indicar a inexistência de uma situação de risco que antecesse ao golpe militar/civil de 1964, destaca que no período que antecedeu ao golpe havia sim uma pré-disposição da esquerda radical brasileira em tomar o poder através de uma revolução; portanto existia sim uma real “ameaça à classe dominante brasileira e ao imperialismo”.

[...] Nos primeiros meses de 1964 esboçou-se uma situação pré-revolucionária e o golpe direitista se definiu, por isso mesmo, pelo caráter preventivo. A classe dominante e o imperialismo tinham sobradas razões para agir antes que o caldo entornasse.¹³

A censura à imprensa durante o regime militar, mais especificamente durante o período de maior intensificação da resistência armada ao governo militar, também foi objeto de estudo e fascina intelectuais de diversos campos do saber. Verificar como a imprensa lidou com a chamada censura prévia, como era a convivência entre os jornalistas e os censores do governo nas sedes dos principais editoriais da grande imprensa; quais foram as estratégias utilizadas para se burlar esta censura e demonstrar para o leitor que tais assuntos eram proibidos e estavam censurados; tudo isso instiga o pesquisador e o convida a mergulhar num emaranhado mundo onde a informação e a manipulação da verdade através da palavra escrita se tornou uma ferramenta importante na luta pela manutenção do poder.

¹² FICO, Carlos. *Op. cit.*, p. 49.

¹³ GORENDER, Kacob, *apud* FICO, Carlos. *Op. cit.*, p.49.

Toda censura impede que se circulem as notícias e, em consequência, a formação das idéias e análise crítica sobre determinado tema. A censura durante o regime militar acobertava a violência cometida contra os opositores ao regime. A censura era multifacetada, ora explícita direta e com remetente certo; ora oculta escamoteada em bilhetinhos circulando de mão em mão dentro das redações, com proibições sem mesmo se saber quem as havia determinado. Às vezes eram proibições inquestionáveis, atendidas ao pé da letra e muitas das vezes ampliadas para outros assuntos correlatos por iniciativa da própria direção do jornal que não queria se comprometer com os Órgãos de Segurança e Informação ou com a justiça militar.

Em *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)*¹⁴, Paolo Marconi traz uma análise do comportamento da imprensa brasileira que sofreu não só com a censura oficial dos órgãos de segurança, mais, sobretudo com a chamada censura patronal, “[...] feita até com maior rigor, persistência e eficácia”¹⁵. Essa obra apresenta uma análise crítica do papel e do comportamento da imprensa durante o regime militar, sob a ótica de quem vivenciou, como jornalista, os tempos mais difíceis daquele período, onde o não pensar, o não informar e o não questionar eram as regras do jogo. O autor apresenta uma série de cópias de documentos da censura que chegavam as redações dos principais jornais e revistas do país, bem como uma relação de conteúdos proibidos e das uma ordenação esquemática das principais ordens recebidas.

O discurso da imprensa, a censura e a construção da realidade durante o regime militar

Num contexto de conflito político em que estava mergulhado o Brasil após 1964, a utilização dos meios de comunicações era vital para a manu-

¹⁴ MARCONI, Paolo. *A Censura Política na Imprensa Brasileira (1968-1978)*. São Paulo: Global, 1980.

¹⁵ *Idem*, p. 11.

tenção da ordem imposta pelos militares. Os jogos com as palavras faziam toda a diferença no resultado final, ou seja, na percepção do leitor. As palavras eram tecidas como que “fios ideológicos” que serviam para toda a trama das relações sociais e em todos os domínios. A palavra assumia conotação diferente em função do contexto em que era utilizada. Dessa forma, a substituição de palavras como, guerrilheiro por terrorista; assalto por expropriação; grupo por bando; assassinato por “justiçamento” ou suicídio; contestação por subversão; oposição política por inimigo interno etc., eram artifícios utilizados para desqualificar e deslegitimar um dos lados no jogo conflituoso pelo poder.

Havia, naquele período, uma situação de controle social específico sobre determinados temas e uma campanha informativa, ideologicamente preparada sob a luz da Doutrina de Segurança Nacional, que passava da situação de comunicação mais “normal” da vida cotidiana do país, para a produção e difusão diária de mensagens de massa, principalmente com o intuito de mascarar os fatos em detrimento da realidade dos mesmos.

O controle acirrado dos meios de comunicação foi determinante para o desmantelamento das organizações de esquerda que aderiram à luta armada no Brasil na década de 60, funcionando como um excelente meio de controle social. A manipulação da palavra escrita, da informação e das notícias através do controle dos meios de comunicação de massa, possibilita e

[...] reforça o controle social nas grandes sociedades urbanas, nas quais o anonimato das cidades enfraquecem (sic) os mecanismos do comportamento anormal, ligados ao contato informal face a face”¹⁶.

Aquino¹⁷ destaca que na história republicana do Brasil, somente em dois momentos a ação da censura política se deu de forma contínua, sendo exercida de maneira constante durante um período determinado: no Estado

¹⁶ WRIGHT, 1960, *apud* WOLF, Mauro. Teorias das comunicações de massa. São Paulo: Martins Fontes, 2003, p.56.

¹⁷ AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário (1968/1978). São Paulo: EDUSC, 1999.

Novo, de Getúlio Vargas (1937-1945), e durante o regime militar¹⁸ instaurado em 1964, sendo que nesse último período, o marco da censura foi lentamente instituído a partir de 13 de dezembro de 1968, com o AI5. “Na data da edição do Ato, o ESP, [O jornal Estado de São Paulo] preparou o editorial “Instituições em Frangalhos”, que acabou sendo responsável pela apreensão de O ESP e do Jornal da Tarde”¹⁹.

Num primeiro momento, no início da repressão aos meios de comunicação, a censura atuava indistintamente sobre todos os periódicos; entretanto, “De 1968 a 1972 tem-se uma fase inicial em que há uma estruturação da censura, do ponto de vista legal e profissional, em que o procedimento praticamente se restringe a telefonemas e bilhetes enviados às redações”²⁰.

Segundo Aquino, entre 1968 e 1978 a censura agia de duas formas: através de telefonemas diretos às redações - anônimos ou não - e ordens escritas - apócrifas ou não - direcionadas aos jornais de grande circulação diária, e ainda, através de “acordos” prévios fechados com os proprietários dos grandes jornais, nos quais foi instituída a chamada censura prévia²¹.

Instalando os censores na redação do periódico, sendo que estes, após a preparação de todas as matérias realizavam uma leitura, selecionando e cortando aquilo que, segundo suas instruções, não poderia ser divulgado. Esse foi o caso de O ESP e do Jornal do Brasil, cujas redações conviveram com os censores diariamente²².

¹⁸ É comum a utilização do termo “Estado Autoritário” para referenciar o regime político instalado no Brasil no pós-64. No entanto, alguns autores recorrem a outras terminologias para designar aquele período, como é o caso de Maria Helena Moreira Alves, em Estado e Oposição no Brasil, que utiliza o termo “Estado de Segurança Nacional”.

¹⁹ AQUINO, Maria Aparecida de. *Op. cit.*, p. 206.

²⁰ Em relação aos bilhetes e ordens telefônicas, baseando-se nos dados levantados por Paolo Marconi computam-se 497 registros entre 1969 e 1974. Todas as ordens eram transcritas nos chamados “livros negros”, onde eram registradas as ordens recebidas dos órgãos de segurança e pelos censores nas redações. AQUINO, Maria Aparecida de. *Op. cit.*, p. 212.

²¹ A censura prévia foi aplicada naqueles jornais que não respeitavam as ordens dos órgãos de segurança e continuavam a publicar matérias ou assuntos que incomodavam o Governo Militar.

²² AQUINO, Maria Aparecida de. *Op. cit.*, p. 224.

Em periódicos não diários, a censura era mais complexa, pois todo o material deveria ser enviado previamente para Brasília ou entregue pessoalmente na delegacia regional da Polícia Federal mais próxima da redação.

Como uma forma de resistir às investidas dos órgãos repressores da imprensa, e como uma forma de denunciar a repressão sofrida, alguns jornais preenchiam os espaços cortados pelos censores com uma tarja preta, com espaços vazios ou até com assuntos que causassem estranheza ao leitor.

Tal resistência adquiriu contornos mais nítidos e contundentes nas variadas e criativas formas de substituir os espaços deixados pelos cortes da censura. A estratégia de denúncia ultrapassou a mera dimensão temporal e, hoje, já faz parte da memória coletiva do país²³.

Quem sofreu mais com a repressão da censura foram os jornais da denominada imprensa alternativa, que juntos faziam coro de oposição clara e explícita ao regime militar. Os mais expressivos exemplos de imprensa alternativa daquele período, todos extintos pela repressão foram: Pasquim, Opinião e Movimento.

Em seu livro *Censura, Imprensa e Estado Autoritário (1968-1978), o Exercício cotidiano da dominação e da resistência O Estado de São Paulo e Movimento*, EDUSC: 1999, a Historiadora Maria Aparecida de Aquino retrata bem o processo de censura prévia e da auto-censura imposta ao Jornal o Estado de São Paulo,

[...] Em entrevista (11 Set 1989), com o professor e jornalista Oliveira S. Ferreira – na época, editor-chefe e, posteriormente, um dos diretores de O ESP (*O Jornal O Estado de São Paulo*) – aludiu ao fato de que eram comuns os telefonemas às direções do jornal, acentuando o que não poderia ser veiculado pelo mesmo. Portanto, durante certo tempo (1968 a 1972), O ESP acedeu em acatar ordens telefônicas até a ruptura, quando se instaurou a censura prévia.²⁴

Já a partir de 1968, principalmente após a edição do 5º Ato Institucional em 13 de dezembro, as represálias aos meios de comunicações que

²³ *Idem*, p. 256.

²⁴ *Idem*, p. 54 (grifo nosso).

não cumpriam as ordens das autoridades se intensificaram, e eram comuns as apreensões de jornais e revistas que continham, aos olhos dos censores, artigos ou notícias que afrontavam o regime militar.

Na noite de 13 de dezembro, o jornal [O Estado de São Paulo] recebe a visita da Polícia Federal que sugere a alteração do famoso editorial “Instituições em Frangalhos”; a postura do jornal é de resistência e recusa o que motiva a apreensão”²⁵.

Aquino relata que durante a abertura da 11ª Semana de Estudos de Jornalismo na Universidade de São Paulo, em 1970, discursando sobre o tema “Censura e Liberdade de Imprensa”, numa resposta sobre a liberdade de imprensa no Brasil a um dos presentes na platéia, o jornalista e diretor do jornal o Estado de São Paulo, Júlio Mesquita Neto respondeu:

Se o senhor lê o *Estado de São Paulo*, sabe que o jornal vem sendo editado praticamente sob protesto. Desde o dia 13 de dezembro de 1968 que não publicamos nosso primeiro editorial. Não comentamos matéria política por não dispormos de liberdade suficiente para dizer o que pensamos. O senhor aludiu à liberdade de publicação de notícias. Como jornalista, conhece o assunto. A verdade é que há uma censura e que essa censura frequentemente não permite a divulgação de uma série de fatos. Temos de agir nesse contexto. Publicamos o que, dentro do possível, podemos, e chegamos ao ponto de ter edições apreendidas na boca da rotativa. Isso aconteceu quando, num momento de excepcional gravidade, fizemos um editorial sobre a situação geral do país. É um fato. Contra a força não há argumentos.²⁶

Várias revistas de circulação semanal também sofreram censura, como foi o caso da Revista Veja, que teve inúmeros exemplares apreendidos por agentes da Polícia Federal. Com uma chamada “*Para o agente do DOPS a revista era comunista*”, no dia 12 de setembro de 1968, o Diário do Paraná anunciava a apreensão de um leitor da Revista Veja, logo após a chegada do seu primeiro exemplar nas bancas.

[...] O diário informou que um policial do DOPS tentou prender um jovem que lia a revista na rua – a primeira capa de Veja, sobre a crise no

²⁵ *Idem*.

²⁶ *Idem*, p. 54.

bloco soviético tinha a foice e o martelo (o símbolo comunista) sobre um fundo vermelho. De acordo com o jornal o leitor da revista comunista não aceitou entregá-la e foi agredido.²⁷

Em vários estados brasileiros a censura dos órgãos federais se fazia presente e ativa. Em Belo Horizonte, logo após a edição do AI5, a Revista Veja sofria nova apreensão.

Esse Telex, enviado em 16 de dezembro de 1968, pela sucursal de VEJA em Belo Horizonte à redação, em São Paulo, informava que a Polícia Federal estava apreendendo as revistas nas bancas de Minas Gerais, fato que, naquela manha, se repetia em todo o território nacional. A edição confiscada tinha como tema principal o anúncio do AI5, estampando na capa uma foto do Presidente Costa e Silva sozinho no Congresso.²⁸

Antes da publicação daquela revista, um agente “sensor” já havia visitado a redação e vetado a publicação de algumas declarações de políticos sobre o novo Ato Institucional.

Não adiantou, aquela edição foi banida das bancas de forma definitiva. A Editora Abril não recebeu nenhuma justificativa para a medida. O recolhimento da edição de Veja sobre o AI5 marca o início de um longo período de convivência com a censura, seriam oito anos de temas vetados, cortes nas reportagens e presença constante de sensores na redação.²⁹

Ao Ministério da Justiça cabia, através de decretos-leis, o respaldo legal de controle das informações veiculadas na imprensa de uma forma geral,

[...] com efeito, pelo Art. 50 do projeto, o Ministro da Justiça, por ato de império, tem a faculdade, entre outras, de determinar a apreensão de jornais e até de suspender-lhes a impressão, desde que, a seu talante, entenda que a publicação “constitua ou possa vir a constituir o meio de perpetração de crimes previstos na Lei de Segurança³⁰.

²⁷ Memória do Regime Militar. O Brasil de 1968 a 1985 nas páginas de Veja. Disponível em www.veja.abril.com.br/especiais/regime-militar. Acesso em 2009.

²⁸ *Idem.*

²⁹ *Idem..*

³⁰ MORAES FILHO, Antônio Evaristo de. Lei de Segurança Nacional. Um atentado à liberdade: revista de História, Campo Grande, MS, v. 6 n. 11 p. 35-64, jan./jun. 2014

Esse amparo legal apresentava vários instrumentos que cerceavam o exercício do direito de livre manifestação do pensamento, o que resulta num atentado à liberdade de imprensa.

[...] no Art. 14, pune-se a quem “divulgar”, por qualquer meio de comunicação social, notícia falsa, tendenciosa, ou fato verdadeiramente truncado ou deturpado, de modo a indispor ou tentar indispor o povo com as autoridades constituídas³¹.

Os meios de comunicação de massa constituem um universo simbólico que é objeto de consumo em grande escala. “Os *Mass Media* exprimem uma experiência individual cotidiana num terreno de conflito político, e um sistema de mediação cultural e de agregação social”.³²

Segundo Motter³³ a imprensa escrita de circulação diária tem por objeto a exclusão da intervenção do sujeito, haja vista que os fatos são apresentados de forma sintética, cabendo ao jornalista apenas registrá-los.

A indústria da informação cria no cidadão o sentimento de estar bem informado, no entanto, elimina sua dimensão crítica uma vez que não permite que este tenha acesso às várias versões dos fatos, privilegiando uma visão unilateral, sintetizada, que interessa a um determinado grupo, naquele período, aos militares.

A cultura fornecida pelos meios de comunicação de massa não permite que as classes assumam uma posição crítica face a sua realidade. [...] anulam os mecanismos de reflexão e crítica para acionarem a percepção e os sentidos (visão e audição)³⁴.

No lugar da liberdade autêntica que permitisse uma reflexão crítica dos principais acontecimentos durante o regime militar, o que era ofertado

dade. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 56.

³¹ *Idem*.

³² WOLF, Mauro. *Op. cit.*, p. IX.

³³ MOTTER, Maria Lourdes. *Ficção e história: imprensa e construção da realidade*. São Paulo: Arte & Ciência Vilipress, 2001.

³⁴ FREITAG, Bárbara. *Teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense 1990, p. 73

ao leitor era uma falsa liberdade, com informações manipuladas que encobriam os fatos reais, procedimentos comuns durante a vigência de regimes autoritários onde “[...] saber, política e economia constituem uma força cuja filosofia é a acumulação e cuja prática é a repressão de tudo o que se opunha a ela”³⁵.

No regime militar implantado no Brasil em 64, os conflitos de classe, as lutas para modificar a ordem social e política vigente foram silenciadas em nome da “Segurança Nacional”. Freitag³⁶ destaca que nessas condições, os detentores do poder se utilizam de quaisquer artifícios para a manutenção do *status quo*, onde estes procuram,

[...] legitimar também o sistema político que lhe assegura estabilidade e continuidade, disfarçando o mal-estar real gerado pelas condições de unidimensionalização e confundindo as consciências, incapazes de avaliar o processo.³⁷

Nessa complexa relação entre a imprensa e a sociedade como um todo, há uma estrutura capaz de detectar as ameaças que o livre fluxo de informações possa representar para a estrutura fundamental da própria sociedade. A difusão de notícias sobre as tensões e conflitos sociais e políticos que afligem a sociedade num dado momento histórico, pode gerar pânico naqueles leitores desprovidos de uma visão de totalidade dos fatos e que não possuem uma “vigilância consciente”.

A manipulação das informações pode criar um ambiente propício à disseminação de falsas realidades, criando nos leitores o que Wolf classifica de “disfunção narcotizante”.

O cidadão interessado e informado pode sentir-se satisfeito com tudo o que sabe sem se dar conta de que se abstêm de decidir e agir. Em suma, ele considera o seu contato mediato com o mundo da realidade política, a leitura³⁸.

³⁵ *Idem*, p. 94.

³⁶ *Idem*.

³⁷ *Idem*, p. 96.

³⁸ WRIGHT, 1960, *apud* WOLF, Mauro, *Op. cit.*, p. 56.

A influência da linguagem escrita sobre a construção da realidade suscita discordância por parte dos teóricos. Para alguns a linguagem cria uma imagem da realidade; para outros, porém, ela é o próprio reflexo desta realidade. A linguagem expressa nos jornais diários é socialmente transmitida ao indivíduo humano formando a base necessária de seu pensamento, uma base que permite ligar-se aos outros membros da mesma comunidade, bem como criar uma representação mental e intelectual da realidade que lhe é apresentada.³⁹

O discurso da imprensa durante o período ditatorial militar no Brasil esteve, na maioria das vezes, estreitamente afinado com o discurso dos militares, haja vista a existência de vários mecanismos de coação, coerção, censuras e controle dos órgãos de informação e segurança. As notícias sobre as ações dos grupos de guerrilha eram estrategicamente articuladas e manipuladas, visando desqualificar e criminalizar aqueles movimentos. A manipulação da linguagem escrita era uma forma eficaz de atingir e desarticular qualquer possibilidade de adesão de simpatizantes à causa revolucionária da esquerda, confundindo a opinião pública ao não permitir que o leitor tivesse acesso a totalidade das informações sobre determinados temas, onde,

[...] o conceito de discurso desposui o sujeito falante de seu papel central para integrá-lo nos funcionamentos de enunciados, de textos, cujas condições de possibilidades são sistematicamente articuladas sobre função ideológica.⁴⁰

O discurso jornalístico está sempre atuando junto com grandes forças políticas, econômicas e sociais, pois,

[...] um conglomerado jornalístico raramente fala sozinho. Ele é ao mesmo tempo a voz de outros conglomerados econômicos ou grupos políticos que querem das às suas opiniões subjetivas e particulares o foro de objetividade, já que criar jornais é encontrar uma forma de elevar a uma alta potência o interesse que têm indivíduos e grupos em afirmar publicamente opiniões e informações. É uma forma de dar eco a posições pessoais, de classes ou de nações através de um complexo industrial-tecnológico, que além de preservar

³⁹ MOTTER, Maria Lourdes. *Op. cit.*

⁴⁰ MAINGUENEAU, *apud* MOTTER, Maria de Lourdes. *Op. cit.*, p. 22.

uma suposta impessoalidade, afirma-se, pelo seu poder e soberania, como ‘a verdade’.⁴¹

A apropriação, controle e uso pelo Estado dos meios de comunicação de massa, foram primordiais na luta dos governos militares contra os insurgentes. A idéia de uma imprensa livre e objetiva que normalmente nor-teia um discurso ligado à representatividade de todos os setores sociais foi colocada à margem, onde os detentores do poder se viam ameaçados por quaisquer informações que fossem contra a “Segurança Nacional”.

Para Lefebvre⁴², o papel do Estado como gestor da sociedade repou-sa sobre o cotidiano, tem por base a cotidianidade que ele gera das mais diversas formas indiretamente e diretamente através de leis, regulamentos, proibições, intervenções, fiscalizações, instituições jurídicas, orientação dos meios de comunicação, controle das informações, etc.

O discurso jornalístico, por trazer notícias diárias, num grande e com-plexo ciclo de informações novas, deixa a sensação, no mundo do senso comum, de que não há motivos nem espaço para desconfiança. A realidade dos fatos apresenta-se no jornal do dia, de forma superficial, fragmentada, articulada e espetacular, de forma que

[...] chegamos assim a uma forma de poder do jornal como agente do proces-so social: o de intervir no curso dos acontecimentos pelo uso autorizado da palavra que estrutura, sustenta e reproduz o sistema engendrado do poder.⁴³

Grande parte da imprensa no Brasil⁴⁴ durante o regime militar vivia este com este dilema constante,

⁴¹ MARCONDES FILHO, C. O capital da notícia. São Paulo: Ártica, 1986, p. 10.

⁴² LEFÉBVRE, H. *apud* NETTO, J. P, FALCÃO, M. C. Cotidiano: conhecimento e crítica. São Paulo: Cortez, 1989, p. 16.

⁴³ MOTTER, Maria Lourdes. *Op. cit.*, p. 63,

⁴⁴ Não trataremos aqui da imprensa chamada de “alternativa”. Denomina-se Jornalismo alternativo a prática jornalística feita por veículo e instituições fora do campo da mídia oficial. A imprensa alternativa cabia cobrir os fatos com informações ignoradas ou negligenciadas pela mídia hegemônica. Entre os principais meios de informação alternativos durante o regime militar destacaram-se O Pasquim e Opinião, ambos do Rio de Janeiro; O Movimento, de São Paulo e, Resistência de Belém do Pará.

[...] Noticiar ou omitir, denunciar ou calar, tomar partido a favor ou contra, transformar insignificâncias em grandes acontecimentos para a notícia de interesse não seja notada. Distrair quando convém aos seus interesses, chamar atenção e polemizar quando lhe parece útil. Fazer avançar movimentos sociais ou refreá-los, estimular a consciência crítica ou promover o conformismo, fazer aflorar a realidade concreta e as desigualdades ou apagar os conflitos pela omissão tendenciosa das arbitrariedades, exploração e opressão decorrentes da dominação exercida por uma classe sobre as outras.⁴⁵

Segundo Adorno (1954) “os meios de comunicação de massa não são simplesmente a soma total das ações que descrevem ou das mensagens desenvolvidas por essas ações”. Os meios de comunicação de massa consistem em vários significados sobrepostos uns aos outros, onde todos colaboram para o resultado final. Todo o processo de produção de uma notícia faz parte de uma estrutura capaz de manipulação das palavras, conforme interesses políticos, sociais e econômicos que estão em jogo.

A análise de estudo dos efeitos das mensagens dos meios de comunicação de massa, devem ter a noção dessa possibilidade dos efeitos efetivos das mensagens ocultadas. Wolf⁴⁶ destaca que “as relações entre os diferentes níveis (manifestos e latentes) das mensagens não são de modo algum simples de serem aprendidos e estudados”. Durante a luta armada no Brasil, a imprensa foi utilizada como forma de ocultar a verdade, manipular as informações e desvirtuar e criminalizar os movimentos sociais de contestação ao regime.

O processo de comunicação presente na relação imprensa e sociedade tomam uma forma intencional, ou seja, os produtos da mensagem, o comunicador, em geral, utilizam-se desse poder para alcançar determinados objetivos, buscando um efeito na percepção do seu leitor. Como a luta armada no Brasil teve características de uma “guerra de guerrilha”, a utilização da informação era decisiva nas tomadas de decisões estratégicas, tanto por parte dos militares, como, também, dos guerrilheiros.

⁴⁵ MOTTER, Maria Lourde. *Op. cit.*, p. 63.

⁴⁶ WOLF, Mauro. *Op. cit.*.

Os órgãos repressores precisavam de ajuda da população, como informações sobre atitudes e movimentações suspeitas de pequenos grupos de homens e mulheres. Para tanto, necessário se fez transformar os movimentos contestatórios ao regime em ilegais, criminalizando-os e fazendo crer que estes ofereciam perigo real ao cidadão comum.

Nessa guerra de informação e contra-informação, ambos os lados faziam de tudo para angariar o apoio e a simpatia da população. Eram comuns a divulgação de cartazes e informações sobre os “terroristas”. Os órgãos repressores espalhavam o terror e o medo, fazendo com que a população se tornasse sua aliada.

Num ambiente conturbado onde o não pensar criticamente, o não expressar-se e a omissão involuntária de divulgação de idéias eram as regras impostas pelo regime militar, a realidade, ou melhor, a percepção da realidade que ficava no imaginário era aquela ofertada nas páginas dos jornais de grande circulação diária, onde até a discussão entre os leitores sobre este ou aquele acontecimento se tornava um ato perigoso, que poderia ser interpretado como ato subversivo atentatório a segurança nacional.

As consequências em longo prazo desse processo de informação controlada podem formar uma consciência coletiva onde “[...] as comunicações não intervêm diretamente no comportamento explícito; de preferência, tendem a influenciar o modo de como o destinatário organiza a própria imagem do ambiente”.⁴⁷

Os efeitos da informação controlada podem levar o indivíduo a modificar a própria representação da realidade social. A eficácia da forma de divulgação das notícias pela imprensa consiste na sua capacidade de modificar a imagem daquilo que considera ou não que poder ser noticiado. A este respeito, o controle acirrado da imprensa durante o regime militar estava ligado a uma estrutura capaz de filtrar, estruturar e enfatizar determinados temas ou notícias, em nome da segurança nacional.

⁴⁷ ROBERTS, 1972, p.361, *apud* WOLF, Mauro. *Op. cit.* p.138.

Assim, a manipulação ideológica por parte de um segmento da imprensa naquele período, desempenhou uma função de construção da realidade, da realidade que convinha aos militares. Quanto a seus efeitos,

[...] a influência da mídia é postulada, uma vez que esses efeitos nos ajudam a estruturar a imagem da realidade social, durante o longo período, a organizar novos elementos dessa imagem, a formar novas opiniões e crenças⁴⁸.

[...] os meios de comunicação de massa estruturam uma realidade mais vasta, não local, da qual é difícil subtrair-se; [...] Há algo de invasor em relação ao que a mídia apresenta, algo que torna sua influência cumulativa⁴⁹.

.Durante o regime militar, as notícias e os temas que iriam chegar aos leitores faziam parte da “ordem do dia”, os quais sofriam uma classificação hierárquica de suas importâncias e prioridades. Os assuntos inerentes à luta armada e às questões políticas tinham uma prioridade nas análises dos censores e na censura prévia.

A informação impressa é organizada em torno dos fatos históricos, em torno da memória dos acontecimentos, onde a produção das informações é classificada em temas, por suas relevâncias, a juízo dos detentores dos meios de produção das mesmas. Cabe, assim, aos editores chefes a tarefa de aprofundar, contextualizar e ampliar as notícias de acordo com seus interesses ou com as ordens que recebe.

Num contexto de censura prévia ou velada, temos um tipo de “deformação”, manipulação dos conteúdos informados. No entanto isto não pode ser imputado a violação da autonomia profissional, mas sim às circunstâncias em que a informação é produzida e organizada, a que fins ela se destina. No regime militar, tanto os conteúdos dos jornais, como o trabalho de seleção das notícias, passavam pelo crivo dos censores da ditadura, os quais ceifavam o que era considerado nocivo ou ameaçador ao regime.

⁴⁸ *Idem*, p. 141.

⁴⁹ LANG, 1962, p.698, *apud* WOLF, Mauro. *Op. cit.*, p.142.

[...] o conceito de manipulação implica uma posição de equilíbrio, da qual as notícias podem ser tiradas devido à influência do preconceito, da conspiração ou da decisão dos que detêm o poder político ou comercial.⁵⁰

Uma peculiaridade da produção de informação para a publicação em jornais de circulação diária é a de que os eventos noticiáveis devem ter ocorrido nas 24 horas entre um noticiário e outro. Durante o regime militar no caso das notícias referentes à luta armada, o registro das notícias era protelado sob a alegação de que sua divulgação poderia frustrar uma investigação em curso ou uma operação sigilosa.

Dentre as fases de coleta de matérias que darão suporte à informação jornalística diária, a fonte das informações possui um lugar de destaque neste processo. Numa situação de “normalidade”, o jornalista iria à busca das notícias, do que seria interessante ao leitor. Já no processo de produção de notícias censuradas previamente, estas chegam aos jornalistas já prontas, moldadas ideologicamente pelos critérios dos órgãos repressores.

As formas de censuras eram diversas, mas geralmente sutis, como num simples telefonema à redação dos jornais, ou por “bilhetinhos” emitidos com os conteúdos a serem cortados ou, simplesmente com os dizeres: não publicar. “[...] ordens telefônicas ou bilhetes encaminhados às redações por parte das instituições encarregadas (de modo geral, o Ministério da Justiça, por intermédio da Polícia Federal)⁵¹.

Essas flutuações nas notícias podem ser diretamente atribuídas às fontes dominadas pelo aparato repressor. Nos conflitos entre as forças federais e os grupos revolucionários durante o regime militar, a propaganda ideológica - de ambos os lados - era fator decisivo para a legitimação das ações nesse complexo exercício de poder sobre a interpretação da realidade. Fazia parte dessa guerra psicológica a mobilização da opinião pública para um dos lados. Nessa luta desigual,

⁵⁰ GOLDING-ELLIOTT, 1979. p.12, *apud* WOLF, Mauro. *Op. cit.*, p.189.

⁵¹ AQUINO, Maria Aparecida de. Censura, imprensa, estado autoritário (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1999, p. 22.

[...] aqueles que possuem o poder econômico ou político podem facilmente obter acesso aos jornalistas e são acessíveis a eles; quanto aos que não tem poder, é mais difícil que se tornem fontes e sejam procurados pelos jornalistas enquanto suas ações não produzem acontecimentos noticiáveis, por serem moral ou socialmente negativas”.⁵²

A produção de notícias e registros acerca das ações de grupos revolucionários produziu uma fragmentação na imagem da realidade desses grupos, com a promoção de notícias construídas dentro de um quadro de expectativas estáveis, capazes de coordenar e manipular as reais intenções desses grupos, agindo de forma a descontextualizar os acontecimentos do âmbito social, histórico, econômico ou político no qual estavam inseridos, de onde deveriam ser interpretados.

A imprensa amordaçada e as “manobras da informação”

Quando se trata de analisar a imprensa brasileira, nos deparamos com diversas dificuldades por se tratar de uma temática por si só espinhosa e complexa. Na análise dessa mesma imprensa, num momento histórico de liberdades democráticas praticamente escassas, num ambiente cercado de incertezas quanto a real identidade das pessoas dentro do jogo de posse e apropriação das palavras, tudo tornasse mais difícil.

Logo após o movimento de 31 Março/01 Abril de 1964, à luz da Doutrina de Segurança Nacional, o inimigo interno deixou de ser uma pessoa física, um nome particular, para tomar a forma de um eixo de relações de qualquer organização social ou partido político que viesse a ser concebido pelos militares como uma ameaça ao novo regime político que estava sendo implantado no Brasil.

Nos momentos iniciais do regime militar, ocorreram prisões, aberturas de Inquéritos Policiais Militares (IPM), demissões de funcionários civis,

⁵² GANS, 1979, *apud* WOLF, Mauro. *Op. cit.*, p. 81.

aposentadorias compulsórias de professores, prisões de estudantes, reformas e prisões de militares leais ao governo deposto, cassações de políticos etc. Nesse período inicial do regime militar, a imprensa não foi censurada, haja vista que era utilizada para fazer a propaganda do movimento de 64. Posteriormente surge a censura e a repressão aos meios de comunicação.

Pela primeira vez, desde 1964 a imprensa – que Castello Branco e mesmo Costa e Silva numa primeira fase, consideraram intocável – é atingida pela repressão, instaurando-se a censura. Muito ampla nos primeiros momentos da crise, ela se tornará um pouco mais branda tempos depois, mas não mais deixará de existir, aumentando o controle sobre as informações conforme as oscilações da situação política e social do país⁵³.

Na busca por legitimação do regime militar, o controle da imprensa, principalmente do jornal, tornou-se vital para disseminação da ideologia da Doutrina de Segurança Nacional. Luiz Gonzaga Motta, em seu livro *Imprensa e Poder*⁵⁴, ressalta que “Não há poder sem imprensa, nem imprensa sem poder. Ambos estão historicamente relacionados”. Dentro dessa perspectiva, cabia ao Ministro da Justiça a fiscalização vigilante e a autoridade para determinar a suspensão do processo de impressão e apreensão de tiragens inteiras de jornais, quando entendesse que a publicação “constitua ou possa vir a constituir o meio de perpetração de crimes previstos na Lei de Segurança”⁵⁵.

Eram proibidas e controladas todas as informações sobre manifestações populares contestatórias do regime militar. Ocorrem vetos às notícias sobre os partidos opositores, principalmente aos partidos clandestinos e as ações das organizações de esquerda que aderiram à luta armada no combate ao regime militar. Eram também proibidas as notícias sobre o andamento dos IPM na Justiça Militar, principalmente os que envolviam membros das organizações e dos partidos clandestinos. “Há cortes nas matérias que veiculavam informações sobre assaltos. [...] ameaças de sequestros, narrativas

⁵³ AQUINO, Maria Aparecida de. *Op. cit.*, p. 56.

⁵⁴ MOTTA, Luiz Gonzaga. *Imprensa e poder*. Brasília: EdUnb, 2002.

⁵⁵ MORAES FILHO, Antônio Evaristo de. *Op. cit.*, p. 56.

da morte de agentes de segurança por organizações de esquerda. [...] e críticas ao terrorismo”⁵⁶.

Mais importante do que controlar a narrativa dos fatos que envolviam as ações das organizações de esquerda era a sua completa neutralização. A omissão da informação era conseguida, principalmente, dentro dos periódicos que aceitavam “trabalhar no limiar da autocensura”.

Atuavam por meio de recados telefônicos ou bilhetes nem sempre identificados, utilizando-se de fórmulas clássicas como as expressões: “de ordem superior”, “polícia federal”, “pede”, “fica terminantemente proibida a divulgação”, “da ordem do Exmo.sr. General diretor geral da PF [Polícia Federal]”, etc.⁵⁷.

Os responsáveis pelas redações dos jornais que se submetiam a essas formas anônimas de censura sabiam que o não cumprimento das mesmas implicaria em represálias, tais como a presença diária de censores na redação ou mesmo na apreensão de todo o material na gráfica ou em bancas de jornal, o que gerava um enorme prejuízo financeiro.

A propaganda ideológica cumpria um papel fundamental dentro desse contexto de preservação do *status quo*. No Brasil sua utilização se deu antes do movimento de 64, entretanto foi mais difundida durante os longos 20 anos de regime militar. A utilização da propaganda ufanista de uma nação ordeira e progressista, tendo por referencial a máxima “Segurança e Desenvolvimento”, fazia parte da estratégia da Doutrina de Segurança Nacional, bem como a necessidade de criação de um inimigo em potencial, o comunismo, “[...] estigmatizado como uma ameaça concreta e contra a qual toda a sociedade deve se lançar na defesa dos “ideais de liberdade”

A larga utilização da propaganda visava criar uma empatia da sociedade civil em relação ao Estado. Para tanto, *slogans* como “Brasil, ame-o ou deixe-o” e “Ninguém segura este país” eram modos de passar uma idéia de coesão, de unidade nacional, em contraposição aos oposicionistas, grupos “minoritários” que só mereciam a exclusão.

⁵⁶ AQUINO, Maria Aparecida de. *Op. cit.*, p. 67.

⁵⁷ *Idem*, p. 80.

A propaganda, através de seus métodos, criou um clima de simpatia ao regime e implantou a doutrina que o sustentava, a censura foi, ao lado das outros tipos de repressão, o instrumento que buscou eliminar toda possibilidade de debate, crítica e oposição. Neste sentido, propaganda e censura caminham juntas na vigência dos regimes autoritários, uma sustentando a outra. A propaganda dá suporte e sustentação à censura, e esta favorece aquela, permitindo-lhe uma maior eficácia pela eliminação de qualquer possibilidade de instância crítica.”⁵⁸

Marilena Chauí⁵⁹ (19 afirma que o indivíduo participa da vida social e política na proporção ao volume e ao acesso quantitativo e qualitativo de informações que lhe são disponibilizadas. Não basta a possibilidade de acesso às informações e sua capacidade de aproveitá-las, mas, e, sobretudo, pela capacidade e da possibilidade de nelas podermos intervir como produtor do conhecimento e do saber.

Não é qualquer um que pode dizer qualquer coisa a qualquer outro em qualquer lugar sobre qualquer circunstância. Há, portanto, regras de interdição quanto ao emissor, ao receptor, à mensagem, seu tempo e seu lugar”⁶⁰.

Durante o período da luta armada, as informações e as manipulações da palavra escrita eram vitais para a obtenção do sucesso e eram exploradas pelos dois lados daquele conflito. Ressalvadas as devidas proporções, as organizações de esquerda, principalmente durante a fase de sequestro de diplomatas estrangeiros, souberam utilizar-se bem da mídia para difundir sua ideologia e sua proposta de revolução e derrubada do regime militar.

Uma dessas oportunidades de utilização dos meios de comunicação pelas organizações de esquerda se deu com o episódio do sequestro do embaixador norte americano no Brasil, Charles Burke Elbrick, pela Ação

⁵⁸ PEREIRA, Antonio Aparecido. A Igreja e a Censura Política à Imprensa no Brasil: 1968/1978. Roma: Centro Internazionale per gli studi Sull’ opinioni Pública (CISOP), 1982. In AQUINO, Maria Aparecida de. *Op. cit.*

⁵⁹ CHAUI, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo: Cortez, 1986.

⁶⁰ CHAUI, 1986, *apud* AQUINO, Maria Aparecida de. *Op. cit.*, p.190.

Libertadora Nacional (ALN). Numa ação ousada na zona sul do Rio de Janeiro, em 1969, um comando de ação conjunto, ALN e MR-8, sequestrou o embaixador e exigiu a soltura de presos políticos que estavam em poder do Exército.

Foi a primeira vez que um grupo revolucionário teve acesso direto aos principais jornais do país, e conseguiu publicar, na íntegra, um longo manifesto com suas explicações para suas ações que ocorriam em várias partes do país. O manifesto foi publicado em 5 de setembro de 1969.⁶¹

Na luta pela apropriação da palavra, as verdades não são dadas pura e simplesmente, elas são manipuladas taticamente, pensadas e estrategicamente articuladas para o fim a que se destina, qual seja: o convencimento do leitor. Dessa forma, no campo do jornalismo trava-se uma verdadeira batalha em torno da conquista de espaço e confiança do leitor, onde a palavra era articulada dentro de um dado contexto, o que permitia montar-se uma verdade.

Nos anos que ocorreram as mais intensas e ousadas ações das organizações de esquerda (1968/1972), os registros de suas ações foram transferidos das páginas políticas para as páginas policiais, colocando num mesmo patamar os crimes comuns e os crimes políticos. Na tentativa de desqualificar um dos lados envolvidos no conflito, o uso da língua não constituiu um instrumento neutro, pelo contrário, sua utilização servil para convencer, desqualificar, tomar partido, denunciar, revelar, escamotear, manipular; cabendo ao enunciador o domínio do enunciado, e, desta forma, dando a narrativa dos fatos o sentido que lhes convinha. “As várias formas do discurso e seus diversos sentidos conduzem a um emaranhado de significados, nem sempre voluntários, que podem acarretar uma redefinição do próprio discurso”.⁶²

⁶¹ Para ter acesso à íntegra deste manifesto, hoje atribuído ao jornalista Franklin Martins, ver: ABREU, João Batista de. *As manobras da Informação: Análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil. (1965-1979)*. Rio de Janeiro: EdUFF: 2000, p. 241.

⁶² ABREU, João Batista de. *As manobras da informação: análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979)*. Niterói: EdUFF: Mauad, 2000, p. 17

Quando se trata da análise jornalística de um período conturbado como o da luta armada no Brasil, mais importante do que analisar o que está escrito é buscar enxergar o que está oculto, o “não dito”. Nesse sentido devemos ter um cuidado especial com a utilização de palavras carregadas com juízo de valor sobre o fato narrado, tais como: “revolução”; “guerrilheiro”, “terrorista”, “golpe”, “subversão”, etc.⁶³.

As ações de sequestros de diplomatas estrangeiros representaram as poucas vitórias das organizações clandestinas na luta contra os órgãos repressores, pois permitiam a divulgação de suas idéias e pretensões políticas, haja vista que houve ampla cobertura jornalística de todos os casos de sequestros, o que possibilitou aos grupos armados uma projeção nacional e internacional.

A busca pela apropriação da palavra escrita faz parte da lógica de disseminação de qualquer ideologia, onde “[...] tudo que é ideológico possui um significado e remete a algo situado fora de si mesmo. Em outros termos, tudo que é ideológico é um signo. Sem signos não existe ideologia”⁶⁴.

Na realidade, não são palavras o que pronunciamos ou escutamos, mas verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis etc. A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial. É assim que compreendemos as palavras e somente reagimos àquelas que despertam em nós ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida.”⁶⁵

O discurso jornalístico é repleto de componentes que, vistos isoladamente, podem não transparecer o seu caráter ideológico. No conjunto, o texto, o título, o entretítulo e a foto são elementos fundamentais para uma análise do conteúdo. Outro aspecto a ser observado, principalmente em si tratando das notícias jornalísticas acerca da luta armada no Brasil é a localização da matéria na página. As notícias eram propositalmente colocadas nas páginas policiais ao lado das notícias diárias da criminalidade comum.

⁶³ *Idem.*

⁶⁴ BAKHTIN, 1992, *apud* ABREU, João Batista de. *Op. cit.*, p.22.

⁶⁵ *Idem.*

Assim, para o leitor “comum”, a análise isolada de cada item, fragmentado e envolto a notícias da criminalidade violenta cotidiana, comprometia a percepção do todo, a análise global e a unidade do discurso.

Aos que se opunham ao regime militar era utilizada a denominação de “subversivos”, ou seja, esta palavra carregava um estereótipo que poderia designar tanto aqueles que estavam realmente engajados na luta armada, quanto qualquer outro que, à luz da Doutrina de Segurança Nacional, não coadunavam com os rumos que o país estava seguindo.

Abreu⁶⁶ esclarece que o termo “subversivo” servia, inicialmente, como designação para políticos cassados e/ou para os recém-indiciados nos inquéritos militares, muito comuns no pós-64. Com o tempo, porém, este termo tornou-se uma espécie de alcunha para todo brasileiro que viesse, de uma forma ou outra, se opor ao regime militar. A utilização do termo “subversivo” era, na verdade uma estratégia dos “revolucionários de 64”⁶⁷ para tipificar os inimigos do novo governo, visando desqualificá-los perante a opinião pública.

Já o termo “terror” ou sua derivação “terrorismo”, muito utilizado pela imprensa para se referir aos grupos armados, foi cunhado pela primeira vez no início da década de 1790, durante a Revolução Francesa. No período compreendido entre setembro de 1793 a julho de 1794, ocorreu o emprego de métodos violentos nas execuções daqueles que se opunham ao regime durante o Período Jacobino, onde a utilização da guilhotina era o principal mecanismo de eliminação de adversários políticos. O termo “terror” foi utilizado para designar o extermínio em massa de pessoas. Já durante o regime militar,

[...] segundo o depoimento do jornalista Alberto Diones, editor-geral do jornal do Brasil [entrevista concedida em abril de 1992, no Rio de

⁶⁶ ABREU, João Batista de. *Op. cit.*

⁶⁷ A idéia de uma “revolução”, defendida por seus idealizadores, dava ao golpe civil/militar de 1964 uma visão não de transitoriedade, mas sim de continuísmo. Por isso a perseguição aos simpatizantes do Governo de João Goulart deposto pelos militares, o que resultou em cassações de mandatos e perseguições a civis e militares.

Janeiro], a partir do AI5 o governo recomendou aos principais jornais que classificassem de terrorismo todas as ações armadas praticadas por guerrilheiros.⁶⁸

No entanto, muito antes dessa determinação, o jornal o Globo, já em 1966, classificou como “terrorismo” um atentado a bomba contra candidato à sucessão presidencial de Castello Branco, o Marechal Costa e Silva, ex-ministro da Guerra, no aeroporto de Guararapes, em Recife- PE.⁶⁹

Na cobertura de ações que envolviam o confronto entre as forças de segurança e as organizações armadas, a estas últimas não era permitida uma resposta que visasse expressar seus pensamentos e suas tendências, até mesmo por uma questão de limitação devido à clandestinidade dessas organizações. Nem sempre era possível ouvir o “outro lado”, tal qual preconiza os manuais dos jornalistas. Naquela luta desigual pelo domínio do discurso, a versão oficial era a predominante.

Na cobertura de um fato tão complexo como a luta armada, um dever de ofício do profissional do jornalismo fica ao largo, qual seja: “narrar os acontecimentos ouvindo as versões dos diversos atores envolvidos”. Num contexto de censura, prisões e fechamento de editoriais, como ocorreu no período mais repressivo do regime militar (1968-1974), às circunstâncias beneficiavam os detentores dos meios de comunicação e a notícia que prevalecia quase sempre provinha dos órgãos oficiais de segurança, ficando, desta forma, a notícia restrita a uma só fonte.

O poder outorgado ao Ministro da Justiça permitia-lhe penetrar, através de seus agentes, nas oficinas de um jornal e de impedir a confecção do periódico. Com essa prerrogativa, aquela autoridade poderia exercer, sem qualquer controle, a repressão aos meios de comunicação, desde que enten-

⁶⁸ *Idem*, p. 25.

⁶⁹ Uma bomba foi colocada no saguão do aeroporto Guararapes, no Recife-PE. Este atentado vitimou 15 pessoas, três mortos, dentre civis e militares, e várias pessoas gravemente feridas. O atentado foi atribuído a Ação Popular, (AP), e é considerado o marco inicial da luta armada no Brasil. Ver: USTRA, Carlos Alberto Brilhante. *A verdade Sufocada. A história que a esquerda não quer que o Brasil conheça*. Brasília: Ed. Ser, 2006.

desse que estava sendo a imprensa portadora de uma “notícia tendenciosa” ou “um fato verdadeiro truncado ou deturpado”, que viesse a contrariar os interesses do Governo ou pondo em risco a segurança nacional. Esses meios de controle das informações cerceavam o livre exercício do direito de manifestação do pensamento, o que resultava num atentado à liberdade de imprensa. Na

cobertura da luta armada, cabia a imprensa o papel de informar sem contrariar os diversos interesses em jogo, driblar a censura e denunciar os abusos, mesmo que de forma branda e sutil. Enfim, articular as palavras de forma que os fatos fossem noticiados, mesmo que não correspondessem à verdade. “Se entendermos o fazer jornalístico como técnica de construção da narrativa, podemos concluir que o discurso jornalístico redundava mais na produção da realidade do que na sua reprodução”⁷⁰.

Um fator determinante nessa relação entre o meio de comunicação e o leitor é que este, como receptor em potencial das mensagens transmitidas, não possui uma visão de mundo, mas várias visões, o que o torna um decodificador específico de cada mensagem. Nessa relação simbólica, o termômetro que mede o “grau” de receptividade e satisfação do leitor é muito subjetivo, e, na maioria das vezes se dá por meio de pesquisas de opinião ou em cartas destes às redações dos jornais.

[...] o jornal faz uso de recursos de linguagem (gráficos, fotos e texto) para conquistar seu público. Como lida com bens simbólicos- sua matéria prima é a ideologia- precisa afirmar-se como intermediário fiel entre o leitor e o acontecimento.⁷¹

O relato jornalístico se pauta numa síntese do que seja julgado mais relevante para o leitor, mas problemas como a apuração dos fatos, a natureza das fontes, o horário do fechamento fazem com que, às vezes, o essencial e relevante fiquem de fora da narrativa. Esse aspecto fica mais complexo quando o meio de comunicação sofre com a censura. O medo de se comprometer com a realidade dos fatos, principalmente durante a luta

⁷⁰ ABREU, João Batista de. *Op. cit.*, p. 141.

⁷¹ *Idem*, p. 142.

armada, fez com que alguns profissionais do jornalismo deixassem de lado seus manuais e passassem a relatar somente as informações oficialmente recebidas dos órgãos de segurança. Essa parcialidade em determinadas notícias, quando sentida pelos leitores, comprometia a confiabilidade do meio de comunicação, ameaçando a credibilidade conquistada pelo jornal. No entanto, ABREU⁷² esclarece que credibilidade não significa dizer exatamente a verdade, mas contar um fato verdadeiro de acordo com a visão de mundo do receptor. “A coerência interna consiste na verossimilhança do fato narrado”.

O jornal trabalha com a intervenção na narrativa, na seleção dos argumentos, na escolha dos sinônimos. A ênfase em determinados fatos no decorrer da descrição dos acontecimentos, ou a mera omissão destes, fazem, juntamente com a “não-contextualização” do momento em que o fato ocorreu, toda a diferença na interpretação final do leitor.

A riqueza da língua portuguesa permite a utilização de uma infinidade de expressões que, em princípio, não possuem o mesmo significado, mas dentro de um texto ou contexto podem ganhar um significado desejado de acordo com a apropriação que o narrador faz delas. Durante os relatos da luta armada, os usos de alguns verbos se tornaram recorrentes nas narrativas, como por exemplo: “aniquilar”, “eliminar”, “torturar”, “justiçar”, “estourar”, “assassinar”; todos utilizados por ambos os lados do conflito, para justificar ou acusar ações que terminavam em morte de ambos os lados.

Dessa forma, “assassinar” poderia ser noticiado como “justiçar” ou “aniquilar”; “desapropriar” poderia ser sinônimo de “assaltar” ou “roubar”. A morte numa ação poderia ser anunciada com o verbo “tombar”, como “tombou em combate”. Segundo ABREU⁷³, a utilização pelos órgãos de segurança de expressões como “reduto da subversão”; “trilha do terrorismo”, ou ainda, “ninho de terroristas”, ajudaram a compor uma referência que colocava a luta armada e as organizações nela envolvidas num rol das

⁷² *Idem.*

⁷³ *Idem.*

criminalidades comuns. Por outro lado, o verbo “justiçar” foi escolhido e acolhido pelas organizações de esquerda para justificar os assassinatos de agentes dos órgãos de segurança, empresários e, principalmente, para justificar a morte de militantes delatores.

Considerações finais

Durante quase todo o período do regime militar no Brasil, nomeando as ações das organizações armadas com expressões comuns utilizadas pela imprensa no dia-a-dia, os órgãos de segurança conseguiam nivelar as ações de guerrilheiros, de cunho político/ideológico, com ações de gangues ou quadrilhas de criminosos comuns.

Assaltos a bancos ou o sequestros de autoridades foram classificados como “atos de terrorismo”, o que induzia o leitor a acreditar que tais ações significavam uma ameaça à população em geral e que eram desprovidas de uma motivação política.

Nesse processo de transmissão de uma mensagem, transmissor e receptor precisam dominar os mesmos códigos de significados, isto significa dizer que os meios de comunicação em geral, e as matérias jornalísticas em particular, precisam respeitar a “língua do público-alvo”. Do contrato social entre o leitor e o jornal, esse último se coloca e é percebido como intermediário entre o poder público e o povo. Do jornal se espera a imparcialidade na narrativa do discurso, quando limites éticos são ultrapassados, surgem espaços para que a ideologia dominante faça seu jogo utilizando-se de infinitos conceitos, preconceitos, padrões de comportamentos e juízos de valores para produzir uma malha discursiva em defesa do *status quo*.

O terrorismo de estado (TDE) no Rio Grande do Sul: perseguição, prisão e tortura de militantes da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

*Cristiane Medianeira Ávila Dias**

As atividades da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) no Rio Grande do Sul tiveram início em 1969 e se concentraram de forma prioritária na região metropolitana de Porto Alegre. A ação de maior vulto da VPR foi a tentativa de sequestro do cônsul americano Curtis Carly Cutter, realizada em abril de 1970, episódio que acirrou a repressão desferida pelos órgãos de segurança contra a organização, pois logo grande parte de seus militantes foram presos e encaminhados a Delegacia de Ordem Política e Social (DOPS), onde foram submetidos a sessões de tortura física e psicológica. Os métodos de violência sistemática, como a tortura, utilizados pelo aparato estatal para combater os grupos de oposição, caracterizaram a aplicação do Terrorismo de Estado (TDE) pelo governo militar brasileiro no espaço estadual.

Palavras-chave: Vanguarda Popular Revolucionária (VPR) - Terrorismo de Estado (TDE) - Rio Grande do Sul

O surgimento da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR)

Em agosto de 1961, Jânio Quadros renuncia o cargo de presidente e partes das Forças Armadas Brasileiras articularam um plano para impedir a posse do vice-presidente João Goulart, naquele momento em viagem pela China.

* Mestre em História - Universidade de Passo Fundo (UPF). cristiane-historia@hotmail.com

The activities of the Popular Revolutionary Vanguard (VPR) in Rio Grande do Sul began in 1969 and focused essentially on the metropolitan region of Porto Alegre. The largest action of the VPR was the attempted kidnapping of the American Consul Curtis Carly Cutter, held in April 1970, an episode that incited the repression launched by security agencies against the organization, as soon most of its members were arrested and sent to the Delegacia de Ordem Política e

Social (DOPS), where they were subjected to physical and psychological torture sessions. The methods of systematic violence, such as torture, used by the state apparatus to fight the opposition groups characterized the application of State Terrorism by the military government in the state.

Keywords: Popular Revolutionary Vanguard (VPR) – State Terrorism – Rio Grande do Sul

Diante disso, Leonel Brizola, então governador do Rio Grande do Sul, iniciou um movimento em defesa da posse, conhecida como a “Campanha da Legalidade”. Essa campanha garantiu a chegada de João Goulart à presidência, mas não impediu que ele tivesse seus poderes reduzidos através de uma manobra política que instaurou o sistema parlamentarista no país. Esse fato desagradou principalmente o grupo formado pelos militares nacionalistas. Apesar do desfecho negativo, a campanha beneficiou esses militares que saíram dela fortalecidos e com um nível mais elevado de conscientização política. A experiência alcançou visibilidade nacional na medida em que seus integrantes eram transferidos para servirem em outras regiões do país: “cada sargento se transformou numa célula de propaganda política do movimento nacionalista”.¹

A efervescência política que vivia o Brasil no início da década de 1960 também afetou o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que perdeu sua hegemonia sobre a esquerda brasileira, devido ao fato de vários militantes, descontentes com a falta de mobilidade da sua direção nacional, se desligaram do partido para formar outros grupos políticos, entre os quais, a Organização Revolucionária Marxista-Política Operária (ORM-POLOP), criada em fevereiro de 1961. Na interpretação da POLOP, o Brasil já era um país plenamente capitalista e a revolução não deveria ter duas fases, como previa o PCB, e sim assumir de forma imediata um caráter socialista, posição

¹ COSTA, José Caldas. *Caparaó, a primeira guerrilha contra a ditadura militar*. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 64.

que impediu a organização de interagir com o partido e os demais grupos vinculados a João Goulart e a deixou isolada do cenário político nacional. A situação mudou apenas no momento em que seus militantes se aproximaram de Leonel Brizola e dos grupos nacionalistas por ele liderados que, no final de 1963, mostravam-se descontentes com os rumos tomados pelo governo Goulart e, preparavam-se para um possível golpe militar através de formação do chamado “Grupos dos Onze”, organização que contou com a adesão da POLOP.²

As atividades da POLOP e das demais organizações de esquerda foram interrompidas pelo golpe civil-militar de 1964 que derrubou o presidente João Goulart e inaugurou uma fase de repressão política voltada principalmente contra integrantes de partidos e sindicatos que apoiavam o governo deposto, como os integrantes da Frente de Mobilização Popular (FMP). A chamada “Operação Limpeza” foi decretada pelo Ato Institucional nº1, AI-1, que determinou a cassação dos direitos políticos de vários cidadãos acusados de integrarem movimentos políticos “subversivos”, a instauração de inquéritos policiais militares (IPMs) e processos administrativos para afastar de suas atividades os funcionários públicos considerados “inimigos” do regime. Os sindicatos sofreram intervenção governamental, as Ligas Camponesas foram dissolvidas e a sede da União Nacional dos Estudantes (UNE), principal símbolo do movimento estudantil em âmbito nacional, foi incendiada. O número de pessoas detidas foi tão elevado que muitas tiveram que ser enviadas para “navios-presídios”.³

O Rio Grande do Sul, devido à vinculação de políticos locais com o governo João Goulart e sua própria tradição trabalhista, foi um dos estados mais atingidos pela Operação Limpeza. Assim, logo após o golpe, o governo militar iniciou uma campanha de perseguição contra os políticos vinculados ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), ao mesmo tempo em

² MATTOS, Marcelo Badaró. Em busca da revolução socialista: a trajetória da POLOP (1961-1967). In: RIDENTI, Marcelo; AARÃO REIS, Daniel (orgs). História do marxismo no Brasil. Partidos e organizações dos anos 20 aos 60. Vol.5. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002, p. 194.

³ GORENDER, Jacob. Combate nas trevas. 5 ed. São Paulo: Ática, 1998, p. 77.

que decretou o afastamento de funcionários públicos estaduais e transferiu para a reserva militares envolvidos com o movimento nacionalista. A saída encontrada por vários gaúchos perseguidos foi partir para o exílio no Uruguai, país escolhido pela proximidade geográfica e por ser uma das mais sólidas democracias da América Latina. Logo, o país vizinho tornou-se residência de João Goulart, Leonel Brizola e de vários outros políticos, que começaram a organizar a partir do exílio movimentos de oposição a ditadura civil-militar brasileira, utilizando para isso o trabalho dos chamados “pombos-correios”, indivíduos que percorriam regularmente o trajeto Porto Alegre-Montevideu na tentativa de articular a resistência.⁴

Nessa fase, a POLOP tentava reunir cabos, marinheiros, soldados e sargentos para dar início a luta armada, organizando no Rio de Janeiro a chamada “Guerrilha de Copacabana”, que foi rapidamente descoberta e desmantelada pelos órgãos de segurança. Os militares de baixa patente que conseguiram fugir da repressão e se exilaram no Uruguai fundaram com Leonel Brizola o Movimento Nacional Revolucionário (MNR). As atividades do MNR consistiram, por exemplo, na tentativa de implantar um foco guerrilheiro numa região localizada entre as fronteiras dos estados do Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais, a “Guerrilha do Caparaó”, mas o movimento também foi descoberto pelos órgãos de segurança e aniquilado em 1967, com a prisão de todos os militantes em atividade na área.⁵

As derrotas sofridas pelo MNR e a POLOP na fase pós-golpe fizeram com que vários militantes deixassem as respectivas organizações para fundar oficialmente em dezembro de 1968, a Vanguarda Popular Revolucionária (VPR). Já na fase da fundação, a VPR optou por seguir o referencial ideológico defendido por Ladislau Dowbor, o “Jamil”, que previa a partida imediata da organização para a luta armada, sendo que suas primeiras ações consistiram no furto de onze fuzis do Hospital Militar do Cambuci e na explosão de uma bomba no alojamento de oficiais do II Exército, locali-

⁴ PADRÓS, Enrique Serra (Org.). A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul: 1964-1985. História e Memória. Vol.2. Porto Alegre: Corag, 2009, p. 46.

⁵ MATTOS, Marcelo Badaró. *Op. cit.*, p. 185-208.

zado no Bairro do Ibirapuera, que ocasionou a morte de um soldado que trabalhava de sentinela no local. A organização também foi responsável pelo atentado que resultou na morte de Charles Chandler⁶, um agente da Central Americana de Inteligência (CIA), que fazia curso no Brasil e pleno plano ousado no qual um carregamento de armas foi retirado do quartel onde servia o Capitão do Exército Carlos Lamarca, que deixou as Forças Armadas para militar na VPR em 1969⁷. No Rio Grande do Sul, os órgãos de segurança divulgaram as fotografias do “Capitão Lamarca”, “Sargento Darcy”, “Cabo Mariani” e do “Soldado Zanirato”, como os responsáveis pelo furto das armas em São Paulo.⁸

A opção que a VPR e outras organizações de esquerda fizeram pela luta armada, não apenas no Brasil, como em toda a América Latina, refletiam o próprio contexto político do período, marcado em nível mundial pela disputa não declarada entre o Estados Unidos e a União Soviética, conflito que recebeu a denominação de Guerra Fria e, em nível regional, pela eclosão da Revolução Cubana no ano de 1959. O movimento cubano abriu novas perspectivas para a esquerda latino-americana, ao apresentar um modelo de socialismo diferenciado daquele proposto pela União Soviética e a China, mais adaptado aos problemas econômicos políticos e sociais que afetavam a região. Desse modo, grupos formados principalmente por dirigentes sindicais, trabalhadores do campo e da cidade, padres, intelectuais, artistas e militantes do movimento estudantil, assumiram suas preocupações com a desigualdade social e se mobilizaram para implantar projetos reformistas ou revolucionários que pudessem modificar a situação de miséria em que

⁶ O capitão norte-americano Charles Rodney Chandler era veterano da guerra do Vietnã. Bolsista de uma fundação dos Estados Unidos frequentava o curso de Sociologia e Política e, supostamente aprendia o idioma português para fins de ensino na Academia Militar de West Point. (...) Ao cair fulminado, Chandler trazia uma obra de doutrinação anticomunista. GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, p. 144.

⁷ GORENDER, Jacob. *Idem*.

⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Sub-fundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1311.17.5, “Circular para as delegacias regionais”, Porto Alegre, 25 de fevereiro de 1969.

viviam a maior parte da população local: “a Revolução Cubana gerou, sem dúvida, uma expectativa de futuro diferente daquela das gerações anteriores, ou seja, um futuro possível de ser construído com voluntarismo e ação política, com participação, mobilização e organização”.⁹

No caso do Brasil, as ações armadas efetuadas pela VPR em São Paulo, entre as quais a fuga do ex-capitão Carlos Lamarca de sua unidade com um carregamento de armas, chamaram a atenção dos órgãos de segurança e eles passaram a desferir uma intensa repressão contra o grupo, que resultou na prisão de vários militantes e afetou a estrutura da organização¹⁰. Assim, na busca de reorganizar sua força política, a VPR decidiu se unir ao Comando de Libertação Nacional (COLINA), organização formada por dissidentes da POLOP que atuava principalmente em Minas Gerais, para fundar a Vanguarda Armada Revolucionária Palmares, a VAR-Palmares (VAR-P), em junho de 1969. A união entre as duas organizações, entretanto, durou pouco tempo, pois em setembro os seus militantes entraram em divergências internas e parte deles resolveu manter a VAR-Palmares enquanto outro grupo decidiu resgatar a antiga sigla da VPR. A “nova” VPR se uniu aos militantes dissidentes no Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul e decidiu partir de forma imediata para a luta armada, abandonando o trabalho político e a formação de bases.¹¹

No Rio Grande do Sul, conforme informações de João Carlos Bona Garcia, o braço armado da VPR foi montado em 1969 no “aparelho”, um apartamento utilizado pela organização para guardar material e realizar reuniões, localizado no Bairro Petrópolis, em Porto Alegre. A primeira atividade armada da qual o ex-militante fez parte foi o assalto ao carro que

⁹ PADRÓS, Enrique Serra. Segurança Nacional. In: PADRÓS, Enrique Serra (Org.). *Op. cit.*, p.51.

¹⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Sub-fundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1323.17.5 “Relação de integrantes da vanguarda Popular Revolucionária que se encontram foragidos”, Porto Alegre, 12 de junho de 1969.

¹¹ ARNS, Paulo Evaristo. Brasil: Nunca Mais. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1985.

arrecadava o dinheiro da Ultragás na região de Canoas, realizada em março de 1970, mas a ação de maior vulto, no entanto, ocorreu no mês de abril, quando a VPR planejou o sequestro do embaixador norte-americano Curtis Carly Cutter, que acabou não dando certo, porque o cônsul, veterano da guerra da Coréia, jogou sua caminhonete contra o fusca dirigido pelos militantes, frustrando a ação. O episódio foi apontado por Bona Garcia como a causa principal do extermínio das organizações de luta armada no estado, porque após o episódio foram enviados do Rio de Janeiro dois oficiais do Exército especializados na aplicação de tortura chamados “Malhões” e “Cabral”, para treinar os agentes locais.¹²

O terrorismo de Estado (TDE) no Brasil

O surgimento de organizações como a VPR, COLINA e a VAR-P, assim como o súbito aumento da luta armada colocou em xeque a preparação do aparato estatal para enfrentar esses grupos. Desse modo, a ineficiência do Departamento Estadual de Ordem Política e Social (DEOPS) de São Paulo e a falta de organização no interior das Forças Armadas, fez surgir à ideia de fundar uma entidade capaz de mobilizar homens e recursos na chamada “luta contrarrevolucionária” e, como o estado concentrava a grande parte das ações da guerrilha, foi escolhido para sediar a “Operação Bandeirante” (OBAN). O projeto piloto, fundado em junho de 1969, centralizou de forma extralegal numa só instituição, todas as ações de militares e policiais contra as organização de esquerda. A operação alcançou tanto êxito que o Presidente Emílio Médici decretou em 1970, a integração da OBAN ao organograma legal sobre a denominação Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna (DOI/CODI) do II Exército.¹³

O aperfeiçoamento do aparato repressivo estatal tornou-se possível, no caso brasileiro, após a decretação do Ato-Institucional nº5, AI-5, em

¹² GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Júlio. Verás que um filho teu não foge a luta. Porto Alegre: Posenato Arte e Cultura, 1989, p. 41.

¹³ GORENDER, Jacob, *Op. cit.*, p. 171.

dezembro de 1968, pois permitiu que os órgãos de segurança agissem sem nenhuma restrição contra indivíduos supostamente envolvidos em atividades políticas “subversivas”, ou seja, qualquer pessoa podia ser presa para “averiguação” de informações, sem que houvesse uma acusação formal ou um mandado judicial expedido contra ela. A justificativa utilizada pelo governo militar para implantar as medidas arbitrárias e a necessidade de mais “segurança interna” eram as ações da guerrilha urbana. A “estratégia de controle pelo terror” se institucionalizou de tal forma que atingiu não apenas as organizações de esquerda que haviam optado pela luta armada, como setores de oposição que haviam optado por outras estratégias de luta e grande parte da população brasileira não envolvida em atividades políticas. Assim, qualquer cidadão podia ser atingido pela repressão estatal, fazendo com que o AI-5 marcasse o início de um período da história caracterizado pelo “silêncio, o medo, a confusão e o desânimo”.¹⁴

A decretação do AI-5, na avaliação de Padrós, foi o dispositivo que permitiu a Ditadura de Segurança Nacional Brasileira instaurar o Terrorismo de Estado (TDE), na medida em que a violência passou a fazer a mediação entre o Estado e a sociedade, em nome da pretensa “segurança nacional”. Nesse sentido, durante o período em que vigorou a ditadura no Brasil, o Estado, ao invés de garantir a segurança da população, utilizou o aparato institucional para coibir as ações dos grupos de oposição e, baseando suas práticas na Doutrina de Segurança Nacional (DSN), não teve preocupação em extrapolar os limites coercitivos constitucionais, fato que desencadeou as práticas e ações que acabaram configurando um sistema TDE.¹⁵

Para Ballesteros, as condições de enfrentamento na América Latina surgiram a partir da dependência econômica imposta pelas metrópoles im-

¹⁴ ALVES, Maria Helena Moreira. Estado e oposição no Brasil (1964-1984). Petrópolis: Vozes, 1989, p.136.

¹⁵ PADRÓS, Enrique Serra. Como el Uruguay no hay...: Terror de Estado e Segurança Nacional. Uruguai (1968-1985): do Pachecato à ditadura civil-militar. Porto Alegre: UFRGS, 2005. Tese (Doutorado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. 2 t.

perialistas aos países da região, que beneficiavam os setores dominantes, mas não resolviam os problemas da porção miserável e marginalizada da sociedade. Esse modelo de sociedade excludente era fonte de tensões e conflitos sociais permanentes, que eclodiram com mais força na década de 1960, impulsionadas principalmente pela Revolução Cubana. Nesse período, as estratégias adotadas pelos setores dominantes não foram suficientes para impedir a ascensão dos movimentos sociais e a saída encontrada por eles, na tentativa de manterem seus privilégios não foi o diálogo nem a busca de consenso, mas recorrer a um novo tipo de repressão, conhecida como mais eficiente no combate aos conflitos e a “subversão”. A chamada “guerra contra revolucionária”, baseada nas premissas da DSN, utilizaria novos métodos e técnicas para sistematizar e tornar mais eficiente o aparato repressivo empregado na luta contra todo e qualquer movimento de oposição.¹⁶

Na interpretação da doutrina, o cidadão só se realizava enquanto indivíduo ao tomar consciência do seu pertencimento à nação, e que esta comunidade “coesa” era a única capaz de atender e satisfazer as duas demandas. A pessoa que discordava publicamente dessa concepção baseada nos valores “ocidentais e cristãos”, era acusada de se identificar com “ideologias estranhas” e considerada um “inimigo perigoso” a ser combatido pelo Estado. O Brasil, como o primeiro país a instaurar uma ditadura baseada nas premissas da DSN, criou um aparato repressivo estatal que serviu de modelo para os demais governos militares que se instauram posteriormente na região, entre os quais o Uruguai (1973), Chile (1973) e a Argentina (1976) que, apesar das especificidades apresentadas por cada caso, apresentaram uma base comum formada pelas seguintes características: “a existência de um anticomunismo militante, a identificação de um inimigo interno, a implantação de uma guerra de contra-insurgência, o protagonismo político das Forças Armadas e o primado das fronteiras ideológicas”.¹⁷

¹⁶ BALLESTEROS, Elías Padilha. La memoria y el olvido. Detenidos Desaparecidos en Chile. Santiago: Orígenes Ediciones, 1995, p.31.

¹⁷ PADRÓS, Enrique Serra. *Op. cit.*, p. 59.

Para as Forças Armadas Brasileiras, a América Latina vivenciava naquele momento uma guerra revolucionária e o papel dos militares nesse conflito era combater o comunismo e as ações “subversivas” e “maléficas” empreendidas por indivíduos considerados “traidores” e “inimigos da pátria”. Na interpretação dos analistas militares, as relações entre os blocos comunista e capitalista estavam calmas, o que inviabilizava a ocorrência de uma terceira Guerra Mundial, mas não impedia que eclodisse uma guerra de “outro tipo”, estruturada de forma clandestina pela subversão dentro do próprio território nacional; a chamada guerra revolucionária, que iria abranger toda a região e seria liderada por Fidel Castro com o apoio da União Soviética, numa forma de combate diferenciada, para o qual eles não estariam devidamente preparados:

A América Latina já está profundamente envolvida nesta guerra diferente, onde a ação dissimulada e subreptícia são a principal e na qual a luta armada, em escala considerável, terá lugar apenas na etapa final. É a guerra do comunismo contra toda a AMÉRICA livre, declarada em Havana, em Jan 66. Suas ações desenvolvem-se em escala crescente, sem que nenhum dos países atingidos tenha, até o presente, mobilizado recursos eficazes para obstá-las.¹⁸

A Doutrina de Segurança Nacional (DSN) foi uma série de pressupostos teóricos criados por estrategistas norte-americanos a partir das experiências vivenciadas no Vietnã, na Indochina e na Argélia, e na suposta necessidade de responder a nova técnica de guerra empregada pelos subversivos desses países. Os americanos foram influenciados por franceses, entre os quais o coronel Robert Trinquier, para o qual a guerra revolucionária era apenas uma questão de controle da população através do terror, pois sua aplicação deixaria o grupo clandestino isolado politicamente e abriria espaço para ele fosse aniquilado pelos militares. As táticas utilizadas eram as mais diversas e tinham por finalidade liquidar não apenas os subversivos, mas todos aqueles que pudessem se tornar possíveis colaboradores da

¹⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Sub-fundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV_1._43.1.1, “Documento A”, Porto Alegre, 09 de outubro de 1967.

revolução, como militantes de partidos de esquerda que simpatizavam com a causa, entre outros grupos. Para detectar a presença do inimigo, o militar aconselhava a utilização da tortura, que era a principal fonte de informação, já que durante a aplicação do método o revolucionário perderia sua moral e forneceria todos os dados que os agentes precisavam para agir contra a organização clandestina da qual ele fazia parte.¹⁹

Na interpretação de Viñar, as Ditaduras de Segurança Nacional que se instalaram na América Latina durante as décadas de 1960 e 1970 se diferenciavam dos regimes implantados em épocas anteriores porque utilizaram de forma racional e sistemática a violência para combater a oposição política e os indivíduos considerados inimigos do Estado. No sistema implantado pelas Forças Armadas, a “tortura representou o papel de peça mestra” e, demonstrou o nível planejado que a repressão política e social, baseada nas premissas da DSN, alcançou em toda a região no período. A tortura foi empregada pelos governos militares dentro de uma determinada “lógica de poder político” e não foi apenas, como defendem alguns pesquisadores, uma “manifestação arcaica da organização social”. A definição de tortura, nesse caso, pode ser aquela descrita por Michel de Certeau:

A tortura é uma prática administrativa de rotina que cresce com a centralização tecnocrática. Longe de estar em posição de exterioridade em relação à civilização contemporânea, é um sintoma e um efeito inerentes ao poder, quando este perde a sua capacidade de organização própria, de racionalidade administrativa, para escrever a história no martírio dos corpos. Os torturados pagam pelo funcionamento social do qual tiramos proveito. Eles seriam o seu reverso e sua condição.²⁰

Para Padrós, a tortura já era conhecida e utilizada na região e a novidade do período foi os torturadores terem utilizado a “criatividade” e os “avanços tecnológicos” para aperfeiçoarem os métodos de produção da dor. O mais importante porém, é reconhecer o uso massivo e significativamente

¹⁹ COMBLIN, Joseph. A ideologia da Segurança Nacional. O Poder Militar na América Latina. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980, p. 46.

²⁰ Michel de Certeau *apud* VIÑAR, Maren e Marcelo. Exílio e tortura. São Paulo: Escuta, 1992, p. 135.

te indiscriminado da tortura e também a existência da complexa rede de transmissão de novas técnicas e de formação de novos especialistas através de uma corrente de transmissão que ultrapassou fronteiras e recebeu o apoio de agências norte-americanas e de missões francesas; umas e outras possibilitaram incorporar as novidades da contra insurgência experimentada na Argélia e no Vietnã: “o uso massivo da tortura, os esquadrões da morte, os desaparecimentos e a internacionalização do sistema repressivo, mesmo guardando especificidades em cada contexto nacional, foram modalidades mais específicas do TDE empregado pelos regimes de SN na região”.²¹

Nesse contexto, nos anos de 1966 e 1967, a polícia brasileira carecia de informações sobre os movimentos de oposição, pois a Marinha tinha dossiês completos sobre as atividades “subversivas” no país, mas não compartilhava a informação com os outros serviços de segurança. Na tentativa de resolver o problema, os agentes da repressão começaram a empregar métodos mais severos para obter informações dos presos, ensinados por policiais que haviam utilizado a tortura durante a ditadura de Getúlio Vargas (1937-1945). As técnicas eram brutais e ineficazes, pois o preso era espancado de tal forma que, na maioria das vezes, morria antes de fornecer qualquer tipo de informação. Assim, os policiais, com o auxílio de agentes como Dan Mitrione, enviado pelo governo dos Estados Unidos para treinar a polícia brasileira, começaram a utilizar equipamentos e técnicas mais aprimoradas na aplicação da tortura: “quando oficiais brasileiros dos serviços de informações passaram a utilizar telefones de campanha para administrar choques elétricos, foram agentes norte-americanos que lhes informaram quais os níveis permissíveis para o corpo humano”.²²

De acordo com Vargas, o que torna a tortura uma arma especialmente eficaz e faz com que o método forme o eixo principal de qualquer política terrorista são as suas qualidades. A primeira delas é o fato do método ser clandestino, o que garante a sua invisibilidade, a segunda é os torturadores terem certeza que não serão julgados e punidos pelos seus crimes, a

²¹ PADRÓS, Enrique Serra. *Op. cit.*, p. 110.

²² LANGGUTH, A.J. *A face oculta do terror*. São Paulo: Circulo do Livro, 1978, p. 134.

terceira é a capacidade que tem a tortura de espalhar o terror e o medo na população e a última, e não menos importante, é a desmoralização que ela impõe as principais lideranças dos movimentos de oposição. Além disso, a dificuldade que as vítimas têm de denunciar os suplícios sofridos contribui de maneira significativa para perpetuar a impunidade, situação que se torna mais perversa quando a tortura é aplicada por funcionários a serviço do Estado, que supostamente deveria proteger os cidadãos da violência, como foi o caso dos países do Cone Sul em que vigoraram ditaduras de Segurança Nacional nas décadas de 1960 e 1970.²³

No espaço do Rio Grande do Sul, a repressão atingiu de forma mais intensa os militantes de esquerda entre o final de 1969 e o início de 1970. Os militantes Cláudio Weyne Gutierrez e João Carlos Bona Garcia²⁴ apontaram a tentativa de sequestro do cônsul americano Curtis Carly Cutter em Porto Alegre, realizada no início de abril de 1970, como a causa principal da extinção das organizações de esquerda armada no Rio Grande do Sul, pois logo após o episódio, militares encarregados de dirigir os DOI/CODI do Rio de Janeiro e São Paulo enviaram dois de seus melhores agentes, conhecidos por “Malhões” e “Cabral”, para treinarem os policiais e militares do estado em técnicas de interrogatório: “o DOPS/RS se tornou uma filial da OBAN”.²⁵ Logo após a tentativa de sequestro do cônsul, uma circular enviada as delegacias do interior do estado autorizava os policiais a entrarem nas residências e efetuarem prisões no sentido de desbaratar a rede subversiva que havia planejado a ação em Porto Alegre.²⁶

²³ VARGAS, Patricio Orellana. La represión em Chile, 1973-1989. Santiago, 1992.

²⁴ GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Júlio. *Op. cit.*, p. 41.

²⁵ GUTIÉRREZ, Cláudio Antônio Weyne. A guerrilha Brancaleone. Porto Alegre: Proletra, 1999.

²⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Sub-fundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.-.71.1.1, “Radiograma”, 08 de abril de 1970.

O TDE no Rio Grande do Sul: perseguição, prisão e tortura de militantes da VPR

Ananda Fernandes apontou a queda da Aliança Libertadora Nacional (ALN) e o “esquema de fronteira”, ou seja, a fronteira do Rio Grande do Sul era utilizada como rota de fuga para integrantes da luta armada, no segundo semestre de 1969, como o evento que alertou os órgãos de segurança para a necessidade de monitorar o espaço estadual de forma mais rigorosa. O estado tornou-se assim, ao mesmo tempo, um espaço onde se articulava uma relativa resistência a ditadura através de uma conexão entre os exilados brasileiros, a oposição interna e uma área de importância fundamental para a repressão, fazendo com que os agentes se unissem para estruturar uma ação integrada, a chamada “Operação Minuano”.²⁷

O documento intitulado “síntese de ocorrências suspeitas” corrobora as informações fornecida pela pesquisadora sobre a Operação Minuano, que previa em janeiro a possível execução de atividades “subversivas”, como assaltos a bancos, sequestros e atentados contra autoridades locais, no mês de maio, dirigidas por liderança de destaque no movimento subversivo nacional. A tarefa dos órgãos de segurança estaduais era impedir o êxito de tais ações, através da aplicação das seguintes medidas:

- a) Controlar em cada área e ao longo das rodovias, mediante severa fiscalização, a população flutuante, fazendo-se a identificação e triagem pelos órgãos de informação, após consultados, no caso de suspeitos; b) Operações do (tipo “varredura”) em área da capital e do interior onde haja suspeitos ou aglomerações de marginais, como medida preventiva e dissuasória (ação de presença); c) Difundir para fins de providências de policiamento às áreas mais sensíveis a assaltos que possam se con-

²⁷ FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: as conexões repressivas entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Porto Alegre: UFRGS, 2009. Dissertação (Mestrado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2009, p. 98.

cretizar a curto prazo; d) Aumentar, com perfeito entrosamento entre todas as forças, as medidas de segurança às autoridades, em particular, àquelas que nos visitam.²⁸

Nessa fase, o monitoramento da VPR estava relacionado principalmente a possível presença e colaboração de Carlos Lamarca nas atividades que a organização desenvolvia em cidades do interior ou na capital do Rio Grande do Sul.²⁹ O relatório produzido no final de janeiro, por exemplo, indicava as providências a serem tomadas para a captura de Lamarca:

Fato-ocorrência de Informe: Foram recebidos de diversas localidades e fontes, informes constatando a presença do ex-capitão CARLOS LAMARCA no RGS. Fontes: Diversas. Local: Canoas, Camaquã, Hidrelétrica, etc. Classificação: INFES. Providência de Correlação: Em todas as oportunidades foram tomadas providências de ampliar o informe e localização, inclusive com estabelecimentos de barreiras e deslocamento de pessoal as áreas.³⁰

A presença de Carlos Lamarca seria constante no espaço estadual, porque Porto Alegre formaria, junto com as cidades de Curitiba, Rio de Janeiro, e São Paulo, o eixo de operações da VPR em âmbito nacional. A relação do ex-capitão com a esquerda do Rio Grande do Sul, no entanto, teria iniciado em 1966, período no qual ele serviu na capital e manteve contato com um oficial da Força Aérea Brasileira (FAB), conhecido por “Daut”, supostamente detido por envolvimento em atividades políticas subversivas. A repressão desferida contra Lamarca foi tão intensa que ele se tornou

²⁸ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Sub-fundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.-.57.1.1, “Síntese de Ocorrências Suspeitas”, Porto Alegre, 17 de fevereiro de 1970.

²⁹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Sub-fundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV 1.-.70.1.1, “Responde às solicitações contidas no informe nº 396/69 do D.C.I.”, Vacaria, 03 de janeiro de 1970.

³⁰ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Sub-fundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.-.57.1.1, “Diário de informações”, Porto Alegre, 30 de janeiro de 1970.

uma das pessoas mais procuradas do país. A explicação para o fato está nas próprias Forças Armadas, que baseando suas prerrogativas na hierarquia e na disciplina não aceitavam o fato de ele ter abandonado o Exército para integrar uma organização de esquerda que havia optado pela luta armada, sintetizadas na seguinte frase: “Poderia ser comunista aquele que era considerado “bom oficial” do 4º Regimento de Infantaria?”. Lamarca era considerado um traidor, um inimigo, não apenas dos militares, como da própria “nação brasileira”.³¹

Padrós enfatizou que no período em que vigoraram ditaduras de SN no Cone Sul, as Forças Armadas de seus países compartilhavam determinados compromissos, entre os quais estava a necessidade de manutenção da disciplina e da obediência à hierarquia institucional. Na medida em que transcorriam os governos militares, esses compromissos serviram tanto para “diluir” entre a corporação as responsabilidades pelos atos arbitrários praticados no período, ao mesmo tempo em que diminuíram a ocorrência de “perigosas deserções”. Os militares que não aderiram ou se posicionaram contra os regimes de exceção, tornaram-se alvos do aparato repressivo e do mesmo tipo de violência empregada por eles contra os “subversivos”, que culminou, em alguns casos com a chamada “queima de arquivo”. Em todos os casos, “a quebra do compromisso corporativo condena os desertores à condição de traidores, antipatriotas; pior, traidores entre camaradas de armas, fato imperdoável.”³²

A necessidade de acabar com as atividades da VPR e das demais organizações fizeram com que os órgãos de segurança aplicassem métodos terroristas de forma sistemática contra os militantes da luta armada no Rio Grande do Sul. João Carlos Bona Garcia, por exemplo, foi perseguido, preso e encaminhado aos DOPS/RS, local onde foi submetido a torturas físicas, entre as quais sessões de espancamentos e choques elétricos e torturas

³¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Sub-fundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1408.18.5, “Carlos Lamarca, Ex-Capitão do Exército”, Porto Alegre, 27 de abril de 1970.

³² PADRÓS, Enrique Serra. *Op. cit.*, p.96.

psicológicas, como amedrontamento, ameaças desferidas contra ele e sua família e tentativas de quebrar a sua moral como militante. Ele resistiu a tortura e não forneceu nenhum tipo de informação sobre a VPR e seus companheiros aos torturadores, pois tinha consciência da situação na qual se encontrava na delegacia, ou seja, avaliou que os agentes o manteriam vivo enquanto não falasse, caso contrário se tornaria uma “vítima dispensável” e poderia, a qualquer momento, ser assassinado. O delegado Pedro Seelig e seus assessores: Nilo Havelha e o major Átila Rohrsetzer, tentavam desestruturar os militantes da seguinte forma:

Ora fazendo namorados se torturarem reciprocamente; ora torturando todo um dia, dando depois calmantes para a pessoa dormir, mas não deixando dormir. Em tensão constante, a pessoa começa a perder a noção do dia, da noite, começa a perder a consciência, que é o que mais mantém sua estrutura. Tentavam tirar o equilíbrio que a pessoa tem. Muitos, quando voltavam para a cela depois da tortura, naquele estado lastimável caíam em sono, começavam a sonhar e no sonho faziam as revelações que o torturador não arrancava deles quando em estado de consciência (...). A tortura que faziam procurava aniquilar física e moralmente.³³

De acordo com Bauer, a sistematização da tortura no DOPS/RS ocorria da seguinte forma: o preso que chegava à delegacia era submetido a dois processos sequenciais, o “chá de banco” e o “amaciamento”. A ideia do primeiro era criar no indivíduo um clima de expectativa em relação ao interrogatório, porque era algo que o submetido não podia prever, enquanto o segundo tinha por finalidade abalar a sua estrutura emocional, quebrando a resistência do militante frente aos torturadores. Na próxima etapa, o preso político passava pelo verdadeiro “interrogatório”, ou seja, nessa fase, era submetido a sessões de torturas físicas e psicológicas empreendidas por agentes “especializados” na aplicação dos métodos de suplício. De acordo com pesquisa divulgada pelo projeto Brasil: Nunca Mais, das “122 denúncias de torturas praticadas no estado, 43% dos casos ocorreram nas dependências do DOPS/RS”. A militarização do órgão teria começado com o golpe civil-militar de 1964 e se

³³ GARCIA, João Carlos Bona; POSENATO, Julio. *Op. cit.*, p.54.

tornado mais eficiente na medida em que a repressão se institucionalizava, não apenas no estado, como em todo o país.³⁴

Jorge Fischer descreveu os suplícios que sofreu nas dependências do DOPS/RS em seu livro de memórias “O riso dos torturados”. Ele relatou que após ter sido preso e ameaçado pelos policiais da delegacia, ele foi colocado no pau-de-arara e de cabeça para baixo sofreu sessões de espancamento, choques e afogamento, por um período descrito como o “mais longo de toda a sua vida”; a tortura deformou uma de suas pernas e comprometeu a circulação sanguínea, que acabaram impossibilitando o ex-militante de trabalhar normalmente. Ele descreveu o DOPS como um “inferno compartimentado”, “burocratizado” por agentes que denominou como “infernais funcionários da dor”:

Ali, no saguão os homens ficavam aguardando a sua vez de partir para a tortura, como bois no matadouro, ouvindo os gemidos dos companheiros que iam sendo massacrados. No salão mais em cima ficava a “coréia”. Para lá eram remetidos os que haviam passado pelo pior. Dois brigadianos carregavam o molambo e jogavam-no na “coréia” como estivadores que jogam um saco de batatas. E ali a gente ficava cozinhando a dor, ruminando o medo, aguardando a próxima vez de ser torturado.³⁵

Índio Vargas também passou por sessões de tortura no DOPS/RS, principalmente com choques elétricos, mas a tarefa mais difícil para ele, o que “arrebentou os seus nervos”, foi assistir à tortura de dois de seus companheiros³⁶. Para o psicanalista Hélio Pellegrino, a aplicação da tortura tem por objetivo provocar uma “cisão entre o corpo e a mente” do indivíduo, através da aplicação de uma dor insuportável. Assim, a atividade de todo o torturador se baseia na certeza de que em um determinado momento a

³⁴ BAUER, Carolina Silveira. Avenida João Pessoa, 2050- 3º andar: Terrorismo de Estado e ação de polícia política do Departamento de Ordem Política e Social do Rio Grande do Sul (1964-1982). Porto Alegre: UFRGS, 2006. Dissertação (Mestrado História) – Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006, p.84.

³⁵ FISCHER, Jorge. O riso dos torturados. Porto Alegre: Poetra, 1982, p. 62.

³⁶ VARGAS, Índio. Guerra é guerra, dizia o torturador. Rio de Janeiro: Codecri, 1981, p. 65.

pessoa não vai suportar a dor física a que está sendo submetida e o próprio corpo vai se voltar contra ela, exigindo que fale. A tortura nega a própria liberdade da pessoa, “enquanto ser encarnado”:

O centro da pessoa humana é a liberdade. Esta, por sua vez, é a invenção que o sujeito faz de si mesmo, através da palavra que o exprime. Na tortura, o discurso que o torturador busca extrair o torturado e a negação absoluta e radical de sua condição de sujeito livre. A tortura visa ao avesso da liberdade. Nesta medida, o discurso que ela busca, através da intimidação e da violência, é a palavra aviltada de um sujeito que, nas mãos do torturador, se transforma em objeto.³⁷

Marcelo Viñar, psicanalista vítima de tortura no período em que vigorou uma ditadura de SN no Uruguai, escreveu que a sua aplicação se baseia em três fases sucessivas; a primeira consiste em aniquilar o indivíduo, destruindo os seus valores e as suas convicções, a segunda se baseia na desorganização do sujeito e da relação que ele mantinha com o mundo, que o médico chamou de “demolição” e a terceira seria aquele momento no qual a pessoa atinge sua “situação limite” e decide qual a atitude vai tomar a seguir, pois ela é atingida quando o corpo submetido ao sofrimento intenso provoca no sujeito uma “experiência destruidora, de abandono”. A posição que a pessoa adota após essa experiência varia de acordo com sua personalidade, vivência e estrutura psíquica, bem como o tempo no qual ela é atingida, que pode variar de um período de horas, dias ou meses de submissão ao sofrimento. A tortura provoca no indivíduo: “uma ruptura de todo laço afetivo e efetivo com o mundo pessoal amado desde sempre, conduzem a solitária presença constante de um corpo dolorido, sofrido, desfeito, totalmente à mercê do torturador”.³⁸

A aplicação de tortura sistemática sobre os presos políticos no DOPS/RS resultou no desmantelamento das principais organizações de luta armada, que o jornal Zero Hora descreveu, três dias após a tentativa de sequestro do cônsul em Porto Alegre, como sendo a VPR, a VAR-P e o M-G3, segui-

³⁷ ARNS, Paulo Evaristo. *Op. cit.*, p. 02.

³⁸ VIÑAR, Maren e Marcelo. *Exílio e tortura*. São Paulo: Escuta, 1992, p.111.

das pelo POC (Partido Operário Comunista) e a União Operária³⁹. Logo, a Folha de São Paulo noticiou a prisão de Edmur Péricles de Camargo, do M-G3, e a desarticulação de uma importante célula do movimento subversivo no estado. A polícia também informava que através do “interrogatório” de alguns militantes presos eles haviam chegado até Gustavo Buarque Schiller, pessoa encarregada de trazer do Rio de Janeiro a lista contendo os nomes de doze presos políticos que deveriam ser libertados em troca do cônsul, caso o sequestro tivesse alcançado êxito.⁴⁰

No mês seguinte, os órgãos de segurança divulgaram a descoberta de uma área de treinamento da VPR na região do Alto Uruguai e o envio de uma equipe formada por agentes do Centro de Informações do Exército (CIE), da Secretaria de Segurança Pública e militares do III Exército para interrogar os militantes presos durante a operação. Logo, os agentes divulgaram algumas informações obtidas através dos interrogatórios desses militantes; o médico do grupo, por exemplo, declarou manter contato com os militantes Felix Silveira Rosa Neto, o “Frank”, do Setor de Inteligência, “Lya”, do Comando Nacional e Roberto de Fortini, os quais lhe instruíram para convencer outros profissionais a integrarem a base médica da VPR na área, mas que até aquele momento ele não teria conseguido executar a tarefa. Além da equipe especializada em interrogatório, um grupo de Fuzileiros Navais foi encaminhado para vasculhar a região em busca de outras bases da VPR.⁴¹

As informações sobre Carlos Lamarca obtidas durante os interrogatórios permitiram que os órgãos de segurança soubessem que o ex-capitão havia sido submetido a uma cirurgia plástica e providenciado documentos falsificados para tentar fugir do Brasil utilizando a região de fronteira do Rio Grande do Sul:

³⁹ Zero Hora, “Cônsul seria trocado por doze presos políticos de São Paulo”, 08 de abril de 1970, p. 28. Arquivo Público de São Paulo.

⁴⁰ Folha de São Paulo, “Polícia gaúcha desmonta célula”, 10 de abril de 1970, s.p. Arquivo Público de São Paulo.

⁴¹ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul/Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Sub-fundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 3.-.4402.53.15, “Apreensão de armas”, Porto Alegre, 06 de maio de 1970.

DOPS urgente reservado 198 pt: Carlos Lamarca vg atualmente usando identidade Luigi Santini vg cabelos alourados vg com possíveis leves cicatrizes rosto junto nariz vg talvez com óculos escuros vg poderá tentar sair de o nosso estado próximas horas motivo ter sido constatada presença mesmo em palegre pt em consequencia determino desencadear severa fiscalização e montagem barreiras bem como controle população flutuante pt dar ciencia presente radio comando unidades exercito e brigada pedindo apoio indispensavel pt lembro abordagem carros vg onibus e caminhoes maximo cuidado.⁴²

Carlos Lamarca não fugiu para o exterior como indicava o informe e um ano mais tarde deixou a VPR para ingressar no Movimento Revolucionário 8 de outubro (MR-8), que na época havia comprovado a redução de suas bases sociais e a dificuldade em atrair novos indivíduos para recompor o quadro de militantes atingidos pela repressão. Por essa razão, o MR-8 decidiu abandonar a luta armada no meio urbano para retomar o trabalho de massas e preparar a guerrilha rural. Em junho, o ex-capitão viaja para a Bahia com a finalidade de recrutar camponeses para fundar uma área estratégica da guerrilha rural, prevista para ser implantada na região de fronteira entre o estado e Goiás. No entanto, a repressão alcança alguns militantes da organização, que são presos e durante interrogatório fornecem informações sobre a tentativa de implantação da guerrilha. Em seguida, Carlos Lamarca e Zequinha são localizados e executados no município de Pintada, pela tropa do major Nilton de Albuquerque Cerqueira, chefe do DOI/CODI de Salvador.⁴³

Em relação ao Rio Grande do Sul, os órgãos de segurança apresentaram, em junho de 1970, uma avaliação geral sobre o desmantelamento da esquerda armada no estado, indicando os militantes que haviam sido libertados depois de prestarem depoimento, aqueles que foram encaminhados para prisões em São Paulo ou na Guanabara, além dos nomes dos detidos pela segunda vez e também dos foragidos. Em relação a VPR, os militantes foragidos eram os

⁴² Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Sub-fundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1410.18.5, “Radiograma: Carlos Lamarca”, Porto Alegre, 21 de maio de 1970.

⁴³ GORENDER, Jacob. *Op. cit.*, p. 225.

seguintes: Leane Ferreira da Almeida, companheira de Irgeu João Menegon (militante transferido para a Guanabara); Sérgio Azambuja Círio, arquiteto que fez treinamento de guerrilha em Cuba e Valmeri Neves Antunes, que atuava na área tática de Registro, São Paulo. Já o militante Almir Duton Ferreira se encontrava preso numa delegacia da Guanabara e Carlos Pinto da Silva, acusado de comprar armas para a VPR, foi libertado pela polícia.⁴⁴

Outros militantes da VPR foram libertados em janeiro de 1971, ao serem trocados pelo embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado no ano anterior pela VPR. O governo militar organizou uma campanha na imprensa de difamação dos setenta presos libertados e posteriormente, banidos do território nacional. O Globo, por exemplo, na matéria intitulada “Os crimes dos 70 subversivos banidos” informava o seguinte: João Carlos Bona Garcia esteve envolvido em vários atos de subversão e terrorismo no Rio Grande do Sul; Gustavo Buarque Schiller participou do roubo ao cofre da casa de Ana Bechimol Capriglioni, que rendeu 2,4 milhões de dólares para a VPR e a VAR-P, assaltos a bancos e compras de armas no exterior, além da tentativa de sequestro do cônsul em Porto Alegre; Roberto Antonio de Fortini era acusado de comandar a área tática da VPR na cidade de Três Passos e Bruno Piola, de abastecer o local com armas e munições.⁴⁵

Os setenta presos políticos foram banidos do Brasil através de uma lei criada pelo governo militar, após o sequestro do embaixador americano Charles Burke Elbrick, realizado em setembro de 1969, que resultou no banimento de quinze presos políticos para o México. Os órgãos de segurança alertavam que se algum dos quinze militantes resolvesse voltar ao território nacional, o fato deveria ser imediatamente comunicado a uma autoridade federal.⁴⁶

⁴⁴ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Sub-fundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.2.1417.18.5, “Subversão no RGS”, Porto Alegre, 18 de junho de 1970.

⁴⁵ O Globo, “Os crimes dos 70 subversivos banidos”, 12 de janeiro de 1971, s/p. Arquivo Público de São Paulo.

⁴⁶ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Sub-fundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 20ª Região Policial/ Delegacia

O governo militar instituiu a lei de banimento através do Ato Institucional nº 13, datado de 5 de setembro de 1969, que declarava em seu artigo primeiro o seguinte: “O Poder Executivo poderá, mediante proposta dos Ministros de Estado da Justiça, da Marinha de Guerra, do Exército ou da Aeronáutica Militar, banir do Território Nacional o brasileiro que, comprovadamente, se tornar inconveniente, nocivo ou perigoso à Segurança Nacional.”⁴⁷

O sequestro do embaixador suíço foi o último realizado por organizações de luta armada no país, pois as negociações entre a VPR e o governo militar foram bastante complicadas e duraram mais de um mês, pois os militares rejeitaram vários nomes presentes na lista enviada pela organização, como o das pessoas envolvidas nos chamados crimes de sangue. O país para os quais os militantes banidos deveriam ser enviados também gerava controvérsias, pois havia a possibilidade deles seguirem para o Chile, o México ou a Argélia. O Chile acabou sendo o destino escolhido, uma vez que o país tinha a frente do poder executivo o socialista Salvador Allende, que se comprometeu a receber e manter todos os exilados enquanto eles respeitassem as leis chilenas e as condições estabelecidas para o seu acolhimento.⁴⁸

Considerações finais

Os métodos terroristas empregados contra a VPR e outras organizações de esquerda no Rio Grande do Sul, além de aniquilar a luta armada, propagou o terror na sociedade, pois não atingiu apenas o indivíduo qualificado como “subversivo” e “inimigo interno”, mas também familiares, amigos e pessoas de seu entorno social. O medo impediu que as pessoas

Regional de Cachoeira do Sul/ SOPS/ SOPS/CS 1.-.34.1.1, “Presos políticos banidos para o México pelo Governo Brasileiro”, Porto Alegre, 7 de outubro de 1969.

⁴⁷ Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul /Fundo: Secretaria da Segurança Pública/ Sub-fundo: Polícia Civil/Departamento de Polícia do Interior/ 15ª Região Policial/ Delegacia Regional de Lagoa Vermelha/ SOPS/ SOPS/LV 4.-.5775.52.18, “Ato Institucional nº 13”, 05 de setembro de 1969.

⁴⁸ O Globo, “O governo decide: vão seguir para o Chile todos os 70 banidos”, 12 de janeiro de 1971, p. 5. Arquivo Público de São Paulo.

continuassem a aderir aos grupos de esquerda, porque a militância política conduzia quase inevitavelmente a perseguição, prisão e a tortura. A apatia política passou a ser a melhor forma do indivíduo não se tornar uma vítima do TDE, já que a repressão não ficava restrita aos opositores armados e não armados do regime, mas se estendia a pessoas sem histórico de envolvimento em atividades políticas. A aplicação do TDE provocou o surgimento do que Padrós chamou de “cultura do medo”, ainda fortemente arraigada a sociedade brasileira e dos demais países do Cone Sul onde também vigoraram Ditaduras de SN, que resultou na manutenção de resquícios autoritários e no imobilismo político da população.

Nesse contexto, os 50 anos do golpe-civil militar de 1964 trazem para o debate social questões pertinentes sobre a violação dos direitos humanos que ocorreram no Brasil durante a ditadura de SN e da lei da anistia, promulgada em 1978, que até o momento impediu que os torturadores e também as pessoas responsáveis por estruturar e coordenar o aparato repressivo fossem julgados pelos crimes cometidos a serviço do Estado. Os setores vinculados ao regime de exceção defendem que a melhor política é a do esquecimento, pois ela permitiria ao país a possibilidade de “seguir em frente”, como se um passado de tal forma traumático pudesse, a qualquer momento, ser “deixado para trás”. Por outro lado, as vítimas, seus familiares, órgãos de defesa dos Direitos Humanos, pesquisadores e outros setores da sociedade se engajaram na luta pela verdade, que visa o esclarecimento, entre outras coisas, de questões vinculadas aos desaparecimentos de presos políticos e a identificação e punição dos responsáveis pelo emprego da tortura e dos demais métodos terroristas no período. Em época de Comissão da Verdade, qualquer conclusão que não atenda as reivindicações das vítimas e de seus familiares, ao invés de promover a conciliação nacional, vai apenas perpetuar a política da injustiça e da impunidade no Brasil.

A guerra contra as crianças: práticas de sequestro, desaparecimento e apropriação de identidade no século XX

*Enrique Serra Padrós**

O século XX tem sido definido como um período extremamente violento. Conflitos bélicos internacionais - de proporções variadas -, guerras civis, disputas étnica, lutas sócias e terrorismo de Estado, entre tantas outras formas de violência deixaram a sua marca em tão conturbado espaço de tempo. A violência contra as crianças tem sido recorrente nesse processo histórico da contemporaneidade. Vítimas inocentes diante de qualquer circunstância, são alvos diretos ou indiretos de sistemas de poder ou de lógicas beligerantes que neles distinguem, simultaneamente, duas possibilidades de leitura: ou são potenciais inimigos (internos ou externos), ou são parte daquilo que se denomina de “butim de guerra”. Sendo assim, o presente artigo resgata experiências

Introdução¹

O presente artigo analisa as experiências do sequestro de crianças durante a dinâmica repressiva das ditaduras de Segurança Nacional argentina e uruguaia, entre as décadas de 70 e 80. A apropriação desse “butim de guerra”, como se tornou conhecida essa prática do Terrorismo de Estado platino, teve outras experiências correlatas no

* Doutor em História. Departamento e PPG-História/UFRGS. lola@adufgrs.ufrgs.br

¹ As primeiras reflexões sobre esta temática surgiram no contexto do Simpósio Internacional: “Centro, Periferia e Análise Histórica”, organizado pelo Programa de Pós-Graduação em História-UFRGS, sob a coordenação do professor José Rivair Macedo, em abril de 2009.

históricas de apropriação de crianças promovidas pelas experiências do franquismo, nazismo, conflitos étnicos africanos e ditaduras de segurança nacional do Cone Sul.

Palavras-chave: desaparecidos - apropriação de crianças – soldados mirins

The twentieth century has been defined as an extremely violent period. International armed conflicts - in varying proportions - civil wars, ethnic disputes, fights and members of state terrorism, among many other forms of violence have left their mark in such a troubled time. Violence against children has been recurrent in this historic pro-

cess of contemporaneity. Innocent victims before any circumstance, are direct or indirect systems of power or belligerent logical that distinguish them simultaneously two possibilities reading targets: or are potential enemies (internal or external), or are part of what is called a “war booty. “Therefore, this article captures historical experiences of appropriation of children promoted by experiences from Francoism, Nazism, African ethnic conflicts and national security dictatorships of the Southern Cone

Keywords: disappearance - children appropriation – child soldiers

transcorrer do século XX e início do XXI. Neste sentido, resgatam-se outras três experiências concretas contextualizadas, respectivamente, na Europa sob ocupação nazista, na Espanha franquista e na África dos anos 90, como forma de apontar para a persistência destes mecanismos de opressão, geradores de pânico e imobilismo no conjunto da população, responsáveis por traumas de consequências imprecisas e de crimes que se projetam ao longo do tempo e ficam como feridas expostas que perpassam diversas gerações.

Dentro da lógica da lógica dos casos em questão, as formas de violência contra as crianças, motivadas por critérios de ordem ideológicos, políticos ou raciais, são produto de iniciativa estatal ou, no mínimo, contam com a cumplicidade da sua omissão. Seja como for, políticas de silenciamento e de anestesiamento constituem um elo comum para apagar os rastros destes crimes de lesa-humanidade.

As crianças perdidas do franquismo

O primeiro caso está vinculado com o terrível conflito que atingiu a Espanha na segunda metade dos anos 30 (a Guerra Civil) e que gerou desdobramentos que se prolongaram por quase quatro décadas. Ao final da Segunda Guerra, os exilados republicanos espanhóis, que lutaram nas

filas antifascistas contra o nazismo, solicitaram aos aliados que acolhessem o pedido de incluir a ditadura franquista entre os aliados do Eixo. Se isto tivesse ocorrido, ter-se-ia dado visibilidade para uma prática de desaparecimento que acabou encoberta por um manto de silêncio durante décadas. Desde o levante da direita espanhola e o início da Guerra Civil decorrente, em 1936, a Espanha foi sacudida por um conflito que teve, entre outras modalidades de violência, os “passeios”, ações em que simpatizantes de uma facção eram levados pelos partidários da outra para caminhadas, geralmente em horários noturnos, em lugares ermos, despovoados, e então eram executados. O que durante muito tempo foi considerado uma prática comum das vicissitudes da violência espanhola (vinganças pessoais, revanchismos, desavenças da política local, etc.), acabou se configurando, posteriormente, como situações desproporcionais entre os dois campos em confronto.

Se é bem verdade que do lado republicano isso acontecia, era em proporção muito inferior em comparação ao lado franquista, além de ser motivado por questões individuais, de grupos políticos ou como desencadeamento de uma onda de violência popular. Não era, definitivamente, uma política de governo da Frente Popular, a qual podia organizar julgamentos e até condenar à morte alguns acusados de traição ou de sabotagem. Mas não se pode esquecer que era o poder constituído, democraticamente eleito, que reagia diante da traição, da insurreição golpista das Forças Armadas e da forte presença de forças invasoras. Mas o fazia publicamente, como Estado agredido. O que pode ser ponderado é que, nas regiões nas quais o golpe franquista foi resistido, grupos radicais que assumiram o comando local em nome da revolução e do antifascismo promoveram perseguições e execuções. Mas isto foi decorrência também do esfacelamento regional do governo da Frente Popular.

Já no território que, paulatinamente, foi caindo nas mãos do franquismo, tornavam-se cada vez mais concretas as evidências de que as execuções eram uma política deliberada de Estado praticada pelo Exército e pela Falange Espanhola e justificada pela Igreja Católica, como aponta o historiador britânico Paul Preston; ou seja, consistia numa verdadeira lim-

peza dos simpatizantes da República.² Curiosamente, só nos últimos anos a sociedade espanhola passou a ter noção dos milhares de cidadãos que foram sequestrados, vítimas de “passeios” e enterrados em valas comuns e desconhecidas; pessoas desaparecidas que não foram mortas em combate, mas retiradas dos cárceres, onde estavam presas sem julgamento, ou que estavam na cota dos 10% de suspeitos de “rojillos” a serem eliminados, estabelecida pelos oficiais golpistas quando suas tropas entravam nos vilarejos.³ Portanto, os restos mortais das vítimas foram, em última instância, desaparecidos pelo franquismo. Informações e denúncias de existência de fossas comuns, fuzilamentos massivos, existência de milhares de famílias que perderam integrantes durante os anos do conflito e os anos posteriores, de feroz ajuste de conta promovido pelo Estado, abalam a sociedade espanhola mesmo quase 70 anos após o início do conflito interno.

Setores importantes da sociedade, organizações de direitos humanos, fóruns em defesa da memória e associações democráticas assumiram o que passaram a considerar como o caso dos “desaparecidos” espanhóis (o mais emblemático é o de Federico García Lorca). A *Asociación para la recuperación de la memoria histórica* levantou mais de 2 mil casos de desaparecimento de pessoas vítimas do franquismo entre os anos de 1936 e 1949. A denúncia e descoberta de valas comuns da Guerra Civil levaram, em 2002, o Grupo de Trabalho sobre Desaparições Forçadas, vinculado ao Alto Comissariado para os Direitos Humanos da ONU, a incluir a Espanha na lista de países que possuem desaparecidos.⁴

² Cf. VÁSQUEZ MONTELBÁN: Manuel. Los Desaparecidos. *Interviú*, Madrid, 11 dic. 2000, [s.p.]; OTERO, Lisandro: Las llagas del franquismo. *Rebelión*, Madrid, 20 jun. 2009, [s.p.]. Também os documentos: FORO POR LA MEMORIA. *La represión en ambas zonas, características, estudios y fiabilidad. Memoria Republicana*. Disponível em: <<http://www.pce.es/foroporlamemoria>>. Acesso em: 2 jul. 2009; EQUIPO NIZKOR & DERECHOS HUMAN RIGHTS. *La cuestión de la impunidad en España y los crímenes franquistas*. Disponível em: <<http://www.derechos.org/nizkor/espana/doc/impesp.html>>. Acesso em: 28 jun. 2009; Carlos CUÉ. “La recuperación de la memoria antifranquista”. *El País*, Madrid, 20 sep. 2004, [s.p.].

³ CRUZ GONZÁLEZ, Antonio: ¿Desaparecidos ou desperdigados? *Rebelión*, Madrid, 14 feb. 2004, [s.p.].

⁴ Las fosas de la represión fascista colocan a España en la lista de desaparecidos de la ONU.

Uma das modalidades de desaparecimento sobre as quais estão se voltando pesquisas recentes é o sequestro e desaparecimento de aproximadamente 12 mil crianças, a maioria constituída de órfãos de guerra com pais mortos, presos, exilados, clandestinos ou desaparecidos (documentos oficiais indicam só a condição de fuzilados ou desaparecidos). Considerando a ausência do pai e o esfacelamento das famílias republicanas, essas crianças foram obrigadas a acompanhar as mães quando encarceradas e sofreram altos índices de mortalidade resultantes das péssimas condições de sobrevivência existentes. No caso das mães serem condenadas a penas muito longas ou à pena de morte, procedia-se à expropriação imediata. A Igreja Católica colaborou e co-participou desta ação, encobrindo o encaminhamento das crianças a orfanatos católicos e a famílias simpatizantes da nova ordem.⁵ Seu atual silêncio sobre tais acontecimentos e sobre os livros de registro de batismo (sabendo-se que, ao final da guerra civil, centenas de crianças eram batizadas semanalmente nos locais de Auxílio Social⁶), acaba sendo profundamente constrangedor.

O objetivo essencial do regime, quanto aos filhos dos *marxistas* (republicanos, *rojillos*), era sua reeducação; esta passava, necessariamente, pela erradicação ideológica do inimigo. Foi com esse intuito que os filhos dos republicanos eram apropriados, para poder semear neles a doutrina do regime (nacional-sindicalismo e nacional-catolicismo) e a rejeição das idéias do entorno familiar e social. A eficiência dessa ação se comprova diante dos relatos de mães que, após anos de busca atrás de pistas dos filhos roubados, os encontraram educados dentro de uma concepção de ódio visceral aos republicanos.

Rebelión, Madrid, 21 jun. 2003, [s.p.].

⁵ Ley de 23 de noviembre de 1940 sobre Protección de Huérfanos. In: VINYES, Ricard; ARMENGOU, Moutse; BELIS, Ricard. *Los niños perdidos del franquismo*. Barcelona: Plaza Janés, 2002, pp. 218-222.

⁶ Instituição vinculada à seção feminina da Falange Espanhola, posteriormente colocada sob a órbita do Estado. Administrava orfanatos e hospícios através de trabalho e doações voluntários. Foi vital para o processo de sequestro e apropriação de crianças. Ideologicamente coincidia com as premissas de que salvar filhos de marxistas e ateus era tarefa caridosa e cristã.

Há dados que apontam que, em 1943, havia cerca de 12.042 crianças nessas condições – portanto, sob tutela do Estado –, em centros religiosos e em estabelecimentos públicos. A apropriação ocorria dentro das instalações do próprio Estado, nas instituições do Auxílio Social e nos cárceres lotados de presas grávidas ou com filhos. Para agilizar o sequestro de identidade, o regime aprovou que a pátria potestade de todas as crianças que entravam no Auxílio Social passava às mãos do Estado, o qual, desta forma, podia alterar seu nome e entregá-las a famílias confiáveis. Os recém-nascidos em prisão eram retirados pouco antes do fuzilamento das mães. Outras tantas crianças foram raptadas no exterior, dos campos de concentração onde estavam detidos os exilados. Estas ações eram de responsabilidade do Serviço Exterior da Falange (o partido único do franquismo e de filiação predominantemente fascista, pelo menos até 1942).

Cabe registrar que as crianças desaparecidas da Espanha não foram assassinadas – pelo menos não há prova ou testemunho disso –, mas tampouco foram devolvidas às famílias ou aos pais verdadeiros (em caso de sobrevivência destes). O Estado as fez desaparecerem, reeducou-as dentro dos preceitos do novo regime e lhes expropriou a origem, a história e a identidade,⁷ segundo Vinyes, Armengou e Belis, na sua obra coletiva:

[nuestros niños perdidos] lo son en cuanto que “perdida” significa la privación del derecho que tenían a ser formados por sus padres o familiares, los cuales perdieron a su vez el derecho de criarlos según sus convicciones. [...] también significó la desaparición física por un largo período de tiempo, o para siempre. Este conjunto de situaciones fue el resultado de prácticas de sustracción violenta amparadas por una legislación de naturaleza ideológica, pero encubiertas y desfiguradas por una aparente intención misericordiosa de protección a estos niños, una actuación imposible de realizar sin la muy activa intervención de la Iglesia católica.⁸

Comparando com o sequestro e apropriação de crianças praticados pela ditadura argentina das Juntas Militares, os autores concluem que, no

⁷ España: Los 12 mil desaparecidos de Franco. *Rebelión*, Madrid, 21 abr. 2002, [s.p.].

⁸ VINYES, Ricard; ARMENGOU, Moutse; BELIS, Ricard. *Op. cit.*, p. 60.

caso espanhol, o desaparecimento resultou da depuração produzida pelo Estado entre os vencidos. Tal ação não foi clandestina, como no caso latino, mas foi um processo institucionalizado, legal, administrativo e burocrático, perpetrado pela nova ordem e facilitador dos desaparecimentos.⁹ O capítulo das “crianças perdidas” resultou do entendimento de que filhos de pais republicanos deviam ser separados destes (esta consigna básica foi repetida nos casos latinos posteriores: *filho de subversivo, subversivo será*). A ação conjunta do Estado e da Igreja, através da legislação específica, do Auxílio Social e das escolas católicas tornou-se um poderoso e agressivo mecanismo de reorientação política (objetivando a doutrinação religiosa e fascista e a introdução de uma disciplina militar).¹⁰

Até meados dos anos 90 a sociedade espanhola reconhecia como seus únicos cidadãos desaparecidos somente os espanhóis atingidos pela voragem dos anos de chumbo latino-americanos. O caso Pinochet (sua detenção na Inglaterra e a polêmica sobre a extradição solicitada pelo juiz Baltazar Garzón) e o debate sobre a legitimidade da jurisdição espanhola para atuar nos crimes cometidos contra seus cidadãos no Cone Sul conscientizaram parte da sociedade do país sobre o anestesiamiento da sua própria história. Deste modo houve uma (re)descoberta de uma situação específica vinculada à Guerra Civil e à ditadura franquista. Baltazar Garzón tipificou como crimes contra a humanidade a ação repressiva desencadeada pelo franquismo. Segundo ele, houve um plano sistemático e preconcebido de eliminação da oposição política através de sequestros, execuções, tortura e exílio.¹¹ Diante de tudo isso, a sociedade espanhola vem se apropriando do conceito e da identidade dessas duas figuras históricas e concretas, o desaparecido e a criança de identidade apropriada, conhecidas por causa da experiência latino-americana de Segurança Nacional; desde então, há um embate tra-

⁹ *Ibid.*, p. 81.

¹⁰ Victoria BURNETI. *Espanha investiga crianças perdidas sob o regime de Franco*. Disponível em: <<http://www.ar.terra.com/tecnologia/interna/0,013615016-18142,00.htm>>. Acesso em: 4 jul. 2009.

¹¹ YOLDI, José. Garzón insta a siete juzgados a investigar los ‘niños robados’ del franquismo. *El País*, Madrid, 9 ene. 2009, [s.p.].

vado, o da luta pela recuperação da memória e da história das vítimas do Terrorismo de Estado promovido pelo franquismo.¹²

Filhos do “Lebensborn”: a super-raça nazista

O segundo caso em questão faz parte da história da expansão nazista e de suas idéias, pelo continente europeu. O sequestro de crianças foi uma prática sistemática do Estado nacional-socialista e esteve vinculado com a sua percepção racial do mundo e as necessidades de fomentar o crescimento demográfico ariano em curto espaço de tempo. A relação entre expansão territorial desejada (a conquista do “espaço vital”) e um fator demográfico considerado insuficiente se combinaram com o entendimento de que a raça ariana estava cercada por raças impuras e inferiores. Esta situação levou as autoridades do III *Reich* a promover o sequestro de crianças cujas características genéticas eram consideradas, segundo eugenistas nazistas, aptas para serem germanizadas ou escravizadas. Crianças polonesas, tchecas, russas, iugoslavas, etc., foram sequestradas pelas SS. Só na Polônia, mais de 200 mil crianças sofreram essa prática e foram separadas das suas famílias.¹³ O chefe nazista Hanz Frank até escreveu no seu diário: “Quando penso que, com esses olhos azuis e esses cabelos louros, elas falam polônês, custa-me a acreditar”.¹⁴

A apropriação dessas crianças durante a guerra objetivou reduzir a pressão populacional dos países vizinhos da Alemanha e, simultaneamente-

¹² O Congresso espanhol aprovou, em 20 de novembro de 2002, por unanimidade, uma resolução de condenação ao franquismo e reconhecimento moral das vítimas da Guerra Civil e do regime de Franco. Entre as medidas aprovadas, está o apoio institucional às iniciativas destinadas à exumação de cadáveres não identificados do conflito interno enterrados em fossas comuns espalhadas por todo o território espanhol.

¹³ No Julgamento de Nüremberg, foram apresentadas provas que identificavam o sequestro de 50 mil crianças dos países da Europa central, 50 mil da Hungria (Rutênia) e mais de 100 mil jovens poloneses escravizados a partir das Operações Forquilha e Barão Cigano. Cf. HILLEL, Marc. Em nome da raça. Os “haras” nazistas. Rio de Janeiro: Hachette, 1975, p. 193.

¹⁴ *Ibid.*, p. 193.

te, enriquecer seu próprio povo com crianças consideradas “racialmente valiosas”. Para levar adiante esse empreendimento, foram envolvidos inúmeros organismos como o Comissariado do *Reich* para a Consolidação da Raça Germânica e o Departamento Superior da Raça e do Povoamento (RUSHA).¹⁵ De particular importância e vinculada à RUSHA era a organização SS *Lebensborn* (Fontes da Vida). A mesma administrava uma gigantesca maternidade estatal que estimulava o “cruzamento” entre mulheres arianas e jovens SS com finalidade procriativa. Na prática, consistia de um programa que criava uma infra-estrutura material de residências secretas na Alemanha e na Europa ocupada para que homens e mulheres “racialmente puros” mantivessem relações sexuais. Jovens mulheres, convencidas pela propaganda oficial que as convidava a oferecer um filho para o *führer*, aguardavam a visita de grupos de jovens SS com a finalidade de engravidar e, como incubadora humana, oferecer o seu ventre ao esforço nazista de construção do Terceiro *Reich*. As crianças geradas podiam ficar com elas ou, se assim o desejassem, sob o encargo do Estado (criação, educação e formação), em instituições criadas especificamente para isso.

Mas o *Lebensborn* também se encarregava das crianças sequestradas. Os critérios de escolha das mesmas priorizavam a beleza (segundo os parâmetros arianos vigentes – olhos azuis, cabelos loiros, pele branca), as condições de saúde, os níveis de inteligência e aptidões físicas. Depois de avaliadas, essas crianças, se consideradas aptas, eram germanizadas; do contrário, eram abandonadas, devolvidas aos pais ou, em caso de existência de impureza racial, enviadas aos campos de concentração. O processo de germanização ocorria ao dar-lhes uma identidade alemã e uma espécie de patrimônio germânico: data e local de nascimento, língua, padrão cultural e ideológico e habilitação para serem inseridas nas organizações e nas instituições estatais de educação e recreação. As crianças apropriadas passavam por um processo de reciclagem de uns seis meses.

¹⁵ Instituição encarregada de administrar e executar os exames raciais. Decidia a escolha das crianças que deviam ser raptadas ou que eram consideradas descartáveis (passíveis de serem exterminadas). Também determinava quais as mulheres que deviam abortar e/ou ser esterilizadas.

A idade era um critério lógico considerando a expectativa de sucesso esperada no processo de apropriação. Até essa idade, as crianças mostravam-se mais receptivas ao ensino da *Weltanschauung* (concepção nazista de mundo); além disso, a ausência de recordações tornava mais fácil a assimilação e a falsificação da sua identidade. Ou seja, possibilitava maior eficiência naquilo que, posteriormente, nos países platinos, as organizações de direitos humanos denominariam de apropriações.

O sequestro podia ser massivo ou individual. No primeiro caso, as crianças detidas nas escolas ou reunidas nas praças das cidades e dos vilarejos dos territórios ocupados eram mandadas para campos de triagem, onde médicos e especialistas em higiene racial determinavam as assimiláveis e as “não-proveitáveis” (destas, algumas eram devolvidas, entretanto, a maioria terminava nos campos de extermínio). No caso do rapto individual, destacavam-se as unidades das “irmãs pardas das SS”, constituídas por mulheres vestidas com uniformes dessa cor, treinadas para localizar e identificar crianças passíveis de assimilação. Para tanto, eram treinadas em estágios onde se especializavam no conhecimento e na identificação de características raciais desejadas. Desses cursos, também faziam parte técnicas de rastreamento, abordagem e sequestro de crianças.

Como mecanismo de abordagem, as “irmãs pardas” usavam o expediente de oferecer guloseimas enquanto simulavam uma conversa despreziosa, a qual escondia um interrogatório que coletava informações sobre pais, domicílio, cor de cabelos dos irmãos. Desta maneira, as “irmãs pardas” peneiravam bairros, cidades, vilarejos e regiões, mapeando os potenciais alvos. Essa era a primeira fase do processo de sequestro e de apropriação. A segunda consistia em arrebatar a criança dos pais, quase sempre em procedimentos noturnos. Como regra geral, os pais não voltavam a ver seus filhos e, em certas situações, para evitar tumulto e reações hostis ostensivas, eles eram eliminados no momento do sequestro. A última fase do processo consistia na intervenção de médicos realizando minuciosos exames para detectar o caráter racial das vítimas e decidir sobre a validade ou não da assimilação de cada caso. Eles decidiam o destino das crianças:

apropriação ou eliminação. A supressão dos vínculos paternos era o objetivo imediato implícito no trabalho de assimilação. Não foram raros os casos em que, mediante recursos de ordem psicológica e doutrinação com forte carga ideológica, as crianças sequestradas desenvolveram um esquecimento (induzido) muito rápido ou um sentimento de forte rejeição e ódio contra os pais biológicos. Situação semelhante estimulada por algumas famílias apropriadoras, na Argentina, mais de trinta anos depois.

Por outro lado, era necessário esconder dos pais adotivos a origem racial inferior da criança adotada, pois isso entrava em choque com o discurso racial nazista. O discurso repetido até a exaustão sobre o caráter inferior de outros povos europeus exigia que se escondesse a origem de muitas crianças assimiladas por uma necessidade demográfica deprimida. Os pais adotivos, quase sempre casais sem filhos, pressionados pela própria carga ideológica do discurso racista do nazismo, resistiam a adotar crianças de origem estrangeira e de pureza racial incerta. Sendo assim, o *Lebensborn* escondia o fato de repartir crianças raptadas; em tese, todas eram concebidas sob rigoroso “controle de qualidade” de sangue confiável ou, então, eram órfãs de pais falecidos em função das vicissitudes da guerra. Para todos os efeitos eram consideradas órfãs alemãs dos territórios da Europa Oriental. O Estado aproveitava o discurso semeado durante anos, sobre a existência de comunidades alemãs fora de fronteiras (a justificativa do pangermanismo histórico), para esconder a verdadeira origem das crianças. Quanto aos pais biológicos, os meninos e meninas sequestrados eram induzidos a esquecê-los, rejeitá-los ou, então, convencidos de que eles os haviam abandonado (o mesmo subterfúgio oferecido pelo Terrorismo de Estado do Cone Sul aos filhos de desaparecidos ou às crianças em processo de recuperação da verdadeira história e identidade). As crianças que resistiam a tal processo de manipulação e inversão da realidade acabavam eliminadas.

Em relação às meninas, a expectativa do Estado e das autoridades responsáveis era de que servissem, em médio prazo, como ventres à disposição do III *Reich*. Uma sobrevivente de Lódz (Polônia), Alycia Sosinka,

menina sequestrada na época, ouviu das autoridades do local em que estava sendo reeducada: “Vocês porão no mundo dois ou três alemães de boa raça e depois desaparecerão...”.¹⁶ Assim, as súditas estrangeiras racialmente “adequadas” eram conservadas ou eliminadas de acordo com as necessidades procriadoras:

[...] a pequena Alycia de Lódz, feita mulher demasiado depressa, teria o direito de dar à luz uma, duas ou três vezes numa clínica SS. Homens minuciosamente selecionados encarregar-se-iam de engravidá-la por prazer pessoal e por dever para com a pátria. Depois, um dia, um Dr. Ebner¹⁷ de plantão dar-lhe-ia uma injeção e Alycia teria deixado de existir. Assim se apagaria para sempre todo vestígio de contribuição de sangue estrangeiro para a obra de repovoamento ariano da futura Alemanha.¹⁸

O pós-guerra foi muito duro tanto com aquelas gerações procriadas nas residências do *Lebensborn* quanto para aquelas que foram germanizadas à força. As primeiras sofreram a rejeição por terem sido concebidas como a geração perfeita, a “super-raça” do Terceiro *Reich*. Muitas dessas crianças – ainda em orfanatos estatais quando a guerra acabou ou acompanhando mães acusadas, agora, de “colaboradoras” ou “prostitutas” – sofreram todo tipo de discriminação. A Noruega foi um dos países escolhidos pelos nazistas para aplicar o programa *Lebensborn* (por causa das características genéticas propícias, segundo o ordenamento ariano). Após a guerra, fracassou a iniciativa oficial de deportar à Alemanha as crianças geradas dentro daquele programa (também a tentativa alternativa de mandá-las para a Austrália). Elas acabaram confinadas em orfanatos e hospitais para doentes mentais. Discriminação, maus-tratos, violência física e psicológica foram sofrimentos cotidianos.

Em relação às crianças sequestradas, o fim da guerra trouxe uma situação um pouco diferente: o que fazer com elas? Nos casos em que isso era possível, a tentativa de reintegração se mostrou, em muitas situações,

¹⁶ HILLEL, Marc. *Op. cit.*, p. 198.

¹⁷ Nota do autor: um dos médicos mais conhecidos do sistema *Lebensborn*.

¹⁸ HILLEL, Marc. *Op. cit.*, p. 200.

demorada e dolorosa. O processo de germanização enraizara-se profundamente; muitos meninos e meninas viveram a separação dos pais adotivos como nova experiência traumática de dor e perda. Pais e filhos biológicos tiveram enorme dificuldade de se aceitarem mutuamente, e como se isso não bastasse, em uma Europa devastada. Por outro lado, como permitir que as vítimas de sequestro permanecessem com os pais de adoção se a relação que existia entre eles, independente dos sentimentos gerados, tinha origem em um violento processo de expropriação de uma jovem geração, verdadeiro “butim de guerra” humano? Em ambos os casos, os filhos do *Lebensborn* ficaram marcados na alma e na consciência pelo estigma de serem indesejados; como sólidos fantasmas, corporificavam concretamente, um duro e traumático passado. O silêncio oficial e coletivo ao seu respeito procurou esconder responsabilidades, evidências, omissões e colaboração. A intolerância e a discriminação fizeram recair o peso da culpa exatamente em cima daqueles que foram as principais vítimas do processo. Sofrendo a incompreensão da sociedade, o desconhecimento sobre a própria origem e punidos por constituírem um produto gerado desde o centro do poder nazista, a sua sobrevivência representa o trauma coletivo de lidar com um passado que deixou profundas sequelas e uma imagem espelhada que parece perguntar sobre as atitudes das gerações anteriores. Foram necessárias décadas para que, finalmente, essa história viesse a público através das vítimas-protagonistas remanescentes, marcadas pela indiferença e tratadas como párias, como se elas fossem autoras do crime que sofreram e cujos efeitos parecem nunca prescrever.

Finalizando, cabe ressaltar o paralelismo entre determinadas práticas repressivas nazistas e algumas modalidades existentes nas ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul. Encerrada a Segunda Guerra Mundial, algumas experiências de “guerra suja” e as práticas de Terrorismo de Estado acumuladas pelo nazismo foram incorporadas às práticas similares patrocinadas pelos EUA e seus aliados da OTAN, para aplicar nas guerras de libertação nacional, tendo a Guerra Fria como pano de fundo.¹⁹ Espe-

¹⁹ DIETRICH, Heinz. Chile y la ‘innovación básica’ del Führer. *Rebelión*, Madrid, 13 sep. Albuquerque: revista de História, Campo Grande, MS, v. 6 n. 11 p. 89-119, jan./jun. 2014

cialistas nazistas em técnicas de interrogatório e extermínio (sequestros, torturas e desaparecimentos forçadas) foram cooptados para instruir, aperfeiçoar e atualizar as forças repressivas. A percepção da ameaça soviética global e a difusão do macarthismo no interior dos EUA levaram a CIA e a inteligência militar estadunidense a acelerar a implementação de programas para a apropriação dos conhecimentos da contra-insurgência nazista.²⁰ Tais comparações estão longe de expressarem uma relação simplista e ideológica; ao contrário, o fato de respeitar a unicidade do fenômeno nazista, sua dimensão, suas especificidades e seu contexto histórico não impossibilita traçar a evolução das modalidades repressivas analisadas e encontrar raízes sólidas, históricas, que se projetaram sobre outros cenários geográficos e temporais.

Os soldados-mirins

Uma das modalidades mais perversas de sequestro de crianças está ancorada no contexto da globalização, portanto, após a cronologia das experiências ocorridos no Cone Sul latino-americano. Trata-se da transformação de crianças e adolescentes em soldados de exércitos ou milícias em países conturbados por processos de desestruturação e rearranjos estruturais. Segundo dados da UNICEF, de 1996, a experiência dos soldados-mirins faz parte de um cenário maior de guerras e conflitos, crivados de interesses imediatos que muitas vezes mascaram a forte presença das potências extracontinentais, e que produziram a morte, mutilação, orfandade e invalidez de milhões de crianças.²¹

Traumas psicológicos, perda de lares ou afastamento dos pais são dramas que se reproduzem em escala inédita e que afetam, principalmente, po-

2003, [s.p.].

²⁰ IANNI, Octávio. *Capitalismo, violência e terrorismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.

²¹ CASTELLS, Manuel. *Fim de milênio*. A era da informação: economia, sociedade e cultura. São Paulo: Paz e Terra, 1999, v. 3, p. 186.

pulações carentes de países empobrecidos ou subjugados por mecanismos de exploração internacional. São dinâmicas que envolvem conflitos entre civis e militares, grupos armados liderados por senhores da guerra, etc. As crianças são arrastadas a esses conflitos como soldados, em proporção crescente e essa não é uma realidade exclusiva do continente africano. Efetivamente, países tão diversos como Costa do Marfim, Sudão, Irã, Uganda, Bósnia, Colômbia e Moçambique, entre tantos outros, têm servido de palco para tais experiências. Milhares de crianças têm sido sequestradas das suas famílias, treinadas com extremo rigor, inclusive com métodos de tortura, para se tornarem guerreiros implacáveis, obedientes e violentos. São as mazelas sociais da pobreza, do desterro, da ignorância, da manipulação religiosa e ideológica que referenciam os marcos dessa situação. Apesar da maioria ser recrutada à força, são inúmeros os casos das que se juntam por desespero; ou seja, na sua forma mais explícita, muitas acabam recrutadas em troca de comida para si ou para suas famílias.

As crianças são fáceis de manipular e, em muitos casos, lutam tão bem quanto os adultos. Os menores são utilizados em tarefas de espionagem, guarda e combate de linha de frente. Já as meninas são usadas, preferencialmente, como escravas sexuais, mas também desempenham funções militares. Em 2007 especulava-se que do total de soldados-mirins existentes no mundo, 30% eram meninas. Independente do sexo, uma das tarefas mais cruéis destinadas aos menores é o desarmamento de minas, o que de por si permite inferir o profundo descaso e desrespeito pelas suas vidas.

O recrutamento se dá através do medo, da indução, da promessa de poder ou de ajuda à família ou da simples extorsão física ou material. Muitas são sequestradas nas próprias escolas. As formas de coação não têm limites. Em Serra Leoa, por exemplo, antes de serem mandadas para operações de guerra recebiam um coquetel de pólvora e cocaína. Já na Libéria eram forçadas a passar por uma espécie de ritual no qual eram obrigadas a matar membros da própria família, sofrendo um brutal processo de desestruturação de valores, códigos e normas mínimas de convivência; tornaram-se, assim, reféns da lembrança desses crimes contra pais ou irmãos,

alimentando sentimentos de culpa como se a responsabilidade por tais execuções fosse delas.

Por outro lado, treinamentos intensivos tornam-nas muito agressivas, parecendo guerreiros ferozes prontos para matar ou morrer, e desprovidos de discernimento do que seja guerra ou brincadeira. A utilização de armamentos leves e portáteis de enorme poder de fogo torna esses exércitos mirins extremamente letais, sobretudo contra populações desarmadas, alvos centrais de conflitos civis e étnicos.²²

Um das situações mais emblemáticas corresponde à República Democrática do Congo, país onde, entre 1998 e 2002, mais de 30 mil meninos foram recrutados pelo governo e por quase uma dúzia de grupos insurgentes no conflito interno que abalou o país. Em 1996 ascendeu ao governo Laurent-Desire Kabila, vinculado ao tráfico de ouro e marfim. Kabila derubou a longa ditadura de Mobutu Seko, mediante dura guerra civil de quase cinco anos contando para isso com apoio de países vizinhos (Ruanda e Uganda) e um exército do qual faziam parte milhares de crianças, os *kadogo* (“criança-soldado” em swahili, língua falada na África do Leste).²³ Essa região foi cenário dos trágicos acontecimentos que produziram imagens que impactaram o mundo durante mais de uma década (o conflito entre as etnias tutsi e hutu). Os 32 anos de ditadura de Mobutu Seko e os cinco anos de guerra civil subsequentes deixaram o Congo à beira do caos e o sistema judicial totalmente desorganizado.

Posteriormente, muitas dessas crianças e adolescentes acabaram julgadas por crimes de guerra, como se fossem adultos. Houve casos de crianças de 15 anos condenadas à morte (caso de Mbako Banza).²⁴ Esconde-se, porém, o fato de que os meninos que integraram bandos armados durante a guerra passaram anos separados das suas famílias. Aliás, esta é outra dimensão do

²² *Idem*, p. 187.

²³ HARI, Johann. La tragedia del Congo: la guerra que el mundo olvidó. *Rebelión*, Madrid, 26 jun. 2006, [s.p.].

²⁴ SUNDARAM, Anjau. Niños rumbo al cadalso: pena de muerte en República Democrática del Congo. *Rebelión*, Madrid, 28 abr. 2006, [s.p.].

drama dos meninos-soldados. Muitos dos que conseguiram voltar, defrontaram-se com a rejeição familiar ou dos vizinhos, vítimas de bandos armados semelhantes aos que pertenceram. Ou seja, a possibilidade de reinserção dessas crianças nos seus meios sociais de origem tornou-se muito delicada. O mesmo vale para as meninas, aqui com o agravante de que muitas voltavam grávidas ou com filhos gerados durante o período em que estiveram sequestradas. Neste caso, a rejeição tanto foi direcionada contra elas quanto aos filhos nascidos na sua condição de escravas sexuais dos bandos armados. Em realidade, as garotas que retornam a suas comunidades são percebidas como tendo violado mais normas sociais do que os meninos. Elas têm dificuldades em se casar e seus filhos são frequentemente estigmatizados.

Outro desdobramento consiste na persistência de feridas psicológicas e sentimento de culpa que muitas dessas crianças carregarão pelo resto da sua vida. Considerando que poucas delas terão oportunidade de ajuda terapêutica, as sequelas de tal trauma poderão gerar distúrbios mentais ou comportamentais, ou ainda incidir em atos criminosos e na imersão em uma espiral de violência cotidiana sem volta.

É comum, também, que os menores que caem nas redes do sistema carcerário não conseguem pagar um advogado nem esclarecer a sua idade. Diante da falta de garantias dos direitos dos acusados, acabam tendo o seu destino predeterminado. A pena de morte contra estes menores, muitas vezes, é antecedida de interminável espera em situação carcerária acentuadamente indigna. De fato, trata-se de uma espécie de prisão perpétua. Em tese, o código penal, o qual prevê a pena de morte para determinados crimes, ilegaliza sua aplicação contra acusados menores de 18 anos.²⁵ Entretanto, sofrendo uma situação de prisão indefinida e um tempo incerto, a lei acaba sendo burlada, pois os menores se tornam adultos e, a partir dessa condição, sofrem, então, a aplicação das penas mais duras.

No Congo, mesmo após os acordos que colocaram fim ao conflito, inúmeros senhores da guerra não participaram dos mesmos e continuaram

²⁵ *Idem.*

recrutando crianças para servirem de soldados (mas também há casos de escravização e exploração sexual). O julgamento de um desses chefes militares, Thomas Lubanga, vinculado à União de Patriotas Congolenses, no primeiro processo da Corte Penal Internacional, em Haya, serve para expor toda essa problemática. Entre os anos de 2002 e 2003 seu grupo continuou sequestrando crianças, algumas de até 10 anos, para lutar.

Segundo alguns especialistas, as crianças que foram transformadas, sem opção e contra a sua vontade, em soldados-mirins não deveriam ser punidas pelos crimes cometidos. Pois, apesar de tudo, somente eram crianças cumprindo ordens. O advogado da promotoria Ekkehard Withopf alegou, na corte que Lubanga treinou meninos para matar, ordenou que matassem, e deixou que morressem em confrontos.²⁶ Nos últimos anos, a pressão internacional consolidou o entendimento de que os soldados-mirins detidos devem ser tratados como vítimas e ser acolhidos por um processo de recuperação e reinserção. Mesmo timidamente, a UNICEF e a Corte Penal Internacional parecem apontar para a consolidação dessa tendência. Quer dizer, qualquer menor que no ato do sequestro ou cooptação, tenha sofrido coação material, física, moral ou psicológica, pode exigir a qualificação de vítima; isto também vale para as reconhecidas vítimas indiretas, caso dos pais.²⁷

A tragédia dos soldados-mirins deixa um rastro de destruição de uma geração de crianças. Centenas de milhares delas foram retiradas à força do convívio familiar, sob a truculência da ação estatal ou de grupos armados. A complexidade e diversidade da violência sofrida são imensuráveis. A convivência com a morte, com a violência sexual, física, psicológica e moral, a falta de discernimento de valores, a degeneração dos princípios de convivência, a solidão resultante da separação do entorno que dá sentido e todo tipo de carência afetiva se combinam com a não-experimentação da infância, tempo perdido e, muitas vezes, irreversivelmente comprometido.

²⁶ MATEOS, Oscar. Miliciano congoleño a juicio. *Rebelión*, Madrid, 1 feb. 2007, [s.p.].

²⁷ MANSOUR, Fati. Los crímenes de Ituri por fin salen de las sombras. *Rebelión*, Madrid, 27 ene. 2009, [s.p.].

Mesmo assim, conhecidos todos estes fatos, continuam tímidos os avanços jurídicos e a pressão internacional; em fevereiro de 2009, estimativas da própria ONU indicavam a existência, ainda, de mais de 250 mil soldados-mirins espalhados em mais de dez países.²⁸

“Butim de guerra” no cone sul²⁹

No Cone Sul das ditaduras de Segurança Nacional e do Terrorismo de Estado,³⁰ as políticas de desaparecimento constaram como a metodologia mais sofisticada em termos de repressão política. O contexto de impunidade foi a base para as ações repressivas estatais de cunho arbitrárias, numa demonstração ostensiva por parte dos executores, os quais pensavam ter imunidade perpétua. Protegidos por essa “armadura” que tornava pouco crível que sofressem no futuro aplicação de sanções ou reparações, os agentes repressivos tiveram mais sucesso na imobilização e amedrontamento da sociedade ante uma repressão exercida sem restrições,³¹ o que aumentou a sensação de impotência das vítimas e do seu entorno.

O contexto de impunidade para ações repressivas, sob o “guarda-chuva” protetor da “obediência devida” às ordens superiores e no cumprimento do dever, foi obtido através da aprovação de leis que obstruíram iniciativas que exigiam aplicação de justiça e medidas reparatórias. O medo, a hostilização, as ameaças, a indução ao silêncio e ao esquecimento reforçaram

²⁸ Unicef liberta 85 crianças e jovens recrutados por milícias no Congo. *Folha Online*, 3 fev. 2009, [s.p.].

²⁹ Este item, com o título “A guerra contra as crianças: práticas de sequestro, desaparecimento e apropriação de identidade no século XX – ‘Butim de Guerra’ no Cone Sul da Segurança Nacional”, foi publicado nos Anais eletrônicos do XI Encontro Estadual de História: história, memória e patrimônio, da ANPUH-RS, ocorrido na Universidade Federal do Rio Grande, em 2012.

³⁰ Referência às ditaduras de Segurança Nacional existentes, nas décadas de 60 a 80, na Argentina, Brasil, Bolívia, Chile, Paraguai e Uruguai.

³¹ CONADEP. *Nunca Mais*. Informe da Comissão Nacional Sobre o Desaparecimento de Pessoas na Argentina. Porto Alegre: L&PM, [s.d.], p. 175.

a sensação de impunidade. Esta também justificou atitudes irresponsáveis como o mentir deliberadamente aos familiares que procuravam informações sobre o destino das vítimas. Pistas absurdas foram oferecidas como iscas diversionistas: “*Los desaparecidos están en Cuba o en Nicaragua*”; “ *fueron secuestrados por la guerrilla*”; “não existem desaparecidos”, “*son una invención de los subversivos*”.³²

A violência contra crianças também marcou a etapa repressiva. Milhares delas foram obrigadas a conviver com famílias separadas e sofrer com a satanização dos entes queridos, o isolamento e a marginalização sentida na escola, na vizinhança ou na própria família. Milhares delas sofreram com a prisão dos pais, a imersão na clandestinidade ou partilharam das condições sempre difíceis do exílio. Todas essas crianças sofreram as consequências de uma dinâmica que as colheu como vítimas, nos influxos de uma lógica que tiveram de suportar irremediavelmente e com múltiplas perdas e incompreensões.

Entre todas elas, há o caso particular dos filhos de mortos e desaparecidos. Além de terem passado por algumas das experiências traumáticas citadas, essas crianças foram vítimas de outra, marcada por elementos muito particulares, que colocam, de forma mais complexa, a dimensão da irreparabilidade das perdas. A ausência de pais sobre os quais se desconhece seu destino gera, com o passar do tempo, uma espécie de presença fantasmagórica, que dilui lembranças, apaga imagens ou torna irreconhecível a existência daqueles. Tal situação pode ser amenizada pela presença e o trabalho persistente de outros familiares que contribuam no intuito de preencher parte desse quebra-cabeça tão sensível, oportunizando o acesso a informações, imagens, atitudes, idéias e lembranças vitais para dar certa concretude ao ausente. Os filhos dos desaparecidos políticos tiveram que aprender a aceitar que aqueles rostos tão jovens, plasmados em poucas fotos, eram, sim, o reflexo da imagem dos pais. E, de forma traumática, precisaram de muitos anos para descobrir, contra a propaganda oficial do Estado

³² MOLINA THEISSEN, Ana Lucrecia. La desaparición forzada de personas en América Latina. *KO'AGA ROÑETA*, série VII, 1998.

autoritário, que não foram abandonados pelos pais e que a sua ausência não foi uma opção de sobrevivência.

Dentro de tal universo, entretanto, há um caso que extrapola, ainda mais, esses limites tão extremados: o das crianças que foram sequestradas, desaparecidas e apropriadas.³³ Tal fenômeno ocorreu principalmente na Argentina, mas também atingiu o Uruguai e, secundariamente, envolveu outros países da região. Na sua grande maioria, são filhos de pais assassinados e desaparecidos, mesmo que não tenham consciência disso (no caso dos que permanecem sequestrados) ou lembrem da experiência traumática sofrida (o sequestro). A apropriação de crianças, quase sempre, esteve vinculada a uma espécie de comércio das mesmas (por dinheiro, troca de favores ou vantagens pessoais). Nas experiências dos regimes de Segurança Nacional, reconhecer o crime de apropriação de crianças implica em descobrir a existência de um mecanismo sequestro-desaparecimento-apropriação que é resguardado na permissividade e/ou cumplicidade do centro do poder estatal, o qual possibilitou que um ser indefeso fosse arrancado do convívio da família de origem e tivesse um nome e uma história imposta, apagando, assim, todo seu passado.³⁴

Transformadas em “butim de guerra”, a procura das crianças apropriadas se constituiu em enorme desafio para superar essa profunda ferida aberta do passado recente argentino e uruguaio. Os dados com que trabalham as organizações de direitos humanos, particularmente *Abuelas de Plaza de Mayo*, apontam para aproximadamente 550 crianças vítimas de sequestro e apropriação, muitas delas em ações da Operação Condor. Até o início de 2009, 99 delas foram recuperadas e tiveram a identidade restituída.

³³ Ver também: PADRÓS, Enrique Serra. “Botim de Guerra: desaparecimento e apropriação de crianças durante os regimes civil-militares platinos”. *MÉTIS: história & cultura*, 11, 2007, pp. 141-161.

³⁴ MADRES Y FAMILIARES DE URUGUAYOS DETENIDOS DESAPARECIDOS. A Todos Ellos. Informe de Madres y Familiares de Uruguayos Detenidos Desaparecidos. Montevideo: 2004, p. 526.

Luís Eduardo Duhalde³⁵ destaca os objetivos por detrás dessa operação, todos justificados pela lógica de combater o “inimigo interno”, segundo as pautas da Doutrina de Segurança Nacional: a) produzir terror na população; b) vingar-se e fustigar seus familiares; c) interrogar as crianças com discernimento; d) quebrar o silêncio dos pais, torturando os filhos; e) beneficiar-se com as crianças como “butim de guerra”; f) educar os filhos menores com uma ideologia contrária à dos pais. De qualquer forma, sejam quais forem os motivos dos sequestros é essencial considerar que todos eles foram fundamentados pela existência de uma impunidade, percebida como perpétua, pelo sistema repressor.

A seguir, apontamos para o caso de Mariana Zaffaroni, um dos mais emblemáticos e comoventes envolvendo o sequestro e apropriação de crianças no marco da coordenação repressiva no Cone Sul dos anos 70. Destacamos que a singularidade do caso, paradoxalmente, se reveste de universalidade porque, independente do entorno particular de cada uma das situações e experiências específicas, todas elas são fruto de um contexto que lhes dá sentido e de uma política sistemática de apropriação dos filhos daqueles que, por sua vez, foram vítimas de extermínio.

O caso Mariana Zaffaroni foi um dos que mais comoveu a sociedade uruguaia (e também a argentina). A menina, sequestrada junto com os pais, em 1976, em Buenos Aires, tinha um ano e meio de idade. Após anos de procura, as avós a localizaram junto a um casal de apropriadores argentinos. Através da justiça, a família biológica tentou recuperar a menina. Enquanto seguiam os trâmites na justiça, a avó María Ester recebeu duas cartas extensas, assinadas por Daniela Furci, o nome dado ilegalmente a Mariana. Tal fato constituiu mais uma agressão contra a família biológica e, particularmente, contra essa avó. Mariana, na época, tinha nove anos e era evidente que as cartas, que emitiam complexos conceitos políticos, filosóficos e morais e citações bíblicas, bem de acordo com as diretrizes autoritárias vigentes, só podiam ser de autoria do sequestrador. Recheadas de

³⁵ DUHALDE, Eduardo Luís. *El Estado terrorista argentino*. Quince años después, una mirada crítica. Buenos Aires: Eudeba, 1999.

acusações inverossímeis, as cartas aludiam, ainda, à vida familiar da menina, atingindo a família biológica, uma vez que fazia referência constante a pais e avós que, de fato, não o eram (pois eram a família apropriadora). Numa dessas cartas dizia:³⁶

[...] Cuanto odio sentirá Ud. por mí y por mi familia, claro mis papis me enseñan lo mejor y me educan como buenos cristianos que son. No me imaginan usando uniforme y recibir instrucción militar aceptando las enseñanzas y doctrinas de algún Partido, como Ud. les habrá inculcado a sus hijos. Esto se lo digo por simple deducción... si no explíqueme qué hacían en mí país su hija y su yerno en vez de estar en el Uruguay, unidos todos en el seno familiar, ¿quiénes eran? ... ¿guerrilleros? [...].

Há várias passagens em que Mariana/Daniela, a suposta autora do texto, conta detalhes do seu dia-a-dia, reforçando o amor recíproco que sentem ela, mãe e pai. Visando magoar, acrescenta:

A las 12.00 del mediodía - como siempre - llama la ABUELA DELIA y casi hace las mismas preguntas que a las 13.00hs. me hace la ABUELA ZULEMA... Como estás mi amor?... estás jugando?... tomaste toda la leche?... almorzaste, yo a todo respondo en forma afirmativa y luego les corto, sin antes mandarles 1.000.000 de besos - entendió bien señora, 1.000.000 de besos para mis ABUELAS.

Quando finalmente a justiça se pronunciou a favor da prisão dos Furci, eles fugiram para o Paraguai, levando a menina. Mariana foi sequestrada pela segunda vez. Casos de famílias de repressores e apropriadores que fugiram para o Paraguai, após o fim da ditadura argentina, temendo a ação da justiça diante dos crimes cometidos, foi um sinal bem claro da sobrevivência das redes protetoras vinculadas à coordenação repressiva do Condor e a confiança na imobilidade da ditadura Stroessner, garantindo segurança e nova documentação para a imersão dessas famílias em um processo de *blanqueamiento* de identidade. Assim, os Furci, escondidos no Paraguai, sumiram sem deixar rastros, protegidos pela persistência do esquema repressivo regional, intocável. Diante da passagem do tempo, as avós María

³⁶ Carta de 21 ene. 1985. In: SALABERRY, *Mariela. Mariana, tu y nosotros*. Montevideo: Banda Oriental, 1993, pp. 141-145.

Ester e Martha quiseram deixar algum registro para a menina; passaram a escrever-lhe cartas para que em algum futuro, distante ou não, pudesse saber delas, dos seus sentimentos e dos seus verdadeiros pais:

Mariana:

Si por casualidad puedes leer esto o alguna persona conocida te lo puede transmitir, yo quisiera que tú supieras que fuiste esperada con mucho amor por tu madre, tu padre y toda tu familia.

Tus padres no te abandonaron. Tus abuelas te buscamos desde el primer momento. [...]

Mariana, no podemos hacer nada de esto. Sólo juntar nuestros recuerdos, escribítelos y hacértelos llegar como un regalo, para que cuando lo llegues a leer - porque llegará ese día - veas en estas líneas tu presencia constante en nuestras vidas y el anhelo sin límite de compartir tu existencia.³⁷

Passaram-se outros tantos anos até que a pista dos Furci fosse retomada e, finalmente, o casal apropriador foi encontrado e julgado. Em 1993, a justiça se pronunciou: sete anos de prisão para o homem e três para a mulher. Porém, não houve o final feliz desejado pelas avós. A reação de Mariana surpreendeu: rejeitava sua verdadeira história, seu nome e o contato com a família biológica; pior, manifestava carinho pelos pais apropriadores. Obrigada pela justiça, aos 18 anos fez o teste de sangue que confirmou o que já se sabia. A justiça também lhe restituiu seu verdadeiro nome, mas não conseguiu restituir-lhe os sentimentos que naturalmente teria desenvolvido se não tivesse sido vítima de um crime dessa magnitude. O juiz Marquovich lembra que ordenou ao *Registro Nacional de las Personas* que mudasse o nome da jovem. Daniela Romina Furci devia deixar de existir para que Mariana tivesse sua identidade restituída. Sabedor do drama íntimo da menina afirmou: “*Es un acto que parece administrativo, formal. Pero es como una muerte. Esa persona ya no está más*”.³⁸ Estela

³⁷ Carta de María Ester Gatti. In: SILVA, Alberto. *Perdidos en el bosque*. Montevideo: Familiares de Detenidos-Desaparecidos, 1989, p. 39.

³⁸ *Trespuntos*, Buenos Aires, 29 jul. 1998, p. 32.

de Carlotto, presidente de *Abuelas de Plaza de Mayo*, na ocasião, opinou de forma diferente: “*La primera muerte de Mariana y de todos los chicos es la apropiación. Ahí la hacen desaparecer y loa hacen nacer falsamente. Al devolverle la identidad nosotros no decimos que mataron a [Daniela] Romina Furci, decimos que revivieron a Mariana. Vuelve la vida*”.³⁹

A vida de Mariana, a partir dessa nova situação, foi marcada por incertezas, dúvidas e rejeição. No secundário, teve que elaborar uma redação cujo título era *Una joven busca empleo*. O resultado é um complexo testemunho sobre suas dificuldades diante de um mundo construído sob aliterceres falsos que estava desmoronando e outro novo, mas completamente desconhecido:

Un hombre uniformado de gris me preguntó: “¿Nombre y apellido?” ¿qué hubiera contestado? ¿Que durante toda mi vida mi gente me llamó Daniela Furci; pero que ahora hay gente que dice que me llamo Mariana Zaffaroni Islas? ¿Que el nombre que llevé durante toda mi vida y que me dieron mis padres - que ahora están presos por habérmelo dado - no es legalmente el mío? Preferí sentirme ilegal antes que traidora. Así que respondí: Daniela Romina Furci. “¿Nacionalidad?” Soy argentina. Pero tengo dos orígenes diferentes. Uno de padres uruguayos, subversivos. El otro de padres argentinos. Mi padre luchaba del otro lado. Un día yo llegué a él y él eligió entre pegarme un tiro en la cabeza o cuidarme como la hija que nunca pudo tener. Su humanidad y su deseo de ser el mejor padre del mundo lo llevó a la segunda opción. Ahora lo está pagando como si me hubiera matado. [...]⁴⁰

Mariana responsabilizou a família biológica pela prisão do casal Furci e continuou vivendo com a avó materna adotiva. Após anos desejando abraçá-la, as avós e as tias biológicas descobriram que a moça de 18 anos que tinham na sua frente, no *Juzgado* de San Isidro (Buenos Aires), estava muito distante das fotografias e das lembranças que tinham motivado sua procura incessante, procura que fora um verdadeiro símbolo para a sociedade uruguaia durante a campanha do plebiscito convocado para reverter

³⁹ *Idem*, p. 32.

⁴⁰ *Idem*., p. 31.

a anistia aos crimes de Estado, em 1989. As sequelas do sequestro e da apropriação, neste caso, foram resultado das práticas mais perversas do Terrorismo de Estado; práticas essas implementadas para que não tivessem somente efeitos no momento da sua aplicação, mas que se multiplicassem sobre o tempo futuro e sobre as gerações futuras. Aos olhos de Mariana, seus pais adotivos não eram apropriadores que ficaram com ela a partir de uma delicada premissa anterior – a de que os pais verdadeiros haviam sido assassinados pelo mesmo regime que encobriu e encorajou seu sequestro e que contou, em suas fileiras, com repressores como Furci.

No *Juzgado*, o encontro entre as avós e as tias com Mariana foi muito duro. A jovem tão procurada, tão querida pela família biológica, teve uma atitude fria, distante; nem no pior pesadelo as avós poderiam imaginar a rejeição encontrada.

- Mariana: ¿Y si no me hubieran buscado?

- Tía Cecilia: ¿Qué hubieras pensado tú, después que te enterás que tenías una familia, si esa familia te hubiera dejado abandonada y no te hubiera buscado? ¿Qué hubieras pensado?

- Mariana: ¿Y nunca pensaron en mí, nunca pensaron en mí dolor?

- Abuela Maria Ester: ¡Cómo no! Si habremos pensado en tí que te estuvimos buscando 16 años. Permanentemente. Y ahora comprendemos el dolor y la confusión que deberás estar sintiendo. Pero tú, ¿alguna vez pensaste en nosotros? ¿Pensaste que nos mataron los hijos? ¿Pensaste que lo único que nos dejaron sos tú? Y Marta [a outra avó biológica] tiene más hijos y más nietos. Pero yo, ahora, lo único que me queda sos tú.⁴¹

No meio de tanta dor, a avó María Ester chegou a externar o seguinte: *“Pienso que Mariana en algún momento va a cambiar; cuando sea mayor, cuando sea madre, quizá. Va a sentir otros sentimientos, distintos a los que tiene ahora. Claro que yo ya no voy a estar, sus tiempos son distintos a los míos”*.⁴² De fato, o tempo passou. Mariana se formou em Direito e teve

⁴¹ SALABERRY. *Op. cit.*, p. 100.

⁴² *Trespuntos*, Buenos Aires, 29 jul. 1998, p. 31.

uma filha. A esperança da avó María Ester parcialmente se concretizou. A maternidade fez Mariana repensar. Provavelmente, lembrou da mãe, o que a motivou a aproximar-se da antiga família, dos avós verdadeiros, mesmo para estabelecer uma relação marcada por sentimentos divididos, desconfiança e contradições. Entretanto, pouco tempo restou. Durante 17 anos foi procurada e, quando sua verdadeira identidade foi restituída, seguiram-se anos de rejeição. Quando decidiu tomar a iniciativa, os avós já haviam falecido, e a avó Martha mal conseguia abraçar a neta e a bisneta, falecendo pouco depois.⁴³

O caso Mariana reflete um dos maiores traumas produzidos pelas políticas repressivas de Estado. As famílias que viveram tal violência sofreram perdas humanas irrecuperáveis, perda de tempo – atrás da ilusão do reencontro de netos e sobrinhos. E quando os reencontros se tornaram possíveis, foram bem diferentes do imaginado. Tiveram que aceitar que as pessoas recuperadas estavam divididas, com afetos desenvolvidos aos responsáveis pelo seu sequestro e apropriação, talvez até responsáveis pela morte dos verdadeiros pais. Tiveram que aceitar que era preciso dar tempo; um tempo indefinido, o tempo do amadurecimento para enfrentar tamanha situação, mas um tempo escasso para muitos avós e avós. E para a criança/adolescente/jovem de identidade restituída, uma terrível situação de descobertas que lhe exige muito. Perdas, descobertas, decepções, angústia, sentimentos divididos, todo um sistema de valores e uma estrutura familiar que se desmorona como um castelo de cartas e, como saldo, a penosa reconstituição de tudo isso.

A experiência traumática de Mariana Zaffaroni se reflete, de forma diversa, em tantos outros casos semelhantes, o que enseja algumas reflexões. É inegável que o Terrorismo de Estado devastou o entorno real dessas crianças sem elas terem plena consciência disso. Também sofreram uma violência invisível através da apropriação e da sonegação da identidade. Ao tornarem-se públicos os crimes cometidos pelos pais apropriadores, essas crianças (algumas, já como adolescentes, e os casos atuais, como adul-

⁴³ LIMA, Samarone. *Clamor*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2003, p. 203.

tas) viram o seu entorno, sustentado em crimes e mentiras, ser brutalmente agredido; desconhecendo o motivo originário, reagiram defensivamente, procurando protegê-lo. Por outro lado, está a violência interminável sofrida pelas famílias que procuraram. Perderam os filhos, provavelmente em situações brutais; mesmo assim persistiram na busca de toda e qualquer pista que pudesse levar aos netos, último vestígio do que restou dos projetos dos filhos. Os mais velhos consumiram a energia dos últimos anos num *mano a mano* contra a passagem do tempo. Angústias, incertezas, impunidade e solidão diante do Estado e da justiça acentuaram as dificuldades. Finalmente, um pouco afastada da centralidade desses protagonistas, mas não por isso secundária, uma violência que atingiu e continua atingindo em cheio a sociedade como um todo. A persistência dos sequestros, os reencontros descontraídos e a ineficiência ou demora da ação da justiça prolongam uma dor e indignação coletiva em amplos setores da sociedade, sintomas concretos da eficiência de um sistema repressivo que semeou violência, impunidade e medo para o futuro.

Mariana, ao igual que outros casos semelhantes, na lenta e difícil aproximação da família biológica e ao tomar consciência do significado da sua procura,⁴⁴ da dimensão do drama e do esforço vivido pelos avós verdadeiros, talvez tenha sentido remorsos por ter demorado os abraços aguardados. Porém, ela não é culpada disso; não sendo a única vítima dessa história, Mariana sempre foi e será a maior vítima desse processo.

Inegavelmente há uma responsabilidade particular do Estado pela falta de cooperação e obstaculização impostas às demandas apresentadas pelos familiares. Ao não agir no esclarecimento da situação, com as ferramentas legais que possuía e que teriam permitido esclarecer informações solicitadas, as autoridades pouco têm feito para que após tantos e tantos anos o crime

⁴⁴ O rosto e os olhos da pequena Mariana, com um ano de idade, foram uma das principais peças de mobilização da cidadania uruguaia que tentou impedir em vão, no plebiscito de 1989, a confirmação da lei que anistiava os crimes cometidos pelo Estado durante a ditadura uruguaia. Vinte anos depois, Mariana Zaffaroni, embora de forma discreta, acompanha o novo plebiscito que tenta revogar o resultado daquele. Tal fato demonstra que, embora lento, o processo de buscar as suas origens e recuperar elementos da sua identidade, efetivamente está ocorrendo.

continue se perpetuando nessa nefasta combinação de impunidade, inércia, conivência e cumplicidade, legado de um Terrorismo de Estado que ainda encontra significativos remanescentes no sistema político e na postura corporativa e no “pacto de silêncio” das Forças Armadas. Mesmo assim, um avanço. A legislação internacional, hoje, considera imprescritíveis os crimes de detenção-desaparecimento, tortura e apropriação de crianças.

No Cone Sul, o tema concernente às crianças desaparecidas persiste. Seu particularismo desloca para um plano secundário outras crianças que também sofreram os efeitos daquelas experiências discricionárias (dos filhos dos executados; das crianças que conviveram com as mães nas prisões; das que sofreram o trauma da separação dos pais, das visitas aos cárceres, do exílio; ou simplesmente das que foram vítimas de sistemas de ensino fraturados por diretrizes e doutrinas autoritárias). Mariana Zaffaroni continua a sua vida. E o processo de recuperação da sua identidade, dura, dolorida, traumática continua. Em 2009, dentro desse processo de aproximação, reaproximação e recuperação de identidade enviou um e-mail que comoveu muita gente. Como uma “garrafa jogada ao mar”, com uma carta dentro, Mariana mostrou que estava pronta para dar um salto qualitativo nesse longo processo de recuperação da identidade roubada/apagada:

Quiero conocer a mis padres⁴⁵

Y... al fin llegó el día... QUIERO CONOCER A MIS PADRES... y como solo puedo reconstruirlos les pido a uds, que los conocieron que me los acerquen.

De la misma forma, les pido que reenvíen este mail a otros compañeros y amigos que pudieron haberlos conocido (ya que no tengo el correo de nadie mas) para que me puedan contar cosas, chicas, grandes, importantes, nimias, de su militancia, de sus ideas, de lo que hacían y de lo que les gustaba, cualquiera para poder armar el rompecabezas de quienes eran. Cualquier pequeño detalle será bien apreciado, yo, lamentablemente no tengo de ellos ningún recuerdo, por eso agradeceré enormemente a todos Uds. que si los tengo, que los compartan conmigo.

⁴⁵ Disponível em: <http://colectivoeprosario.blogspot.com.br/2009/10/uruguay-mariana-zaffaroni-hoy-por-la.html> Acesso: 6 de maio de 2012.

Les ruego me disculpen si les pido que recuerden cosas dolorosas, si es así, lo sabré entender. Imagino que es difícil contestar sin ninguna pregunta concreta, la verdad es que tampoco se que preguntar... no se ¿que música les gustaba? ¿Que hacían cuando se juntaban con amigos? ¿Donde les gustaba salir a pasear? que se yo... ¿como eran conmigo?... bueno, no se... repito, cualquier historia será bien recibida.

Desde ya muchísimas gracias a todos.

Un beso.

Mariana Zaffaroni

Mariana recebeu inúmeras mensagens de antigos companheiros dos pais, espalhados pelo mundo. O impacto da sua atitude gerou uma onda de solidariedade que até então ela não tinha percebido. Um dos companheiros do pai escreveu um livro sobre seus pais, como forma de poder contar a ela quem eram aqueles jovens militantes (*Los padres de Mariana*). Mariana hoje está integrada à luta política pelo resgate da memória da geração dos seus pais e pela exigência de punição dos crimes cometidos pela ditadura uruguaia. Ela continua tendo relação com a família apropriadora, mas também tem participado da Marcha do Silêncio que todo 20 de maio lembra os desaparecidos uruguaios, carregando as fotos dos seus pais desaparecidos, e a lembrança da avó Maria Ester, falecida em dezembro de 2010. Mariana continua procurando informações sobre seus pais e o que aconteceu com eles; mas desde alguns anos, também procura pistas sobre um hipotético irmão que pode ter nascido em cativeiro. A caminhada de Mariana pela recuperação da sua história e do resgate da história truncada dos seus pais, continua, e certamente está longe de acabar.

A aproximação aos casos apresentados permite observar que, em processos de violência estatal de dimensões colossais (a experiência nazista), ou nos conflitos restritos às dimensões de um só país (Espanha franquista), ou de uma região concreta (o Cone Sul latino-americano) bem como no processo gelatinoso que dilui responsabilidades diante dos efeitos produzidos pelo impacto da globalização neoliberal sobre as populações mais pobres da África, dentre as vítimas centrais as crianças sempre ocupam lugar de destaque. A extrema facilidade com que são afetadas por situações adversas, condições de abandono

(miséria, orfandade, trabalho infantil, deslocamento demográfico), necessidades materiais de sobrevivência, regimes de força ou práticas sofisticadas de apropriação política, racial ou religiosa apontam para uma condição de fragilidade, por um lado, e de cobiça, por outro. Se os efeitos econômicos indiretos de tendência estrutural assinalam situações de altíssimo risco na periferia africana, isso não diminui a gravidade de conjunturas que geram fenômenos extremados nos centros econômicos e políticos constituídos a mais tempo.

A combinação dos efeitos e das mazelas do imperialismo, do colonialismo, do anticomunismo histórico e das rivalidades presentes durante a Guerra Fria são alguns dos fatores que permitem contextualizar determinados fatos e processos. A doutrinação, o trabalho escravo, a prostituição e a militarização das quais são vítimas mostram que, enquanto tesouro a ser conquistado, as gerações mais novas são sempre alvo de disputas que, embora centradas numa perspectiva político-ideológica, extrapolam-na. Um menino-soldado cumpre o seu papel ao defender um senhor da guerra africano ou dar a vida pelo *Führer*; uma menina polonesa tem utilidade ao cumprir com a missão de gerar filhos para o domínio ariano, enquanto filhos de republicanos são moralmente induzidos a expiar os crimes dos pais e os dos “subversivos” latino-americanos a odiar os valores ético-políticos dos seus progenitores. Nesse sentido, a vida infantil pouco vale nos tensos cenários de estruturas colapsadas da experiência africana; é valorizada como fator de reprodução e de doutrinação nos casos europeus citados; e é percebida como o maior troféu sobre o inimigo vencido (derrotá-lo ao extremo de roubar-lhe os filhos, a própria descendência). Se é bem verdade que as fronteiras entre centro-periferia têm se diluído, relativamente, no passar das últimas décadas, desenhando-se, talvez, como o modelo arquipélago indicado por Ignácio Ramonet,⁴⁶ também é verdade que, independente de fazer parte do centro ou da periferia, os filhos dos perdedores, nos múltiplos sentidos desta expressão, são alvo e cobiça dos vencedores.

⁴⁶ RAMONET, Ignácio. O modelo arquipélago. In: _____. *Geopolítica do caos*. Petrópolis: Vozes, 1998.

Apontamentos acerca da conexão repressiva entre as ditaduras brasileira e chilena

Ananda Simões Fernandes*

Sílvia Simões**

Este artigo tem por objetivo demonstrar a conexão repressiva entre as ditaduras brasileira e chilena a partir do golpe de Estado no Chile em 11 de setembro de 1973. Essa conexão se estabeleceu em diversos âmbitos – políticos, sociais, econômicos, militares – e envolveu as estruturas da comunidade de segurança e informação de ambos os países. Desse modo, investiga-se a atuação de diversos organismos brasileiros e chilenos na colaboração na luta contra o “inimigo interno” e o “comunismo”, tais como a polícia política e a diplomacia. Essa conexão se estende até a formalização da rede maior de cooperação entre as ditaduras do Cone Sul, em novembro de 1975, que ficou conhecida como Operação Condor.

Palavras-chave: Ditadura brasileira. Ditadura chilena. Conexão repressiva.

Introdução

As ditaduras de Segurança Nacional do Cone Sul estabeleceram uma conexão repressiva internacional através da Operação Condor, fundada em 1975. Esse intercâmbio instituiu uma rede de cooperação entre si, com o propósito de interligar os sistemas repressivos e de informações entre esses países. Entretanto, o que a Operação Condor realizou foi redimensionar rela-

* Doutoranda em História/UFRGS. Historiadora do Arquivo Histórico do RS. anandasfernandes@gmail.com

** Mestre em História/UFRGS. silviasimoes73@gmail.com

This article intends to demonstrate the connection between the Brazilian and Chilean repressive dictatorships since the coup in Chile on September 11 in 1973. This connection has been established in different aspects- political, social, economic, military - and involved the structures of information's and safety communities from both countries. Thereby, we investigate the performance of many Brazilian and Chilean institutions in collaboration in the fight

against the “internal enemy” and “communism”, such as the political police and diplomacy. This connection extends to the formalization of the largest network of cooperation between the dictatorships of the Southern Cone, in November 1975, which became known as Operation Condor.

Keywords: Brazilian dictatorship. Chilean dictatorship. Repressive connection.

ções que já existiam entre os regimes de Segurança Nacional, pois desde 1964, quando o Brasil sofreu o golpe de Estado, iniciou-se a experiência de acirramento de mecanismos regionais de coordenação repressiva. A ditadura civil-militar brasileira se constituiu, então, numa espécie de “laboratório” e também como exportadora de técnicas coercitivas no “combate à subversão”.

Durante o período que ficou conhecido como “anos de chumbo” (1968-1974) no Brasil houve a promoção da política do terrorismo de Estado, decorrente da maturação de um processo que, paulatinamente, tendia ao aumento do uso da violência e da força, configurando-se como o momento de sistematização e generalização das práticas repressivas – tortura, sequestros, assassinatos e desaparecimentos. Mas, para se compreender essa escalada autoritária, é imprescindível não esquecer o “milagre econômico”, que ocasionou que as camadas médias e altas da sociedade passassem a legitimar a ditadura (e logo, a repressão) e também levando à pauperização cada vez maior das camadas pobres da população brasileira. “Chumbo” e “milagre” coexistiram nesse período; as marcas dos dois ainda estão presentes na história recente brasileira.

Essas diretrizes estabelecidas também repercutiram na sua política externa. Aliando um alto patamar de repressão e de projeção de desenvolvimento econômico, a ditadura brasileira estendeu-se pelo restante do Cone Sul, interferindo na política interna de vários países e apoiando golpes con-

trainsurgentes de Segurança Nacional, casos da Bolívia, do Uruguai e do Chile. Além disso, foi acrescentada uma apreensão aos estrategistas brasileiros: não se preocupavam somente com seu “inimigo interno” (exilados, banidos, clandestinos); agora, estavam interessados também no “inimigo interno” dos outros países do Cone Sul, dentre eles, a *Unidad Popular* e o governo socialista de Salvador Allende.

1. Mortos e desaparecidos brasileiros na ditadura chilena

A partir do dia em que o golpe de Estado foi deflagrado no Chile, em 11 de setembro de 1973, colocou-se em funcionamento um sistema voltado para a execução e desaparecimento de pessoas, embora ainda não tão estruturado como veio a ser posteriormente, com a criação ainda embrionária da *Dirección de Inteligencia Nacional* (DINA), em novembro desse mesmo ano. De capital importância para esse sistema foi a modificação da legislação anterior, imediatamente posterior à instalação da Junta Militar, pois as investigações de mortes violentas, antes de competência dos Tribunais de Crime, passaram em sua quase totalidade ao controle jurisdicional dos Tribunais Militares, responsáveis, agora, pelos casos com indícios de terem sido praticados por forças militares ou policiais – tais como mortes por feridas de balas, por exemplo. A consequência direta dessa nova jurisdição foi a de implementar, segundo Pascale Bonnefoy e John Dinges, um sistema que serviu não para fazer justiça, mas para ignorar as leis e encobrir os crimes: “el caos sirvió más bien al propósito de las nuevas autoridades”,¹ pois os próprios Tribunais, ao não investigarem os crimes, não se ajustaram

¹ BONNEFOY, Pascale; DINGES, John. *Ejecuciones en Chile septiembre-diciembre 1973*: El circuito burocrático de la muerte, textos apresentados pelo Proyecto Autopsias, desenvolvido por Archivo Chile, e que recolhe informações sobre os detidos-desaparecidos no período de 11 de setembro a 31 de dezembro de 1973, valendo-se da documentação do Cementerio General, do Segundo Juzgado Militar, do Servicio Médico Legal, do Servicio de Registro Civil, além de entrevistas com funcionários destes órgãos à época do golpe de Estado, familiares de vítimas, advogados e especialistas em direitos humanos. Disponível em: <http://archivoschile.org/2012/01/ejecuciones-chile-septiembre-diciembre-1973/>.

à nova legalidade imposta pela Junta Militar, uma vez terem a responsabilidade de abrir sumários *de ofício* – independente de provocação – quando se tratasse de mortes violentas.²

Os corpos remetidos ao necrotério de Santiago estavam, em sua maioria, sob a jurisdição da *II Fiscalía Militar*, que contava com o general Herman Brady Roche como um de seus juizes, o qual mantinha relações estreitas com o embaixador brasileiro no Chile Antônio Castro da Câmara Canto. Brady detinha, também, os postos de *Comandante de la Guarnición de Santiago* e do *Comando de Area Jurisdiccional de Seguridad Interior* (CAJSI), este último com dependência direta de Augusto Pinochet, operando a partir do *Cuartel General de la II División de Ejército*, comandada, de igual modo, pelo general Brady. Como se não bastasse essa concentração de funções, este mesmo general era *Jefe de la Zona en Estado de Sitio*, apontando para a criação de uma hierarquia institucional que, desde o início, facilitou o ocultamento e a impunidade dos crimes cometidos.

Dois detidos brasileiros passaram por esse “circuito burocrático da morte”, sendo “remetidos” pela *II Fiscalía Militar* para o *Servicio Médico Legal* (SML), onde passaram por identificações do *Servicio de Registro Civil e Identificación*, até chegarem ao *Cementerio General de Santiago*, ponto final desta trajetória. São eles Wânio José de Mattos e Nelson de Souza Kohl.

Wânio José de Mattos, militante da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), era capitão da Força Pública do Estado de São Paulo – atual Polícia Militar –, advogado especializado em Direito Internacional, formado pela Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, e foi banido para o Chile em janeiro de 1971, junto com outros 69 presos políticos por ocasião do sequestro do embaixador suíço no Brasil, Giovanni Enrico Bucher.³

² BONNEFOY, Pascale; DINGES, Johan. *Op. cit.* El agujero negro de las fiscalías militares. Diferentes textos fazem parte do Proyecto Autopsias, podendo ser acessados no mesmo site do artigo de apresentação – Ejecuciones en Chile septiembre-diciembre 1973.

³ INSTITUTO DE ESTUDOS SOBRE A VIOLÊNCIA DO ESTADO. Comissão de Familiares de Mortos e Desaparecidos. *Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no*
124

No *Informe Rettig* há a constatação de que já no dia 13 de outubro, detido no *Estadio Nacional*, Wânio apresentava sintomas progressivos de tifo, com constipação e vômitos, mas foi verificado que ele não poderia ser atendido pelo menos até dez dias depois, pois não havia como cuidar de todos os doentes. Em função desse quadro, seu traslado ao Hospital Militar foi solicitado ao delegado médico do *Estadio Nacional*, pedido este negado. Como consequência, Wânio faleceu no dia 16 de outubro de 1973, no *Hospital de Campaña* do *Estadio Nacional*, sendo atestado como causa mortis “peritonite aguda”.⁴

No Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil encontra-se relatado que o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) fez uma comunicação – mediante Informação Nº 583/DIS/COMZAE-4, de 23 de novembro de 1973 – acerca de banidos brasileiros mortos no Chile, estando o nome de Wânio na relação de nomes enviada. Isso permite que se conclua que as Forças Armadas brasileiras sabiam da sua morte desde 1973.⁵

Outros elementos que corroboram essa hipótese é o fato de que o Ministério de Relações Exteriores do Brasil recebeu do Centro de Informações do Exterior (CIEEx), no dia 31 de dezembro de 1973, o informe 656, no qual está registrada a morte de Wânio (inclusive constando a data), estando anexo ao documento o “certificado médico de defunción (falecimento)”.

O processo dos familiares de Wânio José de Mattos junto à Comissão Especial de Mortos e Desaparecidos Políticos foi indeferido, em função de não se obterem provas de que o aparato repressivo brasileiro tivesse participado da sua prisão e morte.⁶ Porém, há vários informes produzidos

Brasil (1964-1985). 2. ed. rev. e amp. São Paulo: Imprensa Oficial, 2009. p. 475-478.

⁴INFORME DE LA COMISIÓN DE VERDAD Y RECONCILIACIÓN. Informe Rettig. III Tomos. Reeditado por la Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación. Reedición: Santiago de Chile, diciembre 1996. Volumen I – Tomo I. p. 189.

⁵*Dossiê Ditadura*: mortos e desaparecidos políticos no Brasil, *op. cit.*, p. 475-478.

⁶BRASIL. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos. Direito à memória e à verdade. Brasília: Secretaria Especial dos

pelo CIEx demonstrando a espionagem que ele sofrera por parte de agentes brasileiros agindo no Chile, assim como informações que facilitaram sua prisão pelas forças policiais chilenas. Como exemplo dessa atuação de espionagem de agentes brasileiros, há o informe 159, de 27 de março de 1973, no qual se observa que um agente do CIEx teve acesso a apontamentos pessoais de Wânio José de Mattos.

Por sua vez, na Base de Dados⁷ desenvolvida pelo *Proyecto Autopsias*, que dá conta dos corpos que deram entrada no SML de Santiago no período de setembro a dezembro de 1973, encontram-se os dados que individualizam a situação de Wânio Mattos, mas que, ao mesmo tempo, permitem traçar uma visão global da repressão e o papel dos diferentes organismos que nela atuavam. Na parte da Base de Dados destinada às informações obtidas junto à documentação do SML de Santiago, constata-se que o corpo de Wânio foi remetido a este local pela *II Fiscalía Militar*, estando registrada sua morte no *Hospital Campaña de Estadio Nacional* no dia 16 de outubro de 1973, às 01h15min, devido à enfermidade: “peritonitis aguda por cancer intestinal grueso”. O médico que realizou a autópsia foi Alfredo Vargas.⁸ Seus restos foram trasladados diretamente para o *Cementerio General* no dia 3 de novembro de 1973, sendo retirado do SML pela assistente social dessa instituição.

Nos dados preenchidos com a pesquisa feita pela equipe do Projeto, constata-se que o corpo foi identificado pelo Registro Civil, em 26 de outubro de 1973, como *Arnoldo Canu Veloso*; entretanto, o registro do

Direitos Humanos, 2007. p. 356-357.

⁷ MÉRIDA, Gabriel. *Proyecto Autopsias*. Base de datos del SML y otras fuentes. Datos: cuerpos ingresados al Servicio Médico Legal, 1973. Disponível em: <http://archivoschile.org/2011/08/base-de-datos-sml/>.

⁸ O Diretor do SML era o doutor Alfredo Vargas Baeza e, devido à insuficiência de médicos para realizar as necropsias, o SML teve que recorrer a outros médicos do necrotério, como foi o caso do doutor Alfredo Vargas Kother, filho de Vargas Baeza. Apesar de se saber que os dois, juntos, realizaram 209 necropsias, não foi possível determinar o número exato de quantas foram feitas por cada um deles, porque nos registros do IML seus nomes constam como Alfredo Vargas, Alfredo Vargas K. e Alfredo Vargas B. *Proyecto Autopsias: Dentro del Instituto Médico Legal (II): Autopsias sucintas*.

Cementerio General indica que foi “incinerado como indigente”, ficando suas cinzas no forno crematório. Como não havia familiar para reclamar e identificar o corpo, uma vez sua esposa – também detida no *Estadio Nacional* – conseguir, por intermediação da Cruz Vermelha, se asilar com a filha do casal na Embaixada da França, Wânio foi cremado como NN (*Ningún Nombre*), situação esta apontada na pesquisa: “También hubo un docena de casos en que el Registro Civil informo la identidad de falecidos, pero asociados a un número de protocolo distinto al asignado a ese cuerpo en la morgue, o con un nombre que resultó ser incorrecto”.⁹ Além disso, não se cumpriu a norma regulamentar do SML, que determinava que todos os cadáveres que entrassem no IML fossem fotografados, devendo essas fotos serem arquivadas para consulta eventual dos Tribunais.¹⁰

Nelson de Souza Kohl, brasileiro, militante do Partido Operário Comunista (POC), saiu do Brasil devido à perseguição política, exilando-se na Argentina, onde ficou até novembro de 1972, indo, depois, morar em Santiago do Chile, local em que trabalhou como tradutor no Instituto de Estudos Econômicos e Sociais.¹¹ Foi sequestrado em sua residência no dia 15 de setembro de 1973 por efetivos da *Fuerza Aerea de Chile*, sendo executado um dia depois, em Santiago. A certificação oficial de sua morte foi obtida somente em 1993, após numerosas gestões perante organismos internacionais de Direitos Humanos, e sua família foi informada, posteriormente, que seus restos mortais foram cremados um mês depois de seu falecimento.¹²

⁹ BONNEFOY, Pascale; DINGES, John. *Op. cit.* Registro Civil: identidades cruzadas, cuerpos sin nombre. A pesquisa assinala que nem sempre os dados do SML sobre incineração são confiáveis, pois há casos de corpos que, tendo essa anotação, foram enterrados no Patio 29 do Cementerio General.

¹⁰ BONNEFOY, Pascale; DINGES, John. *Op. cit.* Dentro del Instituto Médico Legal (II).

¹¹ Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil, *op. cit.*, p. 465-466.

¹² CORPORACIÓN NACIONAL DE REPARACIÓN Y RECONCILIACIÓN. Informe sobre Calificación de Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos y de la Violencia Política. Santiago de Chile, septiembre de 1996. Capítulo Tercero – Índice Onomástico de Víctimas. A) Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos. Parte 2. Detenidos Desaparecidos. p. 535-536.

Nos dados entregues pelo *Servicio Médico Legal*, consta que seu cadáver foi enviado ao SML pela *II Fiscalía Militar*, e o local onde encontraram o corpo é “ignorado”. A data do falecimento está registrada como 16 de setembro de 1976, às 09h45min, com procedência da 8ª *Comisaría*. A causa externa da morte indicada nos registros é “*Disparo de arma de fuego de intención no determinada*”, e a natureza da lesão mortal é “*herida bala tóraco abdominal*”. O médico responsável pela necropsia foi Alfredo Vargas Baeza, diretor do SML; o corpo registra saída do SML em 26 de setembro de 1973, com traslado direto para o *Cementerio General*. No campo destinado a “*Retiro Cuerpo / Familiar*”, consta que isso foi feito pelo próprio SML, constituindo-se em um “*Cuerpo sin entrega*”, denominação dada pelos pesquisadores do Projeto aos executados políticos confirmados cujos restos não foram entregues ou encontrados.¹³

Os registros de Nelson de Souza Kohl demonstram de modo contundente as tergiversações e arbitrariedades instauradas desde o princípio na ditadura chilena. Em primeiro lugar, como apontado pelo *Proyecto Autopsias*, tem-se que dos 785 corpos confiados às *Fiscalías Militares*, 670 são vítimas confirmadas de violações aos direitos humanos pela Comissão Rettig; dessas 785 vítimas, 755 correspondem à *II Fiscalía Militar*.¹⁴ Depois, apesar de os laudos das necropsias apontarem corretamente a natureza da lesão mortal, pouquíssimos indicaram se tratar de um homicídio, como era sua obrigação, determinada por lei.¹⁵ mesmo havendo ação evidente de terceiros, a causa externa é “*Disparo arma de fuego de intención no determinada*” numa ampla gama de casos. Por fim, o local é “Ignorado”, apesar de sua procedência ser a 8ª *Comisaría*, que deveria precisar o local da morte, pois foi difundido que Nelson Kohl morreu em via pública devido a um enfrentamento com a polícia.

Nessa espiral de terror e violência que se seguiu à instalação do golpe civil-militar, caíram também os brasileiros Luis Carlos de Almeida e Tulio

¹³ MÉRIDA, Gabriel, Base de Datos. *Op. cit.*

¹⁴ BONNEFOY, Pascale; DINGES, Johan. El agujero negro de las fiscalías militares, *op. cit.*

¹⁵ BONNEFOY, Pascale; DINGES, John. Dentro del Instituto Médico Legal (II), *op. cit.*

Roberto Cardoso Quintiliano, ambos “*cuero sin entrega*” – executados políticos confirmados e detido-desaparecidos no Chile.

Luis Carlos de Almeida, inicialmente militante do POC, dele se desligou em fevereiro de 1970, a fim de colaborar na reconstrução da Política Operária (POLOP) com a OCML-PO – Organização de Combate Marxista-Leninista-Política Operária. Professor de Física Experimental na Universidade de São Paulo, exilou-se no Chile, passando a desenvolver essa função na legendária *Universidad Técnica* (UTE) de Santiago, onde iniciou contatos com o *Movimiento de Izquierda Revolucionaria* (MIR). Luis Carlos foi sequestrado de sua casa junto a seu amigo Luis Carlos Almeida Vieira em 14 de setembro de 1973, por efetivos de *Carabineros*. Conforme testemunho de Vieira, ambos foram conduzidos à Delegacia do setor de Barrancas, e daí, durante a noite, para o *Estadio Nacional*, local em que foram torturados e interrogados. Depois ambos foram levados pelos militares para uma das margens do rio Mapocho, onde foram obrigados a entrar na água, junto com um preso uruguaio, sendo metralhados pelas costas.¹⁶ Vieira sobreviveu porque perdeu a consciência ao ser baleado, e seu corpo foi levado pelas águas do rio, o que possibilitou que se salvasse.¹⁷ O corpo de Luis Carlos de Almeida não foi encontrado, estando ele na condição de detido-desaparecido no Chile.

Tulio Roberto Cardoso Quintiliano, militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), pediu asilo na Embaixada do Chile, viajando para Santiago em 1º de outubro de 1970, junto com sua esposa. Nesta cidade, morava e trabalhava como engenheiro, sendo funcionário da *Corporación de la Reforma Agraria* (CORA). Sua esposa – Narcisa Beatriz Verri Whitaker – declarou que ambos foram detidos no dia 12 de setembro de 1973, às 09h:30min, por uma patrulha militar, e levados para a Escola Militar. Ela informou ao Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR), em carta datada de 3 de outubro de 1973, que foi

¹⁶ Informe sobre Calificación de Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos y de la Violencia Política, *op. cit.*, p. 661.

¹⁷ Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil, *op. cit.*, p. 463-465.

liberada na mesma noite do dia 12, e que Túlio, por não ter sua documentação em ordem, foi encaminhado para o *Regimiento Tacna*.¹⁸

No caso de Tulio, sua morte foi investigada não pelas *Fiscalías Militares*, como foi o usual, pois seu caso foi aceito pela *Corte de Apelaciones de Santiago*, o que não impediu o ocultamento dos fatos para eximir de responsabilidades os responsáveis, deixando-os impunes: “Las gestiones realizadas por los representantes diplomáticos de su país en Chile, tampoco lograron obtener información sobre su paradero”,¹⁹ sendo que o embaixador brasileiro Antônio Câmara Canto foi contatado pela mãe de Tulio e por sua esposa, a fim de que as ajudassem a encontrá-lo. Os mecanismos da impunidade funcionaram a partir do acolhimento do *habeas corpus* impetrado por sua esposa junto à *Corte de Apelaciones* de Santiago, que requereu informações à *Escuela Militar*, ao *Ministerio de Defensa Nacional* e ao Comandante do *Regimiento Tacna*. A *Escuela Militar* comunicou, oficialmente, que seu pessoal havia detido Tulio Quintiliano, trasladando-o ao *Regimiento Tacna* após os interrogatorios.

Este fato foi negado pelo *Regimiento*, alegando que as pessoas que por lá passaram entre os dias 11 e 12 de setembro estavam na qualidade de “*Tran-sito al Estadio Chile*”, não havendo, por isso, antecedentes de sua passagem. Por seu lado, o *Comandante en Jefe de la II División de Ejército*, general de Brigada Herman Brady Roche, remarcou que Tulio não se encontrava detido por ordem dos Tribunais Militares, também não existindo registros de sua prisão por qualquer outra autoridade. As gestões prosseguiram até que, em 2 de janeiro de 1974, a Corte de Apelações recebeu novo informe negativo do Comandante da *II Fiscalía Militar* – dessa vez assinado pelo general de Brigada Sergio Arellano Starck –, e com isso denegou o pedido de *habeas corpus*, mesmo sem a resposta do *Regimiento Tacna*. Além disso, mesmo estando Tulio na condição de desaparecido, os antecedentes do caso não foram enviados para o *Juzgado de Crimen* competente para julgar o caso.²⁰

¹⁸ *Idem*, p. 461-463. O *Regimiento Tacna* foi um centro de detenção transitório, assim como foram o Ministério da Defesa e a Escola Militar.

¹⁹ Informe Rettig, Volumen I – Tomo I, *op. cit.*, p. 125.

²⁰ Dados sobre as gestões judiciais em MEMORIA VIVA – Archivo Digital de las Violacio-

2. Conexão repressiva: vigilância e monitoramento

Enquanto no Chile cidadãos de diversas nacionalidades eram perseguidos e mortos na investida contra os estrangeiros, os órgãos de repressão e inteligência do Brasil monitoravam tanto brasileiros quanto chilenos, ante o perigo de sua infiltração no território nacional, como consta no INFORME N° 006 do Departamento de Polícia Federal de Bagé, datado de 16 de novembro de 1973. Nele, comprova-se que Isidoro Antonio Vianna Gutierrez “teria sido ferido na Revolução chilena, e que o mesmo teria atravessado a fronteira do mesmo país, em direção ao Brasil ou Uruguai”. Aponta também que Isidoro é natural de Uruguaiana, está desaparecido do Brasil desde 1964, e que possui um contato no Uruguai, informando que ele “costuma entrar pelas fronteiras de Bagé ou Livramento, usando disfarces (barba e peruca)”.²¹

Em 30 de outubro de 1973, o DOPS/RS – Divisão de Busca e Coleta de Informações –, expede a ORDEM DE BUSCA N° 823/73, cujo Assunto é: Infiltração do PC Chileno no Brasil:

1. DADOS CONHECIDOS

1.1 – Encontram-se em território brasileiro, fugidos do CHILE, comunistas chilenos e brasileiros que lá estavam asilados. Os comunistas chilenos eram, no CHILE, da categoria de quadros dirigentes.

1.2 – O homizio em solo brasileiro tem dupla finalidade:

nes de los Derechos Humanos de la Dictadura Militar en Chile (1973-1990). Posteriormente, os antecedentes antropomórficos de Tulio Roberto Quintiliano Cardoso foram anexados à causa acolhida pelo 22° Juzgado del Crimen de Santiago, pelo delito de inumação ilegal no Patio 29 do Cementerio General, de pessoas não identificadas mortas entre setembro e dezembro de 1973. Disponível em: http://www.memoriaviva.com/Desaparecidos/D-Q/tulio_roberto_quintiliano_cardos. Até o presente momento, nenhuma das 55 identificações ocorridas no Patio 29 corresponde às ossamentas de Túlio Quintiliano.

²¹ ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Acervo da Luta Contra a Ditadura. Ministério da Justiça / Departamento de Polícia Federal / Divisão de Bagé / Informe N° 006/73/SI/DPF/BAGE. CX - 1.2.2007.25.7.

1.2.1 – a fuga à ação da Junta Militar Chilena;

1.2.2 – formação de uma brigada nacional chilena no exterior.

1.3 – Será feito junto ao PCB uma campanha financeira, entre amigos e aliados, visando à manutenção e estadia desses elementos.

1.4 – Está previsto, também, a formação de francoatiradores ligados à Brigada Nacional, bem como a criação de campos de treinamentos de guerrilheiros, sendo que as áreas preferências serão nas fronteiras Brasil/Argentina e Brasil/Peru.

1.5 – A orientação geral do programa está a cargo do Partido Comunista Argentino.

1.6 – Será também editado um jornal clandestino cuja matéria versará sobre acontecimentos no CHILE, com técnica de propagando visando à retomada do poder [...].²²

No Chile houve detidos-desaparecidos brasileiros ainda depois da fase massiva de prisões e assassinatos, característica dos três primeiros meses posteriores ao golpe de setembro de 1973. É o caso de Jane Vanini – militante da Ação Libertadora Nacional (ALN) e, posteriormente, do Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), no Brasil –, inserindo-se em outra lógica e forma de organização do aparato repressivo, pois sua execução ocorreu no dia 6 de dezembro de 1974, por efetivos da Marinha.

Conforme relato da *Corporación Nacional de Reparación y Reconciliación*, Jane Vanini ingressou no Chile em 1971, como exilada política da ditadura brasileira, passando a viver com o jornalista chileno e dirigente do MIR José “Pepe” Carrasco Tapia.²³ Devido à perseguição, nesse ano,

²² ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL. Acervo da Luta contra a Ditadura. DOPS / Divisão de Busca e Coleta de Informações / OB Nº 823/73/DOPS/RS. CX – 1.2.2007.25.7.

²³ Pepe Carrasco foi detido no dia 5 de dezembro e levado para a Base Naval de Talcahuano, onde foi torturado. A seguir, foi trasladado a Villa Grimaldi e Cuatro Álamos, recintos de detenção clandestina da DINA, em Santiago. Após, foi enviado ao campo de prisioneiros de Puchuncaví, saindo da prisão em 1976, e se exilando no México em 1977. Regressando ao Chile em 1984, foi executado em um operativo de vingança na madrugada do dia 8 de setembro de 1986, devido ao atentado contra o ditador Augusto Pinochet.

aos dirigentes dessa organização política, objetivando capturar seu líder máximo, Miguel Enríquez,²⁴ o casal optou por viver na clandestinidade na cidade de Concepción, onde tinham ordens de reorganizar o partido e seus quadros. Consta que o apartamento onde Jane morava com seu companheiro foi cercado no dia 6 de dezembro, quando ela foi ordenada a se entregar, resistindo à voz de prisão. Devido a isso, no local se produziu um tiroteio no qual *ela morreu*.²⁵ essa versão oficial, proporcionada pela *II Zona Naval de Talcahuano*, foi publicada nos jornais *El Sur* e *Diario Color* de Concepción, em 8 de dezembro de 1974, afirmando que um grupo de “terroristas” havia enfrentado os soldados da Marinha e policiais, tendo Jane Vanini se suicidado.²⁶

Conforme dados do *Archivos CEME*, posteriormente apuraram-se as reais circunstâncias de sua morte, constatando-se que Jane foi ferida e presa nesse enfrentamento por efetivos de *Ancla II*, Serviço de Inteligência da Marinha de Talcahuano. Conduzida ferida na madrugada de 6 de dezembro à Base Naval desse local,²⁷ foi assassinada no dia seguinte, no *Hospital Naval de la Armada Nacional*. Jane foi enterrada como NN no dia 10 de dezembro de 1974, no *Cementerio N° 2* desta cidade.²⁸

De fato, no ano de 1974 já existia um modelo mais permanente de repressão, estando esta melhor estruturada em sua planificação e logística. Conforme Mario Amorós, a necessidade de estruturação da repressão, a

²⁴ Miguel Enríquez, executado em 5 de outubro de 1974, no operativo conhecido como Calle Santa Fe, por agentes da DINA.

²⁵ Informe sobre Calificación de Víctimas de Violaciones de Derechos Humanos y de la Violencia Política, *op. cit.*, p. 947.

²⁶ Dossiê Ditadura: mortos e desaparecidos políticos no Brasil, *op. cit.*, p. 597-599.

²⁷ A Base Naval de Talcahuano ou Base “El Morro” funcionou como local de detenção e tortura após o golpe de 11 de setembro até o ano de 1975, e foi o principal recinto usado pelo Servicio de Inteligencia Regional (SIRE) de Concepción. O SIRE contava com oficiais da Marinha e do Exército entre seus comandos, também havendo uma participação importante de membros de Carabineros e Servicio de Investigaciones.

²⁸ Centro de Estudios Miguel Enríquez – CEME. Dossiê Jane Vanini. Disponível em: http://www.archivochile.com/Memorial/caidos_mir/V/vanini_capozi_jane.pdf.

fim de exterminar urgentemente toda e qualquer oposição ao novo regime, foi apontada pelo general Manuel Contreras já no final do mês de setembro de 1973, quando ele afirmou, em reunião do Estado Maior de Defesa Nacional, sobre a necessidade das Forças Armadas destinarem seus melhores homens para cumprir essa missão. Em novembro deste mesmo ano, Augusto Pinochet ordenou-lhe a confecção de um projeto para organizar a inteligência nacional, que foi aprovado com o nome de *Comisión DINA*, tendo como seu responsável direto Manuel Contreras. Com isso, o general pôde contar com os efetivos selecionados das Forças Armadas e *Carabineros*, que ficariam sob seu comando exclusivo, e que foram treinados até o final de fevereiro de 1974 no *Regimiento de Tejas Verdes*, – então sob seu comando –, para “combater a subversão”. Com o envio do Memorando de 5 de janeiro de 1974 a todas as unidades das Forças Armadas, perfilou-se de modo ainda mais acabado o que viria a ser a coordenação repressiva, pois a DINA foi criada como órgão de assessoria para Segurança Interior e Exterior do Estado, devendo suas ações, neste momento, permanecerem absolutamente secretas. Com o *Decreto Ley* Nº 521, de 18 de junho de 1974, ela institucionalizou-se formalmente, estando subordinada exclusivamente ao Comandante da Junta Militar, e logo Presidente da República, Augusto Pinochet. A DINA, como disse o ditador, era o braço executivo para as ações de Segurança Nacional.²⁹

Essa estruturação conferida à DINA será crucial para o progressivo aumento de seu poder, com a elaboração de diferentes redes de atuação que não se limitavam exclusivamente à repressão interna, como no caso da criação, em abril de 1974, de seu Departamento Exterior, contando com agentes em vários países. Dentre suas missões principais, estavam a de neutralizar os “inimigos” da ditadura e exercer controle sobre os funcionários designados para atuarem nas missões diplomáticas chilenas no exterior,³⁰ tanto propor-

²⁹ AMORÓS, Mario. La DINA: el puño de Pinochet. Ponencia presentada en el Congreso Internacional de Americanistas, celebrado em julio de 2009 en México DF. Disponível em: http://www.archivochile.com/Ideas_Autores/html/amoros_m.html.

³⁰ CEME – Centro de Estudios Miguel Enríquez. História de la Creación de la DINA. Disponível em: http://www.archivochile.com/Dictadura_militar/org_repre/DMorgrepre0014.pdf.

cionando como obtendo dessa rede diplomática informações sobre os mais variados temas, desde antecedentes de pessoas até reuniões, publicações e denúncias feitas no exterior sobre as ações da ditadura no Chile. Possuindo serviços de Inteligência e Contra Inteligência, no ano de 1975 somou-se oficialmente ao Departamento Exterior o “Condor”, unidade responsável pela conexão repressiva extraterritorial das ditaduras do Cone Sul.

De fundamental importância para os operativos da DINA foi o Departamento de Análise, voltado para os arquivos e análise exterior, assessorando, também, o Departamento Exterior. Outro Departamento destacado no auxílio do Departamento Exterior, que cumprirá um papel relevante para a conexão repressiva com as ditaduras vizinhas, foi o de Operações Psicológicas, formado pelas subunidades de “Propaganda e Guerra Psicológica”, “Imprensa” e “Relações Públicas”. Há a formação de uma extensa e variada rede repressiva, envolvendo desde instituições governamentais e aparatos de Segurança oficiais até dispositivos repressivos clandestinos para obter informações – em centros de detenção secretos e ilegais, valendo-se de torturas e desaparecimentos forçados –, contando com a infraestrutura legal proporcionada pelo Estado. Ou seja, como ressalta Melissa Slatman, “una acumulación en las experiencias y que cada nueva experiencia repasó las anteriores, las adaptó y las desarrolló”.³¹

3. A diplomacia a serviço da conexão repressiva

A ditadura brasileira auxiliou os golpistas não somente nos campos político, econômico e repressivo,³² mas também em ações diplomáticas, de

³¹ SLATMAN, Melisa. Terrorismo de Estado y Exilio: hipótesis exploratorias para una comparación entre los casos chileno y argentino. Jornadas de Trabajo Exilios Políticos del Cono Sur en el Siglo XX, La Plata, 26-28 sep. 2012. Disponível em: <http://jornadasexilios.fahce.unlp.edu.ar>.

³² Ver: PADRÓS, Enrique Serra; SIMÕES, Sílvia. A ditadura brasileira e o golpe de Estado chileno. Outros Tempos – *Pesquisa em Foco*, Maranhão, v. 10, n. 16, 2013. p. 233-261. Disponível em: http://www.outrostempos.uema.br/OJS/index.php/outros_tempos_uema/

propaganda e espionagem, entremeando informações em campos variados, que iam desde o monitoramento e combate aos subversivos e vigilância de Embaixadas até a disposição para influenciar ou distender pressões externas exercidas sobre a ditadura chilena. Isto é, havia formas mais visíveis ou mais clandestinas de visibilidade, e a cooperação brasileira se insere nesta última.

Um exemplo disso é o denominado *Plan de Operaciones Epsilon*, ampla ação conjunta interministerial chilena com suas forças repressivas, desenhado e assinado, em junho de 1975, pelo Diretor da DINA, Manuel Contreras Sepúlveda, que tinha, como objetivo geral “*realizar una campaña de acción psicológica abierta y clandestina*”, distribuindo, para tal, “misiones” aos *Ministerios de Relaciones Exteriores, Dirección Nacional de Comunicación Social* e à *Dirección de Deportes de Estado*. Esta última ficou encarregada de organizar eventos desportivos importantes, a serem realizados no *Estadio Nacional*, e que “*aseguren una gran asistencia de público. Presentación de la Selección Nacional de fútbol con la de Brasil, etc.*”.³³ Nota-se que se contava com o Brasil como um aliado que poderia intervir até mesmo nas campanhas internas do Chile, auxiliando na formação de uma imagem positiva desse país frente às pressões internacionais de organizações e organismos de direitos humanos.

Concomitante às reuniões de planejamento e execução do *Plan Epsilon*, realizava-se a *Operación Colombo* ou, como é também chamada, a *Lista de los 119*, que teve como objetivo principal fazer frente às denúncias da comunidade nacional e internacional sobre o destino de chilenos detidos pelos serviços de segurança neste país e que se encontravam desaparecidos. A imprensa chilena divulgou, em duas listas separadas, nos dias 23 e 24 de julho de 1975, o nome completo de 119 pessoas, todas “*presuntamente*” desaparecidas, que teriam se eliminado entre si em países estrangeiros, especialmente na Argentina. Essas listas de nomes provieram, originalmente,

article/view/284

³³ REPÚBLICA DE CHILE. Ministerio del Interior (S) N° 2F248. OBJ: Campaña psicológica en el exterior ante la visita de la Comisión de Derechos Humanos. Santiago, 13 jun. 1975 / Dirección de Inteligencia Nacional. 091200. Jun. 1975. Plan de Operaciones Epsilon.

da revista argentina *Lea*, que publicou, em 15 de julho, os nomes de 60 “extremistas”, seguida pelo jornal *O Dia*, de Curitiba, que publicou, em 17 de julho, os nomes de 59 chilenos que teriam morrido nas mãos de efetivos argentinos em enfrentamentos armados.

A *Operación Colombo* ganhou repercussões internacionais, levando à abertura de investigações acerca da veracidade das informações constantes nos periódicos. No Ofício N° 430 tarjado como SECRETO, de 24 de outubro de 1975, tendo por objeto “*Remite últimos antecedentes sobre publicaciones “LEA” de Buenos Aires y “NOVO DIA” de Curitiba, en relación extremistas chilenos fallecidos o heridos*”, o ministro de Relações Exteriores, Patricio Carvajal Prado, enviou, para o ministro do Interior, informações recopiladas pela Chancelaria, dentre elas: “*Antecedentes remitidos por la Embajada de Chile en Brasilia*”. Neste ofício comunicou que colocou à disposição o Adido Cultural e de Imprensa – Carlos Sepúlveda – a fim de viajar para Curitiba com o propósito de entrar em contato com Almir Lara, diretor-proprietário da gazeta *Novo Dia*. A seguir, Carvajal Prado relatou que aproveitou a oportunidade do cônsul honorário do Chile – Armando Roa – estar no Rio de Janeiro, visto que este, além do mais, era correspondente do *Novo Dia*. Roa informou ao cônsul ser amigo de Almir Lara, e que este havia lhe dito que a publicação tinha sido enviada do México pela agência FONEL, a mesma fonte informativa da Revista LEA.³⁴

Tanto o jornal brasileiro quanto a revista argentina continuaram sendo mencionados nas correspondências entre os Ministérios do Interior e da Defesa e dos órgãos de segurança nos anos subseqüentes, corroborando esses dados perante organismos internacionais que solicitavam às Embaixadas do Chile, em seus respectivos países, informações sobre essas pessoas. A título de exemplo, tem-se o Ofício Reservado N° 237, de 31 de agosto de 1977, do Ministério de Relações Exteriores, enviado para o Departamento Confidencial do Ministério do Interior, referente às solicitações feitas pelas Embaixadas do Chile em Washington e Londres sobre

³⁴ REPÚBLICA DE CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. RR. EE. (SECREDER) RES. N° 430. Santiago, 24 oct. 1975.

“*Antecedentes de personas supuestamente desaparecidas*”. Entre os nomes consultados, constam oito dos publicados pela revista *Lea*, e cinco pelo jornal *O Dia*, dados esses que são usados para explicar a situação dessas pessoas: “[...] Espinoza Pozo, Modesto: citado en la nómina publicada por el Diario ‘O’Dia”]; “Andreoli Bravo, María Angélica: el Diario ‘O’Dia’, de Curitiba, Brasil, informa que habría fallecido en un enfrentamiento ocurrido en Argentina [...]”³⁵ prolongando no tempo a falsidade acerca das condições de suas mortes em centros de detenções clandestinos no Chile.

O Ofício N° 16831, de 2 de setembro de 1975, tem como assunto as “*Actividades realizadas pelo Ministerio de Relaciones Exteriores desde el 11 de septiembre de 1973*”, enviando um resumo das principais ações desenvolvidas nos diversos países que possuem representação diplomática chilena. Após realçar que os países “marxistas” tiveram como reação imediata ao “Pronunciamento Militar” a interrupção imediata entre suas relações com o Chile, e que o Supremo Governo manifestou, desde o dia 11 de setembro, a intenção de manter relações com todos os países, qualquer que fosse sua inspiração ideológica – excetuando-se Cuba, Coreia do Norte e Camboja –, procede-se à análise das ações mais destacadas por áreas, e a primeira delas destina-se à América Latina, onde o Chile obteve, no conjunto geral, “un notable mejoramiento... apreciándose un considerable y provechoso acercamiento con los países del área, muchos de ellos gravemente distanciados por el gobierno anterior”. No que toca à análise individual do Brasil, o *Ministro de las Relaciones Exteriores* relata o seguinte para o seu par da *Secretaria General de Gobierno*:

BRASIL: Se han incrementado las relaciones tanto diplomáticas cuanto culturales y comerciales con los Estados Unidos del Brasil. Se han intercambiado Misiones de alto nivel, iniciadas con ocasión de la visita a ese país de S. E. el Presidente de la República.

El Sr. Ministro Director de la Oficina de Planificación Nacional visitó Brasilia y Río de Janeiro, a fines del año pasado, invitado por su con-génera brasileño.

³⁵ REPÚBLICA DE CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. RR. EE. (SECREDER) RES. N° 237. Santiago, 31 ago. 1977.

El Sr. Sergio Arellano, Jefe del Estado Mayor General de las Fuerzas Armadas, cumplió igualmente una visita profesional a Brasil con óptimos resultados.

Se estudia en la actualidad la forma de incentivar los intercambios comerciales con ese país.³⁶

Como salientam Dorat Guerra e Weibel Barahona, as operações exteriores e interiores da ditadura e de sua polícia secreta não se resumiam à repressão física interna e externa dos “inimigos”, pois havia a cooperação diplomática, análises de Inteligência e coordenação, bem como campanhas de guerra psicológica: “Los equipos represivos no solo estuvieron abocados al horror de los flagelos, sino que también a la acción política y diplomática, como parte de un todo harmónico para los militares desde los primeros años del régimen”.³⁷ Esses elementos apontados por Guerra e Barahona foram compartilhados no marco do *Plan Condor* – denominado também, nas correspondências oficiais, de *Plan de Informaciones en el Exterior*. Com isso, situa-se o *Plan Condor* como um braço executivo do Departamento Exterior da DINA que se vinculava a diversas instituições da República chilena, mas também, por extensão, às demais ditaduras do Cone Sul. A abordagem, por isso, é a de um processo determinado pela acumulação de iniciativas, experiências e trocas para o desenvolvimento da sistematização da repressão. Ou seja, como aponta Slatman, a dinâmica de interação entre as partes produz fenômenos históricos que podem ser lidos somente em escala transnacional no espaço regional,³⁸ e é nesse ponto que se podem situar as coordenações repressivas, como a Operação Condor.

A “*Reunión de Trabajo de Inteligencia Nacional*”, realizada em Santiago do Chile entre os dias 25 de novembro e 1º de dezembro de 1975, criou formalmente a conexão repressiva entre os países do Cone Sul, de-

³⁶ REPÚBLICA DE CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. RR. EE. (SUBSEC) ORD. N° 16831. Santiago, 2 sep. 1975.

³⁷ DORAT GUERRA, Carlos; WEIBEL BARAHONA, Mauricio. *Asociación ilícita: los archivos secretos de la dictadura*. Santiago de Chile: Ceibo, 2012. p. 100-101.

³⁸ SLATMAN, Melisa. *Op. cit.*, p. 3.

nominada Operação Condor. Manuel Contreras, assinalando a Francisco Brites – Chefe da polícia do Paraguai – que a reunião teria caráter estritamente secreto, expõe o objetivo principal do encontro, que é o de que “esta Reunión pueda ser la base de una excelente coordinación y un mejor accionar en beneficio de la Seguridad Nacional de nuestros respectivos países”.³⁹ Participaram deste encontro, além do Chile, a Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai e Brasil, país esse que, como salienta Enrique Serra Padrós, mesmo persistindo na negação de qualquer tipo de envolvimento e participação nesse esquema regional, teve os nomes de seus delegados perante à Reunião divulgados pelo jornalista brasileiro Luis Cláudio Cunha: o coronel Flávio de Marco e o major Thaumaturgo Sotero Vaz, ambos com participação destacada na campanha do Araguaia. Este mesmo autor ressalta a informação de Stella Calloni sobre o fato de que nesta Reunião foi confirmada a permissão de troca de prisioneiros entre os serviços de inteligência e a designação dos adidos militares das respectivas Embaixadas como elementos de ligação.⁴⁰

A participação das forças repressivas junto às Missões Diplomáticas no exterior foi um ponto bastante enfatizado no *Plan Condor*, e o cumprimento desta decisão foi motivo de preocupação constante nos anos posteriores. Embora o Brasil não seja signatário no documento de criação desta rede de conexão repressiva, e negue sua ciência, envolvimento ou participação, as correspondências interministeriais ou com as forças repressivas levam a conclusões parcialmente diferentes destas assertivas. Do mesmo modo, demonstram a intensa cooperação e ação diplomática entre os países signatários ou não da Reunião efetuada em Santiago do Chile.

³⁹ Museo de la Memoria y Derechos Humanos – Archivo de Fondos y Colecciones – CL MMDH 0000094-00002-00001 – Santiago, oct. 1975. Disponível em: <http://www.archivomuseodelamemoria.cl:8080/index.php/67687;isad>.

⁴⁰ PADRÓS, Enrique Serra. Conexão Repressiva Internacional: o Rio Grande do Sul e o Brasil na rota do Condor. In: PADRÓS, Enrique Serra; BARBOSA, Vânia M.; LOPEZ, Vanessa Albertinence; FERNANDES, Ananda S. (orgs.). *A ditadura de Segurança Nacional no Rio Grande do Sul (1964-1985): história e memória*. v. 3. 2ª ed. rev. e amp. Porto Alegre: Corag, 2010. p. 59-60.

Na “*Acta de Clausura de la Primera Reunión Interamericana de Inteligencia Nacional*”, datada de 25 de novembro de 1975, tendo por signatários Argentina, Bolívia, Chile, Uruguai e Paraguai, há uma série de recomendações para as suas ações futuras, como contatos bilaterais ou multilaterais para intercâmbio de informação subversiva e a criação de um escritório de Coordenação para prover os antecedentes de pessoas e organizações conectadas com a subversão. Aponta-se que o sistema de Coordenação se realize mediante três etapas, sendo que na primeira delas, no Parágrafo 5, letra “g”, recomenda-se “la habilitación en las Embajadas de nuestros países, la presencia de personal de Inteligencia Nacional o similares, para enlaces directos y personales, plenamente acreditados ante los Servicios”. No parágrafo 8, letra “b”, recomenda-se expressamente que “la inclusión de cualquier otro país al Sistema CONDOR, deberá contar con la aprobación del total de los países participantes a la Primera Conferencia”.⁴¹

No Ofício Secreto Nº 300733, de 21 de fevereiro de 1978, enviado pela *Central Nacional de Informaciones*⁴² para o ministro de Relações Exteriores, o assunto em questão é “*Propone a Suboficiales como Secretarios Civiles del Consejo Administrativo de Embajadas que indica*”, onde Odlanier Mena, Diretor da *Central Nacional de Inteligencia* (CNI), esclarece que destinou, em Comissão de Serviço, pessoal de Oficiais e Quadro Permanente das Forças Armadas, assim como pessoal contratado de *Carabineros*, para prestar assessoria em funções específicas nas Embaixadas do Chile no estrangeiro, propondo ao Ministro de Relações Exteriores os nomes dos Oficiais-Chefes que desempenharão estas funções nas Embaixadas do Peru, Bolívia e Argentina. Mena esclarece que a CNI está interessada em manter e destinar Oficiais das Forças Armadas, previamente selecionados, para prestar assessoria técnica aos Agregados Cíveis nas Embaixadas do

⁴¹ Museo de la Memoria y Derechos Humanos – Archivo de Fondos y Colecciones – CL MMDH 00000031-000012-000019. Disponível em: http://www.archivomuseodelamemoria.cl:8080/index.php/90834;isad?sf_culture=en.

⁴² A CNI, subordinada ao Ministério do Interior, foi criada em 13 de agosto de 1977 pelo Decreto Ley Nº 1878, para substituir a DINA, continuando com o trabalho repressivo de sua antecessora.

Chile, a fim de dar cumprimento ao *Plan de Informaciones en el Exterior*, nomenclatura essa usada para designar a Operação Condor.⁴³

Por sua vez, Enrique Valdes Puga, vice-ministro de Relações Exteriores do Chile, solicita ao Diretor da CNI, em 17 de março de 1978, que lhe envie um “*ejemplar del Plan Condor*” com a maior brevidade possível. Seu pedido está baseado em conversas anteriores sobre a necessidade de normalizar a situação do envio de Oficiais da CNI ou Civis, como Conselheiros Administrativos, para diferentes representações diplomáticas do Chile no exterior. Além disso, Valdes Puga solicita que o diretor da CNI ratifique sobre o conhecimento do *Plan Condor* pelo Ministério das Relações Exteriores do Peru. A esse respeito, pode-se inferir que, como a Embaixada deste país irá receber assessoramento de quadros de Oficiais das Forças Armadas, conforme mencionado por Odlanier Mena no Ofício de 21 de fevereiro, e o Peru não consta como país signatário da *Primera Reunión Interamericana de Inteligencia Nacional*, há a preocupação quanto ao alcance de informações que este país possui sobre a conexão repressiva, visto isto estar expresso nas recomendações acerca da entrada de outros países no “Sistema Condor”.

Em 3 de abril de 1978, mediante o Ofício Secreto N° 201621, enviado ao Ministro das Relações Exteriores por Odlanier Mena, em sua condição de Diretor da CNI, o assunto tratado é “*Propone Oficial Jefe y SOF [Suboficial] a la Embajada de Chile en Brasilia, Brasil*”, tomando por Referência para tratar deste assunto o “*Plan de Informaciones en el Exterior (CONDOR)*”. Mena informa que, conforme este *Plan*, a CNI está interessada em manter Oficiais e Pessoal que reúnam qualidades especiais de idoneidade para ocuparem os postos de Agregado Civil e Secretário da Embaixada do Chile em Brasília. Para tal designa, a fim de cumprir estas funções, o tenente-coronel Guillermo Eduardo Pavez Muñoz e o Suboficial Leon Carol Gonzalez Cerda, substituindo o tenente-coronel Enrique Cowell Mansilla e o 2° Sargento Carlos Marin Castro, respectivamente. Ao final da corres-

⁴³ REPÚBLICA DE CHILE. Central Nacional de Informaciones. CNI. (S) N° N – 300733 / M. RR. EE 1909. Santiago, 21 fev. 1978.

pondência, Mena ressalva que: “*Se hace presente a US. que este reemplazo ha sido informado al Servicio Nacional de Informaciones de Brasil, de acuerdo a lo estipulado en el Plan CONDOR*”.⁴⁴

Tendo em vista que o fim do prazo da Missão desses dois funcionários na Embaixada do Chile em Brasília se dará em 31 de março de 1979, o Diretor Nacional de Informações, Odlanier Mena, escreve ao ministro de Relações Exteriores, em 02 de março de 1979, o Ofício Secreto Nº 205193, no qual “*Propone Oficial Jefe y SOM. a la Embajada de Chile en Brasilia, Brasil*”, tendo por Referência para essa ação o “*Plan Condor*”. Conforme escreve Mena, “*esta Dirección está empeñada en continuar manteniendo relaciones a este nivel con la República Federativa del Brasil*”, razão pela qual designa o coronel (E) Sergio Hernan Osorio Saavedra, como Conselheiro Administrativo, e o Oficial Sênior (C) Joaquim Muñoz Vallejos como Secretário da Embaixada do Chile em Brasília. Novamente há a explicação de que o Serviço Nacional de Informações do Brasil foi comunicado desta substituição, de acordo ao estipulado no Plan CONDOR.⁴⁵

Por outro lado, a preocupação do vice-ministro de Relações Exteriores, Enrique Valdes Puga, quanto à situação do Peru no *Plan Condor* é respondida pelo coronel Jeronimo L. Pantoja Henriquez, Chefe do Estado Maior da C.N.I., mediante o Ofício Secreto Nº 201755, de 10 de abril de 1978. Nele, além de remeter cópia da *Acta de Clausura de la Primera Reunión Interamericana de Inteligencia Nacional*, salientando ao vice-ministro a recomendação feita neste documento de habilitar pessoal da Inteligência Nacional junto às Embaixadas, a CNI informa que, conforme estipulado na *Acta de Clausura*, o Diretor de Inteligência do Peru telefonou para o Diretor da CNI – Odlanier Mena – informando-lhe que não havia inconvenientes para a designação do Representante do Chile em Lima, Peru. Além disso, Pantoja esclarece que o próprio Conselheiro da Embaixada

⁴⁴ REPÚBLICA DE CHILE. Central Nacional de Informaciones. CNI. (S) D Nº 201621 / M. RR. EE. Santiago, 3 abr. 1978.

⁴⁵ REPÚBLICA DE CHILE. Central Nacional de Informaciones. CNI. (S) D Nº 205193 / M. RR. EE. Santiago, 2 mar. 1979.

do Peru no Chile – que é a pessoa, segundo ele, que trata dos assuntos do Condor – comunicou a conformidade do Peru com esta ação. Como se não bastasse, acrescenta que esta mesma informação chegou através do Sistema Condor, via Buenos Aires, Argentina, país este que faz as vezes de Secretaria da Comunidade.⁴⁶

Menciona-se, por fim, o Ofício Secreto Nº 70, de 09 de agosto de 1979, no qual o ministro de Relações Exteriores – Hernan Cubillos Sallato – escreve com preocupação a Odlanier Mena: “En vista de la creciente ola de ataques que provienen desde el exterior, el Ministerio estima indispensable entregar a nuestras Misiones Diplomáticas una información completa e esclarecedora acerca del ‘Plan CONDOR’”.⁴⁷

Em um momento de intensa campanha internacional contra a ditadura chilena, especialmente após o achado dos restos mortais de 15 detidos-desaparecidos nas minas de cal da localidade de Lonquén, em dezembro de 1978, urge afrontar os ataques contra a imagem do Chile no exterior, sendo crucial o papel desempenhado pelas Missões Diplomáticas, cujas ações foram tão bem delineadas no *Plan Condor*.

Também neste ano de 1978, ganhou repercussão internacional, especialmente no *Le Monde*, o encerramento do sumário do processo instruído pelo homicídio de Juan Rene Muñoz Alarcón, cuja denúncia ante a Corte Suprema foi feita em 17 de novembro de 1977, pelo Vigário Episcopal Cristian Precht Bañados, da *Vicaría de la Solidaridad*.

Muñoz Alarcón, morto em 24 de outubro de 1977 com feridas múltiplas de bala, havia sido membro do Partido Socialista e, posteriormente, colaborador dos serviços de segurança da ditadura, atividades essas que abandonou no ano de 1977, quando prestou seu testemunho à *Vicaría de la Solidaridad*. Neste, declarou ter sido o “encapuchado” do *Estadio Na-*

⁴⁶ Museo de la Memoria y Derechos Humanos – Archivo de Fondos y Colecciones – CL MMDH 0000031-000012-000019. Disponível em: http://www.archivomuseodelamemoria.cl:8080/index.php/90834:isad?sf_culture=en.

⁴⁷ REPÚBLICA DE CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. RR. EE. (DIBILAT) SECRETO Nº 70. Santiago, 9 ago. 1979.

cional, quando andava pelas arquibancadas reconhecendo militantes de esquerda, que eram separados dos demais detidos,⁴⁸ além de denunciar acerca da localização e práticas repressivas nos centros de detenção clandestinos; organismos responsáveis pelos desaparecimentos de prisioneiros; identidade de repressores, tanto militares quanto civis; informações sobre os detido-desaparecidos, fazendo inclusive uma lista de nomes dos que eram procurados e ainda estavam vivos.

Odlanier Mena envia, em 2 de agosto de 1978, mediante o Ofício Reservado N° G – 203616, extenso Memorando explicativo ao ministro de Relações Exteriores, detalhando minuciosamente os fatos, e “provando” sua falsidade, ponto por ponto, visando fornecer todos os antecedentes para que a Embaixada do Chile em Paris possa afrontar as denúncias praticadas no exterior. Junto a este documento, envia fotocópia da denúncia feita por Muñoz Alarcón, onde se encontra a seguinte informação acerca da conexão repressiva transnacional:

[...] Existe en este momento en el país un escuadrón de la muerte, comandado por el capitán Rolando Larenas, oficial de Artillería, para que lo ubiquen posteriormente. Este hombre mantiene contacto con los servicios de inteligencia brasileños, argentinos y uruguayos, quienes actúan indiscriminadamente dentro del país. El 50% de los vehículos con patente argentina que ingresan por los diferentes pasos, ingresan como turistas, siendo ellos, en realidad, vehículos del aparato de inteligencia argentino que trabajan en equipo con los servicios de inteligencia nuestra. La labor de estos servicios es cazar al hombre en el exterior y traerlo para acá y aquí se termina: se intercambian prisioneros. Todo esto permitido y avalado por el Presidente de la República, que es el jefe directo de todo ese asunto. Porque el Jefe de la DINA le corresponde personalmente a él. El Ministerio del Interior, los Tribunales de Justicia no cuentan ni tienen ninguna injerencia sobre estos servicios.⁴⁹

⁴⁸ Informe Rettig, Volumen I, Tomo I, *op. cit.*, p. 115. Ainda hoje há dúvidas de que o “encapuchado del Estadio Nacional” tenha sido somente uma pessoa, no caso, Juan Rene Muñoz Alarcón.

⁴⁹ REPÚBLICA DE CHILE. Central Nacional de Informaciones. CNI (R) N° G – 203616. Anexo: Denuncia de Juan Rene Muñoz Alarcón. Santiago, 2 ago. 1978.

Por vezes, os serviços de Inteligência brasileiros funcionavam como uma espécie de “moeda de troca”, nos quais pessoas usariam de suas relações, devidas a seus cargos, para influenciar na tomada de decisões de terceiros, neste caso a aproximação entre os presidentes Hugo Banzer, da Bolívia, e Omar Torrijos, do Panamá. Tal situação se encontra no “*Memorándum Secreto del General Sergio Arellano Starck para el Sr. General Don Augusto Pinochet Ugarte*” de Santiago, 30 de março de 1976.

Arellano Starck inicia dizendo que viajou à Bolívia por “motivos particulares” de 21 a 28 de março de 1976, lá mantendo conversações com diversas autoridades, dentre elas o presidente Hugo Banzer Suárez. O general enumera os aspectos principais da conversa com Hugo Banzer, e um deles se centra no presidente panamenho Omar Torrijos Herrera. Arellano Starck relata que o general Banzer discorreu acerca da longa conversa que manteve com Torrijos quando da visita deste à Bolívia, salientando-lhe sobre a importância e conveniência de que o Panamá apoiasse o governo do Chile.

O general lembra Augusto Pinochet sobre a mensagem que Banzer enviou, em meados de novembro de 1975, sobre a organização de uma rede de boicote econômico ao Chile, que seria encabeçada por Cuba, informação esta que lhe foi passada por Torrijos, o qual, por sua vez, tomou conhecimento disto através do Reitor da Universidade do Panamá – um “Comunista”, como salienta Arellano – que integrava a comitiva presidencial. Dizendo que agora Banzer “ampliou” esta informação, o general informa que Omar Torrijos desejaria que lhe entregassem o dirigente do Partido Comunista Luis Corvalán – “a quién los comunistas consideran un ‘Cardenal’” –, pois ele o “administraria” para diminuir a pressão internacional contra o Chile, tratando de garantir seu “possível silêncio” no exterior. Banzer estima que, dessa forma, o Chile poderia ganhar o apoio definitivo do Panamá. Por fim Arellano Starck explica que “Torrijos se ha acercado a Banzer porque este ha intercedido para que en Brasil le entrenen pilotos panamenhos. Además, ambos fueron simultáneamente Agregados Militares en EE.UU.”.⁵⁰

⁵⁰ REPÚBLICA DE CHILE. Junta de Gobierno. Secretaria General de Gobierno. Memorándum Secreto del General Sergio Arellano Starck para el Sr. General Don Augusto Pinochet

A estrutura diplomática brasileira era estratégica para a coerção da ditadura sobre a comunidade de cidadãos asilados, estando o Centro de Informações no Exterior (CIEEx), serviço secreto do Ministério das Relações Exteriores, responsável por ações de monitoramento, vigilância, espionagem, detenção e articulação repressiva dentro e principalmente fora do país.⁵¹

Inspirado na experiência do monitoramento do exílio brasileiro no Uruguai, o embaixador Pio Corrêa⁵² redigiu a portaria ultrassecreta que criava o CIEEx, vinculado ao Serviço Nacional de Informações (SNI) e subordinado à Secretaria Geral de Relações Exteriores, em 1966, sendo que esse sistema de informações perdurou até 1985. Funcionando com o nome de “Assessoria de Documentação de Política Exterior”, as atividades de espionagem funcionavam sob o nome de “Plano de Busca Externa”, com apoio dos agentes do SNI e dos adidos militares – vinculados aos serviços de inteligência de suas Forças.

Esse órgão de espionagem ultrapassou o âmbito do Cone Sul, estendendo-se até a Europa, inclusive. Atuou nas embaixadas de Montevidéu, Buenos Aires, Santiago, Paris, Praga, Moscou e Lisboa (após a Revolução dos Cravos, em 1975). O grau de envolvimento com agências estrangeiras de informações foi intenso, principalmente com as do Cone Sul, havendo um amplo intercâmbio com órgãos de inteligência desses países. Constituiu-se em uma verdadeira “elite” do sistema de informação.

O CIEEx teve como principal objetivo a espionagem, o controle e o monitoramento dos exilados brasileiros durante a ditadura. Nos locais onde havia a maior concentração de exilados, era exatamente onde o CIEEx mais agia, conforme se apreende do informe no qual o órgão de inteligência necessita averiguar os brasileiros que estão se dirigindo para o Uruguai:

Ugarte. Santiago, 30 mar. 1976.

⁵¹ FERNANDES, Ananda Simões. Quando o inimigo ultrapassa a fronteira: a conexão repressiva entre a ditadura civil-militar brasileira e o Uruguai (1964-1973). Dissertação (Mestrado em História). Porto Alegre: UFRGS, 2009.

⁵² Manoel Pio Corrêa retirou-se do serviço diplomático no Uruguai no início de 1966, assumindo o cargo de Secretário Geral de Política Exterior, deslocando-se, em 1968, para a Embaixada brasileira em Buenos Aires.

Índice: Concessão de salvo-conduto a asilado na Embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro. Francisco Raimundo da Paixão.

Em 5/JAN/68, após a necessária autorização do Ministério da Justiça, o Ministério das Relações Exteriores concedeu o salvo-conduto nº. 1/68 a FRANCISCO RAIMUNDO DA PAIXÃO, que se encontrava asilado na Embaixada do Uruguai no Rio de Janeiro desde 22/NOV/67. O marginalizado deverá seguir brevemente para Montevidéu, em avião da Força Aérea Brasileira.⁵³

Desse modo, quando o Chile de Salvador Allende começou a ser o país de maior atração tanto dos exilados brasileiros que se encontravam em outros países, assim como dos integrantes da chamada segunda geração do exílio – composta principalmente por integrantes da luta armada e do movimento estudantil –, a atuação do CIEEx passou a ser mais intensa nesse país.

Para obter as informações desejadas sobre os exilados, esse centro de espionagem recorria a vários métodos: infiltração de agentes no meio dos exilados,⁵⁴ violação de correspondência, apreensão de materiais pessoais e das organizações, rastreamento de veículos considerados suspeitos que circulavam pela fronteira, controle das atividades e dos “pombos-correio”, etc. Além disso, a contratação de informantes e, principalmente, a colaboração de forças policiais do país que abrigava os exilados era fundamental nas atividades exercidas pelo CIEEx. Outro método de obtenção e de controle de informação era a violação de correspondência dos exilados, como se confirma no seguinte informe:

Índice: Asilados brasileiros no Chile e Uruguai. Francisco Raimundo da Paixão (Chicão).

⁵³ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Centro de Informações do Exterior. Informe n. 4. 8 jan. 1968.

⁵⁴ Philip Agee relata que o comissário Alejandro Otero, do Departamento de Ligações e Investigações da polícia de Montevidéu, chegou a prender um sargento da Marinha que se passava por estudante entre os exilados brasileiros, a pedido do adido militar coronel Câmara Sena. Acusado de espionagem, foi posto em liberdade devido à intervenção da Embaixada brasileira. O adido militar recebeu assistência no desenvolvimento de operações para infiltração entre os exilados de um agente estadunidense da CIA situado na base de Montevidéu. Cf. AGEE, Philip. Dentro da “Companhia”: diário da CIA. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

FRANCISCO RAIMUNDO DA PAIXÃO (vulgo “Chicão”) viajou em 24/FEV/68 de Montevidéu com destino a Santiago do Chile. Em MAR/68 o marginado enviou carta ao asilado brasileiro no Uruguai, ADÃO FAGUNDES DE AQUINO, na qual tecia severas críticas aos asilados radicados no Chile e, entre outras coisas, revela que a maioria recebe salários em dólares e se consideram da classe burguesa, não fazendo a menor questão de se interessar pelo socialismo autêntico. PAIXÃO conclui sua carta informando que viajará brevemente de Santiago com destino a um país comunista, possivelmente Cuba.⁵⁵

É importante ressaltar que o CIEEx não se envolvia diretamente em ações repressivas; ficava a seu encargo repassar as informações para o SNI, que depois as irradiavam para os órgãos de repressão.. Além do CIEEx, o SNI era auxiliado nas atividades de espionagem pelos serviços de inteligência das Forças Armadas: o Centro de Informações do Exército (CIE), o Centro de Informações de Segurança da Aeronáutica (CISA) e o Centro de Informações da Marinha (CENIMAR). Já no âmbito civil, recebia ajuda na coleta de informações das diversas Divisões de Segurança e Informações (DSI) dos ministérios civis e da polícia política.

As Embaixadas brasileiras monitoravam não somente asilados brasileiros, mas também de outras nacionalidades, neste caso, chilenos, informando de suas condições a seu respectivo país, como se vê na PROVIDENCIA Nº 1272, enviada pelo Departamento Confidencial do Ministério do Interior, em 22 de março de 1976. Tendo como matéria “*Asilados chilenos en México*”, Enrique Montero Marx, subsecretário do Interior, solicita que o documento que está em Anexo seja remetido para o *Departamento de Extranjería y Migración*, a fim de proibir o ingresso no país das pessoas assinaladas, que são em número de dez, dentre elas duas crianças, de cinco e sete anos de idade.

REPÚBLICA DE CHILE
MINISTERIO DE RELACIONES EXTERIORES
DIRECCIÓN DE RELACIONES INTERNACIONALES
Departamento de América del Sur

⁵⁵ Arquivo do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Centro de Informações do Exterior. Informe n. 151. 26 mar. 1968.

RR. EE. (DIRELAS) RES. N° 80

OBJ: Asilados chilenos en México

REF: Aide-Memoire de Embajada Brasil en Chile. – 16-mar-76.

Santiago, 16 de marzo de 1976.

DEL: Ministro de Relaciones Exteriores

AL: Señor Ministro del Interior

1. La Embajada de la República Federativa de Brasil en Chile ha tenido la deferencia de informar, por el documento de la Referencia, que el Gobierno de México ha concedido asilo a un grupo de ciudadanos chilenos que viajaron desde nuestro país al Puerto de Acapulco en el barco “Halcón Rojo II”.
2. La Embajada de Brasil entrega el siguiente detalle de los asilados, haciendo presente que consultó a la Secretaría de Relaciones Exteriores de México, la que confirmó la concesión del asilo mencionado [...].⁵⁶

Por vezes, sabe-se da conexão repressiva de forma indireta, devido a trocas e vazamentos de informações, onde se vê a complexa rede estabelecida pelo *Plan de Informaciones en el Exterior*, do qual o Brasil faz parte. Tal é o caso do Ofício Reservado N° 28, de 15 de fevereiro de 1977, no qual o *Director General de Relaciones Exteriores* envia para o *Director de Inteligencia Nacional* a transcrição do Telex N° 037 que recebeu da Embaixada do Chile em Paris. Esta, por seu lado, obteve a informação – publicada no jornal “El Sol de México” – de uma Embaixada no México, sem especificar qual seja. O texto publicado no jornal, e remetido via Telex pela *EmbaChile Francia*, diz respeito ao Documento N° 1975/107, timbrado como “República de Chile – Presidencia de la República – DINA”, e seria datado de 16 de setembro de 1975, conforme explica Jaime Lavin Fariña a Manuel Contreras. As informações transcritas são as seguintes:

En atención a lo convenido con Vuestra Excelencia, especifico razones por las que considero indispensable solicitar una partida adicional de seiscientos mil dólares en el presupuesto de esta Dirección para el año

⁵⁶ REPÚBLICA DE CHILE. Ministerio del Interior. Departamento Confidencial. Prov. N° 1272. Santiago, 22 mar. 1976. / Ministerio de Relaciones Exteriores. RR. EE. (DIRELAS) RES. N° 80. Santiago, 16 mar. 1976.

en curso [1975]: **a)** Aumento del personal de la Dina adscripto a las Misiones Diplomáticas de Chile, en total diez personas, dos en el Perú, dos en el Brasil, dos en Argentina, una en Venezuela, una en Cuesta Rica, una en Bélgica y una en Italia. **b)** Gastos adicionales para la neutralización de los principales adversarios de la Junta de Gobierno en el exterior, especialmente en México, Argentina, Cuesta Rica, Estados Unidos, Francia e Italia. **c)** Gastos relacionados con las operaciones en el Perú: ayuda a nuestros partidarios en la Armada Peruana y en la prensa, particularmente contribuciones a “Equis/X” y “Opinión Libre”. **d)** Asignaciones para oficiales de esta Dirección que siguen cursos preparatorios para grupos antiguerrilleros en centro de adiestramiento de la ciudad de Manaos, Brasil.⁵⁷

As disputas políticas internas dos países também são alvo de monitoramento, visto a possibilidade de vazamentos de informações que comprometam o governo nacional, como ocorre no Ofício Reservado Nº 298 de 09 de junho de 1978, enviado pelo Vice-Ministro de Relações Exteriores – Enrique Valdes Puga – para o Ministro do Interior Sergio Fernandez Fernandez, tendo como Objeto: “*Solicita análisis sobre correspondencia Jefe SNI, remitida por Oficio que indica*”.

Como informa a Embaixada do Chile em Brasília, a publicação de correspondência atribuída ao Chefe do Serviço Nacional de Inteligência, general João Batista Figueiredo, teve grande repercussão no Brasil. O vice-ministro informa que as estimativas feitas são as de que isto constitua uma manobra política destinada a prejudicar a indicação de Figueiredo à presidência no Brasil, pretendendo, também, comprometer o próprio presidente Ernesto Geisel. No entanto, considera “que se lleve a cabo un análisis de la referida situación, dado que en la correspondencia del SNI hecha pública en Brasil, aparece mencionada la ex-Dina y otras autoridades de nuestro Gobierno”.⁵⁸

⁵⁷ REPÚBLICA DE CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. RR. EE. (DIGEN) RES. Nº 28. Santiago, 15 feb. 1977.

⁵⁸ REPÚBLICA DE CHILE. Ministerio de Relaciones Exteriores. RR. EE. (DIGEN) RES. Nº 298. Santiago, 9 jun. 1978.

Considerações finais

Durante os seus “anos de chumbo”, a ditadura brasileira, incorporando a experiência repressiva adquirida no combate à oposição interna, intensificou a sua política de desestabilização ao governo de Salvador Allende. A preocupação brasileira com o Chile, entretanto, não se restringia somente ao monitoramento das atividades dos exilados presentes nesse país: a luta armada e, principalmente, a *Unidad Popular* passaram a ser seus alvos.

O Brasil participou ativamente do golpe de setembro de 1973, e imediatamente passou a colaborar com a nascente ditadura chilena. Assim, a conexão repressiva entre os dois países foi estabelecida, levando à perseguição, sequestro, tortura, assassinato e inclusive desaparecimento de militantes.

Apesar de o Chile ter o protagonismo na Operação Condor e de o Brasil ter participado desse plano como observador, o papel dos agentes brasileiros não foi secundário. Quando necessário, a ditadura brasileira apoiou e colaborou com as ações promovidas no marco dessa operação, como demonstra a documentação dos órgãos diplomáticos – peça-chave na conexão repressiva entre os países do Cone Sul.

Um passado que não passa: a persistência do crime de tortura na democracia brasileira

Caroline Silveira Bauer*

Este artigo tem como objetivo apresentar alguns resultados de uma pesquisa que tinha por objetivo analisar a continuidade do crime de tortura da ditadura civil-militar aos dias de hoje. Para tanto, a investigação estruturou-se nos seguintes eixos: a prática da tortura durante a ditadura civil-militar brasileira (1964-1985), a existência da tortura após 1985 e a análise dos aspectos de continuidade existentes entre o período autoritário e a democracia.

Palavras-chave: Tortura; Ditadura civil-militar brasileira; Democracia.

Abstract: This paper aims to examine the continuity of the crime of torture from civil-military dictatorship up today. Therefore, the research was structured in the following areas: the use of torture during Brazilian civil-military dictatorship (1964-1985), the existence of torture after 1985 and the analy-

A tortura durante a ditadura civil-militar

A prática da tortura na história brasileira não se inicia com a instauração da ditadura civil-militar em 31 de março de 1964, embora seu uso como forma de obtenção de informações, punição e disseminação do medo tenha sido empregado desde as primeiras horas do golpe. A partir dessa data, a tortura se

* Doutora em História pela UFRGS e Universitat de Barcelona Departamento de História/UFPEL carolinebauer@gmail.com

transforma em parte da metodologia repressiva do Estado – a estratégia de implantação do terror –¹, tendo sido aprimorada com cursos que a elevaram à matéria científica em academias de forças de segurança civis e militares, nacionais e internacionais. O ineditismo de sua aplicabilidade, neste período, reside, além da cientificidade e da incorporação às práticas estatais, no envolvimento direto das Forças Armadas nos crimes de tortura.

Pela primeira vez na história,

[...] as Forças Armadas envolviam-se profundamente na tortura de presos políticos e na execução de operações militares de repressão à população interna. Isto representa uma série ameaça institucional às Forças Armadas e à sua imagem, até então associada a seu papel na defesa do país contra a agressão externa.²

As técnicas desenvolvidas ou aprimoradas durante a ditadura foram apresentadas em aulas práticas, nas quais presos políticos eram utilizados como “cobaías”, à exemplo do que ocorreu na Polícia do Exército do antigo Estado da Guanabara, em 1969, onde “mais de 100 (cem) sargentos e cujo professor era um oficial da PE [Polícia do Exército], chamado Ayton”³, assistiram filmes e projeção de *slides* sobre técnicas de tortura⁴, que eram demonstradas ao com esses presos políticos.⁵ Além disto, as sessões de

¹ Por estratégia de implantação do terror entende-se o conjunto de práticas adotadas pelo aparato repressivo da ditadura para a promoção e disseminação do medo na sociedade, formando a “cultura do medo”. Essas práticas implicam o sequestro, como forma de detenção; a tortura física e psicológica, como forma de obtenção de informações e de punição; e a morte e a desaparecimento, como políticas de extermínio. Para maiores informações, cf. BAUER, Caroline Silveira. *Brasil e Argentina: ditaduras, desaparecimentos e políticas de memória*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.

² ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Bauru: Edusc, 2005. p. 207.

³ BRASIL: *Nunca Mais*, v. 1, p. 310.

⁴ *Idem*, p. 183.

⁵ *Idem*, p. 201.

interrogatório costumavam ser acompanhadas por profissionais da área da saúde, que estabeleciam os limites da prática para a preservação da vida – enquanto ela fosse interessante à ditadura. Após a morte da vítima, médicos assinavam falsos atestados de óbito e laudos necrológicos, onde a *causa mortis* mais apontada era “morto em confronto com as forças de segurança”, ocultado a morte por tortura ou execução.

A prática da tortura, um método arbitrário e ilegal, porém legítimo, pressupôs realização de um intenso trabalho ideológico com os agentes dos órgãos de informação e inteligência, a fim de lhes tornar aptos em exercer o terror físico ou psicológico sem remorsos, pelo contrário, com senso de dever. De promotores da “segurança nacional” deveriam converter-se, também, em manipuladores da insegurança, através de um doutrinamento realizado com base na insegurança, no medo e no ódio⁶; tratava-se, em outras palavras, de convertê-los em “operários da violência”⁷. O trabalho ideológico visava, assim, separar a ação da consciência, o ato do julgamento moral, o indivíduo do senso de responsabilidade, e fazer com que o sujeito introjetasse a ideia de que está tão-somente obedecendo a uma ordem.

Durante os 21 anos da ditadura, a tortura esteve presente cotidianamente – e não apenas como “casos isolados” ou “excessos” – no aparato repressivo, atingindo presos políticos e comuns, não obstante os acordos e as declarações internacionais ratificados pelo Brasil, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, que estabelece em seu artigo quinto que “ninguém será submetido à tortura nem a penas ou tratamentos cruéis, desumanos ou degradantes.” O Estado brasileiro subverteu suas obrigações em relação à proteção das liberdades individuais e à promoção do bem comum, pois adquiriu os contornos de um Estado terrorista, fundamentado ideologicamente na Doutrina de Segurança Nacional.

⁶ FAÚNDEZ, Héctor. A linguagem do medo: dinâmicas coletivas da comunicação sob o terror no Chile. In: RIQUELME U., Horacio (ed.). *Era de névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC, 1993. p. 78.

⁷ HUGGINS, Martha; HARITOS-FATOUROS, Mika; ZIMBARDO, Philip. *Operários da Violência: policiais torturadores e assassinos reconstróem as atrocidades brasileiras*. Brasília: UnB, 2006.

A luz da Segurança Nacional, a tortura não decorre apenas do sadismo dos torturadores; ela é parte integrante do sistema repressivo montado pelo Estado, a fim de sufocar os direitos e as liberdades de seus opositores. É parte da estratégia de manutenção do poder. Acreditando em sua eficácia e rapidez, as investigações policiais e militares passaram a adotá-la como método exclusivo de apuração de fatos considerados crimes contra a segurança nacional. Para tanto, a tortura tornou-se matéria de estudo teórico e prático em academias militares e centros de instrução policial.⁸

A institucionalização e racionalização da tortura foram realizadas paralelamente à construção de um sofisticado aparato repressivo, que contou com órgãos existentes previamente e outras inovações civis e militares, configurando-se como a maior e mais detalhada organização repressiva do Cone Sul. Nas palavras do coronel Adyr Fiúza de Castro, um dos criadores do Centro de Informações do Exército (CIE),

[...] quando decidimos colocar o Exército na luta contra a subversão [...], foi a mesma coisa que matar uma mosca com um martelo-pilão. Evidentemente, o método mata a mosca, pulveriza a mosca, esmigalha a mosca, quando, às vezes, apenas com um abano é possível matar aquela mosca ou espantá-la. E nós empregamos um martelo-pilão⁹

Estes locais se converteram em legítimos centros de tortura com elevada sofisticação técnica, como o desenvolvimento da cela conhecida como “geladeira”, totalmente isolada térmica e sonoramente.

A temperatura pode ser controlada eletronicamente, variando de graus inferiores à zero a temperaturas extremamente quentes. Também eletronicamente podem introduzir-se na cela diferentes sons em tonalidades diversas. O uso alternado de luzes fortes e total escuridão completa o quadro de desagregação física e psicológica do preso.¹⁰

Além da estrutura legal de repressão, a ditadura contava com uma estrutura paralela, onde grupos paramilitares, como o “Comando de Caça

⁸ BRASIL: *Op. cit.*, p. 11

⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina *et. al. Os anos de chumbo: a memória militar sobre a repressão*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. p. 75.

¹⁰ ALVES, Maria Helena Moreira. *Op. cit.*, p. 204.

aos Comunistas” ou o “Esquadrão da Morte”, sequestravam opositores e os encaminhavam para centros clandestinos de detenção, como a “Casa da Morte”, em Petrópolis, Rio de Janeiro, o que contribuía para o sentimento de medo e desproteção daquela vítima. Somente depois de conseguidas as informações iniciais – mediante tortura – tão importantes para a consecução das ordens de busca e apreensão, o sequestrado tinha sua prisão legalizada ao ser entregue a algum órgão do aparato repressivo.

A tortura não foi aplicada somente em militantes de organizações clandestinas, mas também aos opositores políticos em todos os graus, identificados como “inimigos”, “subversivos” e “terroristas” – um *outro* –, o que evidencia o terror ideológico e seu objetivo de destruir ou neutralizar determinados grupos. Primeiramente, as definições são mais restritivas e a repressão acaba atingindo um círculo mais limitado de opositores; posteriormente, esses conceitos tornam-se mais permeáveis e o aparato repressivo passa a combater um número maior de dissidentes.

E assim, em uma espiral ascendente, o Estado autoritário desencadeia uma guerra com objetivos cada vez mais mal definidos, desencadeando golpes contra grupos inofensivos da sociedade, e a imoderação começa a afetar a família e os amigos do “inimigo”, o cidadão “neutro”, e assim por diante, até que no final, a figura do suspeito está por todos os lados.¹¹

Torna-se evidente uma tentativa de desumanização e reificação dos opositores da ditadura civil-militar, um criminoso que existe antes mesmo de haver cometido qualquer crime, “sujeitos sem direito”.¹² Cotidianamente, esses grupos eram apresentados aos funcionários dos órgãos de informação e repressão como dotados “de uma força demoníaca, contra quem não

¹¹ “And so, in an ascending spiral, the authoritarian state unleashes a war on objectives ever more ill-defined, dealing blows against anodyne groups of society, as when its immoderation begins to affect the family and friends of the ‘enemy’, the ‘neutral’ citizen, and so on, until in the end the figure of the ‘suspicious person’ appears on all sides.” TORRES-RIVAS, Edelberto. Epilogue: notes on terror, violence, fear and democracy. In: KOONINGS, Kees; KRUIJT, Dirk. *Societies of fear: the legacy of Civil War, Violence and Terror in Latin America*. London: Zed Books, 1999. p. 290.

¹² Para maiores informações sobre este conceito de Giorgio Agamben, cf. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo: 2007.

adiante querer combater ou controlar, mas impõe-se destruir, para que assim, e só assim, seja garantido o bem-estar da sociedade”¹³. A violência da linguagem empregada para designar o outro desperta sentimentos de medo e paranoia na sociedade, o que poderia levar a uma disposição à violência como recurso legítimo.

Ainda que setores oposicionistas à ditadura soubessem de seu emprego durante os interrogatórios – a ditadura negasse as denúncias que romperam com a censura –, o conhecimento social sobre a prática sistemática da tortura pelos órgãos de informação e segurança ocorreu somente no final da década de 1970, com um abrandamento da censura, o retorno de banidos e exilados, e a publicação de obras memorialísticas de ex-presos e perseguidos políticos sobre a sua experiência do terrorismo de Estado.

A partir do momento em que não se pôde mais negar sua existência, os militares brasileiros passaram a justificar seu emprego, afirmando que no Brasil houve “casos isolados”, “excessos” ou “práticas que não se caracterizam como tortura” – que sequer foram apurados no momento do cometimento do crime, demonstrando a convivência e a omissão. Contudo, a tortura jamais foi admitida como política sistemática do regime. Comparando os resultados da ditadura civil-militar brasileira com o caso argentino, onde organizações de direitos humanos contabilizam 30 mil mortos e desaparecidos, o general-de-exército Leônidas Pires Gonçalves relativiza:

Mas guerra suja nesse país nunca houve. Nós sempre os enfrentamos da maneira mais denotada e mais corajosa. Aqui não morreram os trinta mil que se diz que morreram na Argentina. Nós nunca perdemos uma guerra. Portanto, não admito que ninguém, nem a sociedade, nem o governo brasileiro, queira punir as Forças Armadas como tem sido demonstrado nos últimos anos. [...] Defendemos, com a maior convicção e denodo, o que pensávamos que era correto. E o número de mortos foi até econômico, do ponto de vista de um país que tem essa população toda.¹⁴

¹³ MAGALHÃES, Marionilde Dias Brephol de. A lógica da suspeição: sobre os aparelhos repressivos à época da ditadura militar no Brasil. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 17, n. 34, 1997.

¹⁴ D'ARAÚJO, Maria Celina *et. al.* *Op. cit.*, p. 245-246.

A mais contundente divulgação do cometimento do crime de tortura durante a ditadura deu-se com a publicação do livro “Brasil: Nunca Mais” em 1985. Tratou-se de um projeto que, utilizando a possibilidade de advogados de presos políticos poderem permanecer 24 horas com os autos do processo, utilizou este tempo para fotocopiar os 707 processos que chegaram ao Supremo Tribunal Militar – lembrando que, desde a promulgação do Ato Institucional n. 2, os chamados “crimes contra a segurança nacional” possuíam fórum militar, mesmo para civis. No total, 1.843 presos e perseguidos políticos que foram implicados em processos junto às Auditorias Militares denunciaram as torturas físicas e psicológicas que haviam sofrido e as que foram vítimas seus companheiros no momento do depoimento perante o juiz, resultando em 2.847 páginas de relatos de 6.016 tipos de torturas¹⁵, que foram sintetizados no livro. É importante destacar que a pesquisa em que se baseou o livro tem um universo de análise documental bastante restrito, como afirmado acima – somente os processos que chegaram ao Supremo Tribunal Militar –, e, desta forma, não abrange todos os casos de tortura que existiram no Brasil durante a ditadura, impossíveis de serem quantificados.

Com a disponibilização de alguns fundos documentais dos órgãos de informação e repressão da ditadura, teve-se acesso a um documento chamado “Manual do Interrogatório”, uma publicação oficial do Centro de Inteligência do Exército datada de 1971 distribuída aos Departamentos de Ordem Política e Social pelo Serviço Nacional de Informações. A origem do material, conforme nota introdutória, corresponde a “uma tradução adaptada de documentação sigilosa de país amigo”¹⁶. Por questões de segurança, e, segundo o próprio documento, “por acordo entre governos”, “seu manuseio deve respeitar as prescrições do RSAS [Regulamento para Salvaguarda de Assuntos Sigilosos] no tocante à classificação recebida. São proibidas as cópias”¹⁷.

¹⁵ BRASIL: Nunca Mais, v. 1, p. 17.

¹⁶ Manual do Interrogatório. *História: Questões & Debates*, Curitiba, n. 40, 2004. Editora UFPR. p. 203.

¹⁷ *Idem*.

O general-de-divisão João Carlos Rotta afirmou que a tradução e adaptação de manuais estrangeiros para utilização no Brasil era uma prática comum, utilizando-se no “combate ao terrorismo” “métodos empregados em outros países, como Estados Unidos, Portugal e França. Limitamo-nos a traduzir os manuais existentes e aplicar, naquilo que era possível, a doutrina preconizada”¹⁸

Mesmo que a origem do “Manual do interrogatório” não possa ser determinada, seu conteúdo apresenta muitas semelhanças com o “*Kubark Counterintelligence Interrogation*”, de julho de 1963, uma publicação secreta da *Central Intelligence Agency* (CIA), utilizada em cursos de inteligência ministrados na Escola das Américas, no Panamá.¹⁹

O “Manual” oferecia subsídios para a obtenção da confissão de presos através da coerção física e psicológica. Além disto, permite constatar o trabalho ideológico que era feito nos interrogadores para que desempenhassem de maneira produtiva suas funções.

A tortura pode ser entendida como uma situação-limite, pois gera um trauma devido à intensidade das agressões físicas e psíquicas, representando uma ameaça à vida frente à impotência e à passividade diante do torturador²⁰. O objetivo é a “quebra” do indivíduo, sua total rendição à condição e à insegurança gerada pela experiência. Em relação às mulheres, muitas abortaram devido às torturas com conotações sexuais. Quanto às faixas etárias dos grupos atingidos pela prática da tortura, tratou-se de um

¹⁸ MOTTA, Aricildes de Moraes (coord.). *1964 – 31 de março: o movimento revolucionário e sua história*. Tomo 8: Rio Grande do Sul. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército Editora, 2003. p. 151-152.

¹⁹ Uma cópia desse material foi traduzida para o espanhol pela equipe de Direitos Humanos Nizkor e encontra-se disponível em <http://www.derechos.org/nizkor/la/libros/soaMI/index.html>. O original pode ser consultado em <http://www.gwu.edu/~nsarchiv/NSAEBB/NSAEBB27/01-01.htm>. Último acesso: 26 abr. 2010.

²⁰ SALIMOVICH, Sofia, LIRA, Elizabeth, WEINSTEIN, Eugenia. Victims of fear: the social psychology of repression. In: CORRADI, Juan E., FAGEN, Patricia Weiss, GARRETÓN, Manuel Antonio (eds.). *Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1992. p. 78.

método utilizado em bebês, crianças e adolescentes. Mesmo que estivessem resguardados por tratados e disposições internacionais que protegem a população civil não-combatente em conflitos e guerras, a ditadura, através da tortura física e psicológica, desenvolveu inúmeras formas de agressão à infância e adolescência²¹. Do universo de análise abrangido pelo *Brasil: Nunca Mais*, há o registro de que catorze menores de 18 anos foram vítimas de algum tipo de tormento²².

A prática mais comum utilizada pela ditadura foi o choque elétrico. Fios condutores eram amarrados ou instrumentos eram utilizados em várias partes do corpo da vítima, preferencialmente nas mais sensíveis, como língua, órgãos genitais e ouvidos. O choque provocava queimaduras na pele, e poderia levar a desmaios e convulsões. Seus efeitos a curto e longo prazo variavam desde a necrose da região que estava em contato com a corrente elétrica, até micro hemorragias cerebrais, que poderiam ocasionar distúrbios de memória, diminuição da capacidade cognitiva e até mesmo a morte²³. Os choques eram utilizados conjuntamente ao “pau-de-arara” – suspensão da vítima por uma barra transpassada pelo vão criado pelos joelhos flexionados –, e de uma maneira mais tecnicista através da “cadeira-do-dragão”, uma cadeira com placas metálicas eletrizadas, onde a pessoa era colocada amarrada, nua e molhada, para potencializar os efeitos do choque.

Um opositor da ditadura preso em 1976 descreveu, em seu auto de qualificação e interrogatório perante a Justiça Militar, sua experiência de tortura:

[...] sentou-se numa cadeira conhecida como cadeira do dragão, que é uma cadeira extremamente pesada, cujo assento é de zinco, e que na parte posterior tem uma proeminência para ser introduzido um dos terminais da máquina de choque chamado magneto; que, além disso, a ca-

²¹ MARTÍNEZ, Victoria, PECHMAN, Marta, MARCIANO, Mônica. “É bom ser grande?” Diferentes momentos no tratamento de filhos de desaparecidos. In: RIQUELME U., Horacio (ed.). *Era de névoas: direitos humanos, terrorismo de Estado e saúde psicossocial na América Latina*. São Paulo: EDUC, 1993. p. 72.

²² BRASIL: *Op. cit.*, p. 14.

²³ ARQUIDIOCESE de São Paulo. *Brasil: Nunca mais*. Petrópolis: Vozes, 1985. p. 47.

deira apresentava uma travessa de madeira que empurrava as suas pernas para trás, de modo que a cada espasmo de descarga as suas pernas batessem na travessa citada, provocando ferimentos profundos; [...]”²⁴

A experiência de situações de medo e terror durante os suplícios físicos não eram vivenciados somente pelas vítimas diretas, mas estendiam-se aos seus familiares, seu entorno social e, muitas vezes, a toda a sociedade. Este efeito multiplicador do terror foi uma situação explorada e incentivada pela ditadura civil-militar devido ao seu alto grau de rentabilidade para o sistema repressivo, e foi conseguida, na maioria das vezes, através de certa publicidade das práticas terroristas combinada com a clandestinidade e a negativa da existência das mesmas.

Ao tomarem conhecimento de que seus entes estavam sendo torturados através da denúncia de companheiros, por visitas aos locais de detenção ou por cartas dos próprios encarcerados, os familiares iniciavam um longo processo de buscas, denúncias e pedidos de ajuda que visavam garantir o término das torturas e a integridade física de seus parentes.

A prática da tortura durante a ditadura civil-militar gerou uma série de ameaças à vida, que foram experimentadas de diversas formas. Primeiramente, como uma ameaça física: de abuso sexual, espancamento, tortura ou morte. Posteriormente, como uma ameaça psicológica, como as chantagens em estender as violências físicas aos demais membros do grupo familiar. Em terceiro lugar, e não diretamente relacionado à ação repressiva, como uma ameaça econômica, ou seja, o temor ao desemprego ou à incapacidade de ganhar o suficiente para atender às necessidades básicas suas e de sua família. Por último, pode ser sentida como um ataque aos valores do indivíduo, de modo que impeça a pessoa de viver sua vida de acordo com suas próprias crenças e premissas.

Esta mudança no comportamento e nos ideais e valores dos indivíduos – que resulta dos mecanismos de controle – é uma evidência do terrorismo empregado pelo Estado, que difundia normas imprecisas sobre o que era

²⁴ *Ibid.*, p. 34.

lícito ou não durante a ditadura. A imprecisão das leis e normas favoreceu a criação de um ambiente de terror, marcado pela ansiedade – uma “cultura do medo”.

Entende-se por “cultura do medo”, termo cunhado pelo cientista político argentino Guillermo O’Donnell²⁵ uma situação de apatia oriunda do efeito dissuasivo e persuasivo do medo, que faz com que amplos setores da população passem a aceitar como “normais” situações previamente inaceitáveis²⁶.

A transição política e o caminho para a continuidade do emprego da tortura

Como afirmado anteriormente, durante a vigência da ditadura civil-militar, as violações aos direitos humanos foram consideradas pelas autoridades militares como “excessos”, ou seja, não havia autorização, conhecimento ou ordens se seus superiores para a execução de tais atos delitivos, e os que assim agiram, estavam à margem do aparato repressivo. Esse argumento exculpante permanece legítimo nos meios militares até os dias de hoje, e se torna público quando é necessário justificar um crime como a tortura.

Mesmo com essas ressalvas, a elite civil e militar responsável pela transição política procurou manter o processo sob absoluto controle, para evitar qualquer ação de responsabilização penal ou simbólica pelos crimes

²⁵ Para um detalhamento da historiografia desse termo, conferir a resenha dessa obra realizada pela autora, que foi publicada pela revista *História, imagens e narrativas*. Cf. BAUER, Caroline Silveira. Medo, terrorismo de Estado e as ditaduras civil-militares de segurança nacional do Cone Sul. Resenha do livro: CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio (eds.). *Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1992. 301 p. *História, Imagem e Narrativas*, v.4, 2007.

²⁶ CORRADI, Juan E.; FAGEN, Patricia Weiss; GARRETÓN, Manuel Antonio (eds.). *Fear at the edge: state terror and resistance in Latin America*. Berkeley: University of California Press, 1992. p. 3.

cometidos nos anos anteriores. Estabeleceu-se, desta forma, uma relação de tutela amistosa entre civis e militares – um *pacto* –, que resultou na manutenção “de enclaves autoritários dentro do aparelho do Estado”²⁷

O estabelecimento das novas relações entre esses grupos passariam, obrigatoriamente, pelo esquecimento dos crimes cometidos – segundo a lógica perversa da “ideologia da reconciliação”, que forçosamente decreta o fim dos conflitos prévios a partir da compreensão de que “houve violência dos dois lados”, logo, todos são culpados, equiparando a violência do Estado com a violência revolucionária –, e uma das primeiras medidas para concretizá-lo foi a promulgação da Lei de Anistia, de 28 de agosto de 1979.

Embora se trate de uma medida jurídica que impede o processamento penal, instituindo um perdão punitivo, essa lei, ao conceder anistia recíproca, estabelecia o controle do passado a partir de sua interdição, vetando o direito à verdade e, por consequência, o conhecimento dos fatos imbrincados com a ditadura civil-militar. O direito à verdade, assim, não era necessário, pois se considerava a ditadura “página virada” e, em última instância, uma ameaça à possibilidade de reciprocidade à anistia.

A anistia recíproca, convalidando a lógica da “ideologia da reconciliação”, recupera outras características da formação social brasileira, como o “estigma da “Raízes do Brasil”, Zilda Iokoi afirma que a cordialidade tornou-se um impeditivo das disputas por direitos e uma ameaça à consolidação da democracia, tentando-se neutralizar conflitos e disputas através de uma representação de conciliação e passividade. Todos aqueles que se opuseram aos caminhos da transição brasileira, foram considerados radicais e revanchistas, não entenderam que se vivia em um clima de transição e lhes acusavam de desconhecer as virtudes conciliatórias dos brasileiros²⁸.

²⁷ ZAVERUCHA, Jorge. *Rumor de sabres: controle civil ou tutela militar?* São Paulo: Ática, 1994. p. 10.

²⁸ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. A longa transição de conciliação ou estigma da cordialidade: democracia descontínua e de baixa intensidade. In: SANTOS, Cecília Macdonell, TELES, Edson, TELES, Janaína de Almeida (orgs.). *Desarquivando a ditadura: memória e justiça no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2009. 2 v. p. 501-502.

Pela permanência de políticas de desmemória e esquecimento fomentadas durante a ditadura, bem como pela configuração de uma relação entre civis e militares de tutela amistosa – manutenção da autonomia militar e/ou enclaves autoritários dentro do aparelho do Estado²⁹ –, pode-se afirmar que a transição política caracterizou-se por uma série de aspectos de continuidade em relação às violações de Direitos Humanos – seja na permanência de práticas e instituições, ou na omissão de investigações. De acordo com Zilda Iokoi, tratou-se de uma “transição metaforizada”, indicativa de uma retórica de mudança *sem* mudanças³⁰. Foi um processo pactuado, onde os onze longos anos do processo de abertura “lenta, gradual e segura” contribuíram sobremaneira para a diluição das responsabilidades, bem como para postergar as obrigações do Estado brasileiro em relação às violações de Direitos Humanos.

A longa duração da ditadura civil-militar brasileira contribuiu para a permanência da burocracia de Estado e o sistema judicial, “socializando uma classe de funcionários públicos nos valores da ditadura e criando novas elites favorecidas pelas políticas do regime”. Essa institucionalização contribuiu para dificultar a estigmatização da ditadura. Neste sentido, as políticas de memória que se pretendiam teriam que ser implementadas por agentes estatais que poderiam se identificar ideologicamente com a ditadura, criando uma resistência³¹. Também contribuiu para a diluição da memória sobre os “anos de chumbo”. De acordo com Jorge Zaverucha, a longa transição brasileira resultou de uma decisão deliberada, com finalidades de controlar o processo, fato evidenciado, também, pela aprovação no Congresso Nacional de um mandato de cinco anos para o primeiro presidente civil que seria eleito indiretamente³².

²⁹ ZAVERUCHA, Jorge. *Op. cit.*, p. 10.

³⁰ IOKOI, Zilda Márcia Gricoli. *Op. cit.*, p. 501.

³¹ BRITO, Alexandra Barahona de. Justiça transicional e uma política da memória: uma visão global. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. *Anistia Política e Justiça de Transição*, n. 1, jan/jun 2009, p. 67.

³² ZAVERUCHA, Jorge. *Op. cit.*, p. 17.

Assim, as demandas por memória, verdade e justiça foram administradas de acordo com a “lógica da protelação”³³, repetida pelas administrações civis, onde “la espera del paso del tiempo para la resolución de los problemas del pasado, la espera de la extinción del problema a través del deceso tanto de los culpables como de los afectados. Esto es lo que hará que el conflicto se supere definitivamente.”³⁴

Desta forma, pode-se afirmar que a tortura é um dos elos que relaciona o presente das práticas policiais com o passado ditatorial brasileiro. Não se trata de uma questão de fácil resolução – pois implica a responsabilização criminal pelo terrorismo de Estado da ditadura, bem como a sociedade defrontar-se com sua faceta mais autoritária e violenta.

As consequências do terrorismo de Estado, acrescidas às dificuldades de sua simbolização e representação, e à ausência de medidas reparatórias e a imposição do esquecimento contribuíram para a persistência do passado no presente, ou seja, para que as situações-limites vivenciadas não fossem elaboradas, e suas experiências e memórias ficassem reclusas aos círculos sociais das vítimas e seus familiares, em um processo de privatização da memória. A irresolução deste passado e sua perpetuação no presente é um dos motivos porque se afirma que a ditadura brasileira é “um passado que não passa.”³⁵

A Constituição promulgada em 1988 ficou conhecida como “Constituição cidadã” devido ao tratamento progressista dado a muitos temas, que garantiram direitos civis, políticos e sociais.

³³ D’ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso. Introdução. In: D’ARAÚJO, Maria Celina, CASTRO, Celso (orgs.). *Democracia e Forças Armadas no Cone Sul*. Rio de Janeiro: FGV, 2000. p. 13.

³⁴ VINYES, Ricard. La memoria del Estado. In: VINYES, Ricard (ed.). *El Estado y la memoria: gobiernos y ciudadanos frente a los traumas de la historia*. Barcelona: RBA, 2009. p. 26.

³⁵ Esta expressão é retirada do título da obra de Eric Conan e Henri Rousso, *Vichy, un passé qui ne passe pas*, sobre a ocupação nazista na França e o colaboracionismo da sociedade francesa. Cf. CONAN, Eric, ROUSSO, Henri. *Vichy, un passé qui ne passe pas*. Paris : Seuil, 1996.

Porém, no caso das relações entre civis e militares, não houve um profundo questionamento quanto ao legado autoritário da ditadura, permitindo que se mantivessem prerrogativas militares não democráticas oriundas da Constituição de 1967 e sua Emenda de 1969, principalmente relacionadas às Forças Armadas, às polícias militares estaduais e à segurança pública em geral. Uma das principais preocupações era a responsabilização penal daqueles que haviam violado os direitos humanos durante o período discricionário; preocupava-se que não houvesse uma “argentinização do regime”³⁶, ou seja, que os militares brasileiros não fossem julgados no período democrático – à exemplo do que ocorreu na Argentina com os comandantes das Juntas Militares após o processo de transição política. “Isto porque existia a preocupação do “aprendizado por contágio”, onde “sociedades que estão conduzindo processos de democratização podem fazer uso dos saberes ou do *know-how* adquirido de outras transições prévias”³⁷. Esta teria sido, inclusive, uma das promessas do presidente indiretamente eleito, Tancredo Neves, às Forças Armadas: a “síndrome de Alfonsín” não atingiria a transição brasileira³⁸.

Na verdade, figuras diretamente ligadas à ditadura, sejam elas civis ou militares, estiveram diretamente envolvidas no processo de elaboração da Constituição. De acordo com Jorge Zaverucha, os militares vetaram a possibilidade de uma Assembleia Nacional Constituinte como órgão elaborador da nova Carta. Receosos com os rumos da incipiente democracia brasileira, permitiram a existência de uma Constituinte formada pelos membros eleitos para o existente Congresso³⁹

³⁶ BORGES, Nilson. A doutrina de segurança nacional e os governos militares. In: FERREIRA, Jorge, DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). *O Brasil republicano – O tempo da ditadura: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. v. 4. p. 23.

³⁷ BRITO, Alexandra Barahona de. *Op. cit.*, p. 70.

³⁸ ZAVERUCHA, Jorge. *Op. cit.*, p. 96.

³⁹ ZAVERUCHA, Jorge. Relações civil-militares: o legado da Constituição brasileira de 1988. In: TELES, Edson, SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010. p. 44.

Assim, a Comissão de Organização Eleitoral Partidária e Garantia das Instituições, que ficou responsável pela elaboração dos capítulos referentes às Forças Armadas e à segurança Pública, foi presidida pelo senador Jarbas Passarinho “coronel da reserva, que serviu como ministro nos governos dos generais Costa e Silva, Médici e Figueiredo” e que foi um dos signatários do Ato Institucional n. 5, que institucionalizou o terrorismo de Estado no Brasil⁴⁰.

Além disto, realizaram *lobby* com os congressistas para que não houvesse mudanças substanciais no ordenamento das Forças Armadas brasileiras.

As Forças Armadas brasileiras entenderam tão competentemente a importância das restrições legais que nomearam 13 oficiais superiores para fazerem lobby pelos interesses militares ante os constituintes. Este lobby era muito bem organizado, chegando a levar os congressistas para visitas às instalações militares em todo o país⁴¹

O resultado destas articulações foi a reunião, no mesmo Título V – Da Defesa do Estado e das Instituições, capítulos referentes à defesa, ao Estado de sítio, às Forças Armadas e à segurança pública. Segundo Zaverucha,

Nossos constituintes não conseguiram se desprender do regime autoritário recém-findo e terminaram por constitucionalizar a atuação de organizações militares em atividades de polícia (Polícia Militar) e defesa civil (Corpo de Bombeiros), ao lado das polícias civis. As polícias continuaram constitucionalmente, mesmo em menor grau, a defender mais o Estado do que o cidadão⁴²

Porém, e mais diretamente relacionado ao tema da tortura, está a manutenção da estrutura do aparelho policial criado durante a ditadura civil-militar. Considerando-se que o modelo de segurança pública foi estruturado em um período autoritário, não haveria como esperar práticas democráticas em instituições que não correspondem ao Estado de direito democrático. Deste ponto de vista, evidencia-se porque a tortura continuou

⁴⁰ *Ibid.*, p. 46.

⁴¹ *Ibid.*, p. 45.

⁴² *Ibid.*, p. 55.

sendo praticada mesmo após o fim da ditadura: toda a estrutura de segurança pública permitia a continuidade das práticas repressivas de terror de Estado.

Em outras palavras, pode-se afirmar que a segurança pública pós-ditadura continuou regida pela lógica da doutrina de segurança nacional, que orientou ideologicamente as ditaduras de segurança nacional do Cone Sul.

Apesar da nova fase de democracia formal, apesar da promulgação da Constituição Federal de 1988, apesar do ocaso da Doutrina de Segurança Nacional, e apesar da derrogação da Lei de Segurança Nacional, suas marcas ainda pesam como tristes pegadas que deixam um norte para um caminho autoritário. Em suma, podemos dizer que não existe, no Brasil, uma concepção de segurança pública para o Estado Democrático de Direito. [...] O entendimento de Segurança Pública, expresso nas doutrinas e nas práticas dos vários órgãos no Brasil, ainda está fundamentado na antiga Doutrina de Segurança Nacional que valeu no país nos tempos autoritários. Isto significa que permanecemos, após a Constituição de 1988, sem uma concepção de Segurança Pública para o Estado Democrático de Direito, tanto em nível federal, quanto nos estadual e municipal⁴³

Desta forma, pode-se apontar um grave problema para a construção da cidadania na democracia incipiente. A falta de garantia para os direitos civis ficou explícita no que se refere à segurança individual, à integridade física e ao acesso à justiça em se tratando de possíveis atos de violência praticados pelas forças de segurança brasileiras.

A questão da segurança apresenta outra peculiaridade de consequências sociais graves – não somente traduzida por suas práticas, como ainda pelas leis penais vigentes e tendências judiciais dela decorrentes –, qual seja, seus objetivos primeiros de defender o Estado e o patrimônio, deixando os cidadãos em segundo plano, quando não, para nossa perplexidade e indignação, são encarados como inimigos da ordem pública⁴⁴

⁴³ DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Segurança Pública. *Segurança pública e democracia: a segurança pública como instrumento para a prática da cidadania e da organização social da liberdade*. Brasília, maio de 1997. p. 6-7.

⁴⁴ DISTRITO FEDERAL. Secretaria de Segurança Pública. *Segurança pública e democracia: a segurança pública como instrumento para a prática da cidadania e da organização*

Tome-se como exemplo a manutenção das polícias militares estaduais. Durante a ditadura, essa instituição esteve sob comando de oficiais do Exército, que militarizaram ainda mais o treinamento dos agentes. Sua ação foi direcionada para o “combate à subversão”, e se utilizou órgãos de inteligência e repressão próprios que atuavam conjuntamente às Forças Armadas⁴⁵.

Com a promulgação da Constituição de 1988, a única modificação quanto à estrutura da corporação foi seu controle, que passou do Exército para os governadores dos estados. Não houve mudanças efetivas na organização, no treinamento e na ação da polícia militar, o que possibilitou a continuidade de práticas como a tortura.

Nas palavras do sociólogo José Murilo de Carvalho.

Elas [as polícias militares] permaneceram como forças auxiliares e reservas do Exército e mantiveram as características militares. Tornaram-se novamente pequenos exércitos que às vezes escapam do controle dos governadores. Essa organização militarizada tem-se revelado inadequada para garantir a segurança dos cidadãos. O soldado da polícia é treinado dentro do espírito militar e com métodos militares. *Ele é preparado para combater e destruir inimigos e não para proteger os cidadãos.* Ele é aquartelado, responde a seus superiores hierárquicos, não convive com os cidadãos que deveria proteger, não os conhece, não se vê como garantidor de seus direitos. Nem no combate ao crime as polícias militares têm se revelado eficientes. Pelo contrário, nas grandes cidades e mesmo em certos estados da federação, policiais militares e civis têm-se envolvido com criminosos e participado de um número crescente de crimes. Os que são expulsos da corporação se tornam criminosos potenciais, organizam grupos de extermínio e participam de quadrilhas. Mesmo a polícia civil, que não tem treinamento militarizado, se vem mostrando incapaz de agir dentro das normas de uma sociedade democrática. Continuam a surgir denúncias de prática de tortura de suspeitos dentro das delegacias, apesar das promessas de mudanças feitas pelos

social da liberdade. Brasília, maio de 1997. p. 7-8.

⁴⁵ CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. p. 212-213.

governos estaduais. São também abundantes as denúncias de extorsão, corrupção, abuso de autoridade feitas contra policiais civis⁴⁶

Assim, não somente a sociedade pode vir a sofrer as consequências de um treinamento militarizado onde a tortura é sinônimo de “fortalecimento de caráter”, como foi demonstrado no primeiro produto. Os próprios militares são vítimas dessas práticas em seus treinamentos. O Grupo Tortura Nunca Mais do Rio de Janeiro e o Centro de Justiça Global realizaram uma denúncia ao Comitê Contra a Tortura da ONU, em maio de 2001, relatando 11 casos de torturas, mortes e suicídios no período 1991-2001 em consequência dos tipos de treinamentos realizados.

Organizações e defensores de Direitos Humanos encaminharam propostas para a Constituinte para que fossem incorporados no texto da Constituição os tratados internacionais de proteção e defesa dos Direitos Humanos, bem como emendas que tivessem por objetivo a criminalização da tortura.

A temática da tortura suscitou mais de 150 propostas de emenda ao projeto de texto constitucional, apresentadas em várias fases entre os anos de 1987 e 1988. Algumas seguiam os preceitos das convenções e jurisprudência internacionais de direitos humanos acerca da tortura, considerando-a crime de lesa humanidade quando sistemática ou disseminada, outras formulações procuravam criar obstáculos à introdução do tema na Constituição. Ao final, o texto constitucional acolheu a versão mais genérica e difusa de proibição da tortura, sem a preocupação de delimitar conceitos.⁴⁷

Desta forma, a Constituição foi promulgada estabelecendo no artigo 5º, Título II “Dos direitos e garantias fundamentais”, inciso III, que “ninguém será submetido à tortura nem a tratamento desumano ou degradante.” Ainda, estabeleceu que o crime de tortura era inafiançável e inaniçável, bem como reconheceu, como integrantes do direito constitucional, os tratados internacionais de proteção e defesa dos direitos humanos.

⁴⁶ *Ibid.*, p. 213.

⁴⁷ JESUS, Maria Gorete Marques de, FILHO, José de Jesus. Uma década é pouco: tortuosos caminhos para a consolidação de uma política de combate e prevenção da tortura no Brasil. In: NÚCLEO de Estudos da Violência. *5º Relatório Nacional sobre Direitos Humanos no Brasil – 2001-2010*. São Paulo: NEV, 2012. p. 91.

Apesar de ser diretamente citada no texto constitucional como um crime, sua efetiva criminalização ocorreu somente passados quase 10 anos, com a aprovação da Lei n. 9.455 de 1997.

A proposta de lei, vinda do Executivo, foi aprovada às pressas pela Câmara e pelo Senado,

trazendo consigo uma série de elementos que a tornam ambígua, ao fragmentar o crime de tortura em vários tipos penais, incorporar elementos estranhos ao conceito proposto pelos documentos internacionais, ignorar outros de suma relevância como o propósito de discriminação por orientação sexual e transformá-la em crime comum, sem oferecer uma definição precisa do que vem a ser tortura. Não se sabe se o legislador optou por fazer uma lei mais genérica, cuja responsabilidade de definições ficasse a critério do intérprete da lei, o que é todo inaceitável, ou se ela foi realizada sem muitos cuidados, [...]. Além disso, a Lei também não previu políticas de combate e prevenção à tortura, como também não consagrou outros aspectos importantes para o enfrentamento da tortura no Brasil e que dizem respeito à tortura psicológica.⁴⁸

Além disso, outros dispositivos jurídicos como o Código Penal, a Lei de Execução Penal e o Código de Processo Penal proibem a prática de tortura em todo o território nacional⁴⁹. A tortura também é considerada um crime contra a humanidade “quando os atos são perpetrados como parte de um ataque generalizado ou sistemático contra a população civil, quando são cometidos ou não no curso de um conflito armado”⁵⁰.

Retomando, em 1988, foi promulgada no Brasil uma nova Constituição, que garantia em seu texto o direito de qualquer cidadão brasileiro de ter informações sobre sua pessoa, o chamado *habeas data* – um dos componentes do direito à verdade. Porém, em relação à temática militar,

⁴⁸ *Ibid.*, p. 93.

⁴⁹ BRASIL. Presidência da República. *Resposta do governo brasileiro às recomendações do Subcomitê de prevenção da tortura da Organização das Nações Unidas*. Brasília, outubro de 2012. p. 5.

⁵⁰ FOLEY, Conor. *Protegendo os brasileiros contra a tortura*. Ministério das Relações Exteriores Britânico e Embaixada Britânica no Brasil, 2011. p. 20.

pouca coisa foi alterada: não foram extintos o SNI e suas ramificações nos ministérios e autarquias federais, não foi criado o Ministério da Defesa, órgão que permitiria um controle civil sobre as Forças Armadas, dentre outras medidas. De acordo com Jorge Zaverucha, “os militares deixaram de ser governo, mas continuaram no poder”⁵¹, ou seja, sua política em relação ao passado seria a mesma deixada pelos governos transicionais, e reproduzida pelas administrações democráticas através da “lógica da protelação”. À época da promulgação da Constituição, o então presidente José Sarney declarou: “O Exército é hoje um dos mais fortes pilares de nossa transição para a democracia”⁵². Na mesma linha, o então chefe do Estado Maior das Forças Armadas, general Waldir Eduardo Martins, em visita ao Chile, governado por Pinochet, afirmou em uma entrevista ao jornal *El Mercurio*: “O Exército chileno constitui um exemplo para a América Latina”⁵³.

A ausência de controle civil sobre os militares, assim como a não condenação do passado ditatorial brasileiro, permitiu que nos anos seguintes, uma série de militares permanecessem em cargos oficiais ou fossem condecorados pelos serviços prestados nos anos precedentes. Por citar apenas um exemplo de cada caso, lembre-se o episódio envolvendo Carlos Alberto Brilhante Ustra, acusado de torturar no DOI-CODI, como adido militar na embaixada do Brasil no Uruguai, reconhecido, em 12 de agosto de 1985, por Bete Mendes, como seu torturador, em uma solenidade oficial; ou Dalmo Lúcio Muniz Cyrillo, subcomandante da OBAN, capitão de artilharia à época, era acusado como responsável pela morte de Joaquim Alencar de Seixas. Por decreto de 18 de junho de 1993, publicado no Diário Oficial de 21 de junho de 1993, foi condecorado como cavaleiro “em razão dos relevantes serviços prestados à nação e às Forças Armadas”⁵⁴.

⁵¹ ZAVERUCHA, Jorge. Rumor..., *op. cit.*, p. 11.

⁵² ZAVERUCHA, Jorge. Relações..., *op. cit.*, p. 186.

⁵³ *Ibid.*, p. 192.

⁵⁴ COMPARATO, Fábio Konder. Ética política e honra militar. In: TELES, Janaína (org.). *Mortos e desaparecidos políticos: reparação ou impunidade?* São Paulo: Humanitas, 2001. p. 37.

Tortura, democracia e Estado de direito

Paralelamente ao processo de transição política descrito acima, a garantia dos direitos civis com a mudança de regime político permitiu que surgissem ou se fortalecessem muitas organizações da sociedade civil, entre elas, as envolvidas com a temática dos Direitos Humanos. Algumas delas, como o Movimento Nacional de Direitos Humanos, passaram a receber denúncias de casos de tortura.

A constatação de que os Direitos Humanos seguiam sendo violados após a ditadura possibilitou que essas organizações pudessem realizar denúncias e exigir políticas públicas, ratificação de instrumentos internacionais sobre a tortura e a promulgação da Lei n. 9.455, de 7 de abril de 1997, que define, tipifica e estabelece a punição para o crime de tortura.

Os primeiros dados a serem analisados provêm do SOS-Tortura. Durante o período compreendido entre 30 de outubro de 2001 e 30 de outubro de 2002, foram registradas 23.709 ligações, das quais 1.629 foram denúncias de tortura.

Os números apontam que as delegacias de política são os espaços privilegiados para a tortura, evidenciando que a prática ainda é institucional. Por consequência, os policiais são apontados como os principais agentes de tortura, o que poderia significar: a) uma continuidade de quadros oriundos da ditadura civil-militar; b) uma formação que considere a tortura como prática legítima.

Quanto ao perfil da vítima, este corresponde a jovens, entre 19 e 29 anos, do sexo masculino. Quanto à etnia, mesmo que 35,38% das vítimas não tenham informado a cor de sua pele, 39,31% das denúncias são de pessoas de pele parda ou negra.

Ampliando o escopo da pesquisa, a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados divulgou em 2005 novos dados provenientes do SOS-Tortura. Este serviço, entre 31 de outubro de 2001 e 31 de janeiro de 2004, recebeu 1.863 denúncias de tortura e tratamento cruel, desumano ou degradante. A tabela abaixo demonstra a distribuição das denúncias pelas unidades federativas brasileiras.

Tabela 1: Distribuição das denúncias pelas unidades federativas brasileiras⁵⁵

Estado	Número de denúncias
São Paulo	306
Minas Gerais	283
Pará	168
Bahia	145
Rio de Janeiro	96
Distrito Federal	82
Maranhão	74
Pernambuco	72
Paraná	71
Tocantins	70
Goiás	60
Ceará	51
Rio Grande do Norte	41
Espírito Santo	41
Mato Grosso do Sul	34
Rondônia	34
Amazonas	33
Parabía	32
Rio Grande do Sul	32
Santa Catarina	30
Alagoas	30
Mato Grosso	28
Piauí	18
Sergipe	15
Acre	8
Amapá	4
Roraima	3

Dentre os diversos motivos que levam os agentes de segurança a torturarem pessoas que estejam sob sua custódia, os que possuem maior registro

⁵⁵ Analisando-se os dados de 2005, da Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados, pode-se traçar um perfil da prática da tortura nos dias de hoje. Esses dados provêm do SOS Tortura.

são a tortura com a finalidade de castigar os custodiados (38%) e para obter informações (33%). A tabela abaixo demonstra a totalidade dos casos.

Tabela 2: Principais motivos para a utilização da tortura

Motivação	Número de denúncias	Porcentagem
Forma de castigo	724	38%
Obter confissão ou informação	607	33%
Não informado	219	12%
Intimidação	161	9%
Outros	146	8%
Discriminação	6	0%

Quanto às dependências, a maior incidência de práticas de tortura ocorrem nas delegacias de polícia (40%) e as unidades prisionais (21%). A tabela abaixo mostra o universo total de análise.

Tabela 3: Locais onde ocorreram as denúncias de tortura

Local	Número de denúncias	Porcentagem
Delegacia	730	40%
Unidade prisional	395	21%
Outros	328	18%
Local deserto	121	6%
Não informado	82	4%
Residência	70	4%
Unidade de internação de adolescentes	43	2%
Batalhão da Polícia Militar	36	2%
Quartel	21	1%
Viatura	17	1%
Rua	20	1%

Quanto aos agentes agressores, o maior número de denúncias recai sobre os policiais militares (53%), que muitas vezes, cumprem a função de funcionários de prisão. Os dados abaixo demonstram esses números e outros

Tabela 4: Agente agressor por alegação

Agente agressor	Número de denúncias
Polícia Militar	1177
Polícia Civil	1022
Funcionário de prisão	287
Não informado	146
Outros	179
Funcionário de unidade de internação de adolescentes	52
Polícia Federal	32
Criminoso	15
Familiar	3
Policial não identificado	1
Outro funcionário	1

Quanto às vítimas, o perfil do “torturado” é adulto jovem, homem, negro, pobre e com baixo nível de escolaridade. A tabela abaixo demonstra o as características das principais vítimas.

Tabela 5: Principais vítimas da tortura

	Número de denúncias
Adulto	1937
Adolescente	288
Não informado	249
Criança	22
Outros	11
Deficiente	12
Gestante	3

Observação: a soma do número de denúncias e maior do que o total de alegações, já que já diversos casos com mais de uma vítima.

Mais recentemente, o Departamento de Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos registrou, no período compreendido entre 1º de janeiro de 2011 a 25 de junho de 2012, 1.694 denúncias referentes à tortura. Os Estados líderes em denúncias (absolutas) são São Paulo, Minas Gerais, Per-

nambuco e Rio de Janeiro e com mais denúncias (por 100 mil habitantes) são Distrito Federal, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Pernambuco⁵⁶. São praticamente nove casos de tortura denunciados todos os dias.

Segundo Cecília Coimbra, a prática da tortura é percebida pela sociedade, nos dias de hoje, como uma questão que não lhe diz respeito, ou, ainda, como um “mal necessário” para conter a violência de setores considerados “perigosos”. Embora legítima, a defesa da tortura não necessariamente precisa ser feita publicamente para que se saiba de sua existência⁵⁷. Praticada em dependências militares e policiais, em presídios e hospícios, e por agentes de segurança fora de seus ambientes de trabalho, a tortura permanece como uma constante na história brasileira, desde o período colonial, passando, no século XX, pela repressão ao movimento operário, durante a ditadura de Getúlio Vargas, e durante a ditadura civil-militar brasileira.

Nesse sentido, perpetua-se pelos agentes de segurança e pela sociedade, a compreensão do “inimigo” herdada da ditadura civil-militar. No período democrático, este “inimigo” não se tratava mais do opositor político – em todos os seus níveis –, mas aos “perigosos”, aos “diferentes”, aos “marginais”, em outras palavras, aos excluídos sociais; segmentos pauperizados que sofrem cotidianamente a violação dos Direitos Humanos e rotulados como cidadãos sem direitos.

Em uma sociedade como a nossa, marcada muito mais pela hierarquia entre os cidadãos do que pelos valores da igualdade entre eles, há uma indistintável tolerância da parte de muitos grupos sociais (elites e classe média) com relação à tortura, uma vez que ela atinge pobres, moradores de áreas urbanas degradadas, negros, criminosos – afeta, enfim, os que não chegam a ser vistos por aqueles grupos como cidadãos portadores de direitos. O desdobramento dessa tolerância é uma acomodação política. Os partidos e as plataformas de governo, em sua maioria, repudiam oficialmente a tortura e os maus-tratos, mas não concentram de fato

⁵⁶ BRASIL. Presidência da República. ...2012. *Op. cit.*, p. 56.

⁵⁷ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. Tortura ontem e hoje: resgatando uma certa história. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v. 6, n. 2, p. 11-19, jul./dez. 2001. p. 12.

muitos esforços para reverter a situação, especialmente os governos estaduais, responsáveis diretos pela manutenção das polícias e do sistema prisional⁵⁸

Essa indissociável relação entre pobreza e periculosidade foi construída historicamente no Brasil, tendo suas origens em instituições como a escravidão e práticas correlatas. “O extermínio dos subalternizados tem sido plenamente justificado como uma necessária “limpeza social”, aplaudido pelas elites e por muitos segmentos médios de nossa sociedade. Como no período da ditadura militar, também hoje, nesses tempos neoliberais, o ‘inimigo interno’ deve ser não somente calado, mas também exterminado”⁵⁹.

Michel Foucault assinala em “Vigiar e Punir” que, no final do século XVIII e início do século XIX, houve um deslocamento do objeto de punição: do corpo para a alma dos indivíduos. E, da mesma forma, nessa “sociedade punitiva”, tornou-se necessário controlar “o coração, o intelecto, a vontade e as disposições”⁶⁰, pré-determinando sujeitos “mais propensos” ao delito – o dispositivo da periculosidade: “ex-escravo, negro, mestiço, índio, migrante, pobre, favelado, morador de periferia, analfabeto. Inaugura-se a era da periculosidade, na qual determinados segmentos por sua natureza deverão ser constantemente vigiados, disciplinados, normatizados”⁶¹.

Devido às características de continuidade da transição política brasileira, como apontado anteriormente – principalmente a ausência de uma “sanitização do Estado” – a tortura segue sendo utilizada como uma política sistemática do Estado brasileiro. “Não se trata, portanto, apenas de omissão, conivência e/ou tolerância por parte das autoridades e da sociedade em geral para com tais questões, mas de uma política silenciosa, não falada, que aceita e mesmo estimula esses perversos procedimentos”⁶².

⁵⁸ PIOVESAN, Flávia, SALLA, Fernando. *Ciência Hoje*, v. 30, n. 176, p. 32.

⁵⁹ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Op. cit.*, p. 18.

⁶⁰ FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis: Vozes, 1987. p. 21.

⁶¹ COIMBRA, Cecília Maria Bouças. *Op. cit.*, p. 13.

⁶² *Ibid.*, p.12.

Em pesquisa realizada em 2009 pela agência Nova S/B, em parceria com o Ibope, 26% dos entrevistados declararam-se favoráveis à tortura de suspeitos, realizada por agentes policiais. Os quase quatro séculos de escravidão deixaram sua marca vil: nos entrevistados com renda mensal superior a cinco salários mínimos, o índice de aprovação da tortura policial chegou a 42%, ao passo que a média de aprovação, entre os que vivem com menos de cinco salários mínimos de renda por mês, não ultrapassou 19% (Comparato, 2010a, p. 109). Outra pesquisa, coordenada por Gustavo Venturi, revelou que um quinto da população brasileira conhece pessoalmente alguém que tenha sido torturado, mas apenas 12% consideram a tortura uma prática que deve ser combatida (Arantes e Pontual, 2010, p. 49)⁶³

No entanto, a tortura não poderia ser justificada de nenhuma forma. De acordo com Conor Foley,

A proibição absoluta da tortura e dos maus tratos é ressaltada pelo caráter não derogável dos direitos humanos. Não há circunstâncias nas quais os Estados podem colocar de lado ou restringir essa obrigação, inclusive em tempos de guerra, ameaças terroristas ou outras emergências que ameçam a vida da nação e que possam justificar a suspensão ou limitação de alguns outros direitos. Os Estados também são proibidos de fazer derrogações que possam colocar indivíduos em risco de tortura ou maus tratos – por exemplo, permitindo períodos excessivos de detenção incomunicada ou negando ao detento o acesso imediato a um tribunal. Esta proibição opera independentemente de circunstâncias ou atributos, tais como a condição da vítima, ou se ele ou ela é suspeito(a) de algum crime, seja qual for o crime que ele ou ela é suspeito (a) de ter cometido⁶⁴.

Segundo Maria Rita Kehl, “a redemocratização custou à sociedade o preço do perdão aos agentes do Estado que torturaram, assassinaram e fizeram desaparecer os corpos de opositores da ditadura” A psicanalista faz uma provocação ao convidar os leitores a encarar o fato de que

⁶³ SOARES, Maria Victoria de Mesquita Benevides. Tortura no Brasil, uma herança maldita. In: BRASIL. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação Geral de Combate à tortura (org.). *Tortura*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 22.

⁶⁴ FOLEY, Conor. *Op. cit.*, p. 18.

a sociedade brasileira não está nem aí para a tortura cometida no país, tanto faz se no passado ou no presente. [...] A pesquisadora norte-americana Kathrin Sikking revelou que no Brasil, à diferença de outros países da América Latina, a polícia mata mais hoje, em plena democracia, do que no período militar. Mata porque pode matar. Mata porque nós continuamos a dizer tudo bem. [...] Pouca gente se dá conta de que a tortura consentida, por baixo do pano, durante a ditadura militar é a mesma que assistimos hoje, passivos e horrorizados. Doença grave, doença crônica contra a qual a democracia só conseguiu imunizar os filhos da classe média e alta, nunca os filhos dos pobres⁶⁵

A análise dessas características sobre a transição política brasileira é fundamental para se compreender por que, ainda hoje, a tortura seja uma prática comum nas instituições policiais civis e militares.

Em primeiro lugar, é necessário fazer referência à impunidade que marcou todo o período ditatorial, foi corroborado com a promulgação da lei de anistia, e permanece no regime democrático pelas dificuldades na punição dos responsáveis pela prática da tortura.

De acordo com a Coordenação-Geral de Combate à tortura da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, os principais fatores que fomentam a cultura da impunidade são:

- a) a resistência dos agentes públicos de denunciar e investigar casos praticados por colegas de profissão;
- b) a resistência de diretores e gerentes das organizações do sistema de justiça criminal em admitir a tolerância da tortura em suas instituições;
- c) o medo das vítimas e dos familiares de denunciar a tortura;
- d) a percepção – ainda que equivocada – de parte dos agentes públicos e da população de que a prática de tortura produz benefícios imediatos do ponto de vista da obtenção de informações de suspeitos e criminosos e da manutenção da ordem em unidades de privação de liberdade⁶⁶.

⁶⁵ KEHL, Maria Rita. Tortura, por que não? *O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1º mai. 2010.

⁶⁶ BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Direitos Humanos. Coordenação-Geral de Combate à tortura. *Plano de ações integradas para a prevenção e o combate à tortura no Brasil*. [s. d.]. p. 19.

A mesma constatação foi feita pelo Subcomitê de Prevenção da Tortura (SPT), da Organização das Nações Unidas, em visita ao Brasil no ano de 2011. Conforme o relatório apresentado,

A impunidade por atos de tortura está disseminada e se evidencia pelo fracasso generalizado em levar-se os criminosos à justiça, bem como pela persistência de uma cultura que aceita os abusos cometidos pelos funcionários públicos. Em muitas de suas reuniões, o SPT solicitou acesso ao número de indivíduos sentenciados pelo crime de tortura, mas o dado não foi fornecido. Os indivíduos entrevistados pelo SPT não demonstram esperança de que justiça fosse feita ou de que sua situação particular fosse considerada pelas instituições estatais⁶⁷.

Segundo dados apresentados pelo Brasil ao Subcomitê apenas 160 pessoas haviam sido acusadas pelo crime de tortura no contexto de uma população carcerária de 512 mil detentos, para se restringir somente à população privada de liberdade, sem referência aos detentos provisórios, situações de abordagem policial, etc.⁶⁸

Outras características da transição brasileira, como o alto grau de negociação e estabelecimento de pactos, somado à diluição da memória sobre a repressão no longo processo de construção da democracia, colaborou para que houvesse uma série de permanências institucionais, pessoais e de práticas no Estado brasileiro. Não houve, durante a mudança de regime político, uma “sanitização” do Estado, o que permitiu uma continuidade da ditadura na democracia.

Neste sentido, seria necessário um pacto entre os agentes de segurança para a erradicação da tortura como uma prática comum da ação policial:

Todos os funcionários públicos que tenham contato com pessoas detidas devem estar cientes da lei e devem ter sido devidamente treinados sobre o que ela significa na prática. Os detentos precisam estar cientes de seus

⁶⁷ ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. Subcomitê de prevenção da tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes. *Relatório sobre a visita ao Brasil do Subcomitê de prevenção da tortura e outros tratamentos ou penas cruéis, desumanos ou degradantes*. 8 fev. 2012. p. 11.

⁶⁸ *Idem*.

direitos, incluindo o direito de denunciar violações e de ter pronto acesso a um advogado ou qualquer outro mecanismo independente. Os juízes e promotores precisam entender suas próprias obrigações de não ser coniventes com técnicas opressivas de interrogatório ou aceitar como provas declarações que tenham sido obtidas por meio de coerção. Eles também têm a obrigação de procurar por sinais de sofrimento físico ou mental em qualquer pessoa que seja apresentada perante os mesmos, em levar todas as denúncias de maus tratos a sério, de realizar regularmente inspeções em locais de detenção e de impetrar ações contra os autores de violações⁶⁹.

Da mesma forma, o Estado deveria empregar uma política de “tolerância zero” quanto à tortura, de acordo com o Subcomitê de Prevenção à Tortura:

O SPT recomenda que todas as alegações de tortura e de maus-tratos sejam rigorosamente investigadas, de modo rotineiro, e que os perpetradores sejam responsabilizados pelos seus atos. O Estado Parte deve emitir uma forte condenação, no mais alto nível, declarando que a tortura não será tolerada sob nenhuma circunstância. Essa mensagem de “tolerância zero” com relação à tortura e aos tratamentos desumanos deve ser encaminhada, em intervalos regulares, a todas as forças de segurança e equipes de custódia, inclusive por meio de treinamento profissional⁷⁰.

Ainda quando às permanências, há todo um legado autoritário presente na legislação brasileira, do qual a lei de anistia é apenas um exemplo, podendo ser citada a lei de segurança nacional, etc. No Brasil, a política de esquecimento implementada com a lei de anistia teve continuidade nos governos civis através da “lógica da protelação”, buscando acomodação e estabilidade – sustentando se a crença de que a melhor política de memória e reparação é aquela que não existe, ou que tarda muito para ser efetivada.

A impossibilidade de garantir o direito à justiça é, até os dias de hoje, um dos principais empecilhos para o fim da prática da tortura, já que fomenta uma cultura de impunidade e de desrespeito aos Direitos Humanos.

⁶⁹ FOLEY, Conor. *Op. cit.*, p. 21-22.

⁷⁰ ORGANIZAÇÃO das Nações Unidas. *Op. cit.*, p. 11.

O direito à justiça, concebido dentro do escopo da justiça de transição, tem uma dupla função: retroativa, modificando qualquer marco legal que o impeça de ocorrer; e em direção ao futuro, como prevenção para que não se repitam as graves violações aos direitos fundamentais do homem.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, na prática, não houve uma vinculação explícita entre a vigência plena dos Direitos Humanos com a construção do Estado de Direito brasileiro, pois não houve um rompimento nem um corte simbólico com o passado ditatorial – o que se daria através de uma valorização positiva dos direitos humanos e um repúdio generalizado dos métodos repressivos ilegais. Resumindo, ainda não houve a possibilidade de construir uma reprovação social da ditadura civil-militar brasileira e de suas práticas, pois há uma carência de concepções de cidadania e valorização dos direitos do cidadão. Ninguém foi punido pelos crimes cometidos pelo Estado durante o período de 1964 a 1985; paradoxalmente, não se pode afirmar que exista um desconhecimento sobre esses crimes. Essas contradições contribuíram para que as novas leis, principalmente, a nova Constituição fosse um “peso morto” quanto às violações aos Direitos Humanos.

Considerações Finais

Foram apresentados, nos itens anteriores, a prática da tortura durante a ditadura civil-militar e as ações tomadas durante os governos transicionais que permitiram que continuasse sendo empregada no regime democrático, cercada de legitimidade pelos agentes das forças de segurança que a perpetraram e por setores da sociedade que esperam resultados mais efetivos no que acreditam ser “o combate à criminalidade”. A explicação para essa continuidade pode ser encontrada na forma como foi realizada a transição política brasileira, e seu perpetuamento, na ausência de contundentes políticas públicas de memória e de reparação, nos moldes da justiça de transição.

Como a tortura não foi uma prática cuja aplicabilidade começou com o golpe civil-militar de 31 de março de 1964, seria necessário desenvolver

uma análise histórico-sociológica do autoritarismo e da violência que estão impregnados na cultura política e social no Brasil – que evidenciaria o tortuoso caminho para a construção de uma cidadania plena no Brasil, incluindo-se os direitos civis, políticos e sociais. No entanto, devido ao escopo da pesquisa, os argumentos que seguem referem-se às continuidades da ditadura civil-militar de 1964 na democracia.

Como afirmado anteriormente, a transição política – entendida enquanto “transição metafórica” – foi realizada sob o controle da elite civil e militar, preocupada com a possibilidade de responsabilização penal pelas violações aos direitos humanos. O controle do processo, evidenciado por sua longa duração – onze anos que concorreram para a diluição das responsabilidades –, e pela garantia da impunidade, caracterizaram a construção da democracia sem drásticas rupturas em relação ao passado ditatorial. Da mesma forma, não houve o afastamento de nenhum agente do Estado implicado em denúncias de torturas e outros crimes do quadro de servidores; e muitas instituições criadas durante a ditadura, ou que funcionavam ao seu serviço, seguiram atuantes no período democrático. Por fim, a questão da segurança pública na democracia foi tratada a partir de uma articulação entre os constituintes e as Forças Armadas. Assim, pode-se garantir, por exemplo, uma estrutura herdada da ditadura, bem como a manutenção das polícias militares.

Um outro aspecto a ser ressaltado diz respeito à ausência de contundentes políticas públicas de memória e reparação, nos moldes da justiça de reparação. O Estado brasileiro, nos últimos anos, tem se esforçado em elaborar políticas de memória e reparação, que, no entanto, tem se mostrado ineficientes no combate à tortura e ao desaparecimento, que seguem sendo práticas corriqueiras pelas forças de segurança.

Mesmo que o Estado incentive a educação em Direitos Humanos nos cursos de treinamento das polícias civis e militares – ratificando o Plano Nacional de Direitos Humanos – 3 (PNDH-3), cumprindo a sentença emitida pela Corte Interamericana de Direitos Humanos da Organização dos Estados Americanos, muitos setores têm se questionado sobre a efetividade

da formação em direitos humanos em uma instituição, como a polícia militar, que, em sua natureza, não possui um viés democrático. Assim, voltou-se a discutir a questão da extinção desta força.

No dia 25 de maio de maio de 2012, o Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas, sugeriu a extinção da Polícia Militar no Brasil. Os membros que se pronunciaram a favor da medida afirmaram que a existência de uma polícia militar, até os dias de hoje, era uma evidência e explicação da dificuldade do Estado brasileiro de se livrar de instituições não democráticas oriundas de períodos autoritário-ditatoriais. O jornal Folha de S. Paulo de 24 de julho de 2012 divulgou uma pesquisa do Ipea, onde 62% dos entrevistados afirmaram não confiar ou confiar pouco na Polícia Militar. Da mesma forma, 51,5% dos entrevistados afirmaram que as abordagens de policiais militares são desrespeitosas e inadequadas.

No dia 20 de setembro, a proposta foi rejeitada. De acordo com a reportagem da Opera Mundi, do dia 20 de setembro, “Maria Nazareth Farani de Azevedo, embaixadora brasileira na sede da ONU em Genebra, explicou que a extinção da polícia militar viola a constituição nacional que prevê a existência de forças civis e militares. Em sessão nesta manhã no Conselho de Direitos Humanos, a diplomata disse que os policiais militares “são responsáveis pelo policiamento extensivo e pela preservação da ordem pública”.

Para o desenvolvimento de efetivas políticas de memória e reparação, seriam necessárias duas ações concretas pelo Estado brasileiro: o expurgo do serviço público de servidores envolvidos com a prática de tortura e uma declaração pública e oficial de repúdio à ditadura civil-militar e a continuidade de suas práticas.

Em relação às reformas institucionais, é necessário dissolver todas as instituições responsáveis pelas violações dos direitos humanos, mas, mais do que isso, reformar a base do ensino das forças de segurança, a fim de que se mudem as práticas perpetradas por esses agentes que, em ambos os países, ainda se assemelham com as ações perpetradas durante as ditaduras civil-militares. Assim, programas de depuração e saneamento administrativo são fundamentais para que pessoas responsáveis ou vinculadas com vio-

lações dos direitos humanos sejam retiradas de seus cargos públicos. Desta forma, poder-se-ia estimular a confiança e a responsabilidade, restaurando a integridade das instituições do Estado.

Quanto à declaração pública de repúdio da ditadura e de suas práticas na democracia, a condenação moral da ditadura torna-se um dos componentes fundamentais para a ruptura com esse passado, pois legitima institucionalmente todas as políticas de memória instituídas e executadas pela democracia.

E, complementando as políticas de memória e reparação, seria necessária a garantia ao acesso à justiça em todos os casos de tortura ou violação dos direitos humanos. A construção da democracia não é uma decorrência natural do fim da ditadura: sociedades que saem de regimes ditatoriais necessitam transformar-se e abandonar determinadas instituições e práticas autoritárias para que haja democracias plenas. Em se tratando de temáticas que versem sobre a continuidade da ditadura, é imprescindível à garantia dos direitos à memória, à verdade e à justiça.

Neste sentido, é necessário discorrer sobre a importância e o significado do acesso ao “direito à justiça”. O cumprimento desse direito assegura a responsabilização e certa função pedagógica.

A justiça é vista como uma arma contra o esquecimento, que pode combater a ‘amnésia social’, a negação, o encobrimento, e várias formas perniciosas de revisionismo que negam ou justificam as atrocidades do passado. Também já se observou que os julgamentos servem para estabelecer princípios morais e atuam como uma espécie de ‘teatro político’ oferecendo ‘lições coletivas de justiça’⁷¹

⁷¹ BRITO, Alexandra Barahona de. *Op. cit.*, p. 77.

Democracia e ditadura no Brasil e na Argentina: o papel dos intelectuais

*Claudia Wasserman**

O artigo trata do papel desempenhado pelos intelectuais brasileiros e argentinos no contexto das transições à democracia nos anos 1980. Aborda o processo de transição nos dois países, o contexto cultural da época, o retorno do exílio dos intelectuais e os temas por eles discutidos naquele período.

Palavras-chave: Anos 1980; Transição Democrática; Historia Intelectual

The article discusses the role played by Brazilian and Argentine intellectuals in the context of transitions to democracy in the 1980s. Discusses the transition process in the two countries, the cultural context of the period, the return of intellectuals from exile and the issues discussed by them at that time.

Keywords: 1980's; Democratic Transition; Intellectual History

O ambiente cultural e o contexto intelectual dos anos 1980 no Brasil e na Argentina estiveram marcados pela transição democrática. Os anos de ditadura autoritária e depois a transição democrática provocaram mudanças profundas no campo intelectual e cultural das sociedades latino-americanas. A transição tinha um significado fundamental para as sociedades sul-americanas: tratava-se do encerramento de uma época marcada pela perseguição a inimigos internos identificados com o

* Dra. História Social (UFRJ), Professora Associada UFRGS, claudia.wasserman@ufrgs.br

comunismo, com a implantação do socialismo ou com o nacionalismo extremado. Com a crise da ditadura e com a instauração da democracia estes supostos inimigos reapareciam no cenário político ou retornavam do exílio. O medo, um espectro existente em todo o período autoritário, esteve também muito presente na época das transições, por volta dos anos 1980/90: a direita tinha medo de avanços radicais e a esquerda temia um retrocesso ao autoritarismo. Neste sentido, o medo que no período ditatorial desempenhou um papel importante na contenção ou na eliminação dos inimigos internos, vai atuar de modo muito significativo nas transições à democracia, assim como na instauração de políticas de passado. A memória da ditadura ficou, portanto, encapsulada nesta trama dos temores e receios envolvidos no período da transição.

A pesquisa que dá origem a este artigo pretende examinar o papel desempenhado pelos intelectuais latino-americanos, sobretudo no Brasil, Chile, Argentina e Uruguai no contexto das transições democráticas dos anos 1980, no que diz respeito ao resgate da memória das ditaduras, aos projetos conciliatórios, à instauração de políticas de reparação, à justiça de transição e às políticas de desmemória. Neste artigo, reproduzo uma parte da pesquisa que diz respeito aos intelectuais argentinos e brasileiros, o ambiente cultural nos dois países no período da transição e os temas prediletos debatidos pelos intelectuais argentinos e brasileiros naquele contexto.

Artistas e intelectuais formaram os grupos que mais se viram desafiados pela necessidade de revisar suas concepções de mundo. Muitas das certezas, relacionadas com os projetos intelectuais anteriores ao golpe, foram irremediavelmente abaladas. Os intelectuais e artistas em geral tiveram que se adaptar a uma nova cultura política democrática e às transformações no ambiente cultural que se tinham operado durante a sua ausência.

O retorno dos exilados foi um dos elementos a contribuir para a caracterização da cultura política das sociedades sul-americanas nesse período. De um lado, lembravam a efervescência do período anterior à ditadura e, por outra parte, confrontavam-se com uma sociedade totalmente diferente daquela que haviam deixado quando partiram para o exílio. Os intelectuais

que estiveram exilados durante as ditaduras retornaram aos países de origem e tiveram que se adaptar às novas estruturas. O artigo procura abordar as transformações e o estranhamento provocados pelo retorno a condições adversas nos dois países. Procurar-se-á fazer essa análise através de uma descrição dos processos de transição nos dois países, uma investigação sobre o ambiente intelectual e artístico e também trazer a tona as preocupações intelectuais, através dos depoimentos dos que retornaram do exílio e dos que permaneceram na sombra durante a ditadura.

Brasil e Argentina nos anos 1980

Os anos anteriores aos golpes haviam sido de intensa atividade cultural nos dois países, Argentina e Brasil. Ao longo do período ditatorial, essa efervescência cultural foi se retraindo, até desaparecer quase integralmente. Nos anos 1980, os lugares de sociabilidade da intelectualidade e dos artistas, que existiam antes dos golpes, tinham se modificado, alguns dos quais desapareceram. O ambiente das revistas culturais e políticas que existiam antes da implantação das ditaduras tinha se modificado e as universidades já não eram mais as mesmas. Em geral, os intelectuais e artistas brasileiros e argentinos saíram de países tensionados entre a esquerda revolucionária e a direita autoritária, e retornaram a países marcados pelo apelo à redemocratização como eixo central de todas as tendências político-ideológicas. Além disso, a queda do socialismo abalara de modo incontornável os meios intelectuais de esquerda, justamente os que sofreram o exílio que se viram desafiados a compreender a socialdemocracia europeia e o eurocomunismo.

A visão do protótipo do artista ou do intelectual dos anos 1960/70 como o sujeito com uma postura engajada, de esquerda e quase sempre revolucionária, sofrera um revés enorme nos anos 1980. Postulava-se, no período de redemocratização, que os intelectuais e artistas devessem seguir um padrão mais autônomo e democrático. A arte engajada cedeu espaço à valorização da estética pura; a intelectualidade comprometida com causas sociais deu lugar a intelectuais comprometidos com causas mais difusas ou

muito particulares. Mudaram as instituições, transformaram-se os contextos políticos e mudaram os intelectuais e artistas.

Os exilados, aqueles que tinham a idílica noção de retornar à condição anterior sofreram um baque muito grande e tiveram que se adaptar. Voltar ao seu próprio país depois de anos vivendo no exílio foi uma experiência dolorosa para todos os que tiveram que deixar o Brasil depois de 1964 e os que deixaram a Argentina depois de 1966/76. Os exilados intelectuais brasileiros e argentinos foram em geral bem acolhidos nas universidades mexicanas, chilenas, norte-americanas e europeias, e, por isso, no retorno, tiveram um estranhamento ainda maior¹. A mudança nos ambientes profissionais e na cultura política do Brasil e da Argentina era evidente e correspondia às transformações ocorridas no âmbito internacional e interno.

As sucessivas crises do petróleo (1973 e 1978) prenunciavam os percalços econômicos do mundo capitalista nos anos 1980 que iniciaram marcados pelas eleições de Margareth Thatcher no Reino Unido e de Ronald Reagan nos Estados Unidos, pela fundação do Sindicato Solidariedade na Polônia e que tiveram seu desfecho marcado pela queda do Muro de Berlim e pela reunificação da Alemanha. Internacionalmente, a década de 1980 foi caracterizada pela ascensão e pelo predomínio do neoliberalismo como doutrina econômica e pelo conservadorismo no campo político. Considerada como a “década perdida”, os anos 1980 anunciavam o início da crise do socialismo, a vitória do pensamento único e o fim da história².

Na América Latina, a contrapelo das tendências internacionais, os movimentos de resistência às ditaduras se intensificaram e os regimes militares apresentavam os primeiros sinais de enfraquecimento. No Brasil, houve o

¹ Para ver mais sobre os exílios na América Latina, ver FERNANDEZ, Jorge Christian. *Anclaos em Brasil: a presença argentina no Rio Grande do Sul (1966-1989)*. Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

² A vitória do pensamento único refere-se ao coroamento do capitalismo como sistema dominante no mundo e seu triunfo sobre a alternativa socialista. O fim da história foi uma expressão cunhada por Hegel para designar momento em que a humanidade encontraria um regime mais duradouro. Foi retomada pelo norte-americano Francis Fukuyama para designar o triunfo do capitalismo.

crescimento do proletariado urbano, protagonista de cinco greves gerais entre 1983 e 1989, a criação do Partido dos Trabalhadores (PT) em 1980 e a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983. Na Argentina o movimento de direitos humanos se expandiu. Partidos políticos e sindicatos convergiram para as demandas e denúncias de movimentos como, por exemplo, a “Marcha por la Vida”, de 05 de outubro de 1982, e da Associação das Madres da Plaza de Mayo. A reorganização da União Cívica Radical (UCR) em torno de Raúl Alfonsín e do “Movimiento de Renovación y Cambio” foram igualmente importantes para a desestabilização do regime.

Do ponto de vista econômico, os anos 1980 foram marcados por forte estagnação na América Latina, fase de intensa retração da atividade industrial. Nesse sentido, os intelectuais e políticos brasileiros e argentinos deixaram seus países onde, na década de 1950-60, predominavam perspectivas otimistas sobre o desenvolvimento da economia e retornaram sob uma forte crise de realização da atividade industrial, crise da dívida externa, índices altíssimos de inflação e grave desemprego.

Politicamente, o debate sobre a redemocratização predominava nas sociedades brasileira e argentina. No Brasil, o governo dos militares, sob o comando do general João Batista Figueiredo, emitia os primeiros e mais consistentes sinais de retorno dos militares aos quartéis. O AI5 foi revogado em janeiro de 1979, a Lei da Anistia promulgada em agosto e, em dezembro, foi promulgada a “Nova Lei Orgânica dos Partidos Políticos” que extinguiu ARENA e MDB e instituiu o pluripartidarismo, abrindo caminho para a criação de vários partidos contemplando a diversidade de opositores do regime militar.

Na Argentina, o governo das juntas militares também apresentava sinais de esgotamento, em grande parte devido às pressões econômicas e desentendimentos entre os militares. O fim da ditadura foi, entretanto, precipitado pela guerra das Malvinas. A invasão das ilhas, em abril de 1982, foi uma tentativa de estender a ditadura militar já desgastada. A derrota na guerra para o Reino Unido em junho apressou o fim do regime. O então chefe da junta militar, Leopoldo Galtieri, foi substituído e foram convoca-

das eleições para a presidência, que transcorreram em outubro de 1983. Em março de 1983, diante da possibilidade de julgamento dos crimes cometidos pelos agentes da ditadura, foi decretada a lei de auto-anistia. O colapso abrupto da ditadura argentina impediu a organização dos civis e impediu uma transição orientada pela oposição ao regime³.

A redefinição do papel dos intelectuais

Para todo o universo da esquerda brasileira e argentina, especialmente para os exilados, o panorama era de cautela e de reconhecimento da situação, fase de lenta adaptação e gradual reinsersão depois de tão prolongada ausência. Afinal, foram anos sem pisar na terra natal, sem saber exatamente o quanto tinham sido transformados os costumes, a cultura do país e também quais eram os critérios atuais de excelência nos ambientes acadêmicos e profissionais que eles haviam frequentado antes da ditadura.

Daniel Aarão⁴, em um capítulo do livro *Intelectuais: sociedade e política* refere-se ao problema do retorno do exílio. Na apresentação parcial dos resultados das entrevistas realizadas com Vera Sílvia Araújo Magalhães, militante considerada pelo autor como emblema brasileiro desta geração, Aarão destaca a participação política e intelectual de quem esteve “na linha de frente” da rebeldia dos anos 1960; sofreu o “exílio de amarguras, dúvidas e desesperos, como sempre, mas também de muita criatividade”; e voltou ao país com a anistia: “um país outro, transformado pelos anos de ditadura, outras gentes, outras expectativas, diferentes circunstâncias internacionais”.

Utilizando como exemplo a história de Albert Camus do livro “O Estrangeiro”, Reis ressalta que “Vera sentiu-se estranha. Uma étrangeté que, a

³ NOVARO, Marcos, PALERMO, Vicente. *A ditadura militar argentina (1976-1983). Do golpe de Estado à restauração democrática*. São Paulo: Edusp, 2007, p. 617.

⁴ REIS, Daniel Aarão. A Vera. In BASTOS, E. R., RIDENTI, M., ROLLAND, D. (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

rigor, a perseguiu há longo tempo”⁵. Segundo Aarão, Étrangeté se refere ao estranhamento: “Estar sem estar, estar de um modo desconfortável, como se estivesse fora do lugar onde deveria estar, e, no entanto, o lugar é este mesmo onde se está, muito familiar, o que não quer dizer que seja amigável, ou acolhedor, apenas familiar, e, súbito, a percepção de uma difícil inserção...”⁶.

O retorno evidenciava o descompasso, o estranhamento e condicionava um retorno ao passado; levava a um questionamento dos motivos que induziram à saída do país: “... na volta ao país... no reencontro... , quando se tornou imperioso o aggiornamento, a estranheza apareceu em todo o seu esplendor, e em todo o seu desconforto, iluminando as raízes da rebeldia, no passado longínquo, evidenciando as razões profundas da inadaptação do exílio, e os descompassos inevitáveis que acompanhariam sua trajetória...”⁷.

Os exilados encontraram inequivocamente países diferentes daqueles que sofreram os golpes militares. Acometidos pela crise econômica internacional e pela crise da dívida externa, Brasil e Argentina contavam com uma nova configuração político-partidária e os debates giravam em torno da democracia, com abandono gradual de discussões sobre qualquer alternativa ao capitalismo e à democracia burguesa. O ensino superior havia se massificado; nas ciências sociais e humanas havia se rompido o paradigma epistemológico da modernidade que vigorara até então.

Geoff Eley⁸ faz referência à necessidade que a esquerda europeia teve de repensar suas próprias concepções nos anos 1980, constituindo-se, segundo o seu ponto de vista, em “um enorme desafio às premissas tradicionais”, observação que é pertinente também para a esquerda latino-ameri-

⁵ *Idem*, pp. 246/7.

⁶ *Idem*, p. 252.

⁷ *Idem*.

⁸ ELEY, Geoff. *Forjando a democracia: a história da esquerda na Europa, 1850-2000*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2005.

cana como um todo: “A crise do socialismo dos anos 1980 não somente impôs repensar as fronteiras e os significados da esquerda, as necessidades da democracia e a própria natureza da política em si, mas também compeliu os historiadores a levar as mesmas questões de volta ao passado”⁹.

Eley alude a sua própria tentativa de, como historiador durante a escrita do livro, “captar o drama de uma transição contemporânea ainda em andamento”¹⁰ e a constatação das “agonias da epistemologia”, “frustrações da teoria”¹¹. Essa sensação de um mundo em transformação e de insegurança atingiu todas as ciências sociais e humanidades, sobretudo entre os intelectuais da América do Sul, onde as transformações tiveram intensidade ainda maior. Roxana Patiño¹² analisa a transição argentina e as transformações operadas no campo cultural e intelectual do país nos anos 1980 e adverte: “elintelectual de latransición que piensacómo reconstruir una cultura lohace articuladamente conlaproducción de una nueva cultura política”¹³.

O declínio da ditadura e a necessidade de afirmação de uma cultura democrática, ainda que imersa em um ambiente com fortes resíduos autoritários, exigiu uma redefinição do papel dos intelectuais, ao mesmo tempo em que tornou residuais as perspectivas que se inspiravam em uma cultura política revolucionária, hegemônica nos anos 1960 e 1970. O intelectual engajado e comprometido com a revolução dos anos 1960-70 perdeu espaço, foi obrigado a revisar sua concepção de mundo. Houve uma relativa inadequação teórica – a epistemologia da modernidade passava por graves questionamentos diante da valorização do relativismo – como também se

⁹ *Idem*, p. 14.

¹⁰ *Idem*.

¹¹ *Idem*, p. 15.

¹² PATIÑO, Roxana. Culturas em transición: reforma ideológica, democratización y periodismo cultural em la argentina de los achenta. *Revista Interamericana de Bibliografía*. 1998. n. II. In [HTTP://www.educoas.org/portal/bdигital/contenido/rib/rib_1998-2/articulo12/index.aspx?culture=pt&navid=230](http://www.educoas.org/portal/bdигital/contenido/rib/rib_1998-2/articulo12/index.aspx?culture=pt&navid=230), acesso em 11 de dezembro de 2012.

¹³ *Idem*, p. 01.

criou uma nova cultura política que exigia mais atenção aos problemas de ordem prática e mais independência para proceder a debates sobre a democratização, a via político-partidária, a constituinte etc. O processo de re-colocação de intelectuais e artistas nessa nova realidade esteve influenciado, portanto, por esses novos valores, hierarquias e necessidades.

A produção dessa nova cultura política exigiu dos intelectuais uma adesão mais consistente à via institucional e um abandono das alternativas insurrecionais que haviam vigorado entre uma parte da intelectualidade de esquerda no período imediatamente anterior aos golpes militares e logo após o acirramento dos regimes autoritários, além de um exame dos equívocos do passado.

Esse ambiente, que contemplava a revalorização da democracia e das vias institucionais, informado pela crise do paradigma da modernidade, atinge toda a esquerda brasileira e argentina, tanto aquela que permaneceu no país, como a que estava no exílio. Segundo Patiño: “la apertura de la esfera pública durante la transición y la llegada de los exiliados al país... permite poner en contacto circuitos intelectuales y diferentes modos de procesar los años de la dictadura.”¹⁴.

O afastamento relativo vivido pelos exilados e a necessidade de acomodar-se à cultura autoritária por parte dos que permaneceram no país parecem dividir a esquerda. Rollemberg¹⁵ também faz uma distinção entre os exilados e os que permaneceram no país: “As esquerdas que retornaram do exílio enfatizaram as rupturas, percebendo menos as continuidades, compreendendo mal as modernizações pelas quais o país passara nos anos de ditadura, pouco sabendo sobre a sociedade com a qual lidariam nos anos seguintes, ignorando a *zona cinzenta* na qual ficara a enorme maioria dos brasileiros nos últimos 21 anos. Um passado incontornável no presente.”¹⁶.

¹⁴ *Idem*, p. 03.

¹⁵ ROLLEMBERG, Denise. Memórias no exílio, memórias do exílio. In FERREIRA, J. & REIS, D. A. *As esquerdas no Brasil. Revolução e democracia. 1964...* Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

¹⁶ *Idem*, p. 213-214.

A intelectualidade de esquerda, sobretudo aquela que havia permanecido no Brasil e na Argentina durante a ditadura, foi forçada a se acomodar à realidade autoritária. De um lado, os intelectuais de esquerda, que viveram o período autoritário internamente, se impuseram uma espécie de autocensura procurando evitar a repressão, driblar a censura e, no limite, se manterem vivos. De outro lado, produziu-se uma crítica aos movimentos guerrilheiros, acusados de impedir a negociação de retorno à democracia.

Porém, a adaptação à nova realidade, ao processo de redemocratização, foi um empreendimento de todos os grupos de esquerda, daqueles que permaneceram no Brasil ou na Argentina resistindo nas franjas do regime autoritário e sujeitos à repressão, censura e autocensura, mas também foi um imperativo para os que retornaram do exílio ou saíram das sombras depois da anistia. Segundo Rollemberg, os que voltaram do exílio tinham uma imagem de que “a sociedade era submetida a ferro e fogo pelos militares, o que nem de longe correspondia à realidade”¹⁷. Em função dessa imagem distorcida, Rollemberg corrobora a ideia de que “... muitos viveram como drama a constatação de que o país se transformara... os anos de reintegração ao país foram difíceis, de adaptação, de reconstrução, como fora o próprio exílio.”¹⁸.

Esperança, ilusão e frustração diante da democracia

Os intelectuais que reapareciam no cenário cultural do Brasil e da Argentina nos anos 1980, retornando do exílio ou simplesmente retomando seu papel de intervir nos debates da sociedade tinham sentimentos variados em relação aos novos regimes. De um lado, despontou com muita força o alívio pela crise das ditaduras. De outra parte, apareciam igualmente muitas dúvidas em relação aos novos regimes.

¹⁷ *Idem*, p. 202.

¹⁸ *Idem*.

Beatriz Sarlo¹⁹, por exemplo, oferecia uma imagem esperançosa diante da derrocada da ditadura e da inauguração de novos tempos, que, segundo ela mesma, desfez-se muito rapidamente: “... quase todos acreditavam que estava chegando um longo período de bem-estar social. Acreditava-se que, se havíamos sido capazes de reinstalar as instituições, poderíamos também reconstruir a Argentina com a qual sonhávamos, um país industrializado no qual haveria um alto padrão de consumo. As coisas não foram bem assim, mas vivemos durante alguns anos mergulhados na ilusão.”

A descrença em relação à transição não foi imediata, mas se fez sentir nos meios intelectuais brasileiros e argentinos: “Em um simpósio sobre a transição brasileira, realizado em inícios de 1987 na Universidade de São Paulo, Guillermo O’Donell afirmou que a transição brasileira estaria ameaçada de ‘morte lenta’. ... Diga-se de passagem que, pessimista em relação ao processo brasileiro, O’Donell não chega a ser propriamente otimista em relação às possibilidades da transição em seu próprio país, a Argentina”²⁰.

Nos dois países, a promulgação de leis de anistia permitiu o retorno dos exilados, mas as leis determinaram também a impunidade para os crimes cometidos pelos agentes da repressão e foram responsáveis pela interdição do passado. No Brasil, houve um planejamento minuciosamente arquitetado para que a interdição ao passado e a impunidade fossem imediatas e permanentes, sendo a redemocratização e a nova Constituição os eixos que articulavam os debates. Na Argentina, houve a precipitação do fim da ditadura, sem que os órgãos de repressão e o regime pudessem planejar o processo tal como ocorreu no Brasil. A centralidade dos debates recaiu, então, sobre a questão dos direitos humanos e o julgamento dos crimes cometidos pela ditadura. Isso explica as diferenças entre a sensação de entusiasmo dos argentinos e a cautela dos brasileiros em relação ao processo de redemocratização.

¹⁹ SARLO, Beatriz. *Tempo presente: notas sobre a mudança de uma cultura*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

²⁰ WEFFORT, F., In MOISÉS, J. A., ALBUQUERQUE, J. A. G. *Dilemas de consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 72.

Os intelectuais brasileiros que por motivos político-ideológicos deixaram o país depois do golpe de 1964, puderam retornar após a promulgação da Lei da Anistia de 28 de agosto de 1979²¹. Os primeiros exilados célebres a retornar ao país foram Leonel de Moura Brizola, ex-governador do Rio Grande do Sul, e Miguel Arraes, ex-governador de Pernambuco. Brizola entrou no Brasil por Foz do Iguaçu no dia 06 de setembro de 1979 e falou pouco, deixando claro que aqueles que o seguissem no retorno ao Brasil deveriam ter “cautela, paciência e prudência” (site do Partido Democrático Trabalhista (PDT), acesso em março de 2012). Era o primeiro sinal de que se abria no país um período de conciliação nacional prudentemente articulado pelas forças conservadoras para impedir a crítica ao período anterior.

De acordo com o cientista político brasileiro José Álvaro Moisés²², “... a transição política brasileira caracterizava um caso bem sucedido daquilo que se tem chamado de ‘transições pactadas’, ou seja, de casos em que um amplo processo de entendimentos e de negociações, explícitas ou não, entre os ‘brandos’ dos regimes autoritários e os ‘moderados’ das oposições democráticas acabaram por conduzir às saídas negociadas do autoritarismo...”²³.

Na Argentina foi decretada em março de 1983 a Ley de Autoamnistia, nº 22.924, segundo a qual os crimes cometidos entre 1973 e 1982, por motivação terrorista ou subversiva, estavam extintos²⁴. O decreto também

²¹ A Lei da Anistia, nº 6.683, foi promulgada pelo presidente João Batista Figueiredo em de 28 de agosto de 1979, ainda durante a ditadura militar, estabelece: “*Art. 1º É concedida anistia a todos quantos, no período compreendido entre 2 de setembro de 1961 e 15 de agosto de 1979, cometeram crimes políticos ou conexo com estes, crimes eleitorais, aos que tiveram seus direitos políticos suspensos e aos servidores da Administração Direta e Indireta, de fundações vinculadas ao poder público, aos Servidores dos Poderes Legislativo e Judiciário, aos Militares e aos dirigentes e representantes sindicais, punidos com fundamento em Atos Institucionais e Complementares...*” § 1º - Consideram-se conexos, para efeito deste artigo, os crimes de qualquer natureza relacionados com crimes políticos ou praticados por motivação política.”

²² MOISÉS, José Álvaro. Dilemas da consolidação democrática no Brasil. In Moisés, J. A. & ALBUQUERQUE, J. A. G. *Dilemas da consolidação da democracia*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

²³ *Idem*, p. 138

²⁴ Com a Lei de autoamnistia, nº 22.924, os dirigentes da ditadura militar procuraram se

fazia a ressalva de que estavam excluídos dos benefícios da lei os membros de associações ilícitas, terroristas ou subversivas. Os delitos relacionados com o “combate à subversão”, no entanto, não poderiam ser interrogados, investigados e indiciados²⁵. O decreto, lançado nove meses antes de terminar a ditadura, foi derrubado pelo governo Raúl Alfonsín ²⁶.

Assim, ao iniciar o período de redemocratização, Brasil e Argentina viveram situações bastante desiguais no que se refere ao ajuste de contas com o passado. A “cautela, paciência e prudência” anunciadas por Leonel Brizola, este considerado pelas Forças Armadas brasileiras um dos mais “perigosos” inimigos do regime, não fizeram parte do vocabulário dos novos mandatários argentinos a partir da queda da ditadura.

Segundo Carlos Altamirano²⁷, sociólogo argentino, um dos fundadores da revista *Punto de Vista*: “Luego se precipita la crisis del régimen militar, se produce esa salida sin pacto, ... A partir de 1983 comienza a regresar la mayoría de la gente que estaba en México nucleada alrededor de la revista *Controversia* y, junto con ellos, fundamos el Club de Cultura Socialista en el año 1984. La fundación del Club de Cultura Socialista estuvo muy

proteger, diante da possibilidade de serem julgados pelo governo democrático. O Artigo nº 1 da Lei declarava: “*Declárense extinguidas las acciones penales emergentes de los delitos cometidos con motivación o finalidad terrorista o subversiva, desde el 25 de mayo de 1973 hasta el 17 de junio de 1982. Los beneficios otorgados por esta ley se extienden, asimismo, a todos los hechos de naturaleza penal realizados en ocasión o con motivo del desarrollo de acciones dirigidas a prevenir, conjurar o poner fin a las referidas actividades terroristas o subversivas, cualquiera hubiera sido su naturaleza o el bien jurídico lesionado. Los efectos de esta ley alcanzan a los autores, partícipes, instigadores, cómplices o encubridores y comprende a los delitos comunes conexos y a los delitos militares conexos.*”

²⁵ LEIS, Héctor. *El movimiento por los derechos humanos y la política argentina I y II*. Buenos Aires: Centro Editor, 1989.

²⁶ Raúl Alfonsín, candidato às eleições de 1983 na Argentina pela União Cívica Radical, posicionou-se desde o período eleitoral contrário à continuidade da Lei de Auto-anistia e comprometeu-se a extinguir-la caso fosse eleito. Assim que assumiu a presidência, Alfonsín enviou para o Congresso um projeto de lei, em seguida aprovado, Lei n.º 23.040, tornando sem efeito a Lei de Auto-anistia.

²⁷ ALTAMIRANO, Carlos. El intelectual em La represión y em la democracia. *In Revista Punto de Vista*, n. 28 (1986).

ligada al clima alfonsinista, a las expectativas que se habían generado en torno al alfonsinismo...”²⁸.

No período imediatamente posterior à queda das ditaduras, duas posições vinculadas entre si ressoaram com muita força entre os intelectuais: uma propensão para esquecer o passado, de um lado, e, de outra parte, a imposição da legitimação da democracia.

Intelectuais e cientistas sociais desempenharam um papel chave na elaboração de versões sobre o passado autoritário e foram importantes porta-vozes da sociedade civil para implantação dos regimes democráticos. Mas, suas manifestações, ainda que informadas pelo conhecimento que possuíam sobre a história das sociedades em questão, refletiam em maior ou menor grau o mal estar de suas próprias experiências traumáticas e dos projetos de futuro que defendiam.

Por isso, ao construir a memória do passado, o fazem de modo a reconhecer seus próprios erros ou a passividade da sociedade. Em um primeiro momento, seu discurso foi na direção da conciliação como uma forma de inserir-se novamente na sociedade e voltar a participar dos debates públicos, o que significou, na maior parte dos casos, em esquecer os crimes da ditadura. Mesmo aqueles que tiveram uma participação mais combativa no período das transições e participaram de diversas comissões de direitos humanos e da recuperação dos casos de repressão, assumiram uma atitude de cautela em relação a justiça de transição. O Cardeal Paulo Evaristo Arns, por exemplo, no prólogo do livro “Brasil Nunca Más” advertiu que o informe não tinha o objetivo de apontar ou julgar os culpados pela repressão, mas de conhecer a verdade para nunca mais acontecer: “não era objetivo da pesquisa organizar nenhum sistema de provas para exibição em um futuro Nuremberg brasileiro. Não nos animava qualquer sentimento de revanche ... o único propósito era de contribuir na construção do país, de uma sociedade, de uma terra onde a dignidade da pessoa humana seja respeitada como um bem sagrado.”²⁹.

²⁸ *Idem*, p. 17.

²⁹ ARNS, D. Evaristo. *Brasil nunca mais*. Introdução. Petrópolis: Ed. Vozes, 1985. P. XVIII.

No período imediatamente posterior à crise das ditaduras, mesmo na Argentina, onde a ditadura teve um fim sem pacto e o tema dos direitos humanos esteve mais evidenciado, a moderação e a cautela foram mais comuns entre os intelectuais do que a ousadia e a temeridade.

Debates prediletos na transição

Os espaços culturais argentinos e brasileiros foram se reorganizando em torno de revistas ³⁰ culturais, políticas e acadêmicas que surgiram ou foram recuperadas, e nos ambientes acadêmicos, institutos de pesquisa e universidades. Outros ambientes, tais como o “Club de Cultura Socialista”, na Argentina, 1984, ou o Centro de Estudos de Cultura Contemporânea (CEDEC), da Universidade de São Paulo, fundado em 1976, ou o Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (CEBRAP), fundado em 1969, também foram importantes espaços de discussão sobre o processo de redemocratização nos dois países.

Cautelosos, os intelectuais brasileiros e argentinos discutiam menos a revolução e o socialismo e mais a democracia. Sobre a Argentina, Portantiero³¹ se refere da seguinte maneira aos temas de preferência das esquerdas no período de transição: “Frente a una realidad trágica que dejó atrás el optimismo de 1970, que no coloca en la agenda de las próximas horas la “actualidad de la revolución”, el pensamiento tiende a hacerse más prudente: temas que para las izquierdas fueron casi siempre motivo de manipulación, aparecen ahora cargados de sentido sustancial. Por ejemplo, el de la democracia.”³².

No Brasil, o fim da ditadura, a anistia e o retorno dos exilados foram marcados pela necessidade de readequação dos debates acerca do socialis-

³⁰ Entre as revistas destacam-se *Punto de Vista*, *Controversias*, *Cadernos CEBRAP*, *Civilização Brasileira*, *Paz e Terra*, mas também há que mencionar jornais de organizações revolucionárias que reuniram grande parte dos intelectuais brasileiros e argentinos, tais como *Em Tempo*, *Jornal da Convergência Socialista*, *Tribuna Operária* e *Classe Operária*, no Brasil; na Argentina, alguns periódicos como *Nueva Hora*, *Ciudad Futura*, entre outros.

³¹ PORTANTIERO, Juan Carlos. De la crisis del país popular a la reorganización del país burgués. *Cuadernos de Marcha*. México, segunda época, año I, n. 2, Julio/agosto de 1979.

³² *Idem*, P. 11.

mo, da Revolução Brasileira e da democracia. A derrota da luta revolucionária não arrefeceu os debates sobre a transição ao socialismo que perduraram ao longo dos anos 1980. Ao mesmo tempo, as discussões acerca da democracia foram ganhando mais destaque e adquiriram maior relevância. As transformações do mundo socialista e o fracasso do comunismo determinaram, ao longo dos anos 1990, o abandono gradual da utopia socialista, cuja palavra quase desapareceu do vocabulário das esquerdas brasileiras³³.

A apropriação de Antônio Gramsci por parte da intelectualidade de esquerda fez parte dessa tendência em abandonar os temas mais sensíveis e que marcaram a polarização dos anos 1960/70. Autores como José Aricó e Juan Carlos Portantiero, na Argentina, Carlos Nelson Coutinho, Leandro Konder e Werneck Vianna, no Brasil, foram alguns dos responsáveis pela assimilação de Gramsci e por uma leitura particular sobre a “revolução passiva”, que se refletiu no apoio aos governos Raúl Alfonsín e José Sarney e que revelam o aspecto moderado da transição para uma parte da intelectualidade sul-americana, particularmente os comunistas.

Os ambientes culturais e intelectuais durante o período de transição não estiveram apenas mais afastados dos temas relacionados ao socialismo e à revolução, mas também passaram a produzir críticas e autocríticas em relação ao papel desempenhado pela sociedade civil e pela intelectualidade em particular no período da ditadura. De acordo com Marcelo Ridenti³⁴, “Às vezes a (auto) crítica do engajamento dos anos 1960 não foi senão a máscara para o triunfo da concepção (neo) liberal do indivíduo, da sociedade e da política. No lugar do intelectual indignado, dilacerado pelas contradições da sociedade capitalista, agravadas nas condições de subde-

³³ Ver Rodrigo Dias que discute as esquerdas brasileiras nos anos 1980 e permite vislumbrar a retomada dos debates acerca da Revolução Brasileira. *A Esquerda Brasileira no contexto do fim da Guerra Fria*. Mestrado em História. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2002 e *Imprensa revolucionária dos anos oitenta: os intelectuais e suas formulações sobre a Revolução Brasileira*. Doutorado em História. Programa de Pós-Graduação em História, UFRGS, Porto Alegre, 2011.

³⁴ RIDENTI, M. In BASTOS, E. R, ROLLAND, D. (Orgs.). *Intelectuais: sociedade e política*. São Paulo: Cortez, 2003.

envolvimento, passava a predominar o intelectual profissional competente e competitivo no mercado das idéias, centrado na carreira e no próprio bem-estar individual”³⁵.

Mas não era apenas isso, alguns intelectuais que nos anos 1960 estavam plenamente engajados em lutas transformadoras, ao retornar do exílio e quando, nos anos 1980, sentiram-se a vontade para expressar suas impressões e ideias, fizeram uma autocrítica relativa à responsabilidade pelo ocorrido nas sociedades argentina e brasileira.

Daniel Aarão Reis Filho³⁶ se refere a uma “sintonia entre as políticas adotadas pela ditadura e os interesses de amplos contingentes que sentiam e sentem um grande medo dos de baixo...”. Entretanto, segundo o mesmo autor, ao final do período ditatorial, “não há praticamente ninguém que reivindique algum tipo de intimidade com a ditadura que regeu durante tantos anos a sociedade brasileira”³⁷.

Beatriz Sarlo³⁸ define este estado de espírito de auto-reprovação: “Estamos hoy enfrentados con todo nuestro pasado y, se sabe, allí no todas las condenas ni todas las acusaciones pueden tener a los militares como objeto. Nuestra autobiografía tiene un lugar abierto para nuestras responsabilidades: somos una parte de lo ocurrido en Argentina, y haber sufrido más no es una razón para que en la reconstrucción del pasado nos olvidemos de nosotros, cuya soberbia nos hizo creer, en algunos momentos, que en la claridad de la revolución futura nos habíamos convertido en amos de la historia.”³⁹.

A mudança no perfil dos intelectuais entre os anos 1960 e 1970 era outro tema aludido pelos intelectuais inconformados, de um lado, com a ideologia da conciliação e, de outro, com o abandono das teses revolucionárias.

³⁵ *Idem*, p. 206.

³⁶ REIS, Daniel Aarão. *Os muitos véus da impunidade: sociedade, tortura e ditadura no Brasil*. In: <http://www.dhnet.org.br/denunciar/tortura/textos/aarao.htm>, acesso em março de 2013, escrito em 1999.

³⁷ *Idem*, p. 01.

³⁸ SARLO, Beatriz. Uma alucinación dispersa em agonia, in: Revista *Punto de Vista*. N. 21, 1984.

³⁹ *Idem*, p. 2.

Carlos Altamirano⁴⁰ adverte no mesmo sentido, de que é possível visualizar o deslocamento do modelo de intelectual “total”, portador das grandes sínteses, porta-voz do sujeito coletivo – povo, nação, classes oprimidas – para outro tipo de intelectual que busca seu lugar em instâncias mais institucionais: a institucionalidade acadêmica, estatal e vinculada aos meios de comunicação. Alerta para o risco de ‘esclerose e moderação’, de modo que o intelectual termine sendo “el intérprete de unorden”⁴¹.

Ruy Mauro Marini⁴² se refere à mudança no perfil dos intelectuais, ocorrida entre a ditadura e o processo de transição: “... a maioria da intelectualidade brasileira de esquerda colaborou, de maneira mais ou menos consciente, com a política oficial, fechando o caminho à difusão dos temas que agitaram a esquerda latino-americana na década de 1970... No Brasil e no resto da América Latina, a disputa pela obtenção dos recursos... reconstituiu a elite intelectual sobre bases totalmente novas, sem qualquer relação com as que – fundadas na radicalização política e na ascensão dos movimentos de massas – a haviam sustentado na década de 1960.” Com isso, ele tristemente concluiu: “Como quer que fosse esse era o país ao qual eu devia me reintegrar.”⁴³

Theotônio dos Santos⁴⁴ também faz referência às dificuldades que enfrentaria no retorno ao Brasil e ensaia uma explicação: “Em 1979 no México havia organizado, na Divisão de Pós Graduação de Economia da UNAM, um debate sobre a volta da democracia no Brasil em que trouxemos vários cientistas sociais brasileiros. Neste debate, comecei a sentir que a minha volta não seria tão bem recebida. Havia grandes divergências entre a minha visão do processo de democratização de nosso país e das implicações econômico-sociais e, sobretudo, de política econômica, em

⁴⁰ ALTAMIRANO, Carlos. *Op. cit.*

⁴¹ *Idem*, p. 4.

⁴² MARINI, Ruy Mauro. *Memória*. In <http://www.marini-escritos.unam.mx/001 memoria port.htm>. Acesso em 30.06.2009.

⁴³ *Idem*, p. 36.

⁴⁴ SANTOS, Theotônio. *Memorial*. Digitado, 1994, 138 p.

relação àquela que vinha presidindo grande parte dos pensadores sociais no Brasil.”.

A dificuldade de reintegração dos exilados aos ambientes acadêmicos esteve relacionada às transformações sofridas pelo ensino superior no Brasil e na Argentina naquele período, à adaptação das elites acadêmicas ao regime autoritário, à cooptação de intelectuais de esquerda através do financiamento de pesquisas, de bolsas e aos sistemas de promoção na carreira universitária.

Marini faz referência ao papel desempenhado pela política cultural da ditadura no padrão imposto aos intelectuais brasileiros. Segundo ele, “Essa política teria resultado, porém, menos exitosa se mais e mais intelectuais não houvessem sido cooptados pelo sistema, inclusive aqueles que se situavam em oposição ao regime. Ocorreu no país um fenômeno curioso: intelectuais de esquerda, que chegavam a ocupar posições em centros acadêmicos, ou que os criavam com o fim precípua de ocupar posições, estabeleciam à sua volta uma rede de proteção contra o assédio da ditadura e utilizavam sua influência sobre a destinação de verbas e de bolsas para consolidar o que haviam conquistado, atuando com base em critérios sumamente grupais. Entretanto, o que aparecia, originalmente, como autodefesa e solidariedade tornou-se, com o correr do tempo... uma vocação irresistível para o corporativismo, a cumplicidade e o desejo de exclusão de todo aquele... que ameaçasse o poder das pessoas e grupos beneficiários desse processo... resultava proveitoso... monopolizar e personalizar as ideias que floresciam na vida intelectual da região, adequando-as previamente aos limites estabelecidos pela ditadura. Neste contexto, a maioria da intelectualidade brasileira de esquerda colaborou, de maneira mais ou menos consciente, com a política oficial, fechando o caminho à difusão dos temas que agitaram a esquerda latino-americana na década de 1970...”⁴⁵.

A respeito dessa visão de Ruy Mauro Marini sobre o processo de cooptação dos intelectuais de esquerda no período da ditadura, Celso Furtado

⁴⁵ MARINI, Ruy Mauro. *Op. cit.*, 1991, p. 37.

procura definir os intelectuais latino-americanos em entrevista concedida à Aspásia Camargo e Maria Andréa Loyola⁴⁶: “Se tivesse de, em poucas linhas, traçar o retrato típico do intelectual nos nossos países subdesenvolvidos, eu diria que ele reúne em si 90% de malabarista e 10% de santo. Assim, a probabilidade de que se corrompa... é de 9 em 10. Se escapa à regra, será implacavelmente perseguido...”⁴⁷

Qual democracia?

Outro dilema relativo à transição nos dois países diz respeito à democracia e suas relações com a modernização e com o socialismo. Já se aludiu à assimilação das teses de Gramsci sobre a revolução pacífica e sobre a conquista de consensos para construção de espaços hegemônicos. Porém, ainda que prudentes, a maior parte dos intelectuais brasileiros e argentinos não se sentiam confortáveis diante de qualquer democracia.

Francisco Weffort⁴⁸ enfatizava a necessidade de questionar-se sobre a eficácia da democracia política: “O fato de que lutemos pela democracia política como um valor em si não pode (nem deve) impedir-nos de reconhecer que a democracia política tem que fazer a sua prova de competência e de eficácia”.

Juan Carlos Portantiero⁴⁹, por sua parte, advertia que a discussão sobre o tipo de democracia estava diretamente relacionada com a questão da crise econômica e das propostas de desenvolvimento emanadas dos setores dominantes: “Por un lado, la democracia formal ya no aparece como un puro reclamo liberal. Por el otro, la hondura de la crisis y el monto de los cambios que el grupo dominante quiere efectuar en la Argentina, obligan

⁴⁶ CAMARGO, Aspásia & LOYOLA, Maria Andrés. *Celso Furtado*. Coleção Pensamento Contemporâneo. Rio de Janeiro: UERJ, 2002, v. 3.

⁴⁷ *Idem*, p. 36.

⁴⁸ WEFFORT, F. *Op. cit.*, p. 94.

⁴⁹ PORTANTIERO, Juan Carlos. La democracia difícil Proyecto democrático y movimiento popular, in: Revista *Controversia*. Para el examen de la realidad argentina. México, n. 1, octubre de 1979.

a pensar en cuáles serían las bases para la estructuración de un proyecto democrático que sea a la vez político y social, formal y fundamental. ... habría que ver cuáles son en esta hora las condiciones sociales que pueden hacer posible a la democracia; qué “estilo de desarrollo” le es afín y cuál le es irremediavelmente hostil.”⁵⁰.

A redefinição da ordem econômica internacional estava no horizonte das preocupações dos intelectuais de esquerda que discutiam o tema da democracia. Intelectuais brasileiros e argentinos tinham inquietações semelhantes no que se refere à crise econômica que atingia a América do Sul, e particularmente seus próprios países: “Está evidente que a construção da democracia política tem que se relacionar com o desenvolvimento econômico e social de nossos países. Mas também é necessário deixar claro que se entendemos a democracia como um valor em si, isso não quer dizer que a tomemos ‘em lugar de’ alguma outra coisa.”⁵¹.

As ressalvas em relação à “democracia como um valor em si” partiam de intelectuais latino-americanos que, diferentemente de Weffort, não se conformavam com a ideia de priorizar a democracia e o desenvolvimento em relação ao socialismo e à consciência de pertencer ao elo débil do sistema capitalista mundial. Agustín Cueva⁵² foi um destes intelectuais que se posicionava contra o que ele chamou de “democracia sin adjetivos” (p. 28). Para ele era absolutamente primordial discutir a distinção entre a democracia formal e o seu conteúdo. Se para Weffort, “...a disjunção, célebre na América Latina, entre o caráter ‘formal’ da democracia e o seu conteúdo ‘substantivo’ encontra, na época atual, o momento de uma possível superação”⁵³, para Cueva⁵⁴, por outra parte, a possibilidade de superar a contradição não era vista com tanta naturalidade. Segundo ele, a democracia política formal não seria suficiente para acabar com as desigualdades

⁵⁰ *Idem*, p. 07.

⁵¹ WEFFORT, F. *Op. cit.*, p. 95.

⁵² CUEVA, A. *Tempos conseradores*. São Paulo: HUCITEC, 1988.

⁵³ WEFFORT, F. *Op. cit.*, p. 105.

⁵⁴ CUEVA, A. *Op. cit.*

sociais, a miséria e a dependência, pois estas eram características estruturais do sistema capitalista na periferia e a ausência de democracia – e a violência – era o modo de o sistema manter as massas populares controladas.

Os mesmos autores que nos anos 1960 e 1970 teorizavam sobre a disjuntiva Feudal *Versus* Capitalista para caracterizar as sociedades coloniais latino-americanas e, ao mesmo tempo, manifestar suas convicções acerca da proximidade do socialismo, nos anos 1980, em contexto pós-marxista, posicionavam-se acerca das possíveis contradições entre o socialismo e a democracia: “...larelación entre democracia y socialismo está en el mismo centro de la polémica actual del marxismo contemporáneo. Más aún: quisiera decir que si el marxismo no resuelve esa dificultad de la interacción entre ambos términos estará agotado como programa de la revolución contemporánea y quedará confinado como una teoría estatista de la acumulación del capital en sociedades atrasadas”⁵⁵.

No período de transição, conciliar democracia e socialismo poderia significar muito para os intelectuais que voltaram do exílio e para aqueles que conseguiram se permanecer no Brasil e na Argentina sem conseguir se manifestar. Significava, por exemplo, dar resposta à crise que se abatera sobre o “socialismo real”, com o debacle da URSS. Significava, igualmente, reconquistar o prestígio do marxismo, apesar da derrota do socialismo na prática, procurando reconstituir assim a unidade entre teoria e prática. Intelectuais como Weffort⁵⁶, Aricó, Portantiero e Carlos Nelson Coutinho estiveram mais inclinados a valorização da democracia como “valor em si”

José Aricó dissertou sobre o tema: “Sobre los pilares de las ideas de “socialismo” y de “democracia” (y de democracia formal, acentuaría) puede constituirse esa síntesis de la que requiere hoy el movimiento socialista para reconquistar la unidad entre teoría y práctica, ética y política, ser y deber ser que constituyó durante muchos años la razón de su capacidad expansiva y transformadora, el secreto de su fuerza mítica.”⁵⁷.

⁵⁵ PORTANTIERO, Juan Carlos. De la crisis..., *op. cit.*, p. 12.

⁵⁶ WEFFORT, F. *Op. cit.*.

⁵⁷ ARICÓ, José María. La crisis del marxismo. *In Controversia*. Para el examen de la realidad argentina. México, octubre de 1979, p. 13.

Carlos Nelson Coutinho⁵⁸ aprofundava essa tendência à valorização da democracia como valor universal e inquestionável: “... o valor da democracia não se limita a áreas geográficas. Pois se há por sua vez algo de universal nas reflexões teóricas e na prática política do que é hoje chamado de eurocomunismo, esse algo é precisamente o modo novo – um modo dialeticamente novo, não uma novidade metafisicamente concebida como ruptura absoluta – de conceber essa relação entre socialismo e democracia.”⁵⁹.

Para a intelectualidade marxista e de esquerda parecia evidente que se poderia estabelecer uma relação original entre socialismo e democracia, antes impensada, mas para alguns outros intelectuais, tais como Cueva, Marini, Dos Santos e Fernandes, a relação entre democracia e socialismo deveria estar assentada, de um lado, na crítica aos equívocos da URSS, mas também na crítica à democracia formal burguesa, de modo que não se abandonasse a utopia do socialismo.

As palavras de Florestan Fernandes⁶⁰ ilustram muito bem este tipo de posicionamento: “Carecemos com premência da democracia. Mas de uma democracia que não seja o túmulo do socialismo proletário e dos sonhos de igualdade com liberdade das classes trabalhadoras”⁶¹. Fernandes menciona Rosa de Luxemburgo e Gramsci para explicar a crítica que fizeram às tentativas socialdemocratas de “degradação aburguesada do socialismo”⁶², que segundo ele estava em pleno vigor na transição brasileira. Segundo suas palavras, “As dificuldades e adulteração do marxismo, por causa do isolamento e das consequências imprevistas da Revolução Russa, suscitavam uma aparência de verdade às versões da ‘democracia acima de tudo’ do farisaísmo pequeno-burguês e intelectualista.”⁶³.

⁵⁸ COUTINHO, Carlos Nelson. A democracia como valor universal. *Encontros com a Civilização Brasileira*. Rio de Janeiro, n. 9. 1979.

⁵⁹ *Idem*, p. 33.

⁶⁰ FERNANDES, Florestan. *A transição prolongada: o período pós-constitucional*. São Paulo: Cortez, 1990.

⁶¹ *Idem*, p. 159.

⁶² *Idem*, p. 157.

⁶³ *Idem*, p. 157/158.

Estes últimos excertos de Florestan Fernandes estão em pleno desacordo com Weffort⁶⁴ (citado acima) ou com Aricó⁶⁵, para quem: “En esta desaparición de las fronteras fijas entre democracia radical y socialismo, el mito de la democracia, de la invención democrática, puede convertirse tal vez en el mito laico que unifique a las fuerzas sociales en pro de su recomposición. Pienso que la conquista de la democracia como un elemento sustantivo en sí mismo, como un objetivo ideal que se agote en sí mismo debe tender a transformarse en el nudo central de la actual reconstrucción de la cultura de izquierda en América Latina.”⁶⁶

A mesma disputa que dividia os intelectuais brasileiros e argentinos em torno das contradições entre democracia e socialismo, evidenciadas nos excertos mencionados anteriormente, também apontava na direção dos processos de reconciliação com o passado e nas possibilidades de acomodação – *aggiornamento*⁶⁷ – com a nova situação dos dois países.

Nos anos 1980, o Brasil e a Argentina tinham se modificado muito, mas existiam múltiplos passados, dos vencidos, dos vencedores, daqueles que haviam sofrido o exílio e dos que permaneceram nos países, dos que haviam sofrido a tortura e repressão e dos que passaram incólumes pelo processo. Muitos destes processos ainda estavam em andamento, o que significa que eram passados que não haviam passado. E muitos deles eram irreconciliáveis entre si.

A impossibilidade de reconciliação dos múltiplos passados – as mais diversas formas através das quais os intelectuais brasileiros e argentinos vivenciaram o período ditatorial e a fase das transições à democracia – es-

⁶⁴ WEFFORT, F. *Op. cit.*, p. 105.

⁶⁵ ARICÓ, José Maria. El destino se llama democracia. In: CRESPO, Horácio. *José Arcó. Entrevistas (1974-1991)*. Córdoba: Ediciones del Centro de Estudios Avanzados, Universidad Nacional de Córdoba, 1999. Entrevista de 1983.

⁶⁶ *Idem*, p. 29.

⁶⁷ *Aggiornamento* é um termo italiano, foi utilizado durante o Concílio Vaticano II, popularizada pelo Papa João XXIII para explicar a necessidade de a Igreja se adaptar os princípios católicos ao mundo atual e moderno. Pode ser usada, neste caso, pois se refere a uma espécie de acomodação forçada!

teve evidenciada nas formas como ocorreu o reingresso de cada intelectual mencionado nos espaços acadêmico, cultural e político após a anistia. Para ter acesso privilegiado a esses lugares, foi decisiva a adesão dos pensadores brasileiros e argentinos à ideologia da conciliação, o que não caracterizava, nem de longe, o pensamento unânime dos intelectuais aqui mencionados.

Los exiliados argentinos en Venezuela ante el inicio de la transición a la democracia en la Argentina*

Mario Ayala**

La etapa final de la última dictadura militar y el inicio de la larga transición a la democracia en la Argentina a partir de fines de 1983 puso a los exiliados argentinos en Venezuela ante una serie de evaluaciones y decisiones políticas, personales y grupales complejas donde el retorno fue una posibilidad entre otras. El trabajo se apoya testimonios publicados y 32 entrevistas realizadas entre 2006 y 2011 con la metodología de la historia oral los cuales son analizados con un enfoque cualitativo. El análisis muestra que la mayoría de los retornos se realizaron entre los años 1983 y 1985, en un contexto

Introducción

La experiencia del exilio es vivida y recordada en su doble condición: por sus facetas de miedo, dolor, soledad e incertidumbre permanente, pero también como espacio de descubrimiento, extrañamiento, reconocimiento y

* Una versión previa de este texto fue presentada en la Mesa “Exiliados y retornados en los procesos de transición a la democracia en el Cono Sur: nuevas aproximaciones”, VI Seminario Internacional Políticas de la Memoria: 30 años de democracia en Argentina. Logros y desafíos, Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, Buenos Aires, 7, 8 y 9 de noviembre de 2013.

** Programa de Historia Oral, Instituto Interdisciplinario de Estudios e Investigaciones sobre América Latina de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Buenos Aires. marioayala@filo.uba.ar

muy poco favorable en términos económico y político y sin apoyo gubernamental, y que luego se espaciaron en un proceso que llega hasta el presente. Pero también se presentan casos de exiliados que en 1983 decidieron no retornar, otros que simplemente se fueron quedando y un grupo que fue forzado a permanecer fuera del país debido a procesos judiciales en su contra iniciados durante el periodo de terrorismo estatal y también en la década del ochenta, los cuales prescribieron recién avanzada la década de 1990, lo cual plantea el tema de la continuidad del exilio bajo regímenes democráticos.

Palabras claves: exiliados-argentinos-Venezuela-retorno-apertura democrática

The final stage of the military dictatorship and the beginning of the long transition to democracy in Argentina beginning in late 1983 put the Argentine exiles in Venezuela to a series of complex assessments and policies, personal and group decisions where

the return was one possibility among others. Work published 32 testimonies and interviews conducted between 2006 and 2011 with the methodology of oral history which are analyzed with a qualitative approach supported. The analysis shows that most of the returns were made between 1985 and años 1983 in a very unfavorable economic and political context in terms without government support, and then were spaced in a process that leads to the present. But cases of exiles who in 1983 decided not to return are also presented, others simply were left and a group that was forced to stay out of the country because of judicial proceedings against them initiated during the period of state terrorism and in the decade eighty, which advanced the newly prescribed 1990s, which raises the issue of continuity of exile under democratic regimes.

Keywords: Argentina-Venezuela-exile-return-democratic opening

aprendizajes¹. Al mismo tiempo esta condición exiliar implica casi siempre un deseo de retorno al país de donde se fue expulsado forzosamente. Sin embargo, este regreso no siempre es concretado debido a diferentes condicionantes y motivos de índole personal y político-social. Cuando los exiliados logran retornar, la sociedad que encuentran generalmente ya no es la misma en la que vivieron y a la cual evocaron durante el tiempo del destierro, que según las características del grupo y/o comunidad pudo durar desde algunos años hasta décadas. Comienza entonces un proceso complejo y abierto de intento de inserción-adaptación que puede resultar en la instalación y reintegración del exiliado en la sociedad expulsora, o en su retorno a la sociedad de acogida (o emigración a terceros países). En esta perspectiva, retornar y des-exiliarse también son experiencias vividas

¹ SANHUEZA, Carlos, PINEDO, Javier (Eds.). El exilio latinoamericano, una historia permanente. Em: SANHUEZA, Carlos, PINEDO, Javier. *La pátria interrumpida: latinoamericanos em el exilio*. Siglos XVIII-XX. 1ª Ed. Santiago: LOM Ed., 2010, p. 17.

y recordadas en una doble condición: por lado, el exiliado vive un proceso de desestructuración e incertidumbre ante el enfrentamiento con la nueva realidad de su sociedad, el cual a veces implica un “nuevo exilio”, revivir situaciones traumáticas, miedo a volver a ser represaliado y el desarraigo de la estabilidad construida en el destierro, y por el otro, las expectativas positivas en función del reencuentro con todo lo que fue obligado a dejar en el país: su familia, compañeros, amigos, lugares en común, trabajo, proyectos colectivos, familiares y personales².

Estas disyuntivas, conflictos y sentimientos de los procesos de retorno y desexilio también fueron vividos por los exiliados argentinos en Venezuela durante el período de Terrorismo de Estado (1973-1983), quienes comenzaron a percibir el final de su destierro después la derrota de la dictadura en la guerra de las Islas Malvinas (abril-mayo de 1982) y, más tarde, con la posterior reactivación partidaria y sindical ante la crisis política y económica del gobierno militar, que culminó en el llamado a elecciones generales para octubre de 1983 y la elección de Raúl Alfonsín (Unión Cívica Radical, UCR) como presidente constitucional por el periodo 1983-1989. Así, la etapa final de la última dictadura militar y el inicio de la larga transición a la democracia en la Argentina puso a estos grupos de exiliados y sus familias ante una serie de evaluaciones y decisiones complejas acerca de regresar, o no, al país, que se decidieron mayormente en el ámbito personal-familiar, y a partir de las cuales activaron diversas estrategias, que no estuvieron exentas de conflictos, dudas, dilemas y miedos de abandonar la estabilidad lograda y recomenzar en un país signado por las crisis económica, la inestabilidad política, la continuidad del aparato represivo y una sociedad y un gobierno democrático que estigmatizaba y criminalizaba a la militancia política de izquierda (mayoritaria en el último exilio argentino) en el marco de la teoría de los “dos demonios” (los militares y

² FERNÁNDEZ, Jorge Christian. ¿Volver o no volver? Expectativas incertidumbres, dilemas y fracturas frente al desexilio entre los argentinos em Rio Grande do Sul, Brasil, em la década del ochenta. Ponencia en *VI Seminario Internacional Políticas de la Memoria: 30 años de democracia en Argentina. Logros y desafíos*. Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, Buenos Aires, 7, 8 y 9 de noviembre de 2013, p. 11.

las guerrillas). Además, el regreso al país se tornó aún más difícil por no existir una política estatal coherente y activa de apoyo a la reinserción de los exiliados retornados por parte del gobierno nacional, por ejemplo en contraste con los casos de Uruguay o Chile³. Al mismo tiempo, el gobierno argentino tampoco tuvo una política en otros temas sensibles que impidieran el repatriación de los exiliados, como el cierre de las causas judiciales abiertas durante el período del terrorismo estatal y/o después de 1983, y la reversión de su estigmatización social y política⁴.

En este contexto poco favorable, quienes lograron entrar al país y comenzaron a insertarse nuevamente debieron enfrentar el fuerte cambio cultural, político y económico de la sociedad post-dictatorial y una extendida percepción social hostil hacia los exiliados, caracterizada por la estigmatización, el rechazo explícito o el silencio, que tenían su origen tanto las imágenes impulsadas por la propaganda militar contra las acciones colectivas de denuncia político-humanitaria de los exiliados en la esfera internacional (“la campaña antiargentina”), sintetizadas en las populares y extendidas frases “por algo será” (que los mataron, que los desaparecieron, que se fueron) y “algo habrán hecho”, y una asociación maniquea y mecánica entre exiliados y guerrilleros y/o terroristas.

En este artículo me propongo analizar y construir una primera tipología de las experiencias de exiliados argentinos en Venezuela ante la posibilidad política de regresar a su país. El trabajo se apoya en 32 trayectorias individuales (19 casos de exiliados retornados y 13 que se quedaron en Venezuela) reconstruidas a partir de testimonios editados, biografías y entrevistas realizadas con la metodología de la historia oral.

³ Para un análisis comparativo de las políticas de estatales de países del Cono Sur frente al retorno de exiliados de la última ola de exilios véase Sznajder y Roniger (2013: 364-371)

⁴ LASTRA, Soledad, JENSEN, Silvina. La inscripción del retorno en la transición democrática. Apuntes para un abordaje sobre la judicialización Del exilio argentino. Ponencia presentada en *VI Seminario Internacional Políticas de la Memoria: 30 años de democracia en Argentina. Logros y desafíos*, Centro Cultural de la Memoria Haroldo Conti, Buenos Aires, 7, 8 y 9 de noviembre de 2013. V. p. 13.

2. Retornar...

De un total de 19 trayectorias de exiliados retornados a la Argentina encontramos que sus regresos se efectuaron en un espacio de tiempo que va desde la posguerra de Malvinas hasta el año 2007 y que obedecieron a diferentes razones y motivos, dando lugar a diversas estrategias. Dividimos este conjunto de casos en cuatro subgrupos de acuerdo a las características comunes que han presentado en su proceso de retorno, destacando las razones, motivos y percepciones que estuvieron detrás de la decisión.

En primer subgrupo es el de los retornos que se concretaron antes del fin de la dictadura y que estuvieron marcados por un fuerte deseo y entusiasmo por volver al país del que fueron forzados a exiliarse. Este fue el caso, por ejemplo, de una pareja de académicos exiliados en Mérida desde 1975 que volvieron “a explorar” en medio de la guerra de Malvinas, a pesar de que habían logrado insertarse en buenas condiciones en la Universidad de los Andes (ULA). Sus razones para regresar obedecieron a una decisión familiar de retornar apenas existieran las condiciones políticas (“queríamos volver, ya desde el año 1981”), al hecho de que extrañaban a su entorno familiar y de amigos, además de que les preocupaba que sus hijos crecieran y se arraigaran en Venezuela. La estrategia implicó la instalación de la esposa e hijos en la Argentina y la permanencia del marido trabajando en Venezuela hasta fines de 1983. Aunque regresaron sin un empleo asegurado, exploraron algunas opciones, hasta que lograron ser reincorporados como docentes de la Universidad Nacional del Comahue cuando se inició el proceso de normalización de las universidades nacionales (Entrevista con Ricardo, La Plata, Argentina, 28/9/2010).

El segundo subgrupo está integrado por retornos concretados entre 1983 y 1989 y agrupa a la mayoría de las trayectorias analizadas en este trabajo. Entre estos casos, ocho personas que retornaron a fines de 1983 aseveraron que decidieron volver al país ante el fin de la situación política que los había obligado a exiliarse – la existencia de condiciones políticas democráticas— y por la existencia de un fuerte deseo de retornar al país, a pesar de los problemas económicos, la continuidad del aparato represivo, la

inestabilidad política y aunque la mayoría no tenía asegurada su inserción laboral cuando iniciaron el camino de regreso. A su vez, la mitad de ellos había salido al exilio con su familia y recordaron que la decisión de volver fue acordada con su pareja, destacando la preocupación por que los hijos no se arraiguen en Venezuela, cosa que evaluaban como un posible obstáculo para retornar si posponían la decisión por más tiempo (Entrevistas con Adolfo, Buenos Aires, Argentina 30/3/2009; Luisa, Buenos Aires, Argentina, 20/12/2008; Bernardo, Buenos Aires, Argentina ,15/11/2008; Carmelo, Ramos Mejía, Argentina , 6/03/ 2013).

Por otro lado, encontramos los casos de tres personas que retornaron en 1985. El primero es el de Munú, una ex militante de Montoneros liberada en julio de 1979 del campo de concentración que funcionó en la Escuela de Mecánica de la Armada. Luego de esperar un tiempo a que se aclare el panorama político de Argentina, y de solicitar a un abogado que interponga un *habeas corpus* por ella, Munú hizo un viaje exploratorio a mediados de 1984 bajo condiciones de estricta seguridad, entregó su testimonio en la Comisión Nacional sobre la Desaparición de Personas (CONADEP), y regresó a Caracas. A inicios de 1985 comenzó a pensar en la idea de retornar y decidió “probar que se siente volver a vivir en el país por dos meses” y para concretarlo realizó el trámite como refugiada del Alto Comisionado de las Naciones Unidas para los Refugiados (ACNUR) para financiar su pasaje y una vez en Buenos Aires accedió a una media beca del Servicio Universitario Mundial (SUM) para terminar sus estudios en la Universidad Nacional de La Plata. Esta combinación de hechos la decidieron a quedarse en la Argentina, a pesar de la fragilidad de su condición económica y el temor a ser nuevamente víctima de desaparición, sensación que según recordó mantuvo durante toda la década de 1980 (Entrevista a Munú, Buenos Aires, Argentina, 6/11/2012). El segundo caso es el del sociólogo Julio Godio, exiliado en Maracaibo en 1975 por temor a ser víctima de los grupos parapoliciales que operaban en la ciudad de La Plata durante aquella época, y que se integró primero al Departamento de Economía de La Universidad del Zulia y luego, a partir de 1977, a la Fundación Friederich Ebert, desde donde ejerció como asesor laboral del gobierno del socialdemócrata Carlos

Andrés Pérez (1974-1979). Godio afirmó que decidió regresar al país en 1983 apenas cambiaron las condiciones políticas que habían motivado su salida forzada y para ello contó con un contrato de trabajo de la Fundación Ebert. Sin embargo, la obtención de un puesto como funcionario de la Organización Internacional del Trabajo (OIT) sólo le permitió residir en el país a partir de 1985 (Entrevista a Julio Godio, Buenos Aires, Argentina, 30/3/2010). El tercer caso es el del académico platense José Sazbón que se exilió con su familia en Maracaibo en 1976, integrándose al Departamento de Economía de La Universidad del Zulia hasta su retorno a la Argentina en 1985, donde fue reincorporado como investigador titular del Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) y como docente universitario⁵. Luego encontramos el caso del ex sacerdote y ex detenido-desaparecido Patricio Rice y su pareja quienes retornaron en 1987. Según Rice la decisión de regresar estuvo relacionada con un conjunto de variables como: la no integración de su familia a Venezuela, el regreso de la mayoría de los exiliados argentinos que constituían sus relaciones sociales, el deseo de la pareja de regresar a la Argentina antes de que sus hijos sean más grandes, y su alejamiento del cargo de Secretario Ejecutivo de la Federación Latinoamericana de Familiares de Detenidos-Desaparecidos (FEDEFAM)⁶, un proyecto político-humanitario en el que había militado desde 1979. Al retornar vivieron dificultades laborales y económicas para su reinserción, decidiendo “comenzar desde cero” e instalándose en un barrio humilde de la localidad de Monte Grande en el sur del conurbano bonaerense. En aquel momento ninguno de los dos tenía profesión u oficio y no contaron con apoyo gubernamental para la reinserción (Entrevista a Patrick Rice, Buenos Aires, Argentina, 12/12/2008). Por último, exponemos el caso del retorno de Gabriel y familia en 1989. Ambos se habían exiliado en Venezuela en 1975 luego de que Gabriel fuera detenido y torturado por su militancia estudiantil secundaria y barrial en la zona de norte del conurbano

⁵ TARCUS, Horacio. El último de los humanistas ardientes, *Página 12*, Buenos Aires, 7 de diciembre 2008.

⁶ Análisis del rol de los exiliados argentinos en la constitución de la FEDEFAM en Ayala (2014).

bonaerense. En 1983, ante la posibilidad del retorno, decidieron esperar un tiempo para observar como evolucionaba la situación política, aprovechando para trabajar y ahorrar para el retorno definitivo en el futuro. En 1988 realizaron un primer viaje exploratorio y decidieron retornar definitivamente en 1989 en una travesía familiar en camioneta a través de Brasil. Una vez en el país, tuvieron serios problemas para insertarse laboralmente en el contexto de crisis económica y política que vivía el país en ese entonces (Entrevista a Gabriel, Beccar, Argentina, 2/10/2010).

El tercer subgrupo esta compuesto por casos de retornos durante la década de 1990. Como el de la pareja de María y Ernesto, quienes volvieron en 1994, también en camioneta, en una decisión de retorno que fue posponiéndose por una mezcla de razones familiares, oportunidades laborales y profesionales en Venezuela. Habían huido del país en 1977 y se insertaron como profesionales en el Estado de Barinas, en los llanos venezolanos. Su reinserción laboral y la obtención de vivienda en Buenos Aires fueron recordados como difíciles, debiendo alquilar durante dos años, hasta lograr comprar un departamento con ahorros transferidos desde Venezuela. Ernesto consiguió trabajo como médico pediatra y María logró ser reincorporada como trabajadora estatal de la Provincia de Buenos Aires, luego de largas gestiones (Entrevista a María y Ernesto, Buenos Aires, Argentina, 19/12/2011).

En el cuarto subgrupo encontramos dos casos difíciles de caracterizar: uno de retorno en 2006 y otro de exploración para posible retorno de fines de 2007. Si bien ambos están fundados en motivos que se relacionan con su pasado-presente de haber sido forzados al exilio, también se encuentran cruzados por los problemas sociales y políticos de Venezuela en la última década, y por la percepción de una situación económica y política más estable en la Argentina, a la que valoran como positiva pues les permite acceder a una mejor calidad de vida. El primero es el caso de María Isabel quien afirmó que decidió retornar en 2006 luego de una evaluación muy profunda y de una “reconciliación con mi historia personal y con el país”, aunque “con miedo a perder

mi vida en Venezuela”. Así, factores como el hecho de que sus hijos ya eran adultos, la formación de pareja con un ex exiliado retornado, la posibilidad de acceder a una mejor calidad de vida en Argentina – además de valorar positivamente las políticas públicas del gobierno de Néstor Kirchner (2003-2007) — la decidieron a radicarse en Buenos Aires. Recordó que en 1983 no pensó retornar debido a que recién en esos años había logrado conseguir cierta estabilidad y condiciones de desarrollo personal (estudios de grado y comienzo de un posgrado), formado una nueva pareja, y porque no quería separar a sus hijos de su ex esposo, el cual tenía una causa judicial abierta que le impidió el retorno a la Argentina hasta avanzada la década de 1990 (Entrevista a María Isabel, Buenos Aires, Argentina, 9/10/2008).

El segundo caso es el de Viviana, asilada en la Embajada venezolana y deportada en 1979, que en diciembre de 2007 regresó a vivir un tiempo “para explorar” la posibilidad de radicarse en Argentina, o en un tercer país, pues la situación en Venezuela según su percepción se había tornado crítica en términos sociales, políticos y económicos y subrayó la fuerte inestabilidad y polarización política durante los dos primeros gobiernos de Hugo Chávez (1999-2000; 2000-2006). Desterrada cuando tenía veinte años de edad, volvió al país con cincuenta y ha realizado gestiones judiciales para lograr una indemnización como “víctima de exilio”. Recordó haber viajado a Argentina el 31 de octubre 1983, con pasajes financiados por el ACNUR que le había otorgado el estatus de refugiada. Luego regresó en dos ocasiones en 1984 para explorar la posibilidad de retornar. Pero después de una estadía de seis meses en La Plata decidió volverse a Venezuela, puesto se le hacía insoportable el ambiente social, los recuerdos de la represión y el temor vivido, el cambio operado en la sociedad por el terrorismo estatal, y el estigma y sospecha que pendía sobre los exiliados. Después de 1984 se quedó en Venezuela y en la actualidad continúa explorando la posibilidad de quedarse (Entrevista a Viviana, City Bell, Argentina, 6/11/2008).

3. Quedarse, permanecer, continuidad de exilio...

Este apartado se apoya en 13 testimonios de exiliados que por diversas razones no retornaron, quedándose a vivir en Venezuela o que regresaron a la Argentina y luego emigraron a este país después de 1983. El grupo puede segmentarse al mismo tiempo en tres subgrupos: a) los que decidieron no retornar por libre elección; b) los que retornaron y luego de un tiempo decidieron regresar al país de refugio o emigraron a un tercer país; y c) los que fueron forzados a posponer su retorno debido a procesos judiciales en su contra y que cuando los resolvieron decidieron radicarse de forma definitiva en Venezuela, y que plantean la cuestión de la continuidad de la política de exilio durante gobiernos democráticos⁷.

El primer subgrupo está compuesto por 7 casos que decidieron no retornar por libre elección consciente y a veces, en retrospectiva—según la reflexión de un entrevistado— inconsciente. Salvo dos entrevistados que afirmaron haber decidido no regresar desde el fin de la dictadura, los demás afirmaron haber transitado por diferentes actitudes y momentos, que fueron desde la idea de posponer la decisión de retorno hasta evaluar bien la situación política (en algunos casos realizando viajes exploratorios todos los años), hasta aquellos que vivieron tensiones internas entre regresar y no regresar por temor a la continuidad de la represión y también por cierto enojo o resentimiento con la sociedad argentina en tanto excluyente. Las trayectorias de Julio y Roque valen para ejemplificar los casos de quienes ya en 1983 habían decidido no retornar y continuar con su vida en Venezuela. En el caso de Julio, un abogado catamarqueño preso oprimido en 1975, para fines de la década del setenta había formado una familia nueva en Mérida y transformado rápidamente en un empresario exitoso. Afirmó no haber tenido la intención de retornar y que desde el inicio del exilio decidió que iba a vivir sin pensar permanentemente en volver, logrando

⁷ Para un análisis de la continuidad de la política de exilio durante gobiernos democráticos en la región véase Sznajder y Roniger (2013).

insertándose laboral y socialmente en Venezuela, aprovechando las oportunidades laborales y crediticias para formar empresas y hacer negocios (Entrevista a Julio, Mérida, Venezuela, 10/04/2011). Por su parte, Roque, un ex sacerdote tucumano que fue obligado a huir del país en 1975, había formado una familia en Venezuela y reformulado su vida y proyectos personales. En 1983 estaba esperando su tercer hijo y dedicándose al trabajo militante en la capacitación a organizaciones campesinas en la Península de Paria, estado Sucre, como miembro de Centro al Servicio de la Acción Popular – CESAP (Entrevista a R. Carmona, Los Teques, Venezuela, 03/04/2011). En ambos casos, el hecho de haber formado una familia con una pareja venezolana, los proyectos personales de trabajo y de militancia y una integración en la sociedad venezolana fueron motivos por los cuales no consideraron retornar y se transformaron en migrantes luego de 1983.

Los casos de aquellos exiliados que decidieron posponer la decisión de retorno hasta evaluar bien la situación política—pero también la económica, legal y represiva— y que fueron quedándose sin nunca haber tomado la decisión de quedarse, podemos ejemplificarlo con la experiencia de Francisco, un abogado laboralista que en los setenta militaba en el “peronismo de izquierda” en Rosario, y que debió exiliarse con su familia en 1975. Francisco primero estuvo tres años en Lima trabajando como asesor sindical y docente universitario hasta que el empeoramiento de la situación política en este país hizo que se trasladara con su familia a Venezuela con el apoyo de la Central Latinoamericana de los Trabajadores (CLAT)⁸. Una vez instalado en Caracas logró revalidar su título, se insertó como abogado laboralista, realizó un posgrado y ganó un concurso de profesor en la Universidad Central de Venezuela (UCV). Recordó que en 1983 se encontraba estabilizado en Venezuela y que su esposa no quería retornar, motivos por los cuales decidió posponer la idea de retornar a la Argentina. Sin embar-

⁸ La CLAT fue creada el 8 de diciembre de 1954 en Santiago de Chile como sede latinoamericana de la Confederación Mundial del Trabajo (CTM), de orientación socialcristiana, e inspirada en la doctrina del humanismo integral. Desde sus inicios dio énfasis a formación de los cuadros sindicales y lo reforzó a partir de la creación de la Universidad de los Trabajadores de América Latina (UTAL) en 1974 (Soneira, 2008:333). Ambas sedes se encontraba en las afueras de Caracas.

go, desde mediados de 1982 realizó viajes exploratorios todos los años, hasta que comprobó que no existían condiciones políticas para desarrollar una militancia y actividad profesional como la que había realizado en los años setenta, ni como la que mantenía en ese momento en Venezuela con sindicatos y gremios, a lo cual se sumaba una percepción negativa de la impunidad de los crímenes de los militares con que convivía la sociedad argentina. Por lo tanto, el no retorno en su caso tuvo que ver, por un lado, con una estrategia familiar que se combinaba con una situación estabilidad laboral y posibilidades de crecimiento profesional y, por el otro, con sus desencuentros con la sociedad, la política, la impunidad de los crímenes de la dictadura y la conciencia de la derrota del proyecto político en el que había militado en los setenta (Entrevista con Francisco, Caracas, Venezuela, 8/4/2011).

Entre los que vivieron tensiones internas entre regresar y no regresar por temor a ser nuevamente víctimas de la represión y que al mismo tiempo sintieron rechazo y enojo con la sociedad argentina de la época, podemos mencionar el caso de Roberto, un ingeniero catamarqueño, ex funcionario del gobierno camporista en su provincia, preso político entre 1975 y 1979, y que logró salir a Francia en abril de 1982. A fines de este año se radicó en Mérida, gracias al apoyo de otros exiliados argentinos en esa ciudad. Roberto recordó haber salido del país con una sensación contradictoria, mezcla de asombro y sorpresa, rechazo a la sociedad argentina y miedo de la represión. Había permanecido aislado cinco **años en un pabellón de máxima seguridad de la cárcel de Sierra Chica y cuando fue liberado vivió en carne propia los efectos de la dictadura en la sociedad** y las movilizaciones de apoyo a la invasión militar de las Islas Malvinas. También recordó haber quedado marcado de forma traumática por la destrucción de sus escritos al momento de salida de la cárcel, fruto de casi cinco años trabajo, entre los cuales se encontraba una novela. A fines de 1983 recién había comenzado a reconstruirse a nivel personal y laboral. Atravesado por un deseo de retornar combinado con un rechazo al país y a los cambios sociales operados por los efectos del terrorismo de Estado, fue posponiendo la decisión hasta que perdió todas las expectativas

y el entusiasmo que le habían generado algunas medidas y promesas de gobierno de Raúl Alfonsín —al que consideró “el mayor traidor”—. Afirmó además que decidió quedarse en Venezuela luego de la aprobación de las Leyes de Punto Final (1986) y Obediencia Debida (1987) que consagraban la impunidad de los crímenes de la última dictadura cívico-militar. Para esa época ya había comenzado una nueva relación de pareja con la que habían tenido dos hijos.

El segundo subgrupo es el de aquellos que retornaron a mediados de la década del ochenta y que luego de un tiempo decidieron volver a continuar su vida en Venezuela. El primer caso es el de Ricardo Mitre, un director de teatro porteño exiliado en Caracas en 1973 debido a amenazas de la Triple A. En 1985 decidieron retornar en familia, pues consideraban que las condiciones políticas que habían motivado su exilio ya no existían. Sin embargo, luego de vivir tres años en Buenos Aires decidieron radicarse nuevamente en Venezuela. En su testimonio recordó que vivieron fuertes desencuentros con la sociedad posdictatorial y que experimentaron el rechazo y el estigma social generalizado contra los exiliados. Llegando incluso a buscar agruparse con otros ex exiliados en Venezuela, autoidentificándose grupalmente como “argenven”. También destacó que el retorno lo vivieron como un nuevo exilio y que esta situación les generó contradicciones y tensiones, hasta que decidieron que “su lugar en el mundo” estaba en Venezuela. Cuando en 1988 llegaron a Caracas tuvieron la “sensación de volver a casa” (Testimonio de Ricardo Mitre, en Martínez Ubieda, 2006). El segundo caso es el de José, un tucumano preso opcionado en 1975, que retornó en 1985 con la intención de reinsertarse política y laboralmente y que decidió regresar a Venezuela en 1988 debido a una combinación de factores que fueron desde el desencuentro con los cambios sociopolíticos de Argentina durante la dictadura, el rechazo y el estigma hacia los exiliados, la crisis económica, la imposibilidad de continuar una militancia como la que había practicado en los años sesenta y setenta, y el descubrimiento de una causa judicial abierta en su contra en un Juzgado de la Provincia de Tucumán.

El tercer subgrupo de exiliados no retornados es del de aquellos que fueron forzados a posponer su retorno debido a la existencia de procesos judiciales en su contra y que para cuando fueron resueltos en la década del noventa, ya habían tomado la decisión de radicarse de forma definitiva en Venezuela. El primer ejemplo es el caso de Raúl, militante de Montoneros sobreviviente del campo de concentración de la ESMA que se exilió en Venezuela en 1979. Raúl y su compañera, Rosario, sobreviviente del mismo campo de concentración, fueron activos denunciantes de las violaciones de los derechos humanos de la dictadura en los foros internacionales. En los inicios de la transición democrática presentaron su testimonio en la CONADEP y en 1985 viajaron a la Argentina con pasajes financiados por el ACNUR con la intención de explorar el contexto e intentar el retorno en 1986. La pareja recordó que durante esta época se habían reconstruido en Venezuela, que temían ser víctimas de la represión nuevamente y que durante esos años los abogados defensores de los militares le iniciaron a Raúl un juicio por falso testimonio, que terminó en la apertura de una causa en su contra que le impidió su ingreso al país hasta avanzada la década de 1990. Cuando esta causa prescribió y estaban en condiciones de retornar decidieron familiarmente que ya era tarde para desarraigar a sus hijos adolescentes y pequeños del país que los había acogido, y además, ellos se habían integrado fuertemente a la vida social y política venezolana. El segundo caso es el de Raúl-2 quien ante la apertura democrática en la Argentina decidió posponer la idea de retorno debido a proyectos profesionales, laborales, y a la formación de una nueva pareja con una venezolana, situación que se completó con el descubrimiento de la existencia de una causa judicial en su contra que le impedía regresar a la Argentina y que prescribió recién en la década del noventa. Como resultado de esta situación decidió radicarse definitivamente en Venezuela e incluso obtuvo la ciudadanía venezolana.

Observaciones Finales

La etapa final de la última dictadura militar y el inicio de la larga transición a la democracia en la Argentina a partir de fines de 1983 puso

a los exiliados argentinos en Venezuela ante una serie de evaluaciones y decisiones políticas, personales y grupales complejas donde el retorno fue una posibilidad entre otras. El análisis del grupo de casos analizados en este artículo muestra que la mayoría de los retornos de exiliados argentinos en Venezuela se realizaron entre los años 1983 y 1985, y que luego se espaciaron en un proceso que llega hasta el presente.

La decisión del retorno tuvo una íntima relación con el deseo de conjurar el desarraigo provocado por la salida forzada y con la idea de retomar la vida familiar, social y política en el país de origen. En cambio, las estrategias para concretarlo fueron diversas: desde el impulso inicial de regresar apenas cambiaran las condiciones políticas mínimas, hasta esperar a reunir ahorros, terminar estudios, o esperar una estabilización de la situación política y el fin de la política represiva.

Los retornos se concretaron en un contexto muy poco favorable para la reinserción caracterizado por la debilidad del gobierno democrático, la recesión y crisis económicas, la existencia de un extendido estigma social hacia los exiliados, la posibilidad de ser represaliado nuevamente. Además, el regreso al país se tornó aún más difícil por no existir una política estatal coherente y activa de apoyo a la reinserción de los exiliados retornados por parte del gobierno nacional, como lo demuestra el contraste con los casos de Uruguay o Chile⁹.

Pero también hubo muchos exiliados que en 1983 decidieron no retornar, otros que simplemente se fueron quedando y un grupo que fue forzado a permanecer fuera del país debido a procesos judiciales en su contra iniciados durante el periodo de terrorismo estatal y también en la década del ochenta, los cuales prescribieron recién avanzada la década de 1990, lo cual plantea el tema de la continuidad del exilio bajo regímenes democráticos.

La tipología esbozada en este trabajo coincide con las “posibles rutas de postexilio” que elaboraron Sznajder y Roniger en su estudio sobre la

⁹ Para un análisis comparativo de las políticas de estatales de países del Cono Sur frente al retorno de exiliados de la última ola de exilios véase Sznajder y Roniger (2013: 364-371)

políticas de destierro y exilio en América Latina: 1) Expatriación e integración en el extranjero; 2) retorno; 3) volver la país de origen y emigrar (al país de exilio o a un tercer país), 4) permanecer en condiciones de exilio; 5) muerte y repatriación¹⁰. Además, también coincidiendo con estos autores, encontramos que los caminos del postexilio son múltiples y que volver es solo una de las opciones.

Todos los entrevistados destacaron que en la decisión del volver o quedarse hubo una preocupación por el destino de sus hijos. A los que retornaron les preocupaba que sus hijos no crecieran y se arraigaran en Venezuela porque lo evaluaban como un posible obstáculo para repatriarse si posponían la decisión por más tiempo.

En contraste con otras experiencias de retornos organizados políticamente como el de los militantes de partidos uruguayos o chilenos de la última ola de exilios, la mayoría los casos de argentinos analizados en este trabajo afirmaron que la decisión de retornar, permanecer o re-emigrar, fue decidida mayormente en el ámbito personal-familiar. Sin embargo la dimensión política de la decisiones en el postexilio fue significativa: si bien la mayoría de los exiliados habían pertenecido a organizaciones políticas que fueron derrotadas y aniquiladas en los primeros años del exilio, varios de ellos una vez en el exterior se sumaron y/o construyeron proyectos políticos centrados en la denuncia humanitaria y la búsqueda de la solidaridad internacional en los países de acogida, mientras que otros se integraron a organizaciones políticas y sociales venezolanas.

¹⁰ SZNAJDER, Mario, RONIGER, Luis. *La política del destierro y el exilio en América Latina*. México: Fondo de Cultura Económica, 2013, p. 371.

Agentes e agências no ocaso da ditadura empresarial militar e a reedição do “Milagre”*

Monica Piccolo Almeida**

Esse artigo propõe-se a analisar as principais diretrizes da política econômica brasileira no último governo da Ditadura Empresarial Militar Brasileira. Parte-se da hipótese de que a condução da política econômica esteve voltada para a tentativa de reedição dos níveis de crescimento alcançados durante o período do “milagre econômico”. O eixo central da investigação centrar-se-á na trajetória dos agentes e das agências responsáveis pela definição dos rumos da economia nacional durante o governo Figueiredo. Tal opção justifica-se pela orientação teórica que estrutura o trabalho na qual o Estado é pensado a partir da matriz conceitual gramsciana que o conce-

Introdução

Esse trabalho propõe-se a investigar as principais diretrizes da política econômica ao longo do governo Figueiredo a partir da investigação das agências e dos agentes responsáveis pela condução da política econômica brasileira, como o Ministério da Fazenda, o Minis-

* As considerações aqui apresentadas foram desenvolvidas ao longo das pesquisas realizadas no projeto “Organização, Indexação, Informatização e Publicização do Acervo Documental sobre História Contemporânea Brasileira Presente no Maranhão (1964-2002), por mim coordenado e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa e ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico no Maranhão (FAPEMA).

** Doutora em História. Prof. Universidade Estadual do Maranhão. monica.piccolo@uol.com.br

be enquanto Estado Ampliado e ceifado por conflitos entre os representantes das frações de classe inseridos na ossatura material do Estado que objetivam nacionalizar e naturalizar um determinado projeto.

Palavras-chave: Ditadura Empresarial-Militar; Política Econômica; Estado Ampliado

This article proposes to analyze the main economic policy guidelines in the last Government of the Brazilian Dictatorship Brazilian military Business. Part of the hypothesis that economic policy was focused on attempting to reprint growth levels achieved during the period of the “economic mira-

cle”. The central axis of the investigation will focus on the trajectory of the agents and agencies responsible for setting the direction of the national economy during the Government Figueiredo. Such option is justified by the theoretical guidance to the job structure in which the State is thought from the Gramscian conceptual matrix that conceives while Expanded State and cut down by conflicts between representatives of fractions of class entered on bones aimed State material nationalize and naturalize a particular project.

Keywords: Corporate-military Dictatorship; Economic Policy; Extended State

tério do Planejamento, o Banco Central e o Banco do Brasil. A construção desta linha analítica justifica-se pela opção teórica desse estudo. Aqui, está sendo proposto pensar o Estado a partir da matriz conceitual construída por Antônio Gramsci que o concebe enquanto Estado Ampliado¹.

A opção pelo arcabouço conceitual gramsciano distancia o estudo aqui apresentado daqueles que caracterizam o Estado brasileiro como uma engrenagem institucional que, diante do amorfismo da sociedade, moldou sua trajetória e garantiu o predomínio dos interesses da classe dominante que o controla sem qualquer tipo de conflito ou divergência. Assim, o Estado é apresentado como um bloco monolítico de órgãos, vazios de atores sociais e do qual as políticas públicas emanariam naturalmente.

Muito mais do que um Estado Patrimonialista, legado de nossa herança ibérica² ou então de uma “construção estatista da ordem” fruto da

¹ O conceito de Estado para Gramsci sofre a chamada “renovação e superação dialética” frente à obra de Marx e Lênin já que não é visto somente como um aparelho que garante a dominação da classe burguesa. Para o intelectual sardo, o Estado possui uma dupla dimensão: sociedade civil (Portadora material da figura social da hegemonia) e sociedade política (Estado em sentido Restrito ou Estado Coerção). Para maiores detalhes, ver GRAMSCI, Antônio. *Cadernos do Cárcere*, vol. 3. Maquiavel e a Política do Estado Moderno (caderno nº 13). Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

² FAORO, Raimundo. *Os Donos do Poder*. Formação do Patronato Brasileiro. Rio de Janeiro:

ação de uma elite uniformemente moldada em Coimbra³ em função da qual a estadia seria uma caracterização mais adequada à sociedade brasileira do que a cidadania⁴ ou ainda aquela que, mesmo partindo de uma matriz gramsciana, enfatiza a “via prussiana” da modernização brasileira na qual o caráter forte e autoritário do Estado correspondeu à natureza amorfa e atomizada da sociedade⁵ – leituras que colocam o Estado como objeto e sujeito da história e a sociedade civil como passiva diante de tal Estado hipertrofiado – está sendo aqui proposto pensar o Estado Brasileiro a partir de uma matriz gramsciana que o concebe enquanto Estado Ampliado⁶. O modelo de Estado que se forjou, então, ele não é um mero desdobramento dos interesses de uma única classe. Ele é visto enquanto relação social que é fruto de conflitos entre sujeitos coletivos organizados a partir da sociedade civil⁷ profundamente marcado pelos esforços de transformação do discurso e das práticas neoliberais em hegemônicos.

Na perspectiva teórica aqui postulada, as diretrizes históricas da política econômica brasileira durante a vigência da Ditadura Empresarial-Militar⁸ (fundamentais para a construção do cenário ideal para uma agen-

Editora Globo, 1989.

³ CARVALHO, José Murilo. *A Construção da Ordem*. A Elite Política Imperial. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1988.

⁴ CARVALHO, José Murilo. *Pontos e Bordados*. Escritos de História e Política. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.

⁵ VIANNA, Luis Werneck. *A Revolução Passiva: Iberismo e Americanismo no Brasil*. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

⁶ MENDONÇA, Sonia Regina de (org.). *O Estado Brasileiro: Agências e Agentes*. Niterói: EdUFF, 2005, p. 07.

⁷ FONTES, Virgínia. *Reflexões Impertinentes: História e capitalismo contemporâneo*. Rio de Janeiro: Bom Texto, 2005., p. 182.

⁸ Há um intenso debate entre os historiadores sobre a caracterização dos governos que chegaram ao poder, em abril de 1964, a partir da destituição do presidente João Goulart, democraticamente eleito. As interpretações variam entre “Ditadura de Segurança Nacional” (PADRÓS, Enrique Serra. América Latina: Ditaduras, Segurança Nacional e Terror de Estado. *Revista História & Luta de Classes*, nº 4, julho, 2007, p. 43-49), regimes hegemonicamente controlados pelos militares (FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 24, nº47, 2004, p. 29-60.

da neoliberal nos anos noventa), foram plasmadas pelos conflitos entre os sujeitos coletivos organizados a partir da sociedade civil. Na tentativa de nacionalizar, naturalizar e hegemônizar seus projetos, demandas e interesses, esse agentes assumiram cargos de destaque nas principais agências do Estado Restrito.

Assim sendo, na análise das agências e dos agentes responsáveis pela condução da política econômica brasileira entre 1979 e 1985, procurar-se-á investigar quem são os atores integrantes desses sujeitos coletivos organizados; a qual classe ou fração de classe encontram-se organicamente vinculados e, principalmente, qual projeto que pretendem tornar hegemônico.

I. A Vitória do “Crescimento a Qualquer Custo”

A composição da nova equipe econômica responsável pelo controle sobre as principais agências definidoras dos rumos da política econômica nacional deu-se através da incorporação de importantes nomes do Governo Geisel. Como Ministro da Fazenda assumiu Karlos Rischbieter que havia sido presidente do Banco do Brasil no período 1977 e 1979 e cuja atividade iniciou-se na esfera estadual como superintendente do Centro Industrial de Aratu, entre 1962 e 1966 e depois como Secretário da Indústria e Comércio da Bahia entre 1966 e 1971. Com o fim do governo Castelo Branco, Karlos Rischbieter pediu demissão dos cargos que exercia no governo e retornou à

_____. *Além do Golpe*. Versões e controvérsias sobre 1964 e a Ditadura Militar. Rio de Janeiro: Record, 2004; GORENDER, Jacob. *Combate nas Trevas*. A esquerda brasileira: das ilusões perdidas à luta armada. São Paulo: Ática, 1987) e “Ditadura Empresarial Militar” (DREIFUSS, René. *1964: a conquista do Estado*. Ação política, poder e golpe de classe. Rio de Janeiro: Vozes, 1987). Compartilha-se, aqui, da análise de René Dreifuss que, orientado teoricamente pelos escritos de Gramsci, e a partir de um exaustivo trabalho empírico, sustentou a hipótese de que no movimento que destituiu João Goulart houve uma intensa e determinante participação dos intelectuais orgânicos da classe dominante que, inseridos no complexo IPES/IBAD, foram determinantes não só na organização do golpe como também na montagem e condução da ossatura material do Estado que a partir de então passou a controlar o país.

iniciativa privada. Assume a Fazenda no momento da posse de Figueiredo mas em janeiro de 1980 foi substituído por Ernane Galvêas que fica no cargo até a posse de Sarney em março de 1985.

No Ministério do Planejamento, dois titulares ocuparam o cargo durante os cinco anos do Governo Figueiredo. Inicialmente, Mário Henrique Simonsen que havia ocupado o Ministério da Fazenda entre 1974 e 1979. Mas, apenas cinco meses depois, foi substituído por Delfim Neto que, assim como ocorrido no Ministério da Fazenda, ocupa a Pasta até o final do governo.

As inovações ocorreram nas presidências do Banco do Brasil e do Banco Central: Oswaldo Roberto Colin assumiu o Banco do Brasil, em 1979, e foi o único membro que permaneceu em seu cargo até o final do governo Figueiredo. A maior rotatividade, entretanto, pode ser encontrada entre os titulares do Banco Central. A presidência foi ocupada por Carlos Brandão que, todavia, assim como Simonsen, permaneceu no cargo por apenas cinco meses, sendo substituído por Ernani Galvêas em agosto de 1979. Galvêas, assim como seu antecessor, permaneceu no cargo por apenas cinco meses. Mais duas alterações foram ainda realizadas na presidência do BACEN: em janeiro de 1980, houve a nomeação de Carlos Langoni. Em 1983, nova nomeação. Agora, assumia a presidência Affonso Pastore.

Quadro I: Agentes controladores das principais Agências responsáveis pela condução da política econômica do Governo Figueiredo⁹

	Ministro da Fazenda	Ministro do Planejamento*	Presidentes do Banco do Brasil	Presidentes do Banco Central
João Baptista Figueiredo 15/03/79 a 15/03/85	Karlos Rischbieter 15/03/79 a 17/01/80	Mário Henrique Simonsen 15/03/79 a 10/08/79	Oswaldo Roberto Colin 16/03/79 a 17/03/85	Carlos Brandão 15/03/79 a 17/08/79
	Ernane Galvêas 17/01/80 a 15/03/85	Delfim Neto 15/08/79 a 14/03/85		Ernane Galvêas 17/08/79 a 17/01/80
				Carlos Langoni 18/01/80 a 02/09/83
				Affonso Pastore 02/09/83 a 14/03/85

*Entre 11/04/79 e 15/08/79 a presidência do Conselho Monetário Nacional foi exercida pelo Ministro do Planejamento. As datas aqui apresentadas como início e fim de mandato se referem ao dia de publicação da nomeação e da exoneração no Diário Oficial.

Fonte: Os dados aqui apresentados foram colhidos em diversos sites do Governo Federal. Elaboração própria.

Com a composição da equipe inicial condutora das principais agências definidoras dos rumos da política econômica do Governo Figueiredo, a opção pelo ajuste fiscal baseado no corte de investimento e controle da dívida externa pareceu que iria, enfim, transformar-se no projeto hegemônico.

Mário Henrique Simonsen¹⁰ assumiu a Secretaria de Planejamento (SEPLAN), a presidência do Conselho Monetário Nacional e a supervisão

⁹ Para uma relação completa entre agentes/agência, trajetória política e atuação nos aparelhos privados de hegemonia, ver anexo I.

¹⁰ Principais obras publicadas por Mário Henrique Simonsen: Notas sobre o problema do capital estrangeiro no Brasil (1975); Sobre economia e política econômica (1961); A experiência inflacionária brasileira (1964); Teoria microeconômica (1967-1969, 4 v.); Brasil 2001 (1969), Novos aspectos da inflação brasileira e Inflação — gradualismo x tratamento de choque (1970); A nova economia brasileira (em co-autoria com Roberto Campos); Brasil 2002 (1972); A teoria do crescimento econômico (1973), Macroeconomia (1974,2v.); A experiência brasileira de planejamento (1974); Macroeconomia (1989), Ensaios analíticos (1994); 30 anos de indexação (1995).

das atividades da Secretaria da Receita Federal e do Conselho Interministerial de Preços.

No Planejamento, a atuação profissional de Mário Henrique Simonsen, autor da fórmula salarial do Plano de Ação Econômica do Governo (PAEG)¹¹, reflete sua inserção na fração de classe dominante do grande empresariado nacional e também do setor financeiro. Juntamente com Júlio Bozano, fundou a firma de serviços financeiros Bozano Simonsen & Cia. Ltda., posteriormente Banco Bozano Simonsen, com sede no Rio de Janeiro. Entre 1962 e 1963, foi diretor da Credisan — Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e durante vários anos atuou como membro do conselho de administração da Mercedes-Benz do Brasil e do conselho consultivo da Companhia de Cigarros Sousa Cruz (1968-1974). Ao longo desse período, mais especificamente a partir de 1969, foi vice-presidente do Banco Bozano Simonsen de Investimento e das demais empresas do grupo Bozano.

Após a saída do Ministério da Fazenda, em 1979, foi convidado a participar do conselho do Citicorp, *holding* controladora do Citibank, o maior banco credor do Brasil, função que exerceu até 1995. Retomou também suas atividades na área empresarial, assumindo em março de

¹¹ Diante de um quadro de elevados níveis inflacionários e de redução do PIB, a política econômica do PAEG primou por inovações bastante distintas daquelas que até então vinham estruturando a política econômica brasileira. Tendo como objetivo central conciliar o binômio crescimento e redução da inflação, o PAEG estruturava-se no tripé reforma fiscal, reforma monetária e reforma salarial.

Conter o processo inflacionário e retomar os níveis do desenvolvimento econômico do biênio 1962/63 eram os objetivos centrais do PAEG. Ao mesmo tempo, defendia a correção das tendências a déficits descontrolados do balanço de pagamentos que estrangulava a capacidade de importar. Para tal, a política financeira presente no Plano, propunha (i) a redução do déficit de caixa governamental como forma de reduzir as pressões inflacionárias; (ii) o fortalecimento da capacidade de poupança nacional através da disciplina do consumo e das transferências do setor público; (iii) o fortalecimento da arrecadação tributária; (iv) a estabilização dos preços sem que houvesse a retração do nível da atividade produtiva ou a redução da capacidade de poupança das empresas; (v) o estímulo ao crescimento através de uma política bancária que viabilizasse o fortalecimento do sistema de crédito; (vi) o fortalecimento da infraestrutura econômica e social através de vultosos investimentos públicos (Ministério de Planejamento e Coordenação Econômica, 1964, p. 15-16).

1980 a vice-presidência do conselho de administração da Companhia Bozano Simonsen, Comércio e Indústria. No mês seguinte, reassumiu o lugar que já ocupara no conselho consultivo da Mercedes-Benz, participando ainda do conselho de administração do Banco do Estado do Rio de Janeiro. Em junho de 1981, tornou-se membro do conselho de administração da Monteiro Aranha S.A. e, a partir de março do ano seguinte, do conselho consultivo da Schering do Brasil. Foi também conselheiro da Companhia de Cigarros Sousa Cruz, da Xerox do Brasil e da Philips do Brasil¹².

A orientação defendida por Simonsen em defesa da redução dos gastos públicos e de controle inflacionário sofria grande oposição dos chamados “desenvolvimentistas”: Delfim Neto (Ministro da Agricultura que posteriormente substituiu Simonsen) e Mário Andreazza (Ministro do Interior). O embate, porém, durou pouco. Em agosto de 1979, Delfim Neto assumiu o Ministério do Planejamento e a o projeto de reedição do “Milagre Econômico”¹³ ou do “crescimento a qualquer custo” passou a conduzir a política econômica governamental.

O início do Governo Figueiredo foi, na realidade, uma continuação do Governo Geisel. No momento em que ficou claro ao novo Presidente que caberia a ele fazer o que era desagradável e que Geisel não tinha conseguido fazer apesar de toda sua autoridade, foi fácil ao general Presidente optar por fazer sua própria política tentando reviver a aura do período Médici, entregando ao Ministro Delfim Neto a tarefa de reali-

¹² Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro. CPDOC-FGV, verbete Mário Henrique Simonsen. Disponível em www.cpdoc.fgv.br.

¹³ O “Milagre Econômico” havia sido marcado pelo acelerado crescimento do PIB (11,4% me média entre 1968 e 1973) favorecido pela ocupação da capacidade ociosa herdada do período anterior, rápida expansão do comércio mundial, pelo crescimento sincronizado das economias industriais, elevação dos preços dos produtos primários e, principalmente, pela liquidez do sistema monetário internacional. Diante de tal quadro, apresentavam-se três alternativas: ajustamento macroeconômico recessivo (redução da demanda interna); crescimento com endividamento e, por fim, ajustamento estrutural (endogeneizar o ciclo, dinamizar o crescimento e interiorizar a produção de capital). CAMPOS, Adriana Fiorotti. O II PND e o processo de estatização da dívida externa: a crise das estatais e a sua posterior privatização. *Raízes*, ano XVIII, nº. 19, maio 1999, p. 49-64.

zar, agora sim, um milagre econômico. Entre agosto de 1979 e outubro de 1980, o país experimentou sua última tentativa de ignorar a crise externa, agora agravada pelo novo choque do petróleo e pela elevação vertiginosa do custo do endividamento externo¹⁴.

Delfim Neto¹⁵ iniciou sua trajetória no aparelho de Estado ainda no Governo Dutra. Em 1948, começou a trabalhar no Departamento de Estrada e Rodagens (DER), por indicação de Roberto Campos, integrou em 1965 o Conselho Consultivo de Planejamento (CONSPLAN), órgão de assessoria à política econômica do governo, e o Conselho Nacional de Economia. Sua primeira nomeação para um posto executivo na área econômica ocorreu com a ascensão de Laudo Natel ao governo de São Paulo, logo após a cassação do mandato de Ademar de Barros em 5 de junho de 1966. Nessa ocasião, o Governo Federal assumiu para si a indicação de nomes para três cargos decisivos da administração paulista: a Secretaria de Segurança, ocupada pelo general Augusto Fragoso, o comando da Força Pública, entregue ao coronel João Batista Figueiredo, e a Secretaria da Fazenda, cuja chefia passou a Delfim Neto, mais uma vez indicado pelo ministro Roberto Campos. Em sua curta gestão, encerrada junto com o governo Natel em janeiro de 1967, defendeu a diminuição do déficit do estado, exercendo ainda influência direta na formação das Centrais Elétricas de São Paulo e na viabilização financeira do projeto hidrelétrico de ilha Solteira. Permaneceu no cargo até sua nomeação como Ministro da Fazenda em 1967 quando passou a ser a principal figura do “milagre econômico”.

¹⁴ CARNEIRO, Dionísio Dias; MODIANO, Eduardo. Crise e esperança: 1974-1980. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso Cem anos de política econômica republicana (1989-1989)*. Rio de Janeiro: Campus, 1990, p.309.

¹⁵ Principais obras publicadas por Delfim Neto: Além de inúmeros artigos, foi coautor de O trigo no Brasil (1958), O mercado do açúcar no Brasil (1958), O problema do café no Brasil (1959, e 1979), Alguns problemas da agricultura brasileira (1965), Alguns aspectos da inflação brasileira (1965), Agricultura e desenvolvimento (1966), Vinte anos de substituição do café brasileiro (1966), Planejamento para o desenvolvimento econômico (1966), Só o político pode salvar o economista (1986), Moscou, Freiburg e Brasília (1990) Crônica do debate interdito (1998).

A trajetória do Ministro da Fazenda, Karlos Rischbieter¹⁶, também remonta a outros governos da Ditadura Empresarial-Militar. Após o término do governo Castelo Branco, em 1967, Rischbieter pediu demissão da presidência do Instituto Brasileiro de Café e retornou à iniciativa privada, tornando-se diretor da Pafisa Crédito Financiamento e Investimento e diretor-gerente da Paraná Comércio Administração S.A., *holding* de propriedade de Leônidas Bório, assim como ele, ex-presidente do IBC. Exerceu a profissão de administrador financeiro nessa empresa até fevereiro de 1972, foi presidente da Associação Latino-Americana de Instituições Financeiras de Desenvolvimento (ALIDE), de 1977 a 1979, presidente do Conselho Administrativo da Volvo do Brasil S.A., de 1980 a 1994 e da MPM Propaganda S.A e também membro do Conselho Administrativo de diversas empresas nacionais e estrangeiras, como Ericsson, Philip Morris, Artex S.A. (Blumenau, SC), Refripar (Curitiba), Climax (São Carlos, SP), Sicom (São Carlos, SP), Lacta (São Paulo), Fiat Lux (Curitiba), e participou do conselho da Brasilinvest e do banco Bamerindus (Curitiba).

Em abril de 1996, foi eleito representante dos acionistas minoritários no Conselho de Administração do Banco do Brasil. Nesse período, afastou-se das atividades que exercia em outras empresas e tornou-se membro do Conselho Administrativo da Sadia, da cooperativa Batavo. Assim como Simonsen, também era sócio proprietário, não de um banco, mas de uma grande empresa, a Franca¹⁷.

Em agosto de 1979, o Ministro do Planejamento, Mário Henrique Simonsen, defensor de medidas de contenção do gasto público para o ajuste da economia, foi substituído por Delfim Neto, defensor de políticas expansionistas. Como Ministro Chefe da SEPLAN, Delfim criou a Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP) que, chefiada por Carlos Viacava, passou a controlar a Comissão de Financiamento à Produção (CFP).

¹⁶ Obras publicadas por Karlos Rischbieter: *Fragmentos de Memória* (Travessa dos Editores, 2008); Paul Garfunkel — um francês no Brasil (edição bilingue francês-português, 1992), biografia ilustrada sobre a trajetória artística de seu sogro, e foi tradutor de obras do poeta alemão Rainer Maria Rilke.

¹⁷ DHBB, CPDOC-FGV, verbete Karlos Rischbieter. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

O diretor desta, Paulo Viana, ligado ao ministro Rischbieter, foi substituído por Francisco Vilela, indicado pela SEPLAN. A SEAP passou a controlar a ação do Conselho Interministerial de Preços, antes vinculado à pasta da Fazenda, a Secretaria Especial de Controle das Estatais (SEST), chefiada por Néelson Mortada, e a Secretaria de Articulação com os Estados e Municípios (SAREM). A área de atuação da SEAP demonstrava, assim, a força da SEPLAN e, principalmente, de Delfim Neto.

Pretendendo aliviar os déficits no orçamento nacional e no balanço de pagamentos, Delfim promoveu mudanças no sistema tributário, eliminou grande parte dos subsídios e atualizou as tarifas do setor público, mantendo, entretanto os incentivos à exportação e à agricultura. Considerava a existência de quatro causas básicas para a inflação: o excesso de gastos do governo, a pequena oferta de alimentos no mercado interno, o preço do petróleo importado e a política de reajustes semestrais de salários, implantada em novembro de 1979.

Essa mudança na equipe econômica colocou Karlos Rischbieter mais próximo a Simonsen, em rota de colisão com o novo ministro do Planejamento. O Ministro da Fazenda assumiu em um contexto de aceleração inflacionária, aumento de taxas de juros internacionais e de ascensão do movimento grevista na região do ABC paulista. Seus dez meses de gestão foram marcados por divergências com setores financeiros e com membros da equipe econômica sobre as medidas a serem tomadas para a adaptação da economia ao novo contexto interno e externo. Em janeiro de 1980, Karlos Rischbieter entregou ao presidente Figueiredo um relatório confidencial de cerca de 20 laudas analisando a situação econômica do país e expondo seus pontos de vista sobre as perspectivas da economia e as medidas econômicas a serem implementadas. Criticou o excessivo endividamento externo do estatal, e defendeu uma política de estímulos às exportações e controle das importações, prevendo um quadro “sombrio” caso não fossem adotadas medidas urgentes de ajuste fiscal, das contas externas, e de contenção dos gastos governamentais. O relatório traçava ainda um quadro pessimista para 1980 e afirmava que o país precisaria de receitas de 41,1 bilhões de dólares para pagamento

das dívidas, quando suas exportações deveriam atingir apenas 16,9 bilhões de dólares, o que por sua vez ocasionaria graves problemas futuros de balanço de pagamentos. Alertou contra os riscos da excessiva dependência da política econômica em relação aos recursos externos, contra a pouca atenção dada pelo governo à área social e preconizou a necessidade de uma melhor distribuição de renda para a adoção de um modelo de desenvolvimento autossustentado pelo país. Contrariando a estratégia do Ministro Delfim Neto, Rischbieter apontava para um quadro pessimista no cenário internacional que deveria continuar até pelo menos 1984.

O vazamento desse relatório para a imprensa causou grande repercussão nos meios empresariais e políticos e tornaram públicas as divergências na equipe governamental sobre os rumos a serem traçados pela política econômica¹⁸ Rompia-se, pelo menos momentaneamente, o consenso que até então havia predominado entre os condutores da política econômica desde o movimento de 1964. Para restaurá-lo, Ernani Galvêas, que havia sido Presidente do Banco Central durante o período em que Delfim Neto esteve à frente do Ministério da Fazenda, substituiu Rischbieter. A posse de Galvêas na Fazenda, assim, refletia o fortalecimento do novo Ministro do Planejamento como principal condutor da política econômica.

Originário do Espírito Santo, Galvêas, era funcionário de carreira do Banco do Brasil, onde iniciou sua vida profissional em 1942. Formado em contabilidade e com graduação e mestrado em economia, nos anos cinquenta foi superintendente da SUMOC e nos anos sessenta exerceu a função de assistente econômico do Ministério da Fazenda e passou a representá-lo na SUDENE e na SUNAB em 1962. Após a destituição de Goulart, voltou a atuar no Banco do Brasil quando foi nomeado diretor da Carteira de Comércio Exterior.

Em função de suas estreitas ligações com Delfim Neto, Galvêas voltou a assumir cargos públicos no Governo Figueiredo. Em maio de 1979 assumiu a presidência do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Mercado de

¹⁸ DHBB, CPDOC-FGV, verbete Karlos Rischbieter. Disponível em www.cpdoc.fgv.br.

Capitais e em agosto retornou à presidência do Banco Central. Cinco meses depois, porém, deixou o BACEN e assumiu a pasta da Fazenda. Atuou nos aparelhos privados de hegemonia em dois momentos distintos de sua trajetória: engenheiro da Sociedade Comercial Construtora entre 1949 e 1951 e consultor econômico da Confederação Nacional de Comércio em 1991.

Sua participação profissional, assim, teve maior destaque no setor público do que no privado. Foi vice-presidente Aracruz Celulose em 1974 e membro de seu conselho consultivo em 2008, membro do Conselho Consultivo da Intercontinental Empreendimentos (1975) e Acionário minoritário da Cobesa, empresa de consultoria e investimento. Nunca chegou a assumir qualquer cargo político-partidário, apesar de sua filiação ao PDS em 1980¹⁹.

Na presidência do Banco do Brasil, Oswaldo Roberto Colin, catariense, bacharel em Direito e funcionário de carreira do Banco do Brasil, representou um sólido ponto de apoio para o governo no front internacional quando, em setembro de 1982 o México decretou moratória. A partir de então, a agência do Banco do Brasil de Nova York transformou-se no principal guichê de pagamentos do país no exterior. Colin manobrava discretamente junto ao Banco Central até a chegada de ajuda do FMI. Seu apoio às orientações da política econômica conduzida por Delfim Neto garantiu sua permanência no cargo.

A estabilidade do Banco do Brasil não se reproduziu na condução do Banco Central. Dos quatro presidentes nomeados durante o Governo Figueiredo, o primeiro deles foi Carlos Brandão. Mineiro, sem curso superior, com formação técnica em administração, liderança executiva, controle monetário e execução orçamentária, Brandão foi funcionário de carreira do Banco do Brasil. Em 1957 foi designado secretário-geral da Comissão Executiva do Plano de Recuperação Econômico-Rural da Lavoura Cacaueira (CEPLAC). Em 1969, a convite de Ernani Galvêas (então presidente do Banco Central) assumiu a gerência da dívida pública da Instituição.

¹⁹ DHBB, CPDOC-FGV, verbete Ernani Galvêas. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

Na presidência do BACEN defendeu a implementação, organização e regulamentação da operação financeira denominada *open market*, com o objetivo de fortalecer o mercado de títulos públicos e cobrir o déficit do Tesouro Nacional através da constituição de reservas monetárias e da regularização dos meios de pagamento. Elaborou uma emenda à Constituição para permitir o giro da dívida pública e participou da redação de anteprojetos que resultaram em leis que criaram as letras do Tesouro Nacional e disciplinaram a negociação da dívida pública mobiliária da União, o endividamento dos estados e a negociação de títulos do Tesouro Nacional. Rejeitou o tabelamento dos juros e propôs que o Banco Central restringisse sua atuação ao controle da moeda. No seu entender, não cabia à instituição o papel de banco fomentador da economia, sugeriu a utilização de taxas de redesconto de liquidez e do *open market* como forma de garantir uma política monetária eficiente. Defendeu, ainda, a desregulamentação do sistema financeiro e o fortalecimento do sistema financeiro privado com o objetivo de assegurar a solidez e a ampliação da poupança interna, de forma a acompanhar o ritmo de desenvolvimento do país. Ao defender a proibição do Banco Central de emitir moeda, associada ao ordenamento das finanças públicas e à redução da presença do Estado na economia, acreditava que haveria o controle da inflação.

A trajetória profissional de Carlos Brandão foi marcada pela atuação em bancos públicos e privados. Em 1946 foi admitido no Banco Hipotecário Agrícola, logo depois, passou a atuar como investigador de cadastro do Banco Itaú. Na condição de diretor financeiro do Banco do Brasil, integrou a Comissão Consultiva de Mercado de Capitais, o conselho diretor do Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais (IBMEC), o conselho do Fundo de Incentivo à Pesquisa Técnico-Científica (FIPEC) do Banco do Brasil e o conselho consultivo do Programa Nacional de Crédito Educativo — ligado aos Ministérios da Fazenda e da Educação e Cultura. Presidiu o colegiado e assumiu a diretoria executiva do Fundo de Democratização do Capital das Empresas (FUNDECE), criado por decreto.

Após deixar a presidência do Banco Central, incorporou-se à diretoria do Banco Econômico. Em 1985 tornou-se membro do Conselho de Recur-

dos do Sistema Financeiro Nacional. Integrou os conselhos do IBMEC, de diretores do Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais (IBPS) e de Recursos do Sistema Financeiro Nacional. Foi ainda diretor do Sindicato dos Bancos do Estado do Rio de Janeiro.

Sua atuação nos aparelhos privados de hegemonia iniciou-se pelo Centro de Pesquisa do Cacau. Atuou também no conselho de administração da Associação Nacional de Dirigentes de Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA)²⁰, órgão que assumiu a presidência em 1982 e depois no período 1989-2002. Neste posto, criticou a forma sigilosa como foram encaminhadas as negociações entre o governo brasileiro e o Fundo Monetário Internacional (FMI), defendeu a desvinculação da correção monetária do câmbio e advertiu sobre a importância do *open market* como instrumento regulador do fluxo de recursos internos. Em 1987, tornou-se presidente da Associação Promotora de Estudos de Economia (APEC), diretor do Instituto Brasileiro de Pesquisas Sociais, vice-presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras e Diretor da Associação Promotora de Estudos de Economia (APEC).

As ideias de Carlos Brandão em relação à importância do *open market* levaram a incompatibilizá-lo com o Ministro da Fazenda Karlos Rischbieter. A saída de Simonsen e a posse de Delfim Neto no Planejamento o enfraqueceram ainda mais, levando a sua substituição por Ernani Galvêas na presidência do Banco Central. Os conflitos entre o Karlos Rischbieter e Delfim, promoveram a saída de Galvêas do Banco Central e sua ida para a Fazenda. Assim, uma nova substituição ocorreu na presidência do BACEN. Agora, foi nomeado Carlos Geraldo Langoni que permaneceu na instituição até 1983²¹.

²⁰ A Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (ANDIMA) foi criada em 1971 e a partir de 1975 passou a ser denominada Associação Nacional dos Dirigentes de Instituições do Mercado Aberto. São associados da ANDIMA os bancos comerciais, múltiplos e de investimento, sociedades corretoras e distribuidoras de valores. Para maiores informações ver MINELLA, Ary Cesar. Elites financeiras, sistema financeiro e o governo FHC. In: RAMPINELLI, Waldir Jose (org.). *No fio da navalha*. Crítica das reformas neoliberais de FHC. São Paulo: Xamã, 1997, p. 165-200.

²¹ DHBB, CPOC-FGV, verbete Carlos Brandão. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

Langoni, formado em economia com mestrado e doutorado nos Estados Unidos, iniciou em 1971 na carreira de docente, ministrando a disciplina Teoria e Política Monetária na Escola de Pós-Graduação em Economia (EPGE) da Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro. Também atuou como professor-pesquisador do Instituto de Pesquisas Econômicas da Universidade de São Paulo (USP) foi Subdiretor técnico da EPGE de 1972 a 1973 e ocupou a direção da instituição entre 1973 e 1979. Após a saída do Banco Central, retornou à EPGE onde atuou como professor titular até 1989. Assumiu em 1989 a presidência da Projeta Consultoria Financeira S/C Ltda., empresa associada ao NM Rothschild de Londres. Ainda em 1989, tornou-se diretor do Centro de Economia Mundial da FGV. Em 2009, presidia a Projeta Consultoria Econômica Ltda., atuando como consultor em junto às quarenta maiores empresas do Brasil. Foi diretor do Centro de Economia Mundial e professor na Escola de Graduação em Economia, ambos da Fundação Getúlio Vargas. Atuou também como consultor sênior da Companhia Vale do Rio Doce e foi membro da diretoria da Souza Cruz.

Carlos Langoni iniciou sua participação nas agências estatais em 1970 quando passou a trabalhar no Instituto de Planejamento Econômico e Social, órgão ligado ao Ministério do Planejamento. Em 1979 ingressou no Banco Central na diretoria da área bancária. Diferentemente de Carlos Brandão, Langoni, em seu discurso de posse, criticou a reforma do sistema financeiro nacional por considerar que seriam suficientes algumas correções que assegurassem a linha de ação do governo de fortalecer os pequenos e médios bancos com vocações regionais. Defendeu o acesso dos países em desenvolvimento a fontes de recursos com prazos mais longos, ainda que arcando com o ônus de um custo mais elevado, propôs a ampliação da faixa de empréstimos relacionados a exportações e a projetos essenciais de substituição de energia importada, duas áreas que apresentariam um risco menor do que o financiamento de caráter geral e teriam um impacto favorável sobre a balança comercial. Descartou os empréstimos do FMI como solução para a rolagem da dívida externa brasileira, considerando-os escassos e de prazos reduzidos. Reiterou que o Brasil continuaria na dependência dos bancos privados no mercado do eurodólar para financiar o déficit em conta

corrente no balanço de pagamentos. Assim, condenava a política de restrições ao livre movimento de capitais e de bens de serviços. Diagnosticou a inflação brasileira como a expressão objetiva do déficit público e salientou a necessidade de integrar e harmonizar os orçamentos monetário, fiscal e das estatais, reduzindo radicalmente subsídios creditícios.

Em relação à dívida externa, Langoni opôs-se à proposta de sua renegociação por considerar que levaria à recessão devido aos possíveis cortes de crédito externo, essenciais ao funcionamento da economia nacional. Opunha-se também aos projetos de desenvolvimento que significassem industrialização a qualquer custo, pois, segundo afirmava, a recuperação das atividades econômicas dependeria dos resultados do combate à inflação e da estabilidade das taxas de juro internacionais. A má desvalorização da moeda nacional, ocorrida em fevereiro de 1983, foi a medida tomada para contornar a crise de estreitamento de liquidez que o país enfrentava desde junho de 1982, causada, sobretudo, pelas perdas sofridas pelas agências brasileiras no exterior no mercado interbancário e pela redução das linhas de crédito comercial.

Quando da moratória mexicana, alegou que no Brasil tal proposta teria como consequências a súbita redução das transações comerciais com o exterior e bloqueio a uma série de importações essenciais ao funcionamento da economia. Definiu que o Conselho Monetário Nacional teria o controle total do Banco Central sobre as operações de câmbio como meio de restringir ao máximo a remessa de recursos ao exterior e restabelecer uma indispensável liquidez que permitisse maior margem de manobra nas negociações da dívida.

Sua saída do Banco Central começou a ser delineada quando se recusou a assinar a terceira carta de intenções ao FMI por considerar inexecutáveis o ritmo e a forma de cumprimento das metas traçadas pelos ministros da Fazenda, Ernani Galvêas, e do Planejamento, Delfim Neto, especialmente no que se referia à redução da inflação e ao fim do déficit público. Na base do desentendimento com a equipe econômica estava a avaliação de que a crise da dívida era uma questão estrutural e não um problema passa-

geiro de liquidez. Em virtude dessas discordâncias, demitiu-se da presidência do Banco Central, em setembro de 1983, sendo substituído por Afonso Celso Pastore. Na reunião de despedida com diretores, defendeu a independência da instituição, nos moldes do Federal Reserve norte-americano²².

Nesse momento, predominava o diagnóstico (defendido principalmente por Delfim Neto) de que o principal problema a ser enfrentado era o do balanço de pagamentos e não o da inflação. A partir do segundo semestre de 1980, a política econômica esteve cada vez mais subjugada à busca do equilíbrio nas contas externas.

Sustentado pelo discurso de redução de seus gastos, o governo definiu também em junho de 1981 os critérios para a privatização de empresas estatais, excluindo da lista as que operavam em setores importantes para a segurança nacional, realizavam atividades de caráter monopolista, produziam insumos de importância estratégica ou asseguravam a presença nacional nos setores básicos da economia. Além disso, as empresas desestatizadas só poderiam ser vendidas a grupos brasileiros. Defendia-se, então, que o endividamento externo estaria ligado à possibilidade de desenvolvimento e o déficit surgiria basicamente do excesso de dispêndio das empresas estatais.

Afonso Pastore²³ assumiu a presidência do Banco Central em setembro de 1983. Último presidente do BACEN da ditadura militar, paulista e formado em economia com doutorado na USP, inicia sua atuação em agências no âmbito estadual e diretamente ligado ao então Ministro do Planejamento. Em 1966 assumiu o cargo de assessor de Delfim na secretaria

²² DHBB, CPDOC-FGV, verbete Carlos Langoni. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

²³ Obras publicadas por Afonso Pastore: Aspectos gerais da receita pública no Brasil (co-autoria, 1962); Alguns aspectos da inflação brasileira (co-autoria, 1965); Agricultura e desenvolvimento no Brasil (co-autoria, 1966); Inflação e política monetária no Brasil (1969); A oferta de produtos agrícolas no Brasil (1971); Análise financeira do Programa de Integração Social — PIS (co-autoria, 1971); O Programa de Integração Social e a mobilização de recursos para o desenvolvimento (1972); A oferta de moeda no Brasil (1973); A política monetária no Programa Brasileiro de Estabilização (1973); A agricultura e a política comercial brasileira (co-autoria, 1976); Exportações agrícolas e desenvolvimento econômico (1979).

da Fazenda do Estado de São Paulo. No ano seguinte, com a nomeação de Delfim Neto para o cargo de Ministro da Fazenda, integrou-se à equipe de assessores do novo ministro. Entre 1967 e 1973, participou da assessoria conjunta dos ministérios da Fazenda e do Planejamento, com sede no Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), ligado ao Ministério do Planejamento. Em março de 1979, durante a gestão do governador José Maria Marin, assumiu o cargo de secretário dos Negócios da Fazenda de São Paulo.

Durante o período em que esteve à frente do Banco Central, rejeitou medidas de choque e, diferentemente de seu antecessor, afirmou a disposição de seguir as diretrizes dos compromissos firmados com o Fundo Monetário Internacional (FMI) e fez projeções de crescimento negativo do Produto Interno Bruto (PIB) para os anos seguintes. Propugnou medidas de controle do processo inflacionário, considerando a redução do déficit público ponto fundamental para a solução dos problemas da economia nacional. Defendia, assim, uma nova ordem econômica mundial, na qual a renegociação da dívida contasse com a colaboração dos países ricos e do sistema financeiro internacional, com vistas ao crescimento do comércio exterior, à redução das taxas de juros e à suplementação dos recursos financeiros derivados do FMI e dos bancos centrais das nações industrializadas.

Apesar de identificar na política cambial de consecutivas desvalorizações da moeda nacional o principal fator estimulador do processo inflacionário, Pastore considerou impossível alterar a correção cambial pelo risco de agravar o processo recessivo e causar uma desindustrialização da economia. Defensor de um programa gradualista projetou uma recuperação econômica e uma retomada de investimentos em três momentos: em primeiro lugar, a recuperação da economia passaria pelo crescimento da agricultura e pelas exportações. O segundo passo seria a reativação da construção civil e do setor de bens de consumo. Em um terceiro momento — após três anos — haveria a queda de juros e a retomada de investimentos no país.

Sua atuação profissional esteve intimamente marcada pelo magistério. Em 1970, coordenou o grupo de pesquisas do IPEA e assumiu a coorde-

nação de pesquisa do Instituto de Pesquisas Econômicas (IPE), vinculado à USP. Em março do ano seguinte, tornou-se secretário-executivo do IPE, posto que ocuparia até março de 1976. Participou da Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia durante os anos de 1971 e 1972. Nesse ano, integrou-se à Comissão de Pós-Graduação da FEA-USP, coordenando o curso de macroeconomia da faculdade até 1975. Em 1976, foi aprovado em concurso e tornou-se professor adjunto de econometria. Em 1978, foi promovido a professor titular e diretor da FEA-USP.

Pastore montou, após saída do BACEN, na capital paulista, o escritório de consultoria Pastore & Associados, para atender grandes empresários. Em novembro de 1985, tornou-se conselheiro consultivo da Caterpillar do Brasil. Em 2002, tornou-se membro do Conselho de Administração do Grupo Gerdau. A partir de 2006, dedicou-se ao seu escritório, o A. C. Pastore & Associados, especializado em análises macroeconômicas aplicadas.

Sua atuação nos aparelhos privados de hegemonia reflete suas ligações com os organismos econômicos mundiais e em muito pode explicar suas principais ideias, principalmente a insistência na necessidade de combater o déficit público, cuja existência atribuía a desarranjos decorrentes da presença do Estado na economia e à desordem financeira dos bancos estaduais. Nesse sentido, afirmou que o crescimento econômico do Brasil estaria condicionado à privatização das empresas estatais e à concretização de um novo acordo com os credores internacionais. Outra medida fundamental era a recuperação da poupança do setor público, mediante o corte de gastos públicos e a ampliação da receita tributária, por meio da elevação de alguns impostos. Entre 1973 e 1976, participou de atividades ligadas ao National Bureau of Economic Research, tendo sido membro do Comitê Organizador de Seminários na América Latina. Nesse período, foi diretor de pesquisas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas. De 1974 a 1976, a convite do governo uruguaio e da United States Agency for International Development, assessorou o Uruguai em projetos de políticas de estabilização e balanço de pagamentos. Em 1975 e 1976, integrou-se ao *Board of Trustees do International Research Institut*, tendo participado dos

comitês executivo e de programas. Também atuou como Consultor do Comitê Empresarial Brasil- Estados Unidos ao longo do ano de 1977. Embora tenha se filiado ao PDS em 1980, à semelhança de outros membros desse grupo, não exerceu nenhum cargo político-partidário ²⁴.

III. A Derrota do “Milagre econômico”

A nova ordem mundial do pós II Guerra, sistematizada em Bretton Woods, baseava-se na premissa de que as correntes internacionais de capital privado eram não só improváveis, mas indesejáveis em grandes quantidades, uma vez que poderiam desencadear a instabilidade e a perda de controle das políticas econômicas internas. A partir de então, foram estruturados o FMI e o Banco Mundial com o intuito de aumentar a estabilidade, a capacidade de previsão e a presença do setor público no mercado internacional de capitais. Em 1945, como o Convênio Constitutivo do FMI apontava, o mundo não se opunha às restrições às afluências internacionais de capitais pelos Estados-nações. Entre 1956 e 1961 os ingressos de capitais constituem-se em investimento direto estrangeiro e consolida-se um novo padrão hegemônico de firma: as corporações multinacionais, com suas redes de sedes e filiais. A tarefa de fornecer capital privado aos países em desenvolvimento, todavia, ainda estava sob controle dos prestamistas oficiais, como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento²⁵.

No entanto, esse quadro de novo padrão de acumulação sofreu nova reversão entre os anos 1962 e 1967. No ano seguinte, todavia, inaugurava-se um novo período de ingressos em função da crise de sobreacumulação nos Estados Unidos e na Europa. Ao se produzir a primeira crise nos preços do petróleo (1973-74), os bancos encontravam-se em uma situação favorável, a ponto de absorver o excesso de liquidez internacional em forma de

²⁴ DHBB, CPDOC-FGV, verbete Afonso Pastore. Disponível em www.cpdoc.fgv.br

²⁵ CULPEPER, Roy. Retomada das afluências de capital privado para a América Latina: o papel dos investidores norte-americanos. In: FFRENCH-DAVIS, Ricardo; GRIFFITH-JONES, Stephany (org.). *Os fluxos financeiros na América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997, p. 41-80.

petrodólares, que fluíam em grande quantidade dos países \exportadores de petróleo para os euromercados. Os empréstimos, agora, assumem um novo perfil: passaram a ser privados, contratados sem condicionalidades e a taxas de juros negativas e flutuantes. Assim, ainda segundo Culpeper, os bancos serviram-se do montante desses créditos para conceder empréstimos aos devedores dos países subdesenvolvidos. Esse comportamento dos bancos foi incentivado no mundo inteiro pelos funcionários governamentais e organismos internacionais como o FMI.

A elevação da taxa de juros nos Estados Unidos a partir de 1979 foi responsável pela inversão, de 1982 em diante, dos movimentos de entrada de capitais na América Latina, acentuando as fugas de capital e os déficits comerciais – o exemplo máximo desse processo foi a decretação da moratória mexicana. Iniciando, então, um processo de negociação da dívida externa dos países latino-americanos.

As duas questões centrais que afetavam a economia nos momentos finais da Ditadura Empresarial Militar, também estiveram presentes ao longo do Governo Sarney: o estrangulamento externo e o desequilíbrio das finanças públicas.

Na análise das negociações do Brasil com os credores internacionais nos anos 1980, Dionísio Carneiro e Eduardo Modiano²⁶ apontam uma série de características que foram definidoras para os rumos da economia brasileira, tais como a escassez de financiamento externo, a dificuldade de renovação de empréstimos e o déficit em conta corrente de US\$ 12,8 bilhões. A preocupação contínua com a base monetária e os altos níveis de taxas de juros internas para induzir a captação privada de empréstimos no exterior resultou numa desastrosa política de financiamento das necessidades do setor público através de vendas cada vez mais volumosas de títulos do governo ao setor privado. As políticas restritivas de outubro de 1980 provocaram, em 1981, o primeiro declínio do PIB real do pós-guerra. As

²⁶ CARNEIRO, Dionísio Dias ; MODIANO, Eduardo. Ajuste externo e desequilíbrio interno: 1980-1984. In: ABREU, Marcelo de Paiva (org.) *A ordem do progresso*. Cem anos de política econômica republicana (1989-1989). Rio de Janeiro: Campus, 1990, p. 323-346.

frustrações com o ajustamento externo em 1982 levaram ao reinício das conversações com o FMI. No ano de 1983, houve o sucesso do ajustamento externo e desequilíbrios internos. Em 1984 deu-se o relaxamento da restrição externa e a recuperação do crescimento da economia.

A política macroeconômica que prevaleceu entre 1981 e 1982 fora, assim, a redução das necessidades de divisas estrangeiras através do controle da absorção interna. Intentava-se a queda da demanda interna para tornar as exportações mais atraentes (política restritiva implantada em outubro de 1980). Assim sendo,

a política a ser seguida baseava-se na contenção salarial, no controle dos gastos do governo e no aumento da arrecadação, na elevação das taxas de juros internas e na contração da liquidez real, sem abrir mão do tratamento especial dado às atividades de exportação, energia e agricultura e às pequenas empresas²⁷.

Nesse sentido, a partir de dezembro de 1980, o eixo central da política econômica do governo foi o controle das despesas públicas, materializado através das seguintes determinações: i) limitação do crescimento nominal dos investimentos das empresas estatais em 66%; ii) centralização pelo Tesouro da administração dos recursos orçamentários dos órgãos da administração direta; iii) controle semanal do saldo das contas dos diferentes órgãos governamentais pela Comissão Financeira do Ministro da Fazenda; iv) elevação da carga tributária; v) restabelecimento do incentivo fiscal do crédito; vi) liberação das taxas de juros dos empréstimos. O saldo de tais políticas restritivas de demanda sobre o controle inflacionário foi pouco representativo.

Em que pese o caráter restritivo de tais medidas, o governo brasileiro não recorreu ao FMI em busca de apoio para as políticas de estabilização uma vez que “*parecia temer que o FMI demandasse drásticas mudanças em sua estratégia de ajustamento estrutural de longo prazo e restringisse sua liberdade em relação à política econômica*”²⁸.

²⁷ *Idem*, p.325.

²⁸ *Idem*, p. 327.

Recessão mundial e declínio da capacidade de importar de alguns novos consumidores de manufaturas brasileiras impediram a obtenção de um superávit comercial. A moratória do México impôs novas restrições ao crescimento econômico e na reunião em Toronto (agosto de 1982) foram retomadas as conversações com o FMI. No entanto, tais discussões não se materializaram em um aumento dos recursos financeiros das agências multilaterais. Um elemento complicador a este quadro foi o cenário eleitoral brasileiro²⁹. O governo tenta impedir que a ida ao FMI se tornasse um item da campanha eleitoral.

O financiamento do balanço de pagamentos para a segunda metade de 1982 e 1983 faria parte de uma operação de emergência (fundos de emergência) para evitar suspensões unilaterais de pagamento por carência de divisas.

Fundos de emergência para o resto de 1982 materializaram-se na forma de empréstimos de US\$ 1,5 bilhão do governo americano, de US\$ 500 milhões do Banco de Compensações Internacionais (BIS), e algo em torno de US\$ 2,3 bilhões em recursos de curto prazo de grandes credores privados, com o entendimento de que para o ano seguinte o fluxo máximo de financiamentos disponíveis ao Brasil

²⁹ Nas eleições de 1982, o PMDB elegeu nove governadores: Nabor Júnior (AC), Gilberto Mestrinho (AM), Gérson Camata (ES), Iris Rezende (GO), Wilson Martins (MS), Tancredo Neves (MG), Jader Barbalho (PA), José Richa (PR), Franco Montoro (SP). O PDS elegeu 12 governadores: Divaldo Suruagy (AL), João Durval (BA), Gonzaga Mota (CE), Luís Rocha (MA), Julio Campos (MT), Wilson Braga (PB), Roberto Magalhães (PE), Hugo Napoleão (PI), José Agripino Maia (RN), Jair Soares (RS), Esperidião Amim (SC) e João Alves Filho (SE). Nas eleições para renovação de 1/3 do Senado Federal, o PMDB elegeu nove senadores: Mário Maia (AC), Fábio Lucena (AM), José Ignácio Ferreira (ES), Mário Borger (GO), Marcelo Miranda (MS), Itamar Franco (MG), Hélio Gueiros (PA), Álvaro Dias (PR) e Severo Gomes (SP). No Rio de Janeiro, foi eleito o único governador fora do quadro desses dois partidos: Leonel Brizola (PDT). O PDS elegeu 14 senadores: Guilherme Palmeira (AL), Luís Vianna Filho (BA), Virgílio Távora (CE), João Castelo (MA), Roberto Campos (MT), Marcondes Gadelha (PB), Marco Maciel (PE), João Lobo (PI), Carlos Alberto (RN), Carlos Chiarelli (RS), Claudionor Roriz, Galvão Modesto e Odacir Soares (RO), Jorge Bornhausen (SC) e Albano Franco (SE). Assim como no cargo de governador, O único candidato eleito que não pertencia a nenhum dos dois partidos, foi Saturnino Braga pelo PDT no Rio de Janeiro. Na Câmara dos Deputados, das 479 vagas, o PDS conquistou 235, o PMDB 200, o PDT 23, o PTB 13 e o PT 18. Dados extraídos www.iuperj.br/doxa.

seria de US\$ 10,6 bilhões dos bancos privados, incluindo o refinanciamento, e US\$ 2 bilhões das instituições multilaterais³⁰.

O Conselho Monetário Nacional votou um compromisso formal de austeridade, o “Programa para o Setor Externo em 1983” que serviria de base para um novo acordo com o FMI. Previam-se, aqui, o crescimento em 9,5% das exportações e a redução de 17% das importações para obtenção de um superávit de US\$ 6 bilhões para 1983.

As eleições em 15 de novembro de 1982 adiaram o pedido formal de auxílio do governo ao FMI. Em 20 de agosto foi anunciado um programa de negociação da dívida que seria submetido ao FMI. O fundo da recessão, em 1983, acabou de intensificar a retomada das negociações entre o governo brasileiro e o FMI, principalmente através do envio das chamadas “Cartas de Intenções”, a primeira delas já em janeiro de 1983. O cumprimento das metas relacionadas com as contas externas (aumento de superávit) não impediu atrasos de pagamento na ordem de US\$ 2,3 bilhões uma vez que a entrada líquida de capitais como parte do programa de renegociação não se materializou.

Internamente, o quadro foi distinto: aceleração progressiva da inflação, indexação do serviço da dívida pública impediu a redução das necessidades nominais de financiamento do setor público. Três meses após a aprovação formal do programa de estabilização, o FMI suspendeu o desembolso de US\$ 2 bilhões. As metas para a política fiscal baseadas na desindexação salarial (previstas na terceira Carta de Intenção, de setembro de 1983), foram rejeitadas pelo Congresso. Dois meses depois, uma nova Carta foi enviada pelo governo brasileiro na qual era estabelecido um novo critério de desempenho fiscal, denominado resultado operacional do setor público.

O ano de 1984 apresentou um cenário diverso. A restrição externa da economia brasileira reduziu-se em função da recuperação da economia

³⁰ CARNEIRO, Dionisio Dias, MODIANO, Eduardo. *Op. cit.*, p. 329.

norte-americana. Em fevereiro, a direção do FMI atendeu ao pedido brasileiro de novo *waiver*, aceitando a alegação de que o não cumprimento de diversos critérios de desempenho fora motivado pela interrupção na entrada de recursos externo. Na quinta Carta, enviada em 15 de março de 1984, foram propostas metas menos restritivas e que vigoraram por seis meses. Agora, era prevista a redução da inflação à taxa equivalente à metade da taxa anual de 1983. No entanto, em setembro, uma nova Carta propôs outra alteração dos tetos em função do descompasso entre inflação efetiva e projeção.

As novas perspectivas de crescimento da economia brasileira modificaram o padrão de negociações entre o Brasil e o FMI. Na sétima Carta de Intenção, de janeiro de 1985, havia a clara busca de um acordo de recalculamento das amortizações, similar ao ocorrido com o caso mexicano. No entanto, o não cumprimento das metas para as necessidades nominais de financiamento e o déficit operacional do setor público (estabelecidas na sexta Carta), postergaram as negociações até a posse do novo Governo.

Considerações Finais

A tentativa de reedição do “milagre econômico”, materializada na substituição de Mário Henrique Simonsen por Delfim Neto insere-se nas disputas entre os projetos defendidos pelos agentes que se encontravam no controle do Estado Restrito durante o Governo Figueiredo. Tendo como objetivo ressuscitar os níveis econômicos do Governo Médici, o último dos generais presidentes promove, a partir de agosto de 1979, uma inflexão nas principais orientações da política econômica. Altera-se, assim, a composição do chamado “núcleo duro” dos condutores da economia brasileira.

A chegada de Delfim Neto à condução do Ministério do Planejamento significou não apenas a derrota da orientação contencionista de Simonsen. As linhas centrais da política econômica foram redefinidas. O diagnóstico sobre a inflação e a receita terapêutica para debelá-la, também. A opção pelo endividamento externo consolida-se e recairá sobre o Setor Produtivo

Estatal o ônus de tal opção. O cenário internacional, extremamente desfavorável após a segunda crise do petróleo, diluiu ainda mais as bases de sustentação do projeto conduzido pelo autor de uma das mais divulgadas frases do período “é preciso primeiro fazer o bolo crescer para depois dividi-lo”. Se entre os anos 1968 e 1973 o “bolo cresceu” mas não foi dividido, nos anos 1980 nem mesmo chegou a crescer. A dose de fermento, consubstancializada nos empréstimos estrangeiros, não foi suficiente. A tentativa de reedição do “milagre”, diferentemente do que então era alardeado, deixou uma pesada herança que a década de 1980 terá que lidar.

Assim, como herança das diretrizes da política econômica das três décadas anteriores, a Nova República nasceu em um quadro de profundo desequilíbrio macroeconômico, caracterizado por um elevado endividamento externo, pela desestruturação do setor público, por elevados índices inflacionários e pela perda do dinamismo econômico.

A crise dos anos 1980 e a instabilidade econômica do momento refletiram-se diretamente na composição dos grupos que se alternaram no poder durante o Governo Figueiredo. Pela primeira vez desde 1964, dois projetos distintos foram implementados no mesmo Governo. Os embates entre Simonsen e Delfim refletem exatamente os dois projetos em disputa. A tentativa de reedição do “Milagre”, expressa nos papéis centrais exercidos por Delfim Neto e Ernani Galvêas (respectivamente Ministro da Fazenda e Presidente do Banco Central do Governo Médici) não se confirmou. Estava, pelo menos temporariamente, rompida a unidade do bloco no poder. Tal ruptura não foi resolvida durante o primeiro governo civil após mais de duas décadas de Ditadura. A instabilidade econômica do Governo Sarney não foi debelada pela euforia pelo “retorno da democracia”. Cenário funesto que já poderia ter sido vislumbrado

Anexo I – Trajetória Profissional e Política dos Agentes condutores das Principais Agências Econômicas do Governo Figueiredo.

Affonso Pastore

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	Presidente Banco Central
Período	02/09/83 a 14/03/85
Formação Acadêmica	Economia (USP) Doutorado (USP)
Atuação nas Agências Estatais	Assessor do Secretário de Fazenda de SP (1966) Assessoria do Ministério do Planejamento e Ministério da Fazenda (1967-73) Secretário dos Negócios de Fazenda de São Paulo (1979) Membro do CMN (1983-85) Conselho de Administração do Banco do Brasil
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	NBER (1973-76) USAID (1974-76) IFRI (1975-76) Consultor do Comitê Empresarial Brasil - Estados Unidos (1977) Conselho Consultivo da Associação Brasileira das Indústrias Elétricas e Eletrônicas (1981)
Atividades Profissionais	Coordenador do Grupo de Pesquisas do IPEA (1970) Coordenador de Pesquisa do IPE /USP (1970-76) Professor FEA/USP (1972) Diretor de pesquisas FIPE (1973) Superintendente de estudos e pesquisas da Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior Conselho técnico do Instituto de Economia Gastão Vidigal (1980) Sócio fundador do escritório de consultoria Pastore & Associados (1985) Conselheiro consultivo da Caterpillar do Brasil (1985) Professor FGV e IBEMEC (1999) Conselho de Administração do Grupo Gerdau (2002)
Atuação Política Partidária	Filiação ao PDS

Carlos Brandão

Origem Regional	Minas Gerais
Cargo Público	Presidente do Banco Central

Período	15/03/79 a 17/08/79
Formação Acadêmica	Técnico em Administração e Liderança Executiva Técnico em Controle Monetário (EUA) Execução Orçamentária (França)
Atuação nas Agências Estatais	Funcionário de carreira do Banco do Brasil (1953) Secretário geral CEPLAC (1957-69) Diretor Executivo do FUNDECE Conselho Diretor do IBMEC
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Criador do Centro de Pesquisa do Cacau (1957) Conselho Administrativo da ANDIMA Presidente ANDIMA (1982 / 1989-2002) Diretor IBPS (1985) Vice-Presidente da Confederação Nacional das Instituições Financeiras (1985) Diretor APEC (1987)
Atividades Profissionais	Investigador de Cadastro do Banco Itaú (1946) Diretor do Banco Econômico (1979) Diretor do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro (1985)
Atuação Política Partidária	

Carlos Geraldo Langoni

Origem Regional	Rio de Janeiro
Cargo Público	Presidente do Banco Central
Período	18/01/80 a 02/09/83
Formação Acadêmica	Economia (UFRJ) Mestrado e Doutorado (EUA)
Atuação nas Agências Estatais	Instituto de Planejamento Econômico e Social (1970) Diretor da Área Bancária do BACEN (1979) Membro do CMN (1980-83) Membro do CONCEX (1980-83)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Membro da equipe de economistas da Revista Times
Atividades Profissionais	Professor EPGE/FGV (1971) Professor USP (1971) Diretor do Centro de Economia Mundial da FGV (1989) Presidente Projeta Consultoria Financeira S/C Ltda (1989-2000) Consultor Vale do Rio Doce Diretor Souza Cruz

Atuação Política Partidária	Filiação ao PDS (1980)
------------------------------------	------------------------

Delfim Neto

Origem Regional	São Paulo
Cargo Público	Ministro da Fazenda Ministro do Planejamento
Período	15/03/67 a 15/03/74 15/08/79 a 14/03/85
Formação Acadêmica	Economia (USP) Doutorado (USP)
Atuação nas Agências Estatais	DER (1948) Membro do CONSPLAN (1965) Membro do CNE Chefe da Secretaria da Fazenda de São Paulo (1966-1967) Embaixador na França (1975-1978) Ministro da Agricultura (1979) Empresa Brasil de Comunicação (2007/ 2009)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	IPES ANPES Assessor Econômico da Associação Comercial de São Paulo (1958) Presidência do Conselho Superior de Economia do Instituto Roberto Simonsen Membro do Conselho Orientador do IPEA (2008) Valor Econômico Folha de S. Paulo
Atividades Profissionais	Professor catedrático de economia brasileira da USP Vice-Presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo (1958)
Atuação Política Partidária	Deputado Constituinte (1987/88 - PDS) Deputado Federal (1987-2007) Filiação ao PPR (1994) Filiação ao PPB (1995) Filiação ao PMDB (2005)

Ernane Galvêas

Origem Regional	Espírito Santo
Cargo Público	Presidente do Banco Central Ministro da Fazenda

Período	21/02/68 a 15/03 74 15/03/85 17/08/79 a 17/01/80	17/01/80 a
Formação Acadêmica	Contabilidade e Economia (México) Mestrado (EUA)	
Atuação nas Agências Estatais	Funcionário de carreira do Banco do Brasil (1942) Chefe Adjunto do Departamento Econômico da SUMOC (1953-61) Secretário Executivo da Comissão Especial sobre Produtos Agrícolas (1961-62) Assistente Econômico do Ministério da Fazenda (1961-63 e 1965-66) Membro do Conselho Deliberativo da SUDENE (1962) Membro do Conselho Deliberativo da SUNAB (1962) Diretor da CACEX (1966) Presidente do Conselho Diretor IBMEC (1979)	
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Consultor Econômico da Confederação Nacional de Comércio (1991)	
Atividades Profissionais	Engenheiro da Sociedade Comercial Construtora (1949-51) Contratado pelo BID (1962) Diretor Financeiro da Comissão de Marinha Mercante (1963-65) Vice-Presidente Aracruz Celulose (1974) Conselho Consultivo da Intercontinental Empreendimentos (1975) Professor Faculdade de Ciências Econômicas da Guanabara Acionário Cobesa Conselho Consultivo Aracruz Celulose (2008)	
Atuação Política Partidária	Filiação ao PDS (1980)	

Karlos Rischbiter

Origem Regional	Santa Catarina	
Cargo Público	Presidente Banco do Brasil	Ministro da Fazenda
Período	09/02/77 a 15/03/79	15/03/79 a 17/01/80
Formação Acadêmica	Engenharia Civil (UFPR) Especialização (Paris)	

Atuação nas Agências Estatais	Representante do Paraná no CONSPLAN (1965) Assessor do IBC (1966-72) Presidente Caixa Econômica Federal (1974-77) Conselho Presidente do IBC (1985) Conselho de Administração do Banco do Brasil BB (1996)
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Presidente ALIDE (1977-79)
Atividades Profissionais	Chefe do Setor de Análises, Diretor Técnico de Investimentos e Diretor-Presidente da CODEPAR (1962-67) Diretor da Pafisa Crédito e Financiamento e Investimento (1967) Diretor-gerente da Paraná Comércio Adm. (1967-72) Presidente do BADEP (1972) Presidente Conselho Administrativo da Volvo (1980-94) Conselho Administrativo Ericsson, Philip Morris, Artex S.A. (Blumenau,SC), Refripar (Curitiba), Climax (São Carlos,SP), Sicom (São Carlos,SP), Lacta (São Paulo), Fiat Lux (Curitiba), Sadia, Batavo Conselho consultivo da Brasilinvest e do banco Bamerindus (Curitiba) Sócio-proprietário empresa Franca
Atuação Política Partidária	Assessoria Econômica do PFL

Mário Henrique Simonsen

Origem Regional	Rio de Janeiro	
Cargo Público	Ministro da Fazenda	Ministro do Planejamento
Período	15/03/74 a 15/03/79	15/03/79 a 10/08/79
Formação Acadêmica	Engenharia Civil (Universidade do Brasil) Engenharia econômica (Escola Nacional de Engenharia da Universidade do Brasil) Economia (Faculdade de Economia e Finanças da Universidade do Rio de Janeiro)	
Atuação nas Agências Estatais	Membro do Conselho de Administração do BNH (1965) Mobral (1970) Coordenação do CMN (1074-79)	
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	Consultor da CONSULTEC (1960) IPES (1961) Diretor do Departamento Econômico da CNI (1961-65)	

Atividades Profissionais	<p>Professor Escola Nacional de Engenharia (1960) Professor CNE (1959-64) Professor IBRE-FGV (1961) Fundação do Banco Bozano, Simonsen (1961) Diretor da Credisan (1962-63) Diretor da EPGE-FGV (1965) Vice-Presidente do Banco Bozano Simonsen (1969) Conselho Consultivo da Cia. Docas de Santos (1967), da Souza Cruz (1968-74), Schering do Brasil (1981) Membro do Conselho Administrativo da Mercedes-Benz (1980), BANERJ (1980), Monteiro Aranha (1981) Vice-Presidente do IBRE-FGV (1979) Membro do Conselho do Citicorp (1979-95) Conselheiro da Souza Cruz, Xerox, Philipps Vice-Presidente do Conselho de Administração da Cia. Bozano Simonsen, Comércio e Indústria (1980)</p>
Atuação Política Partidária	PFL (1987)

Oswaldo Colin

Origem Regional	Santa Catarina
Cargo Público	Presidente Banco do Brasil
Período	16/03/79 a 17/03/85
Formação Acadêmica	Contabilidade Direito (Faculdade de Direito RJ)
Atuação nas Agências Estatais	<p>Funcionário de carreira do Banco do Brasil (1942-72) Presidente do Conselho de Administração do Banco do Brasil (1979) Membro do CMN Membro do CNCE</p>
Atuação nos Aparelhos Privados de Hegemonia	

Atividades Profissionais	A partir de 1985 atuou como membro dos conselhos de administração das seguintes empresas: Fundação Tupy S.A. e Metalúrgica Schulz S.A., ambas sediadas em Joinville; Eletromotores Weg S.A., sediada em Jaraguá do Sul (SC); Mecano Têxtil Buddemeyer Ltda., com sede em São Bento do Sul (SC); Berneck & Cia., sediada em Curitiba; Casas Sendas S.A. e Dinaco-Comércio e Participações Ltda., ambas sediadas na cidade do Rio de Janeiro. Atuou como chairman do Brazilian American Merchant Bank, com sede em Grand Cayman (Caribe), do European Brazilian Merchant Bank e do European Latin American Merchant Bank, sediados em Londres
Atuação Política Partidária	

Fontes: CENTRO de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2010.

DREIFUS, René Armand. 1964: A conquista do Estado. Ação política, poder e golpe de classe. Petrópolis: Vozes, 1987 (Elaboração própria).



*Caderno
Especial*

Réquiem de um Guerreiro

Valmir Batista Corrêa



No dia 17 de março de 2014 faleceu em São Paulo, capital, Nelson Chaves dos Santos. Quem era ele? Por que a imprensa sul-mato-grossense não deu sequer uma nota sobre esse guerreiro importante na luta pela democracia contra a ditadura militar?

Nelson nasceu em Paranaíba, em 27 de abril de 1945, filho do fazendeiro João Chaves dos Santos, um dos maiores proprietários rurais locais e dono da fazenda Ariranha, no distrito denominado Raimundo. Coursou o colegial em Araçatuba e, depois, foi para a capital de São Paulo, no ano do golpe militar, engajando nas lutas estudantis contra a ditadura e também no movimento sindical. Com ele engajou-se outro seu irmão, Pedro Chaves dos Santos.

Foi um dos fundadores da Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), organização armada de extrema esquerda que combateu o regime autoritário militar.

Perseguido pela repressão, Nelson e Pedro tiveram que fugir para Paranaíba, após serem delatados. Segundo fontes orais, os irmãos começaram a dar abrigo a dezenas de perseguidos políticos de São Paulo, Rio de Janeiro

ro e Minas Gerais, fazendo nos limites da fazenda do seu pai um arremedo de “reforma agrária”, assentando gente e plantando lavoura.

Entendido pela ditadura militar como um “perigo”, este foco de resistência política, após novas delações, fez com que Paranaíba sofresse uma violenta ação repressora por terra e por ar. E o mais incrível desta história é o fato dela permanecer desconhecida com o passar do tempo e, possivelmente, pelo medo provocado.

O ex-deputado Sergio Assis, então ainda menino, guarda vivos na memória aqueles acontecimentos que abalaram os moradores da pequena cidade do antigo Mato Grosso. Pelas dificuldades de comunicação, parte do exército, com seus assustadores caminhões verde-oliva e de pneus enormes, subiu o rio Santana até Aparecida do Taboado e, depois, acampou na rua Joaquim Murтинho, na saída para Cassilândia, objetivando facilitar a penetração na zona rural do Raimundo. Outra parte dos militares pulou de paraquedas de helicópteros e, segundo consta, também foram utilizados balões neste ataque.

Sem armas, os guerrilheiros/lavradores de Paranaíba e seus companheiros foram presos por centenas de militares, no dia 5 de fevereiro de 1969. Nelson relatou que muitos foram barbaramente torturados.

Mais tarde, os irmãos Nelson e Pedro, juntamente com mais sessenta e oito presos políticos, foram trocados pela libertação do embaixador suíço Giovanni Enrico Bucher, sequestrado pelo VPR sob o comando de Carlos Lamarca, no dia 7 de dezembro de 1970. A libertação do embaixador, que ficou 40 dias sob o poder dos guerrilheiros, deu-se somente três dias após a libertação dos presos políticos. O “Grupo 70”, como ficaram conhecidos os presos políticos libertados, foi colocado num boeing da Varig e levado ao Chile, na ocasião governado pelo socialista Allende. O decreto nº 68.050, de 13 de janeiro de 1971 banuiu os “70” do território nacional como mais um ato da repressão.

Esses presos políticos foram recebidos pelo governo chileno, recebendo cidadania chilena. No Chile, Nelson foi admitido nos quadros do

MR8, cuja organização abdicou da luta armada. Com o golpe militar e a instauração da ditadura militar chilena, sob liderança de Pinochet, Nelson conseguiu fugir para a Argentina, mas Pedro ficou preso (chegou a ser assessor de Allende) e depois obteve asilo na França.

Economista de profissão, Pedro reside hoje em Moputo, capital de Moçambique. Nelson permaneceu preso na embaixada da Argentina por 70 dias e mais tarde obteve cidadania sueca.

Mesmo banido pelo ato do governo militar, Nelson retornou ao Brasil vivendo de forma clandestina e atuando politicamente no MR8. Em março de 1979 foi novamente preso. Foi, entretanto, o primeiro preso político a ser solto, em 30 de agosto de 1979, beneficiado pela 2ª Auditoria Militar com base da Lei da Anistia, saindo do presídio Barro Branco. Com a criação dos partidos políticos, ajudou a fundar o Partido Pátria Livre (PPL), sendo seu secretário de relações internacionais.

A sua morte recente vai desfalcando uma geração de jovens idealistas que deram suas vidas, com imensos sacrifícios, por um Brasil genuinamente democrático e socialista.

NORMAS EDITORIAIS

1. A Revista Albuquerque é uma publicação semestral, voltada para a divulgação da produção científica no campo da história e áreas correlatas na forma de artigos, traduções, resenhas, conferências, notas de pesquisas, entrevistas e reprodução de documentos históricos importantes e inéditos.
2. Os proponentes de trabalhos devem portar, no mínimo, o título de mestre.
3. Todos os trabalhos publicados deverão ser previamente aprovados pelo Conselho Científico da Revista. Cada trabalho deverá passar pela aprovação de no mínimo dois consultores ad hoc. Caso o trabalho não receba parecer de recomendação para publicação por um dos consultores, será consultado um terceiro parecerista. O Conselho Científico pode apresentar os originais ao(s) autor(es), caso considere necessárias adaptações.
4. A partir da emissão dos pareceres, cabe à Câmara Editorial a decisão sobre a oportunidade da publicação das contribuições recebidas.
5. A apresentação de um trabalho para publicação pressupõe a autorização do autor. Cada autor receberá, sem ônus, 2 (dois) exemplares do número da revista em que saiu publicado seu trabalho.
6. Os artigos podem ser escritos em português, espanhol ou inglês, tendo no mínimo 15 e no máximo 25 páginas, digitadas em fonte Times New Roman 12, espaço 1,5 e margens de 2,5 cm.
7. Todo artigo deverá vir acompanhado de resumo de no máximo 10 (dez) linhas e de três palavras-chave em português e inglês, independentes da língua utilizada no texto.
8. Abaixo do título do artigo, os(as) autores(as) devem indicar, formatado à direita: nome completo, titulação acadêmica, filiação institucional, e-mail.
9. Modalidades de trabalhos encaminhados como “Resenhas” deverão ter até 5 (cinco) laudas, devendo a obra resenhada ter no máximo três anos. As “Entrevistas” deverão conter até

10 (dez) laudas. As “Traduções” devem vir acompanhadas de autorização do autor e do original do texto. A publicação e os comentários a respeito de documentos inéditos seguirão as mesmas normas especificadas para os artigos. Demais modalidades como “Sessões Especiais” e “Dossiês” poderão apresentar número de páginas variável, de acordo com a decisão da Câmara Editorial.

10. As notas bibliográficas devem constar no rodapé, numeradas sequencialmente, com indicação completa da obra na primeira vez. As citações e referências bibliográficas devem obedecer às normas vigentes da ABNT.

11. As citações no corpo do texto (quando houver) devem estar entre

aspas. Caso as citações contenham 4 (quatro) linhas ou mais, devem estar alinhadas à direita, sem aspas, em espaço simples, com letra corpo 11. As ilustrações (fotos, figuras, gráficos, desenhos, etc.) devem ser enviadas em preto e branco, no formato JPEG ou TIFF, em escala 100% com no mínimo 300 dpi de resolução, trazendo os devidos créditos autorais e a indicação do local de sua inserção no texto.

12. Os trabalhos deverão ser encaminhados ao endereço eletrônico da Câmara Editorial revistaalbuquerque@gmail.com O programa utilizado deve ser compatível com Word for Windows.

Por que Albuquerque

O nome da revista remete historicamente à figura extraordinária do capitão-general Luiz de Albuquerque de Mello Pereira e Cáceres, que governou a capitania de Mato Grosso no século XVIII, consolidando o domínio português na região oeste da colônia.

Em 1775, dentro do seu projeto político-administrativo, Luiz de Albuquerque ordenou a fundação, nos limites com o império colonial espanhol, do Forte de Coimbra, mesmo em precárias condições. Como suporte ao seu abastecimento, instalou a missão de Nossa Senhora da Misericórdia, administrada por padres franciscanos, para criação de gado e pólo de atração da população indígena do Pantanal. Pouco tempo depois, esse pequeno povoamento passou a ser conhecido pelo nome de Albuquerque, homenageando assim o capitão-general de Mato Grosso.

No ano de 1778 foi fundada uma outra povoação nas altas barracas que margeiam o rio Paraguai, que também recebeu o nome de Albuquerque e que se tornaria mais tarde, por volta de meados do século XIX, a vila de Corumbá.

O mesmo nome Albuquerque dado a dois lugares diferentes, embora próximos, decerto expressou o respeito dos súditos da capitania pelo seu comandante e capitão-general, que demonstrou competência administrativa e visão de futuro, promovendo de fato medidas que garantiam a posse de territórios litigiosos para o império de Portugal. Do plano traçado para a ocupação de territórios importantes à margem direita do rio Paraguai, na imensa região dos pantanais até o vale do Guaporé, resultou as linhas lindeiras, que até os dias de hoje desenham o oeste do Brasil no mapa do continente sul-americano.

O distrito de Albuquerque existe até hoje, pertencente ao município de Corumbá, e sua importância é histórica por representar um marco e um momento significativo os primórdios do processo de desenvolvimento de uma região, que atualmente corresponde ao estado de Mato Grosso do Sul.

Assim sendo, a revista Albuquerque vem à luz para tornar-se também um marco dos estudos históricos em Mato Grosso do Sul, atendendo a um legítimo anseio de pesquisadores, docentes e discentes dos cursos de História da UFMS.